

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Tiago Santos Salgado

**Em nome da democracia: A intervenção branca dos EUA na Venezuela
chavista**

DOUTORADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Tiago Santos Salgado

**Em nome da democracia: A intervenção branca dos EUA na Venezuela
chavista**

DOUTORADO EM HISTÓRIA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obter o título de DOUTOR em História Social, sob a orientação da Professora Doutora Vera Lucia Vieira.

SÃO PAULO

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Banca Examinadora

Para Amanda

Esta pesquisa contou com apoio financeiro da FUNDASP, Capes e do CNPq
(processo nº 140061/2017-7)

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Nelson e Fani, e ao meu irmão Mateus pelo apoio e presença durante a caminhada.

Aos meus avós, vô Didi e vó Cida, que tenho certeza estariam orgulhosos.

Aos queridos amigos de São José dos Campos, aqueles espalhados por Minas Gerais, pelo interior de São Paulo e na capital.

Aos professores e funcionários com os quais tive a oportunidade de conviver na PUC-SP, em especial aos professores Fábio e Moraes que ofereceram as contribuições na banca de qualificação.

À professora Vera, pela paciência, confiança e orientação durante a pesquisa.

À Capes e ao CNPq pela concessão da bolsa que tornou a pesquisa possível.

À Amanda, eterna companheira, sem a qual a pesquisa dfnão se realizaria.

A vida é apenas o breve período de tempo em que estamos vivos (ROTH, Philip. A Pastoral Americana, Cia. das Letras, 2013)

SALGADO, Tiago Santos. *Em nome da democracia: A intervenção branca dos EUA na Venezuela chavista*. Tese (História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo analisar como se deu a intervenção dos EUA na Venezuela entre os anos de 2004 e 2009, tendo em vista a importância estratégica que tal país possui para os interesses estadunidenses. Para tal análise, a base documental utilizada foram os documentos secretos produzidos pelas embaixadas dos EUA em Caracas e outros países da América Latina disponíveis no *Wikileaks*, em que se discute a correlação forças políticas e sociais venezuelanas, assim como a estratégia do corpo diplomático dos EUA para intervir na sociedade civil e na organização da oposição venezuelana na tentativa de desestabilizar o governo Chávez, que adotava políticas que eram entendidas como prejudiciais para os interesses do governo e das empresas estadunidenses na Venezuela.

Palavras-chave: Wikileaks; EUA; Chávez; Sociedade Civil

Resumen:

El presente trabajo tiene como objetivo analizar cómo se dio la intervención de EEUU en Venezuela entre los años 2004 y 2009, teniendo en vista la importancia estratégica que tal país posee para los intereses estadounidenses. Para tal análisis, la base documental utilizada fueron los documentos secretos producidos por las embajadas de EEUU en Caracas y otros países de América Latina disponibles en Wikileaks, en que se discute la correlación fuerzas políticas y sociales venezolanas, así como la estrategia del cuerpo diplomático de EEUU para intervenir en la sociedad civil y en la organización de la oposición venezolana en el intento de desestabilizar al gobierno de Chávez, que adopta políticas que eran entendidas como perjudiciales para los intereses de las empresas estadounidenses en Venezuela.

Palabras clave: Wikileaks; EE.UU.; Chávez; Sociedad civil

Abstract:

The present study aims to analyze how the US intervened in Venezuela between 2004 and 2009, bearing in mind the major importance of that country in the US interests and influence. For this analysis, the set of documents we used was a series of secret documents produced by US embassies in Caracas and other Latin American countries which discusses a correlation of Venezuelan social and political, as well as a strategy of the US diplomatic corps to intervene in civil society and in the organization of the Venezuelan opposition in an attempt to destabilize the Chávez government, which adopted policies that were understood as old to target American companies in Venezuela. All of these documents are available in the WikiLeaks website.

Keywords: WikiLeaks; Chávez; EUA; Civil Society

Sumário

Introdução.....	12
Os documentos do <i>Wikileaks</i> e a política externa dos EUA.....	24
Democracia, Direitos Humanos e Neoliberalismo	29
Capítulo I.....	37
A questão chavista na historiografia.....	37
1.1 – Revolução Bolivariana: uma contra-revolução neoliberal	44
1.2 – A revolução Bolivariana e o “capitalismo de las calles”.....	48
1.3 – A governo chavista visto como uma revolução popular	55
1.4- Chávez, líder de uma contrarrevolução antiliberal e antidemocrática?.....	61
1.5 – Chávez e os “populismos”.....	67
1.5.1 – O populismo autoritário de Margarita Lopez Maya	69
1.5.2 – O populismo progressista de Maringoni.....	72
CAPÍTULO II.....	76
A formação do capitalismo venezuelano e os EUA	76
2.1– Formação do Estado rentista venezuelano e sua relação com o EUA	82
2.2 – Neoliberalismo e a indução interna promovida pelos EUA na América Latina: a crise dos anos 1980-1990.....	94
2.3 Neoliberalismo, EUA e América Latina	98
2.4– O esgotamento do Pacto de Punto Fijo e o acirramento das contradições de classe.....	102
2.5– Hugo Chávez e o governo bolivariano	107
2.6 Os EUA e a oposição interna ao governo Chávez.....	117
CAPÍTULO III.....	130
OS EUA E A SOCIEDADE CIVIL VENEZUELANA	130
3.1 A organização da sociedade civil e as ONGs	141
3.2 A política externa dos EUA, capitalismo e democracia	153
3.3 A Defesa dos Direitos Humanos	162
Capítulo IV.....	189
Venezuela chavista e EUA: dois projetos distintos de integração latino- americana.....	189
4.1 - Projetos de integração	200
4.2 - A Diplomacia do Petróleo	208
4.3 - Os EUA e o avanço do Mercosul	217

4.4 - Combate ao narcotráfico.....	226
4.5 - Política exterior dos EUA em relação à Venezuela.....	233
CONSIDERAÇÕES FINAIS	237
Referências	256
Documentos.....	266
Secret Congressional Research Service:	266
U.S Cables:.....	267

Introdução

Durante os últimos anos, a Venezuela vem sendo tema recorrente de diversas pesquisas acadêmicas e assunto quase que diário nos meios de comunicação existentes no Brasil e também no exterior¹. Tal atenção deve-se ao processo político e social venezuelano cujo início se deu com a eleição do presidente Hugo Chávez, em 1998, o qual, pela mobilização alcançada, expressou o ressurgimento do protagonismo popular em um momento em que a adoção de políticas neoliberais ampliava a exclusão social, à semelhança do que ocorria em outros países do continente. No caso venezuelano a presença de tais protagonistas adquire uma particular importância pelo fato de possuírem uma das maiores, se não a maior, reserva petrolífera do mundo e cuja exploração é de responsabilidade estatal, o que torna o controle do Estado questão central na dinâmica histórica daquele país, dado que este decide os usos dos recursos provenientes de tal exploração.

A importância do petróleo para a economia venezuelana e da sua relação com o controle do Estado e do poder político é reconhecida por diversos autores, de que é um exemplo Fernando Coronil que destaca ser o papel central do Estado venezuelano, como “*representante de la nación, responsable ante la actual e las futuras generaciones de venezolanos, de salvaguardar esta fuente de riqueza*” (CORONIL, 2016, posição 2012). Tal fator confere uma particular configuração na disputa pelo controle do Estado desde a sua constituição liberal, que ele denomina “liberalismo rentista”, uma vez que se cria a expectativa de que a circulação de mercadorias possibilitada pela riqueza extraída do petróleo tornaria possível a modernização venezuelana².

De fato, observa-se que, desde a descoberta das primeiras jazidas de petróleo na década de 1920, as “modernizações” encetadas pelos diferentes governos estiveram calcadas na utilização dos dividendos advindos desse recurso natural e

¹ Como exemplos, podemos citar: KLEIN, José Alfonso. *Poder político e luta de classes na Venezuela: 1989-2009*. 2010. 385f. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais: Política e Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo; e SEABRA, Raphael Lana. *A Primeira Revolução do Século XXI? Bolivarianismo e Socialismo na Venezuela*. 2012. 234f. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais – ICS, Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF.

² Coronil faz uma análise sobre o “Liberalismo rentista” venezuelano, demonstrando como as bases materiais serviram para forjar um entendimento particular do liberalismo. Tal discussão será retomada no capítulo 3 do presente trabalho.

primário, o que explica as continuidades históricas na sociedade venezuelana. Nessa perspectiva, qual fosse a bandeira ideológica de cada governo, a utilização do grande lucro proveniente da extração petrolífera era considerado e único motor capaz de dinamizar a sociedade e a economia do país. Ou seja, como as divisas resultantes da venda do petróleo resultam de uma específica dinâmica de mercado, mantem-se a dependência do país em relação aos países centrais, pois vende-se produtos brutos, de baixo valor agregado e compra-se produtos industrializados.

A alteração de tal cenário foi considerado um dos objetivos do governo de Hugo Chávez, uma vez que as políticas modernizadoras passaram a ter como horizonte a promoção de reformas que tornasse concreta a independência econômica no país. Ora, tais propósitos, tenderam a alterar a histórica correlação de forças das relações internacionais mantidas pela Venezuela com os países centrais e, em particular com seu histórico “parceiro”, os EUA, de que o único segmento beneficiário sempre foi um único grupo que compõem a classe dirigente venezuelana.

A dependência e a subordinação não são aspectos específicos daquele país, conforme aponta a historiografia que identifica tal posição para todos os países da América Latina, mas na configuração rentista acima aludida ela impacta de forma particular na dinâmica histórica venezuelana e, conforme discorre o presente trabalho, as propostas do governo Chávez não tiveram como alvo ou não conseguiram alterar tal situação substancialmente, sendo por isso, alvo de várias críticas, advindas, tanto da coligação que o apoiou, quanto daqueles que viram os seus interesses prejudicados.

Nesse sentido, o governo Chávez sofreu forte oposição do grupo político que ocupava o poder de Estado no país desde, pelo menos, 1958, uma vez que foi entendida como uma ameaça aos interesses de setores da burguesia nacional e internacional, por implementar uma política de manutenção dos lucros advindos do petróleo no próprio país e que o Estado retomasse seu papel de protagonista principal na aplicação desses recursos. Ao tomar medidas neste sentido e reverter para programas sociais os lucros obtidos pela venda do petróleo com o objetivo de reduzir as desigualdades presentes na Venezuela, despertou a ira dos segmentos dominantes, nacionais ou internacionais. Os dados demonstram que se tratou apenas de reformas visando diminuir a desigualdade social e, exatamente por isso, despertou também a oposição de seus correligionários, na dinâmica venezuelana a implantação

de tais propostas afetou de forma estrutural, ainda que não determinantes, a correlação de forças vigente neste a configuração do Estado.

Tal política, em tempos de avanço neoliberal, foi entendida como algo que não atendida aos interesses das elites econômicas venezuelanas e do capital internacional, uma vez que, por trás de sua retórica anti-Estado, para que o neoliberalismo se efetive, mesmo que como ideologia, este necessita que o Estado tenha um papel central na implementação de políticas neoliberais, desregulamentando o mercado para o livre fluxo de capitais ou adotando reformas com o intuito de diminuir os direitos e a segurança jurídica dos trabalhadores e reprimindo movimentos sociais.

Diante desse cenário, ainda que não houvesse, por parte do governo venezuelano, uma sinalização de que o processo político iria se radicalizar para além das estruturas sociais e produtivas burguesas vigentes, a busca de um maior controle e participação do Estado na extração do petróleo foi o suficiente para que setores da sociedade venezuelana se organizassem em uma dura oposição ao governo chavista.

Do ponto de vista interno, tal oposição que adveio dos setores dominantes tem sido objeto de vários estudos e mesmo os analistas que as justificam demonstram sua importância e as estratégias de atuação como as tentativas de golpe de Estado, a demonização pela mídia, o boicote ao abastecimento das zonas urbanas, entre outros. O papel dos EUA nessa conjuntura também tem sido indicado, demonstrando-se seu auxílio na organização, treinamento e no financiamento da oposição ao governo chavista.

No entanto, o acirramento da crise venezuelana nos anos posteriores ao governo Chávez tem levado a historiografia a enfatizar os fatores internos que a desencadeiam, adotando um viés politicista, conforme veremos com maiores detalhes, subestimando a importância das pressões internacionais, em particular aquelas advindas do maior comprador de petróleo venezuelano, que continua sendo os EUA. A difusão da ideia de que o governo daquele país, após seu forte apoio às ditaduras que grassaram na região na última metade do século XX, retrocedera para políticas de parceria sem intervenção direta ou indireta, deixando o campo das disputas apenas para o mundo dos negócios, segundo a ótica neoliberal, adentrou também ao campo da historiografia.

Tal perspectiva foi corroborada pelo acirramento da crise venezuelana que já se iniciava no governo Chávez e ante as evidências da perda de apoio popular que veio em um crescendo após sua morte e sua substituição por Nicolau Maduro em 2013, que assumiu a presidência com a apertada vitória contra o candidato oposicionista Henrique Capriles.

A proposta inicial de desenvolvimento da presente tese corroborava com tal lógica desde o pressuposto inicial da pesquisa, pois tinha como objetivo investigar porque um governo que se pretendia popular, que buscava reorientar a relação entre o Estado e a sociedade enfrentou oposição interna de setores da sociedade, partindo do pressuposto de que as contradições inerentes àquela dinâmica dariam conta de explicar tal oposição. Partia-se do pressuposto de que tal contradição era decorrente dos problemas gerados por políticas cuja intenção era a de atender as demandas sociais, mas que não soubera gerenciar o próprio Estado e a dinâmica do capitalismo vigente no país. Portanto, a incompetência do governo seria o principal gerador de tais conflitos.

Tal perspectiva estava calcada, tanto na divulgação massiva de informações internacionais sobre a crise do governo Chávez (1998-2013) que se estendia até o governo vigente de Nicolás Maduro, quanto na historiografia, em especial a que se alinha aos pressupostos liberais, já que considera que o governo Chávez é autoritário e/ou populista, sendo que a crise no país é causada pela falta de apreço pelo então presidente aos valores democráticos. Por outro lado, levava-se em conta também a crítica à esquerda ao chavismo que considera a Revolução Bolivariana como uma extensão dos governos neoliberais, considerando que Chávez aprofundou a exploração do trabalho no país, cooptou movimentos sociais e atuou no sentido de inviabilizar a radicalização das lutas de classe que ganharam nova dinâmica com a instauração de políticas neoliberais e, em especial após o Caracazo. Assim, a crise seria o resultado da política contrarrevolucionária de Chávez, a qual inviabilizara a existência de uma revolução social na Venezuela.

No entanto, no decorrer do trabalho de coleta de dados, a análise preliminar de inúmeros documentos diplomáticos despachados da embaixada estadunidense em Caracas demonstrou que tal documentação oferece a oportunidade de se desnudar a ligação entre os EUA e colocar em outros parâmetros a correlação de forças políticas e sociais venezuelanas. Pois as evidências da participação estadunidense na

dinâmica política do país, nos revelam os parâmetros seguidos pela sua política externa em relação à Venezuela e em outros países da América Latina, na atualidade.

A partir daí o escopo da proposta de pesquisa foi redefinido, buscando-se entender como se deu a relação entre EUA e Venezuela durante os anos de 2004 a 2009, tomando-se a documentação como registros que nos permitem recuperar aspectos da concretude social. As múltiplas determinações que a compõem e que se apresentam aos sentidos como sínteses ou meras abstrações estão contidas em tais registros e compete ao analista objetiva-las enquanto categorias que, submetidas ao rigor metodológico permitem o espelhamento da posição relativa dos fatores em uma dada dinâmica social. Dessa forma, cabe ao pesquisador “explicar a gênese dos processos e as contradições encontradas”, garimpando os elementos do objeto estudado por meio de um processo de abstração, para então identificar as diferenças específicas entre o discurso e sua função social e a realidade. (ASSUNÇÃO, 2013).

Ao analisar a documentação, cotejando-a com a realidade venezuelana, foi possível perceber a função social do discurso utilizado pela oposição venezuelana em relação ao governo Chávez e a ingerência direta dos EUA na correlação de forças do país, procurando defender seus interesses econômicos em solo venezuelano, sendo que, para isso, buscaram interromper um governo democraticamente eleito em 2002, demonstrando uma clara contradição entre o discurso – em defesa da democracia – e a prática das forças oposicionistas na Venezuela.

A participação dos EUA no engendramento de golpes de Estado, no apoio a ditaduras genocidas, em intervenções diretas não é novo e é reconhecidamente parte componente da história dos países latino-americanos, a qual não pode ser entendida sem levar em consideração o fato de que ao norte de suas fronteiras existe uma nação que entende seus vizinhos como fonte de matérias-primas, mercado consumidor e eventual parceiro para seu fortalecimento na ordem internacional. Assim, tendo em mente essas relações históricas, o presente trabalho pretende analisar a relação entre os EUA e a Venezuela, durante o período de 2004 a 2009.

Os documentos disponíveis no site *Wikileaks*, o qual, desde 2006, se dedica a divulgar informações confidenciais de grandes empresas, nações e órgãos governamentais demonstram como os EUA entendem as mudanças políticas colocadas em prática na Venezuela pelo governo Hugo Chávez, a partir de sua eleição em 1998, e a forma como buscam impor aos países latino-americanos um modelo de

integração particular, que visa aumentar os privilégios dos EUA, ao mesmo tempo em que mantém a subordinação latino-americana.

Esses documentos confidenciais permitem perceber que iniciativas progressistas, como a promoção de programas e direitos sociais, colocadas em práticas em países da América Latina no início do século XXI, não foram bem aceitas pelos EUA, uma vez que foram entendidas como uma ameaça aos seus interesses econômicos na região. Historicamente, intervenções militares, sob o pretexto de combate ao comunismo, foram utilizadas para derrubar governos democraticamente eleitos, sendo estas a abordagem mais comum dos EUA sempre que algum país latino-americano busca uma alternativa que de desenvolvimento nacional que esteja alinhada com seus interesses na região. Tais diretrizes vêm compondo ao longo do século XX, as políticas de segurança nacional para a América Latina, as quais ganham corpo no âmbito da guerra fria.

As políticas de segurança nacional continuam a ser definidas até os dias atuais, ganhando sempre novas configurações e amplitudes. Os autores identificam novas estratégias para a América Latina a partir de 1990, marco fixado pela assinatura de acordos de livre comércio (de que é um exemplo o Nafta-1994) e a Iniciativa para as Américas.³ Durante os dois períodos de administração de Bill Clinton as políticas coercitivas e ideológicas diretas foram substituídas pelas de integração das economias, enfatizando-se o multilateralismo na coordenação de políticas de cooperação nas áreas econômicas. O tema da segurança nacional deslocou-se para a necessidade da colaboração para o combate ao tráfico de drogas que passa a ser associado ao tema do combate à violência. Esta, divulgada como sendo um problema social camufla as ações dos agentes do Estado que contribuem em muito para tal cenário. Exemplos disso, a manutenção dos exércitos paramilitares na Colômbia, os altos índices de letalidade e de abusos da legalidade cometidos pelas polícias e pelos

³ Em 1994, teve início a Reunião de Cúpula das Américas. Em 1995, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos organizou a 1ª Conferência de Ministros da Defesa do Hemisfério em Williamsburg, Virginia. A revisão do papel da OEA no campo da segurança, com a criação do comitê de segurança em 1995, e da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (Cicad) (9), é incentivado pelos EUA. A invasão do Haiti em 1994 foi o primeiro caso em que o governo norte-americano buscou a aprovação multilateral para o uso de força militar no continente. Os governos também estimularam o debate sobre a redefinição do papel da Junta Interamericana de Defesa, para que ela pudesse assumir uma posição mais clara na administração da segurança regional (10). A Junta foi criada em 1942, e é um órgão de aconselhamento da OEA, financiada por ela, mas não subordinada a ela politicamente. A Junta hoje dedica-se aos projetos de desarmamento, à catalogação de medidas de confiança mútua, à ajuda em casos de desastre e às atividades específicas do Colégio Interamericano de Defesa. (HERZ, P. 88)

sistemas judiciários no tratamento das demandas e dos conflitos que emergem no interior das comunidades em situação de vulnerabilidade. Assim, as políticas de segurança nacional deslocaram-se do combate a subversão, para o combate à violência “social”, disseminando-se a busca do inimigo interno nas comunidades demandatárias de direitos de cidadania e inclusão social. Conforme Monica Herz

[...] observa-se ainda uma tendência à expansão da agenda de segurança norte-americana no hemisfério, que passou a incluir o apoio à democracia, política de migração, proteção de fronteiras, terrorismo, tráfico de drogas, desastres naturais e meio ambiente; além dos temas mais tradicionais, como o controle de produção e transferência de armamentos, resolução de disputas de fronteira, o papel das organizações regionais ou globais de segurança e as insurreições armadas. Destacam-se dentre esses o tráfico de drogas e a imigração ilegal que são objetos de políticas envolvendo o uso ou a ameaça do uso de violência (HERZ, 2002, p. 87).

Neste cenário, a Venezuela não aparece como um país prioritário a exigir a fixação de tratados de cooperação para o combate à violência social, sendo que as análises identificam apenas as interferências norte-americanas na área de segurança por sua posição na geopolítica da região, particularmente após a invasão de seu território pela Colômbia a pretexto de abrigar forças das FARCS, o que levou a Venezuela a abrir processo junto à ONU, sob acusação de violação de território nacional. No entanto, no âmbito das novas diretrizes de segurança definidas para a região, estão: “a justificativa da intervenção ante evidências da perda de controle do Estado sobre o território, com a consequente ausência de implementação da lei, além da presença de grupos insurgentes de esquerda” (HERZ, 87). Nesta lógica, as políticas de segurança adquirem uma nova conotação, ou seja, são necessárias para fortalecer a democracia e preservar os regimes liberais. Cumprem tais funções as

[...] agências como o National Endowment for Democracy (NED) e programas como o Democratic Initiatives Program da Agencia International de Desenvolvimento dos Estados Unidos (AID) e instituições regionais criadas no âmbito da OEA, com incentivo norte-americano, serão instrumentais. A Resolução nº 1.080 da Assembléia Geral da OEA, em 1991, daria início, ao processo de criação de um aparato institucional de proteção à democracia. (...) A nova carta dá à Organização o direito de suspender um membro quando ocorre quebra institucional. Finalmente, em 2001 a Carta Democrática Interamericana é adotada. A criação da Unidade para a Promoção da Democracia, uma agência da OEA que visa a assistir o fortalecimento

de instituições democráticas, também contribuiu para a consolidação do paradigma democrático na região. (HERZ, 2002, p.93)

Ora, em que medida a documentação encontrada remete a evidência de um ordenamento específico de uma política de segurança para a Venezuela, dado que muitos dos temas aí aventados não se coadunam com as justificativas acima indicadas?

A documentação encontrada no site *Wikileaks*, que se notabilizou pela divulgação de uma série de documentos sigilosos, é composta de telegramas das embaixadas dos EUA ao redor do globo, relatórios produzidos para o Congresso dos EUA, e-mails de políticos e empresas, entre outras fontes que são um terreno fértil para a pesquisa histórica. Para a presente investigação foram utilizados telegramas despachados pela embaixada dos EUA em Caracas e em outros países da América Latina – muitos deles inéditos - além de relatórios produzidos pelo Congresso com o intuito de desvendar como se deu a ação estadunidense na Venezuela.

Ao navegar pelo site do *Wikileaks* é possível perceber a importância que a política externa dos EUA deu à Venezuela durante o período em estudo, uma vez que uma pesquisa simples demonstra existir mais de 9.424 documentos diplomáticos sobre a Venezuela, mais do que qualquer outro país da América Latina, com exceção do Brasil, que conta com 9.633 documentos. A Argentina, por exemplo, é citada em 5.653 documentos, enquanto que o México aparece 8.966 (BEETON; JOHNSON; MAIN; 2015, p. 493).

Mas tal documentação revela uma postura particular de interferência na dinâmica interna de um país que não apresenta vários dos problemas que justificam as práticas das novas políticas de segurança, ou seguem o mesmo diapasão adotado para os outros países? Em que medida, na percepção norte-americana, a política chavista ameaçava a cooperação econômica já existente entre os dois países, a ponto de exigir a aplicação das novas estratégias de segurança nacional? Expressariam as evidências documentais a aplicação de tais estratégias e, caso positivo, pode-se afirmar que a crise econômica venezuelana vem sendo acirrada pelo governo norte-americano através de estratégias vinculadas às novas doutrinas de segurança nacional? As intervenções se restringem ao âmbito da defesa dos interesses privados norte-americanos sediados na Venezuela em parceria com os segmentos dominantes

no poder econômico e político e principal grupo beneficiário dos lucros extraídos da extração do petróleo?

A pesquisa visa, portanto, analisar a participação dos Estados Unidos na crise venezuelana, elucidando os interesses em jogo, a continuidade da centralidade na questão do petróleo e na manutenção de sua hegemonia no continente, agora sob a égide de uma agenda neoliberal. Em que pesem as continuidades contidas na interferência dos EUA na Venezuela, demonstra-se que, mesmo sem golpes militares, o poder estadunidense na região continua intervindo diretamente na correlação de forças sociais e políticas, sempre em defesa de seus interesses financeiros e, consequentemente, em detrimento dos interesses nacionais dos países latino-americanos.

Tais evidências apontam para novas estratégias que se combinam com as anteriores. Em alguns aspectos muito mais sutis, dada a possibilidade da utilização dos meios de comunicação, mas outras cujos objetivos permanecem os mesmos. São tais evidências que a documentação citada revela ao historiador

Definindo estratégias que lhe permitem interferir na correlação de forças sociais e políticas do país, treinando e financiando as forças opositoras ao governo venezuelano os EUA atuam no sentido de impulsionar uma crise interna que se insere também nas crises internacionais. Daí a importância de se alterar a dinâmica da análise, centrada inicialmente no fator cultural e político, para se entender como tais fatores internos passaram a ser utilizados para desestabilizar o governo democraticamente eleito no país, buscando, através do aprofundamento da crise econômica, política e social desarticular a base de apoio do governo chavista. Tal perspectiva se ancora na particularidade do capitalismo venezuelano, que se estrutura e se estabelece em torno da exploração do petróleo e da dupla dependência nacional, já que depende do mercado externo para vender o petróleo e para comprar produtos industrializados e alimentícios. Soma-se a tal característica, a associação entre a oligarquia venezuelana e os EUA, que atuaram de forma conjunta para derrubar o governo eleito no país.

Desde a descoberta das primeiras jazidas de petróleo na Venezuela, no início do século XX, as empresas estadunidenses se colocaram no território venezuelano para explorar os recursos naturais ali presentes. Portanto, historicamente, existe uma grande proximidade entre os dois países, a qual se estabelecia à medida que

Venezuela cedia o petróleo, e os EUA, por sua vez, vendiam seus produtos industrializados para a sociedade venezuelana. Tal dinâmica acabava por privilegiar os EUA, pois estes comercializavam produtos com valor agregado maior do que o petróleo venezuelano, que ainda precisaria ser refinado pelas empresas estadunidenses.

No entanto, se a Venezuela depende da economia dos EUA, como grande consumidor de petróleo, os EUA também dependem da Venezuela, sendo necessário para seus interesses manter as fronteiras venezuelanas abertas para seus capitais e para a exploração petrolífera. Desse modo, foi construída durante o século XX a relação entre EUA e Venezuela, que passou a ser considerada uma das principais aliadas comerciais dos EUA nas décadas de 1960 e 1970, considerada um exemplo a ser seguidos pelos países latino-americanos, uma democracia⁴ legítima e representativa e um mercado aberto à entrada e saída de capitais.

No entanto, tal retórica não mencionava as guerrilhas comunistas venezuelanas massacradas por agentes repressivos do Estado – treinados pelos EUA –, a repressão contra sindicatos, partidos políticos ou movimentos sociais, nem a subordinação do Estado venezuelano aos interesses financeiros estadunidenses, em concordância com a Doutrina de Segurança Nacional inserida na lógica da Guerra Fria e colocada em prática na América Latina.

A democracia venezuelana, entretanto, que parecia um oásis em meio ao deserto ditatorial da América Latina, não resistiu às crises capitalistas dos anos de 1980 e 1990. O sistema político que utilizava das vendas de petróleo para sustentar a sociedade venezuelana sucumbiu com o aumento da dívida e o esgotamento dos recursos financeiros pela classe política dirigente, fato que levou o país a adotar uma série de políticas de austeridade fiscal imposta pelo *Fundo Monetário Internacional* (FMI).

In practice, neoliberal reforms meant cutting wages, laying off teachers and other public sector workers, cutting social-welfare spending, and privatizing public goods by selling off natural resources and services like water and gas – not to the highest bidder, but often to the highest

⁴ A democracia venezuelana foi instalada em 1958 após a derrocada do então ditador Perez Jimenez e ficou conhecida como *Pacto de Punto Fijo*. Tal sistema político era baseado no revezamento no poder entre os dois principais partidos políticos do país, a *Acción Democrática* e *COPEI*, que, aproveitando dos recursos naturais venezuelanos e a aproximação com os EUA durante a Guerra Fria, conseguiram manter a democracia representativa sem a necessidade de golpes militares e massacrar os movimentos de esquerda, como a guerrilha venezuelana, por exemplo.

bribery. Under duress from international lender, government handed over their sovereignty by restructuring entire economies according to the dictates of the global Market, giving foreign corporations free rein while they paid almost no taxes, and eliminating any and all price controls put in place to protect the poorest Latin Americans⁵. (MAHER-CICCARIELLO, 2016).

Essas políticas significaram um duro golpe para as classes trabalhadoras, com congelamento dos salários, aumento de impostos e do custo de serviços básicos e desvalorização da moeda. Essa situação deu início a uma série de revoltas sociais que tomaram as ruas das principais cidades da Venezuela (no período conhecido como *política de las calles*⁶) contra as medidas de recorte neoliberal adotadas pelo governo. A principal revolta, chamada de *Caracazo*, ocorreu em 1989 e resultou em um número ainda desconhecido de mortos, em virtude da forte repressão militar contra a intensa manifestação popular que assolou as ruas de Caracas e das principais cidades do país.

Tais eventos representaram o fim de um ciclo político que buscava impor uma conciliação de classe a partir do cooptação de sindicatos, do aumento dos recursos estatais com a extração de petróleo, e da repressão contra os movimentos sociais e grupos políticos que defendiam uma maior autonomia do Estado venezuelano frente aos ditames do capital internacional. A partir da vitória de Hugo Chávez nas eleições presidenciais de 1998, essa política de base neoliberal passaria a ser contestada, uma vez que sua campanha se baseou na negação de tais práticas, na rejeição dos partidos tradicionais e na maior participação popular na administração dos recursos públicos e na gestão do Estado.

Chávez assumiu a presidência da Venezuela em um contexto de crise social, política e econômica, com uma agenda que propunha mudar a maneira como as políticas públicas venezuelanas eram elaboradas, dando maior atenção às demandas sociais, sem, no entanto, negligenciar a importância do capital internacional em um

⁵ “Na prática, reformas neoliberais significaram cortar salários, demitir professores e outros trabalhadores do setor público, cortar gastos com previdência social e privatizar bens públicos vendendo recursos naturais e serviços como água e gás - não ao maior lance, mas maior suborno. Sob coação dos credores internacionais, o governo entregou sua soberania reestruturando economias inteiras de acordo com os ditames do mercado global, dando liberdade às corporações estrangeiras enquanto quase não pagavam impostos e eliminando todo e qualquer controle de preços posto em prática para proteger os mais pobres latino-americanos.”

⁶ O termo *política de las calles* é resgatado dos escritos de Margarita Lopez Maya, no livro “La Protesta popular venezolana entre 1989 y 1993”, quando a autora faz um levantamento sobre os protestos populares na Venezuela após a adoção de uma agenda neoliberal no final da década de 1980.

país dependente da exportação de petróleo. Assim, logo em seus primeiros meses no cargo, Chávez buscou reformar a Constituição⁷ venezuelana, promovendo maior autonomia ao Estado nas questões referentes ao petróleo e na relação entre a prática democrática e a sociedade, na tentativa implementar uma democracia direta e participativa no país.

Para isso, em 2001, o então presidente aprovou as leis habilitantes⁸, as quais buscavam regular aspectos como a participação do Estado nos lucros provenientes da extração petrolífera e aqueles relacionados à propriedade agrária – que deveria ser comprovada junto aos órgãos estatais competentes. A adoção dessas medidas foi o suficiente para que a oposição venezuelana, com o apoio dos EUA, se organizasse e colocasse em prática um plano de desestabilização do governo, o que resultou em um golpe frustrado em 2002. Segundo a embaixadora estadunidense na Venezuela: “El presidente Chávez transcendió su autoridad contemplada en las Leyes Habilitantes al decretar determinadas leyes. La ley de tierra es un ataque contra el derecho de la propiedad privada” (GOLINGER, 2005, p.57).

Tal declaração foi utilizada para justificar a tentativa golpista de militares e atores políticos oposicionistas contra o governo Chávez em 2002. Na ocasião, que será melhor analisada no primeiro capítulo do trabalho, os EUA e a Espanha foram os únicos países que declararam apoio e reconheceram o breve governo golpista de Pedro Carmona. Em 2007, conforme aponta o consultor norte americano, especializado em assuntos sobre a Venezuela, Mark Sullivan, o então Diretor da *National Intelligence*, John Negroponte declarou que Chávez:

⁷ Apesar de não ser objeto do presente trabalho, se faz necessário apontar que a Constituição venezuelana de 1999 (Constituição Bolivariana) serviu de parâmetro para as Cartas de países que também experimentam transformações políticas, sociais e econômicas, como a Bolívia e o Equador. A aproximação entre esses países é de suma importância, pois a cooperação entre eles assume um caráter dialético, onde os avanços e retrocessos são assimilados na tentativa de construção de uma alternativa às políticas neoliberais que dominaram a América Latina durante as últimas décadas.

⁸ Semelhantes às Medidas Provisórias existentes na política brasileira, as *Leis Habilitantes* permitem que o Executivo coloque em vigência certas leis sem que seja necessária a aprovação na Assembleia Constituinte. Ou, como consta do Artigo 203 da atual Carta venezuelana: “São leis habilitantes aquelas sancionadas pela Assembleia Nacional por três quintas partes de seus integrantes, a fim de estabelecer as diretrizes, propósitos e marco das matérias que se delegam ao Presidente ou Presidenta da República, com classificação e valor de lei. As leis habilitantes devem fixar prazos de sua vigência”. Cf. Gilberto Maringoni. “Hugo Chávez desperta ira dos mercados, dos Estados Unidos e da direita”. In *Carta Maior* (10/01/2007). Disponível em:

http://www.cartamaior.com.br/templates/materialimprimir.cfm?materia_id=13260 Acesso em: 13/03/2013.

Is among the most stridently anti-American Leaders anywhere in the world and will continue to try to undercut U.S influence in Venezuela, in the rest of Latin America and elsewhere internationally⁹ (SULIVAN, 2008).¹⁰

Conforme se observa, os assessores especiais contratados pelo Congresso norte-americano apontam a política exterior de Chávez, voltada para a integração do continente latino americano, como um empecilho aos interesses dos Estados Unidos. Tal interpretação já demonstra qual era o pêndulo da balança nas relações entre a Venezuela e os Estados Unidos. Poderíamos até mesmo aventar que tal perspectiva tem sido a tônica deste país em relação a todos os outros do continente.

Os documentos do *Wikileaks* e a política externa dos EUA

Ao disponibilizar documentos¹¹ até então secretos da embaixada dos EUA em diversos locais do mundo, o *Wikileaks*, que tem como um de seus membros do conselho consultivo e principal porta-voz o australiano Julian Assange, possibilitou a todos os interessados um maior entendimento sobre os bastidores da política internacional.

No caso desta pesquisa, abriu-se a possibilidade para que o historiador se colocasse como um ouvinte em reuniões que ocorreram trancadas a sete chaves, sendo possível até mesmo, seguindo as descrições dos embaixadores estadunidenses em Caracas, conhecer as características pessoais e as impressões do corpo diplomático da maior potência do mundo sobre diversos assuntos relacionados à política venezuelana e latino-americana. Uma das particularidades dos documentos secretos disponibilizados pelo *Wikileaks* é que são documentos produzidos que não deveriam se tornar públicos, uma vez que a comunicação interna do Departamento de Estado dos EUA é um subproduto de suas atividades e sua publicação permite conhecer a estrutura do império estadunidense.

⁹ “Está entre os Líderes mais estridentemente antiamericanos em qualquer parte do mundo e continuará a tentar minar a influência dos EUA na Venezuela, no resto da América Latina e em outros lugares internacionalmente”. (tradução livre do autor)

¹⁰ Disponível em SULIVAN, Mark. *Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*. Congressional Research Service. Disponível em: <https://file.wikileaks.org/file/crs/RL32488.pdf>

¹¹ As traduções dos documentos citados no corpo do texto estão em nota de rodapé e são traduções livres do autor.

O aparato diplomático dos EUA recebe a cada ano mais de um bilhão de dólares para *public diplomacy*, termo utilizado para fazer referência a verba destinada a propaganda, influenciar jornalistas e financiar a “sociedade civil”¹², para que estes agentes sociais possam ser a voz do Departamento de Estado em diferentes localidades do mundo (ASSANGE, 2015, P.07).¹³ Dessa forma, os documentos disponibilizados no *Wikileaks* abrem a possibilidade de mapear como se deu a ingerência dos EUA na Venezuela durante o período proposto, demonstrando as formas utilizadas pelo governo estadunidense para desestabilizar o governo Chávez, uma vez que este não seguia diretamente as orientações de Washington.

Ao analisar a política externa dos EUA na obra *A política externa norte-americana e seus teóricos*, Perry Anderson identifica o repertório imperialista¹⁴ dos EUA, que segundo o autor, são “a religião, o capitalismo, a democracia, a paz e o poder dos Estados Unidos como algo único” (ANDERSON, 2014, p.17). Dessa forma, foi desenhado os meios de conquista da hegemonia dos EUA, que utiliza a persuasão, a compra, a troca e a coerção. Apesar do fato de que as intervenções militares fossem consideradas importantes para uma política externa eficaz, a ideia era combiná-las com outras formas de dominação, para assim, ocupar uma “posição que permita a dominação de todos os Estado ao seu alcance” (ANDERSON, 2014, p. 22).

Os EUA buscam, levando em conta uma suposta “missão civilizadora”, construir um mundo à imagem e semelhança da sociedade estadunidense, sendo que, características como a democracia liberal e o livre mercado, eram consideradas

¹² O conceito de sociedade civil aqui referido é tomado na perspectiva da política externa norte-americana, ou seja, aqueles setores organizados da burguesia considerados seus parceiros. Tal perspectiva se expressa no conjunto dos documentos e não como propositura teórica e, na presente tese, o uso deste conceito nesta perspectiva aparecerá sempre entre aspas.

¹³ A importância dos documentos disponibilizados no *Wikileaks* pode ser mensurada com a pressão que o governo dos EUA fez para impedir que os documentos fossem publicados em veículos de imprensa e na perseguição judicial que os idealizadores do portal em questão sofrem por parte dos EUA. (ASSANGE, 2015)

¹⁴ Para Ricardo Antonio Souza Mendes, existe na literatura quatro explicações para o imperialismo dos EUA. A primeira delas é de base cultural, em que a política imperialista é explicada através do desenvolvimento de um determinado conjunto de crenças e valores tidos como universais. A segunda explicação, nomeada como político-estratégica, defende que o imperialismo se relaciona com o surgimento de novas nações expansionistas no século XIX, colocando o imperialismo dos EUA como uma posição reativa. A terceira explicação é econômica, ou seja, defende que o imperialismo se relaciona com a busca de mercados e a quarta explicação, nomeada como Perspectivas combinadas, afirma que as motivações de prestígio, economia e manobras políticas se relacionam mutualmente e são indispensáveis para se compreender o imperialismo dos EUA. Ver: MENDES, Ricardo Antonio. América Latina – Interpretações da origem do Imperialismo norte-americano. IN: *Revista Projeto História- revista do programa do pós-graduação em Historia da puc-sp*, nº31, 2005, São Paulo, p.167-188.

valores universais, os quais deveriam ser protegidos e, onde não existissem, deveriam ser implantados, por meio de intervenções militares ou não.

Como exemplo, é possível citar que, durante a Guerra Fria, os EUA adotaram o discurso contra a subversão, uma vez que a URSS e o comunismo representavam uma ameaça aos ideais estadunidenses. Assim, foi estabelecida a lei de Segurança Nacional, que visava combater o inimigo externo subversivo e defender a democracia, ou seja, “o que tinha que ser protegido, isto é, expandido – contra a ameaça totalitária do comunismo era um mundo livre à imagem e semelhança da liberdade norte-americana” (ANDERSON, 2014, p.41). No entanto, em ocasiões em que a democracia liberal defendida pelos EUA resultava em governos que eram considerados hostis aos seus interesses econômicos, tal abordagem democrática da política externa era deixada de lado para apoiar ditaduras que em nada representavam os valores democráticos.

O mundo livre era compatível com a ditadura: a liberdade que o definia não era a liberdade dos cidadãos, mas a do capital – o denominador comum de suas regiões ricas e pobres, independentes e coloniais, temperadas e tropicais. O que era incompatível com ele não era a ausência de parlamentos ou dos direitos de reunião, mas a revogação da propriedade privada dos meios de produção. (ANDERSON, 2014, p. 69)

O documento *Democracy Promotion: Cornerstone of U.S foreign Policy?*, produzido por Susan Epstein, Nina Serafino e Francis Miko, para o Congresso estadunidense em 2008 relaciona a democracia com os seguintes pressupostos:

Another reason given to encourage democracies (although debated by some experts) is the belief that democracies promote economic prosperity. From this perspective, as the rule of law leads to a more stable society and as equal economic opportunity for all heels to spur economic activity, economic growth, particularly of per capita income, is likely to flow. In addition, a democracy under this scenario may be more likely to be viewed by other countries as a good trading partner and by outside investors as a more stable environment for investment, according to some experts. Moreover, countries that have developed as stables democracies are viewed as being more likely to honor

treaties, according to some experts¹⁵ (EPSTEIN, SERAFINO, MIKO, 2008)¹⁶.

A associação entre democracia como expressão de um Estado de Direitos e estes dois parâmetros como essenciais para a crescimento econômico e para a garantia dos investidores estrangeiros vai perpassar toda a lógica das relações requeridas pelo governo norte americano em relação à Venezuela. Tal postura não mereceria atenção do analista, não fosse o fato deles entenderem que o governo Chávez não se configurava como uma democracia.

Tal postura era baseada na ideia de que o comunismo era a maior ameaça ao mundo livre e ao mercado, sendo uma grave ameaça à segurança nacional dos EUA e dos outros países capitalistas. Portanto, se a democracia chavista era uma fachada para encobrir tendências ao comunismo, ou melhor, como uma ameaça a propriedade privada dos meios de produção e aos interesses de capitais estadunidenses no país, era preferível que se abrisse mão da democracia para que tais práticas não se instalassem em determinadas nações, em especial naquelas em que os EUA tinham grande interesse comercial e/ou econômico. Expressse assim, o que Moniz Bandeira denominou a lógica da

[...] segurança do Free World consistia na segurança dos interesses do Free Market, do business e dos bancos americanos, contra qualquer ameaça nacionalista, identificada com o comunismo, e configurava o fundamento das políticas de qualquer governo dos Estados Unidos – fosse do Partido Republicano ou Democrata – vis-à-vis da América Latina (BANDEIRA, 2017, posição1252).

Refere-se Bandeira ao apoio norte-americano ás ditaduras militares, “inspiradas na Doutrina de Segurança Nacional, que assemelhavam-se ao tipo

¹⁵ “Outro motivo dado para incentivar as democracias (embora debatido por alguns especialistas) é a crença de que as democracias promovem a prosperidade econômica. Nessa perspectiva, como o Estado de Direito leva a uma sociedade mais estável e como oportunidade econômica igual para todos os saltos para estimular a atividade econômica, é provável que o crescimento econômico, particularmente da renda per capita, flua. Além disso, uma democracia sob este cenário pode ser mais provavelmente vista por outros países como um bom parceiro comercial e por investidores externos como um ambiente mais estável para investimento, de acordo com alguns especialistas. Outrossim, países que se desenvolveram como democracias estáveis são vistos como mais propensos a honrar tratados, de acordo com alguns especialistas.” (tradução livre do autor)

¹⁶ EPSTEIN, Susan; SERAFINO, Nina; MIKO, Francis. *Democracy promotion: Cornstone of U.S foreign policy?*. 2008, Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Democracy_Promotion:_Cornerstone_of_U.S._Foreign_Policy%3F_January_29,_2008

especial de regime em permanente contrarrevolução, assentado no princípio de absoluto poder do Estado, sobreposto ao indivíduo e em contínua guerra contra o inimigo interno, a subversão comunista, representada pelos sindicatos, greves etc., que ameaçavam a segurança do Free World.” (BANDEIRA, 2017, posição1252).

No caso da América Latina, sua importância se relacionava com a grande quantidade de recursos naturais existentes na região que eram – e ainda são – de extrema importância para os centros industrializados, sendo, dessa forma, vital que os EUA mantivessem o controle sobre a região. Para Lars Schoultz, a política externa dos EUA em relação a América Latina obedece a três pressupostos: o interesse em relação à segurança nacional, às políticas domésticas e ao seu desenvolvimento econômico, sendo que, para o autor, os EUA podem mudar a forma como coloca em prática sua política externa, sendo que esses interesses permanecem os mesmos (SHOULTZ, 2000, p. 12). Juntamente com esses aspectos, existe a correlação de forças internacionais que impacta na geopolítica mundial, uma vez que o controle da América Latina significaria um “indicador da credibilidade dos EUA nas relações internacionais” (SHOULTZ, 2000, p. 408).

Com o fim da Guerra Fria a ameaça comunista deixou de existir e, em tese, o caminho para o livre mercado e a livre circulação do capital estava totalmente aberto. Não existiriam mais barreiras para o avanço capitalista. Nesse sentido, os EUA passaram a adotar uma “hegemonia preventiva” (SHOULTZ, 2000) no continente, identificando novas ameaças (como o tráfico de drogas, a imigração ilegal, a má gestão financeira e etc) para manter a ingerência nos países latino-americanos (SCHOULTZ, 2000, p. 12).¹⁷

No entanto, as crises inerentes ao capitalismo e a mobilização social abriram caminho para a ascensão de governos com caráter social, que não aceitavam de forma passiva as prerrogativas neoliberais que levaram a América Latina à bancarrota nos anos de 1980 e 1990. Dentre esses, o governo Hugo Chávez tem grande importância, já que, como vimos, adotou diversas medidas que contrariaram os interesses estadunidenses na Venezuela.

¹⁷ Lars Shoultz chama a atenção para a importância da opinião pública estadunidense para tais questões referentes à política externa. Para o autor, os políticos estadunidenses (e seus eleitores), não consideram os latino-americanos capazes de administrar suas receitas, sendo que acabam, invariavelmente, recorrendo a empréstimos dos EUA. Dessa forma, para a opinião pública dos EUA, estes têm o direito de impor reformas estruturais no continente latino-americano (2000, p. 12).

Democracia, Direitos Humanos e Neoliberalismo

Um dos pilares dos discursos que definem a política externa dos EUA é a defesa da democracia, sendo entendida como determinante para o combate ao terrorismo, ou seja, a defesa da liberal democracia é considerada uma questão vinculada à segurança nacional do país, em especial após os atentados de 11 de setembro de 2001, quando os ataques terroristas aos Estados Unidos substituíram a figura do comunismo e inseriram o terrorismo como o grande inimigo da política externa do país. (TEIXEIRA, 2010, p. 35). As principais características da doutrina democrática defendida pelos EUA, que esperamos ter confirmado com a análise da documentação, passa pela defesa do Estado de direito, da defesa dos Direitos Humanos e da igualdade política, sendo tais aspectos instrumentalizados para a construção de um discurso que justifique a ingerência estadunidense na Venezuela.

Mesmo após o fim da Guerra Fria, a consolidação dos EUA como superpotência capitalista e o fim do comunismo soviético, os países da América Latina continuaram sendo alvo de ingerência direta por parte do governo estadunidense a fim de preservar seus interesses financeiros na região, em especial após o fracasso das políticas neoliberais impostas pelo Consenso de Washington¹⁸ e por instituições financeiras como o *Fundo Monetário Internacional* (FMI) e o *Banco Mundial* (BM). Tal fato resultou em uma reorganização das forças políticas e sociais que levaram ao poder grupos políticos que não faziam parte das elites tradicionais latino-americanas que sempre haviam ocupado o Estado para orientar suas políticas públicas em favor de interesses particulares, alijando grande parte da população de direitos básicos de cidadania, muitas vezes garantidos constitucionalmente.

A presença de instituições como o FMI e o Banco Mundial na correlação de forças internacionais demonstra algumas das características do imperialismo capitalista, que busca expandir sua dominação por meios econômicos, uma vez que a “busca incansável de autoexpansão depende dessa capacidade única, que se aplica não somente às relações de classe entre capital e trabalho, mas também às relações entre Estados imperiais e subordinados” (WOOD, 2014, p. 23)

¹⁸ Consenso de Washington é o nome dado ao conjunto de ações desenvolvidas pelos EUA e por instituições financeiras com o FMI no final da década de 1980 para serem aplicadas em países em desenvolvimento que passavam por crises financeiras. Tais políticas de austeridade serviram para impor aos países da América Latina uma agenda neoliberal.

Os antigos impérios coloniais dominavam territórios e subjugavam povos por meio da coerção “extraeconómica”, pela conquista militar e geralmente pela dominação política. O imperialismo capitalista exerceu seu domínio por meios econômicos, pela manipulação das forças do mercado, inclusive da arma da dívida (WOOD, 2014, p. 23).

A chamada “arma da dívida” e o uso de forças econômicas para subjugar países de capitalismo periférico pode ser constatado com o Consenso de Washington, que buscou ajustar as economias em desenvolvimento às novas necessidades de acumulação e circulação do capital, impondo “ajustes estruturais” aos países endividados com o objetivo de ajustar as contas públicas. Nesse sentido, se buscou privatizar os serviços públicos, aumentar as taxas de juros e a desregulamentação financeira que criaram, ao mesmo tempo, uma crise social e econômica nos países periféricos e possibilitaram uma dinamização do capital global, em especial sediado nos EUA (WOOD, 2014, p. 103).

Portanto, deve-se entender a atuação de instituições internacionais como o FMI e o *Banco Mundial* como parte do projeto imperialista dos EUA, que busca impor na América Latina o neoliberalismo, alçado à condição de solução aos problemas enfrentados pelo capitalismo após as crises dos anos de 1980 e 1990. Em um contexto em que a ameaça comunista diminuía, com o declínio da URSS, e com a maior financeirização da economia mundial, o discurso de que o Estado era o responsável pelos desequilíbrios econômicos passa a ser dominante, já que se credita aos programas sociais e de regulamentação da economia, a criação de descompassos no movimento natural da economia, que funcionaria de forma automática. Segundo tal diapasão, após a queda do muro de Berlim em 1989, Francis Fukuyama declarou o fim da História, apontando que a economia de mercado proporcionava a máxima aplicação das potencialidades humanas, respeitando as desigualdades naturais do homem e privilegiando aqueles com mais capacidade. Segundo o autor, recuperado aqui por Puga (1996), o local onde tal teoria teria se comprovado na prática era os EUA, pois,

En su opinión, las lacerantes desigualdades que todavía perduran en este inmenso país son necesarias y no “erradicables”, puesto que se fundamentan en las características especiales de la naturaleza humana. La situación no tiene alternativas válidas. [...] El miedo al

hambre y la pobreza estimula a la gente a trabajar disciplinadamente. Es la ley natural quien dicta la desigualdad, no la voluntad de los hombres. Los norteamericanos, sin practicar el socialismo, han logrado pasar del reino de la necesidad al reino de la libertad, tal como prometen los textos marxistas, según el funcionario del Departamento de Estado metido em aventuras intelectuales (PUGA, 1996, p. 17).

Reconhece-se, portanto, as imensas desigualdades socio/econômicas e culturais vigentes nos países latino-americanos e mesmo nos Estados Unidos, mas essas são consideradas naturais. Ainda, segundo a análise de Puga sobre Fukuyama, este “se ha limitado a tomar posesión a beneficio de inventario de la herencia cultural de Kojève, su padre intelectual, cuando tiene la osadía de sostener que la utopía de la sociedad sin clases de Karl Marx se ha logrado gracias al sistema socioeconómico norteamericano” (PUGA, 1996, p.17).

O caso Venezuelano chama a atenção, pois Chávez pretendia alterar a forma como se dava a relação entre o Estado e a sociedade no país, fato que passa, necessariamente, pelo controle das reservas petrolíferas, pela comercialização e exploração desse produto, e consequentemente, pelos interesses de empresas estrangeiras e de outros países, em especial os EUA, que atuam na Venezuela. Medidas como a regulamentação da extração do petróleo, uma reforma agrária, a aproximação com países tidos como terroristas por Washington – como Cuba, Irã, China, Rússia –, o aumento da participação popular nos processos políticos – por meio de organizações de bairro, de trabalhadores e de mulheres – e a maior presença do Estado na garantia de direitos como moradia, saúde e alimentação levaram os EUA a se alinharem com a oposição derrotada nas urnas venezuelanas na tentativa de interromper o governo chavista, democraticamente eleito.

No documento produzido para o Congresso dos EUA intitulado: *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S. Policy Approaches*¹⁹ é colocado que: “Também há a preocupações de que a Venezuela esteja buscando desenvolver a China como um mercado de reposição, embora as autoridades venezuelanas afirmem que estão apenas tentando diversificar os mercados de petróleo da Venezuela”²⁰.

¹⁹ SULLIVA, Mark; RIBANDO, Clare, RUSH, Rebecca. *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S Policy Approaches* – Congressional Research Service, 2009. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Energy_Supply,_Political_Developments,_and_U.S._Policy_Approaches,_April_23,_2008

²⁰ “There are also concerns that Venezuela is looking to develop China as a replacement market, although Venezuelan officials maintain that they are only attempting to diversify Venezuela’s oil markets.”

Após o fracasso do golpe militar de 2002, os EUA e a oposição venezuelana buscaram novas formas de desestabilizar o governo de Chávez, adotando a justificativa de uma política externa que defende valores tidos como universais, como democracia, livre mercado, respeito às leis e aos direitos humanos (AYERBE, 2002, p. 265). No entanto, como se demonstra neste trabalho, tais argumentos, na verdade, buscam defender os interesses financeiros dos EUA na Venezuela, principalmente em relação à extração e comercialização de petróleo.

A promoção da democracia liberal e da economia de mercado segue sendo temática prioritária no discurso diplomático de segurança norte-americano no pós-Guerra Fria. Esse tem sido o assunto de várias reuniões de Cúpula das Américas e Assembleias da OEA, nas quais os EUA procuram envolver o compromisso dos países latino-americanos com esses valores (SANTOS, 2007, p. 213),

Dessa forma, o governo chavista, tanto no que diz respeito à política interna como externa não se alinhava totalmente com os pressupostos defendidos pelos EUA, o que levou o governo estadunidense a utilizar de diversas organizações, como a *National Endowment for Democracy* (NED) e a *USAID* para financiar e treinar opositores ao governo venezuelano, como forma de retomar seu controle sob o país.

[...] The National Endowment for Democracy (NED), International Republican Institute (IRI), and the United States Agency for International Development (USAID) – has used these funds to train the Venezuelan opposition in a new generation of warfare that would use strategic nonviolence to depose a democratically elected president²¹ (MAHER-CICCARIELLO, 2016).

Conforme se observa a preocupação norte americana em gestar mecanismos de ingerência nos outros países não passava apenas pela cooptação de segmentos da burguesia e do aparato político, mas também pelo treinamento de jovens através de várias instituições e ONGs, como o *Fundo Nacional para a Democracia* (NED), o *Instituto Republicano Internacional* (IRI) e a *Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional* (USAID).

²¹ “O Fundo Nacional para a Democracia (NED), o Instituto Republicano Internacional (IRI) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) - usaram esses fundos para treinar a oposição venezuelana em uma nova geração de guerra que usaria a não-violência estratégica para destituir um presidente democraticamente eleito”.

Outro aspecto importante no discurso diplomático dos EUA em relação à Venezuela é a preocupação com as violações contra os direitos humanos, uma vez que tal pressuposto é entendido como um dos pilares de uma sociedade democrática.

Entretanto, conforme veremos, de acordo com a documentação analisada, podemos perceber que essa preocupação é seletiva, ficando restrita às forças sociais e políticas que fazem oposição ao governo Chávez, demonstrando assim a correlação de forças venezuelanas.

Portanto, a preocupação primeira dos EUA referente às violações dos direitos humanos é a defesa de seus aliados no país, os partidos de oposição, a mídia e outros grupos que se alinham aos seus interesses, como a Igreja Católica, inclusive. Esses grupos formam o que os EUA consideram a “sociedade civil” venezuelana, que deve ser fortalecida pelos programas de fomento estadunidense, demonstrando uma interligação entre defesa dos direitos humanos, respeito às leis, cumprimento das normas eleitorais e a atenção pela democracia, tudo isso sendo monitorado pelos institutos estadunidenses e por grupos tidos como a “sociedade civil” organizada.

A partir da documentação disponibilizada pelo site *Wikileaks*, foi possível perceber a estreita ligação entre a conturbada situação política, social e econômica enfrentada pela Venezuela nos últimos anos com a ingerência de agentes estadunidenses no país, sendo que, muitos dos personagens que aparecem atualmente como aspirantes à presidente (como Henrique Capriles e Leopoldo Lopez) – em uma eventual derrota eleitoral do atual presidente Nicolas Maduro – são próximos dos EUA, tendo sido citados em diversos telegramas e em conversas com membros diplomáticos estadunidenses.

Dessa forma, o recente avanço conservador na América Latina deve ser analisado também sob a ótica dos interesses dos EUA na região, uma vez que, uma América Latina integrada e independente política e economicamente não é interessante para a grande potência do norte, como é possível perceber pela análise dos documentos produzidos pela embaixada em Caracas e pelos relatórios elaborados pelo Congresso estadunidense.

Portanto, o presente trabalho se insere em um contexto em que as relações entre EUA e a América Latina voltam ao centro das atenções após um período em que a hegemonia estadunidense na região aparentava estar consolidada, já que após as ditaduras militares que assolaram a região durante as décadas de 1960, 1970 e

1980 terem adotado políticas de aproximação com os EUA, estes se consolidaram como superpotência capitalista mundial, conseguindo dessa forma, impor o neoliberalismo e o Consenso de Washington na América Latina. Assim, a região aparentava ser a confiável fonte de recursos naturais e mercado consumidor que os EUA desejavam no início do século XXI, sendo possível para a política externa estadunidense se concentrar em outras regiões do globo, em especial após os atentados terroristas em 2001, quando Washington se voltou para o novo inimigo nacional, o terror, promovendo ocupações no Oriente Médio.

A agenda neoliberal adotada pelos governos próximos aos EUA na América Latina e as graves consequências sociais decorrentes de tal medida levaram a um acirramento das contradições de classe em alguns países latino-americanos, o que modificou, mesmo que de maneira parcial, a correlação de forças políticas no continente. Países como Brasil, Argentina, Equador, Bolívia e Venezuela elegeram presidentes que se relacionavam de maneira mais próxima com as demandas sociais, que historicamente foram negligenciadas pelas oligarquias nacionais latino-americanas.

No entanto, atender aos interesses das classes mais necessitadas, com o aumento da autonomia e da presença do Estado na economia para financiar programas sociais significava não seguir a cartilha neoliberal de Estado mínimo e livre circulação de capitais. Assim, o aumento do prestígio de governos com forte base de apoio popular e que adotavam um discurso nacionalista, fez com que a América Latina voltasse a ser uma questão relevante aos EUA, pois demonstravam que havia um afastamento aos interesses estadunidenses na região.

Neste contexto, um dos países que mais chamou a atenção de Washington foi a Venezuela, já que é um país com as maiores reservas de petróleo do mundo e um dos principais parceiros comerciais dos EUA, além de ter sido o primeiro país do continente a eleger um presidente que adotava uma política que questionava o neoliberalismo e, até mesmo, a hegemonia dos EUA no mundo. Então, em 1998, a eleição de Hugo Chávez fez com que houvesse uma mudança na relação entre a Venezuela e os EUA, especialmente devido à oposição estadunidense ao governo democraticamente eleito na Venezuela.

Essa oposição se deu pelo fato de Chávez defender um projeto de desenvolvimento para a Venezuela e para a América Latina diferente do projeto

desenhado pelos EUA, o que motivou Washington a buscar uma aproximação com a oposição venezuelana, buscando desestabilizar seu governo. Tais tentativas de desestabilização se concretizaram em abril de 2002, quando Chávez foi vítima de um golpe de Estado que o afastou da presidência por 48 horas, quando, então, retornou ao Palácio de Miraflores com forte apoio popular. Essa situação demonstrou que as quarteladas, amplamente apoiadas pelos EUA, que interromperam governos democraticamente eleitos na América Latina no século XX, não seriam possíveis com facilidade no século XXI; assim, seria necessário buscar novas formas de inserção nesses países para defender os interesses dos capitais estadunidenses.

Desse modo, os EUA passaram a auxiliar a oposição venezuelana de maneira indireta, com financiamento, treinamento e aconselhamento, para que as forças sociais pró-Washington na Venezuela conseguissem desestabilizar o governo e retornar o poder político no país. Essas práticas visavam organizar a sociedade civil venezuelana (identificada apenas quanto força opositora) para preparar uma série de atos contra o governo, a fim de desarticular a base de apoio chavista e interromper o governo, sem a necessidade de quebra da constitucionalidade. As formas como o governo estadunidense trabalhou para alcançar seus objetivos na Venezuela podem ser identificadas pela análise imanente da documentação levantada para a elaboração desta tese: telegramas secretos despachados da embaixada dos EUA em Caracas e em outros países da região, como Brasil e Paraguai, e relatórios do Congresso dos EUA.

Assim, com base na documentação, foi possível organizar a tese em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No **primeiro capítulo**, apresenta-se um levantamento das principais leituras sobre o chavismo e a Revolução Bolivariana, retomando as chaves explicativas adotadas por diversos autores das mais variadas vertentes políticas. O objetivo foi demonstrar ao leitor a riqueza e a complexidade do objeto de estudo, oferecendo ao mesmo uma espécie de mapa teórico, onde ele pode se encontrar nas mais diversas correntes explicativas para o processo político, social e econômico que acontece na Venezuela. No **segundo capítulo** procedemos a uma análise do contexto histórico venezuelano, demonstrando como se deu a relação entre o Estado e a sociedade venezuelana e a relação entre Venezuela e EUA, bem como as políticas públicas adotadas por Chávez que se mostraram contrárias ao interesse estadunidense na

região. Devido a grande produção acadêmica que envolve o processo político venezuelano no campo das ideias políticas,

No **terceiro capítulo** objetivamos demonstrar, cotejando as informações contidas na documentação com a bibliografia que versa sobre a realidade concreta venezuelana, como os EUA organizaram a oposição venezuelana com o intuito de derrubar o governo democraticamente eleito na Venezuela. Para isso, os EUA buscaram se infiltrar na sociedade civil por meio de várias instituições e ONGs, para promover a desestabilização do governo.

Já no **quarto**, explicita-se as contradições existentes entre os projetos de integração da América Latina, defendidos pela Venezuela e pelos EUA, uma vez que, enquanto Washington busca consolidar a posição da região enquanto fornecedora de matéria-prima e impor os pressupostos do neoliberalismo, a Venezuela adotou uma perspectiva chamada de bolivariana, ou seja, defendeu a integração da América Latina como forma de se construir um continente mais autônomo.

Capítulo I

A questão chavista na historiografia

O objetivo do capítulo é apresentar algumas interpretações sobre o governo Chávez feitas por autores de diferentes filiações ideológicas, com o objetivo de mapear parte da produção historiográfica sobre o período, em particular aquelas que nos auxiliam no diálogo com as evidências das novas formas de intervenção norte-americana ante as políticas do período chavista e anos imediatamente posteriores. Ou seja, a intervenção na dinâmica política daquele país tem sido justificada para a pacificação da nação, a garantia da democracia, mas também indica claramente que a questão principal está nas decorrências da alteração nas políticas internas e externas promovidas desde o governo chavista.

Do conjunto dos textos produzidos sobre tais temáticas utilizamos como critério básico selecionar aqueles elaborados por historiadores inseridos em Universidades ou afetos ao mundo acadêmico. Também não adentramos às produções que podem ser consideradas acadêmicas, mas divulgadas em blogs ou sites que comentam a situação venezuelana à luz de sua recente história, de que são exemplos, os textos de Gustavo R. e publicados na *Military Review*²², cuja retrospectiva histórica é feita para comprovar a tese de que a saída da atual crise venezuelana terá que contar com a ajuda norte-americana e, na defesa de tal proposta, procedem a uma retrospectiva histórica na qual situam a gênese da crise no período chavista.

Também não foram selecionados estudos que analisam os discursos de Chávez, de que é um exemplo o significativo estudo de Juan Eduardo Romero (ROMERO JIMÉNEZ, 2005), ou os textos que recuperam os conceitos, periodizações e interpretações da política daquele país, contida nos livros de história da Venezuela destinados ao ensino médio (OSORIO, 2014).

O critério de seleção levou em conta ainda apresentar autores cujas reflexões dialogam, de alguma forma, com a evidência documental das estratégias que insuflam e aprofundam a crise venezuelana. Ou seja, que produção tangencia com tais evidências, mesmo que sem acesso à tal documentação? O que perpassa pela leitura das clássicas interpretações do período chavista, se revolucionário ou reformista, ou

²² Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/March-April-2017/ART-005/>

neoliberal, pois, de qualquer forma, são tais interpretações que também embasam as novas estratégias intervencionistas norte-americanas.

Um balanço historiográfico significativo foi elaborado por Eduardo Scheidt (2014), no artigo intitulado *Caracterizações do governo de Hugo Chávez na ótica dos estudos acadêmicos*. O autor considera que existem três correntes principais acerca das interpretações sobre o governo Chávez, dividindo as análises sobre o período entre aqueles autores que adotam uma postura de defesa em relação ao chavismo, os que são contrários e os autores que adotam uma postura crítica, que reconhecem os avanços sociais mas identificam limitações, tanto sociais como políticos nos governos de Chávez.²³

Mas considerando o intuito do presente trabalho, a análise da política exterior do governo Chávez produzida por Salas (2016) adquire centralidade, por recuperar as principais tendências que a caracterizam, pois parte do pressuposto de que o governo Chávez, ao propor a construção do socialismo, constituiu uma ruptura em relação ao continuísmo que se caracterizou a partir do pacto do *Punto Fijo*, período que se inicia em 1958 e vai até a vitória de Chávez nas eleições de 1998. Para Salas

A diferencia de los gobiernos puntofujistas que tenían como meta principal (cada uno con sus matices) la defensa a la democracia representativa, el proyecto de la revolución socialista concibe la democracia como participativa y protagónica. Esto cambio de concepción sobre el orden democrático, representa la ruptura de uno de los principales lineamientos que guiaron la política exterior del país desde la llegada de los regímenes electos a través del voto popular (SALAS, 2016, p.132).

O debate historiográfico presente na obra de Guerón (2015), intitulado *La Política Exterior: Continuidad y Cambio, Contradicción y Coherencia* dá continuidade às reflexões sobre a política exterior do governo chavista que vieram à público em 1986, através do livro de Naim e Piñango, intitulado *El Caso Venezuela: Una Ilusión de Armonía* (1984). Neste livro, os autores discutem o peso do petróleo na construção do que eles consideram uma suposta harmonia na sociedade venezuelana durante o período do *Punto Fijo*. Nesse período, o país passou por um acelerado processo de crescimento econômico, marcadamente desde a intensificação da extração petrolífera

²³ Um debate teórico mais aprofundado sobre o governo Chávez pode ser encontrado no livro de Mariana Lopes Vieira Oliveira. OLIVEIRA, Mariana Lopes Vieira. O debate teórico sobre o governo Chávez: paradoxos do chavismo na Venezuela. Campinas, 2016

até as crises capitalistas que tem início na década de 1970 e desembocam nas políticas neoliberais do final do século XX.

Para os autores, as rendas oriundas do petróleo permitiram a sociedade venezuelana postergar conflitos inevitáveis em uma sociedade que passava por um acelerado processo de crescimento. Nesse sentido, as instituições que deveriam mediar os conflitos foram enfraquecidas, deixando um vazio que nos primeiros sinais de crise da economia rentista levaria o país ao colapso.

O teor da análise das relações norte americanas com a Venezuela elaborada por Romero (2006), já se manifesta desde o título *Estados Unidos y Venezuela: una relación esquizofrénica* que identifica que existe uma contradição entre os discursos adotados pelos dois países, em especial durante a presidência de George W. Bush (2001-2009) nos EUA e de Chávez na Venezuela, já que, apesar dos ataques discursivos entre os dois presidentes, as relações comerciais entre os dois países se mantiveram, uma vez que tanto o petróleo venezuelano, como os produtos industrializados estadunidenses são fundamentais para a economia dos dois países. Tal relação se dá, para o autor, pelo fato de Chávez ter buscado se colocar em uma posição de destaque no cenário internacional, procurando construir uma maior autonomia para o continente e incentivando políticas de integração latino-americana que não passavam pelo crivo dos EUA. Tais medidas são consideradas como uma forma de contrariar os interesses de Washington na América Latina.

Tal perspectiva, ainda segundo o autor, tem início com a vitória de Hugo Chávez nas eleições presidenciais venezuelanas em 1998 fez com que a Venezuela passasse a ocupar um lugar de destaque na correlação de forças políticas, sociais e econômicas na América Latina, uma vez que, em meio ao avanço neoliberal no continente, em um país com grandes reservas petrolíferas chegava ao poder político um personagem que não fazia parte da oligarquia política local que historicamente ocupa o poder de Estado e que havia levado o país a uma grave crise social, política e econômica a partir do final dos anos de 1980.

Após o frustrado golpe de 2002, que abriu o caminho para as várias vitórias eleitorais do governo chavista, que contou com forte apoio popular, diversos cientistas sociais passaram a tentar compreender a natureza do fenômeno que se passava na Venezuela. Em um mundo cada vez mais interligado, onde informações são trocadas de forma instantâneas, a tarefa de se entender o que passava no país que havia

revertido um golpe militar apoiado pelos EUA, vencido uma elite oposicionista que controlava os meios de comunicação e apresentava um alto nível de organização dos movimentos sociais passou a ser um exercício que muitos intelectuais se dedicaram nos últimos anos.

A historiografia que analisa a dinâmica da luta de classes e do avanço do capitalismo neoliberal na América Latina, as conquistas sociais vivenciadas por diversos países latino-americanos durante governos tidos como progressistas em países como Brasil, Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina, que mesmo sem terem rompido com o modo de produção capitalista, revela uma polarização ideológica: de um lado, os que interpretam tais governos como revolucionários, para outros tratou-se de períodos ditoriais e há ainda os que os consideram neoliberais. Sobre essa historiografia vamos nos referir mais à frente, após nos determos na análise de autores que situam o processo político, social e econômico venezuelano desde a vitória eleitoral de Chávez em 1989.

Tal temática é objeto de estudo de diversos intelectuais, que se alinham às mais diferentes correntes teóricas e ideológicas, demonstrando a complexidade daquele momento histórico²⁴. Em que pesem as divergências, a historiografia parece ter encontrado algum consenso no que diz respeito ao início do processo que resulta na vitória eleitoral de Chávez, sendo este o desgaste do *pacto de Punto Fijo* e o esgarçamento da frágil relação entre o Estado e sociedade no país, um retrato do capitalismo rentista venezuelano que tem como principal agente modernizador o próprio Estado, que, como afirma Coronil (2017), é mágico, no sentido em que controla sua principal riqueza, o petróleo.

Assim, tanto o Estado venezuelano como as correlações de forças sociais que marcaram a sociedade da Venezuela durante o século XX e início do século XXI, devem ser entendidos a partir dos caminhos trilhados pelas forças políticas e sociais no país no decorrer do processo histórico que possibilitou a formação de um Estado dependente, que atuou durante boa parte do século passado no sentido de facilitar a entrada de empresas estrangeiras no país e consolidar a hegemonia de uma burguesia vinculada ao Estado e à estatal petrolífera Petróleo de Venezuela (PDVSA) que, em contrapartida, negligenciou as demandas populares por mais direitos sociais,

²⁴ Como exemplo, podemos citar as obras de Maringoni (2009), Klein (2010), Lopez Maya (2016), entre outros.

políticos e econômicos, atendendo às demandas do capital internacional, em especial, o sediado nos EUA. Tal fato gerou uma burguesia completamente atrelada aos interesses do capital internacional e que manteve, por todo o século XX, sua taxa de lucros à custa do trabalho e dos ganhos da extração do petróleo.

O Estado venezuelano se colocou como o grande fiador da extração petroleira, sendo o responsável pela administração e distribuição da riqueza entre as diferentes classes sociais venezuelana, garantindo, então, condições para que, no ano de 1958, se iniciasse no país um período de democracia liberal conhecido como Pacto de *Punto Fijo*, quando os partidos Ação Democrática e Copei se revezaram no poder por 40 anos, até que Hugo Chávez venceu as eleições presidenciais em 1998. No entanto, as crises capitalistas dos anos de 1980 e 1990 e a adoção de políticas neoliberais acabaram por destruir a frágil base social do *puntufismo*, resultando no maior movimento venezuelano de insurreição popular no século XX, o *Caracazo* (1989), quando a população tomou as ruas de diversas cidades do país promovendo saques e reivindicando o fim das políticas neoliberais na Venezuela.

É nesse contexto de crise institucional, política e econômica que Hugo Chávez se torna um ator político importante no país, em condições de dialogar com setores sociais antes excluídos pelos partidos *puntufistas*. Com um discurso que negava os partidos tradicionais e prometendo refundar a República, Chávez foi eleito no ano de 1998 para o cargo de presidente da República.

A oposição ao governo Chávez, se acirra quando o presidente tocou na estrutura fundante do Estado venezuelano, que mantinha os privilégios de classe no país, o petróleo. No ano de 2001, Chávez aprovou a Lei de Hidrocarbonetos, que buscava aumentar a lucratividade do Estado nas rendas provenientes do petróleo, além de diminuir a autonomia da companhia estatal PDVSA.

Frente ao aumento das atividades oposicionistas e abastecido com o aumento dos preços do petróleo, Chávez buscou aprofundar as reformas que pretendiam mudar o caráter do Estado venezuelano. Então, com as rendas petroleiras, ele colocou em prática uma série de políticas sociais que visavam melhorar as condições básicas de vida na Venezuela, em especial nos bairros pobres das grandes cidades do país. Desse modo, com um grande carisma e uma capacidade política incrível,

Chávez manteve um alto grau de popularidade e venceu praticamente todas eleições que disputou até sua morte em 2013.²⁵

Desta forma, Chávez buscou impor uma maior presença do Estado na extração do petróleo e reverter parte dos ganhos em programas sociais que melhoraram a vida da maioria dos venezuelanos, se distanciando dos pressupostos de livre iniciativa e liberalizantes preconizados pelo neoliberalismo, sendo o suficiente para que a oposição adotasse uma furiosa campanha contra o governo chavista, acusando-o de ditador, autoritário, populista e até mesmo fascista.

O fato do governo chavista ter direcionado parte dos ganhos proveniente do petróleo para atender às demandas dos mais pobres, representou um prejuízo para parte da burguesia venezuelana, que ocupava o poder de Estado até a eleição de 1998 e que, com apoio dos EUA, tentou desestabilizar o governo venezuelano. Entretanto, após o fracasso do golpe de 2002, a oposição percebeu que os golpes clássicos que assolaram a América Latina durante o século XX não seriam possíveis na Venezuela, em virtude da organização dos movimentos sociais e do operariado do país. Assim, novas ingerências foram buscadas pela oposição para derrubar o governo chavista por meio de um “golpe branco”, ou seja, a troca de governo sem a utilização de meios violentos diretos, em particular o uso de forças militares, mobilizando parte da classe média e recrutando jovens líderes estudantis para liderar manifestações contra o governo.

Apesar do discurso, Chávez não conseguiu alterar a base estruturante da sociedade e da economia venezuelanas, ou seja, a dependência do petróleo. Como já observamos, o que se concretizou foi uma transferência de parte dos ganhos financeiros do Estado para programas sociais e o aumento da autonomia do Estado no comércio petroleiro. No entanto, as bases econômicas que norteiam a correlação de forças sociais e políticas no país se mantiveram inalteradas durante os governos chavistas, portanto, a Venezuela continuou dependente do mercado externo, sem apresentar alternativas internas de desenvolvimento autônomo. Isso faz com que o país mantenha a fragilidade frente ao “humor dos mercados”, que é determinado nos grandes centros de capitalismo avançado, os quais fazem oposição ao governo venezuelano.

²⁵ No período, a única derrota eleitoral de Chávez foi no plebiscito sobre a reforma constitucional de 2007, quando sua proposta foi derrota.

Somam-se a isso os problemas enfrentados pelas iniciativas de participação direta na política. Tanto os conselhos comunais como os círculos bolivarianos ou as empresas de administração mista ainda não conseguiram oferecer uma diversificação produtiva e uma alternativa política à democracia liberal. Ainda que os avanços educacionais e na conscientização da classe trabalhadora no país tenham sido algo a se comemorar – e de certa forma garantem a continuidade do governo –, a burocratização e a corrupção são traços comuns nessas iniciativas, o que desgasta os projetos chavistas frente à população e favorece o discurso neoliberal de ineficiência estatal pregado pela oposição.

O aumento da violência social, do desabastecimento e da inflação também foram, em alguma medida, resultado de políticas econômicas falhas do governo venezuelano, sendo utilizadas pela oposição para construir um discurso de mudança de governo no país. No entanto, é necessário apontar que os problemas levantados podem ser explicados de duas formas: com a ineficiência do governo em conter os problemas decorrentes da política consumista, criada pelo aumento do emprego e do salário mínimo em um país totalmente dependente do petróleo e de produtos importados; e pelo fato da Venezuela, com o intuito de reduzir os preços dos produtos importados, ter passado a vender dólar a preço subsidiado para a burguesia nacional, que, em contrapartida, repassa os produtos para a população como se tivesse comprado a moeda estrangeira no mercado paralelo, o que, muitas vezes, é até 10 vezes mais caro que o câmbio oficial. A burguesia, nesse contexto, busca aumentar sobremaneira sua taxa de lucro, sem o aumento da produção, apenas especulando com o dólar subsidiado pelo governo e com a retirada dos produtos das prateleiras.

Diante desses problemas, a oposição buscou avançar e fortalecer sua posição, conseguindo algumas vitórias importantes. Para tal, contou com forte apoio dos EUA, que passou, por meio de instituições como USAID, NED e OTI, entre outras, a se infiltrar na sociedade venezuelana, adotando um discurso neoliberal, apoiando grupos políticos nacionais simpáticos aos seus interesses.

Dessa forma, os EUA buscaram organizar a sociedade civil venezuelana para que, através dela, se enfraquecesse o governo chavista.

1.1 – Revolução Bolivariana: uma contra-revolução neoliberal

Um dos aspectos mais discutidos entre os analistas da era Chávez é o nível de organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais como um todo e a relação do Estado com tais movimentos durante a presidência chavista, uma vez existe um consenso na historiografia sobre a importância da atuação de movimentos sociais na derrota do golpe de 2002 e na consolidação do governo bolivariano durante o período estudado.

Nesse sentido, o que se discute é a forma como o governo Chávez se relacionou com tais movimentos, ou seja, Chávez foi causa ou consequência da organização social? Até que ponto houve independência por parte dos movimentos sociais para se organizarem e participarem da elaboração de políticas públicas? Qual a relação entre o governo Chávez e o empresariado, o setor financeiro, as multinacionais? Tais questões são fundamentais para se entender a natureza do governo chavista, uma vez que a revolução bolivariana utiliza a retórica socialista.

O historiador Fernando Damasceno oferece uma interpretação que busca fazer uma crítica à esquerda ao governo Chávez. Para o autor, “Chávez foi um traidor da classe operária”, que aprofundou as políticas neoliberais introduzidas no país nos anos de 1980 e 1990 em especial no setor mais importante da econômica venezuelana, o petroleiro. A pesquisa apresentada pelo autor no livro *A face oculta da Venezuela* (2015), utiliza como fontes, uma série de entrevistas com militantes sindicalistas e membros de movimentos sociais para demonstrar, a partir da ação de funcionários da PDVSA na paralização de 2002, como o movimento operário salvou o governo Chávez dos ataques da oposição através de sua atuação independente.

O autor retoma a ação popular no país desde o Caracazo, passando pelo golpe de 2002, destacando a importância dos Círculos Bolivarianos e da ocupação da refinaria de Puerto la Cruz durante o paro petroleiro.

O Caracazo de 1989 e todo o processo de gestão social após sua crise denotam essa efervescência social. O clima de lutas sociais impregnado na sociedade venezuelana permite a criação oficial dos CBs (Círculos Bolivarianos), em 17 de dezembro de 2001. Um espaço em que populares colocarão suas demandas para serem atendidas mediante a pressão social que exercerão entre fins de 2001 e meados de 2003, quando disputarão o controle da política, tentando arrancá-lo da burguesia, tendo seu ápice de independência política

aproximadamente entre agosto e dezembro de 2002." (DAMASCENO, 2015, p.149)

Damasceno defende que, para se entender o nível da luta de classes na Venezuela, era necessário retomar o contexto deixado pelas políticas adotadas durante o *Pacto de Punto Fijo* e pela adoção de planos de restruturação econômica impostos pelo FMI que resultou no rebaixamento da qualidade de vida da população, situação que possibilitou a organização da classe trabalhadora durante o *Caracazo*.

Entendemos que os CBs não surgiram de uma hora para outra, mas sim de todo esse ambiente de lutas sócias da década de 1990, ou seja, tudo vem após o Caracazo, que desperta a população pobre e a classe trabalhadora, fazendo-os compreender que algo poderia mudar somente se houvesse participação direta nas lutas políticas e sociais do país. (DAMASCENO, 2015, p.155)

Frente ao avanço e ao recrudescimento da oposição ao governo bolivariano, a classe trabalhadora se organizou para defender o governo que acreditava defender seus interesses contra a antiga oligarquia que ocupou o poder político durante o *punto fijo*. Para o autor, é essa organização que consegue vencer o golpe de 2002 e recolocar Chávez no palácio de Miraflores.

Assim, em uma análise mais ampla, é possível perceber que um projeto de ditaduras militares, como se vê na segunda metade do século XX, em quase toda a América Latina, não pode novamente ser introduzido a partir da Venezuela como queriam os EUA. Isso é algo novo no quadro conjuntural da América Latina, o que denota uma reorganização da classe trabalhadora latino-americana e de todos os seus movimentos sociais com uma perspectiva até maior em suas pautas de reivindicações, depois de anos de retrocessos e perdas de direitos com as políticas neoliberais implementadas a partir dos anos de 1980. (DAMASCENO, 2015, p.115)

Ou seja, para este autor, o fortalecimento da classe operária que conquista certa autonomia enquanto tal, possibilitou-lhes impedir o golpe contrarrevolucionário contra Chávez e até mesmo ocupar os postos produtivos do setor mais importante da economia venezuelana, a refinaria de Puerto la Cruz durante a greve petroleira de 2002.

A intenção da oposição, já que o golpe militar não foi bem-sucedido, era paralisar economicamente o país através da interrupção da produção do petróleo,

levando a uma crise econômica que resultaria em uma onda de violência e no esgotamento do governo bolivariano. Para tal, a oposição contava com altos funcionários da PDVSA e com a atuação de grandes empresários, que buscaram dificultar e até mesmo paralisar completamente o funcionamento de estabelecimentos comerciais, criando uma situação de carestia na população.

Damasceno afirma que tal estratégia só não foi um sucesso porque contou com a oposição firme e organizada da classe trabalhadora, que ocupou a refinaria de *Puerto la Cruz* e reestabeleceu a produção, possibilitando ao governo um tempo maior para conseguir contornar a crise. O autor oferece um detalhado relato, com diversas entrevistas e relatos da imprensa, de como se deu a ocupação e o retorno das atividades na refinaria, sendo que “efetivamente, dessa vez o governo Chávez somente se sustentou graças à intervenção desses operários petroleiros e ao apoio popular.” (2015, p.348)

A tese central do autor nesse aspecto é a de que os operários conseguiram subverter a ordem social burguesa, tanto no aspecto ideológico, em particular no aspecto meritocrático que norteava as promoções e os cargos dentro da PDVSA, como na própria contestação da propriedade privada dos meios de produção, uma vez que os operários conseguiram, mesmo com as dificuldades inerentes a um momento de acirramento da luta de classes, tomar para si a produção e a distribuição do petróleo na refinaria. Nesse sentido, Damasceno compara o controle operário em *Puerto la Cruz* com os “Comitês de fábricas” teorizados por Trotsky em seu Programa de Transição, que consistia em

[...] na proposta de que os trabalhadores ousassem e produzissem experiências de controle da produção com a ocupação de fábricas, e partissem para ações diretas, passando por cima das ordenanças e instituições burguesas. Passando até mesmo por cima dos próprios sindicatos pelegos e suas lideranças burocráticas e, com isso, ampliando o número de trabalhadores em luta, principalmente nos momentos mais acirrados da luta de classes. (DAMASCENO, 2015, p.398)

Para o autor, essa postura combativa e independente dos movimentos populares era uma ameaça para a burguesia venezuelana, uma vez que o fracasso da paralização dos petroleiros significava sua segunda derrota em menos de um ano e, ao mesmo tempo, um enfraquecimento do governo Chávez, que não conseguia controlar as forças sociais. Para o autor Chávez passa a adotar uma série de medidas

para inviabilizar o aprofundamento da organização operária e popular que havia derrotado o golpe e o paro petroleiro, representando um entrave para a participação direta operária nas decisões da vida pública venezuelana.

Dante dessa contradição na luta de classes, Chávez percebe claramente que, embora tivesse que contar com o apoio popular e operário, não poderia deixar desenvolver seus elementos de independência de classe, haveria que amordaçá-los. (DAMASCENO, 2015, p. 408)

Portanto, Damasceno defende que Chávez cumpriu um papel importante para a burguesia venezuelana, aprofundando a política neoliberal no país, em particular na indústria petroleira e desmobilizando os movimentos sociais combativos que haviam garantido ao governo sua continuidade quando a oposição buscou o golpe e a sabotagem econômica. Assim, utilizando de sua personalidade carismática e de sua retórica revolucionária, Chávez teria atendido aos interesses da burguesia nacional e internacional ao desmobilizar a ação operária, para que experiências como a de Puerto la Cruz não se repetissem.

Nesse aspecto, a análise de Damasceno se aproxima das leituras de que atribuem a Chávez a pecha de populista, já que chama a atenção para o discurso, para o carisma e para a personalidade de Chávez, que conseguia atingir “as mentes e corações dos mais bem-intencionados e abnegados lutadores” (2015, p.413). Em outro momento a análise se aproxima do bonapartismo, no sentido em que Chávez age no intuito de defender os interesses burgueses enquanto atua para interromper o avanço da classe operária.²⁶

Por fim, a hipótese central da obra que estamos discutindo é a de que Chávez foi o disfarce necessário para se colocar em prática a política neoliberal na Venezuela, uma vez que esse conseguia frear o movimento popular e os setores operários (2015,

²⁶ A categoria de bonapartismo faz referência a obra o 18 Brumário de Luis Bonaparte, de Karl Marx, em que o autor analisa o golpe de Estado dado por Bonaparte em 1851, em um contexto após as revoluções de 1848. Nesse sentido, além da grande discussão que envolve a categoria em questão, essa se relaciona com um contexto em que a situação das lutas de classe oferece risco real para a ordem burguesa, que nesse sentido, abre mão do poder político de Estado para defender seus interesses de forma conjunta através de um “bonaparte”. No caso latino-americano, Trotsky buscou entender a especificidade do continente através do *bonapartismo sui generis*, que se manifesta de duas maneiras. A primeira através da repressão aberta do Estado contra setores considerados subversivos. A segunda, o bonapartismo se manifesta em situações não ditoriais, quando o Estado visa conter a ameaça a ordem capitalista adotando reformas políticas para incorporar as massas à esfera política (DEMIER, 2012, p. 29).

p.385), ou seja, o período chavista é considerado pelo autor como um governo neoliberal, que representou uma traição aos setores sociais que defenderam o governo em seus piores momentos, já que para o autor, foi um governo de conciliação de classes que:

[...] por um lado, tem que oferecer mais aos setores populares que o apoiam, dada a sua mobilização, e por outro, não pode romper totalmente com a burguesia que dirige o negócio do petróleo, sejam seus representantes estrangeiros ou nacionais. Chávez percebe isso e tenta mediar, no entanto, tal mediação não traz benefícios à classe trabalhadora e setores populares em geral, mas oferece, sim, políticas de compensações. (2015, p.140)

Segundo Damasceno, o neoliberalismo de Chávez se torna evidente com a política de internacionalização da PDVSA, que tem como objetivo diminuir os direitos trabalhistas, aumentando assim a taxa de lucro da burguesia e a entrega das riquezas naturais do país para as empresas. Dessa forma, o chavismo poderia ser caracterizado como um governo de conciliação de classes, em que o Estado “deseja fortalecer as relações capitalistas e criar um mercado interno mais dinâmico.” Assim, o autor considera que os programas sociais, marcas do governo bolivariano, são políticas compensatórias e assistencialistas, que cumprem um papel negativo na dinâmica das lutas de classe, uma vez desmobiliza e coopta as organizações sociais independentes, inviabilizando a construção de uma consciência de classe no país.

1.2 – A revolução Bolivariana e o “capitalismo de las calles”

Se Damasceno considera o governo Chávez neoliberal, o cientista social Wallace Moraes chega a uma conclusão diferente ao comparar o governo venezuelano com o período em que o Brasil foi governado por Lula. Desde o final dos anos de 1990, em particular com a eleição de Hugo Chávez para presidente da Venezuela em 1998, existe literatura que aponta para uma “guinada da América Latina para a esquerda”²⁷ a partir da vitória eleitoral de forças políticas em países como

²⁷ No começo dos anos 2000, uma corrente teórica buscou contextualizar as vitórias eleitorais de presidentes como Chávez, Lula e Evo Morales como a “virada à esquerda da América Latina”, o que dividiu o continente em dois blocos: de um lado, a “boa esquerda”, que abrangia Brasil e Chile, e que defendia programas sociais e reformas dentro do capitalismo e, por outro, uma proposta de política mais radical em países como Venezuela, Bolívia e Equador – a “má esquerda” –, sendo os presidentes

Brasil, Paraguai, Bolívia, Equador e Argentina cujo objetivo seria o de reverter a trágica agenda neoliberal imposta ao continente no final da década de 1980 e durante a década de 1990. Nesse sentido, muita tinta foi gasta para se entender tal mudança, uma vez que uma aparente alteração na correlação de forças políticas e sociais havia transformado a relação entre Estado e sociedade no continente. Afinal, as forças populares haviam se organizado para reivindicar a conquista de direitos sociais historicamente negados pelas elites políticas dos diversos países do continente.

No entanto, pergunta ele, até que ponto tais governos progressistas realmente reverteram as tendências impostas pelo neoliberalismo no continente, em especial no que diz respeito à relação Capital-Trabalho? É possível falar em uma era pós-neoliberal na América Latina? Essas são algumas das muitas perguntas que Wallace Moraes busca responder em sua obra *Brasil e Venezuela: histórico das relações trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez*.

Como referencial teórico-metodológico, o autor utiliza as tipificações dos diferentes capitalismos pautadas por Therborn, que identifica “um triângulo institucional estruturante do capitalismo, composto por Estado, empresas e mercado” (MORAES, 2011, p. 27). Dessa forma, a pesquisa busca identificar as diferentes fases do capitalismo e como este se organiza em relação às instituições que o compõe nos países em questão.

A obra se inicia com o Brasil, demonstrando como aconteceu a subordinação do capital ao trabalho no país e os caminhos percorridos pela classe trabalhadora até a conquista de direitos trabalhistas, desde a proclamação da República, ainda no século XIX, até o governo Lula.

[...] Por um lado, proprietários de capital, dos meios de produção e subsistência, estes transformados em mercadorias, só passíveis de compra por meio de dinheiro; de outro, descendentes indígenas, negros e imigrantes (brancos e amarelos), desprovidos de capital, obrigados a vender a força de trabalho por dinheiro. Esta constitui a dependência estrutural do Trabalho ao Capital no Brasil (MORAES, 2011, p.33)

Dessa forma, o autor afirma, em linhas gerais, que as leis trabalhistas no Brasil foram conquistadas através da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida

destes países considerados populistas e autoritários. Como exemplos do pensamento em questão são citados Jorge Castañeda, Manuel Alcántara Sáez e Fernando Mires.

e que, tais direitos são concedidos pelo Estado – em conjunto com o empresariado – em momentos cujas pressões sociais colocam em risco a obtenção de lucros por parte da burguesia nacional. Portanto, ele atribui à classe operária as conquistas sociais e a coloca como um agente histórico de suma importância para entender o desenvolvimento capitalista no Brasil. Ao mesmo tempo, atenta para o caráter disciplinador que a legislação trabalhista possuiu, já que esta busca arrefecer as mobilizações operárias.

Essa análise leva o leitor a concluir que, desde a proclamação da República, o Brasil entrou em um ciclo que tendeu a aumentar os direitos trabalhistas, até a ditadura militar, quando tal situação foi revertida, pois os militares adotaram uma postura de forte alinhamento com os interesses da burguesia nacional e do capital internacional. A ditadura reprimiu sindicatos, jornais, revistas, movimento estudantil, entre outras organizações da sociedade civil, diminuiu direitos trabalhistas, reduziu os salários, implantou o fim da estabilidade no trabalho, introduziu o FGTS, entre outras medidas que precarizaram ainda mais a condição de vida do trabalhador. Além disso, diz ele, o modelo de desenvolvimento capitalista colocado em prática pelos militares levou o Brasil a uma crise sem precedentes que resultou na adoção da agenda neoliberal, ao mesmo tempo em que o processo de redemocratização avançava.

A contraposição e a recuperação dos direitos advieram com a Constituição de 1988 que, segundo ele, buscou valorizar e garantir direitos sociais e trabalhistas para a população, ficando conhecida como Constituição cidadã. No entanto, o aumento de direitos trabalhistas previstos pela nova Carta foi alvo de grande pressão das organizações que representam os interesses do empresariado, as quais barraram muitos avanços previstos pelos constituintes²⁸.

²⁸ Para se entender a postura do empresariado, o autor analisou documentos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI)²⁸ que demonstram claramente os propósitos de tais conglomerados do capital nacional. É possível perceber, por exemplo, que a flexibilização da CLT é uma demanda que vem sendo posta na agenda pública pela burguesia desde, pelo menos, a década de 1990, fato que convergia com os ditames impostos pelo Consenso de Washington e da agenda neoliberal. Por outro lado, a obra analisa documentos que mostram a postura da maior central sindical do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), apresentando as contradições presentes em sua postura no que diz respeito à luta por direitos trabalhistas durante o período neoliberal e o governo Lula. Percebe-se que, até a primeira eleição de Lula para presidente, a CUT buscava retirar do Estado todos os mecanismos que controlavam a ação sindicalista, entretanto, com a chegada do PT ao poder político esse discurso mudou.

Referente ao Brasil, o autor elabora a categoria de “Capitalismo Sindicalista de Conciliação” para definir o governo Lula, já que entende que o governo Lula não representou uma reversão ao neoliberalismo, mas sim um freio parcial ao avanço da retirada dos direitos dos trabalhadores. Em nome de um governo de conciliação, Lula e o PT buscaram cooptar as centrais sindicais e, ao mesmo tempo, adotaram uma política econômica que visava atender às demandas da burguesia nacional e do capital financeiro internacional. Diante disso, o autor problematiza a afirmativa de que o governo Lula é “pós-neoliberal”, sendo que, até as políticas de assistência social, como Bolsa Família, remetem a programas neoliberais de governos anteriores.

No caso Venezuelano, o caminho proposto pelo autor para entender o desenvolvimento do capitalismo no país e a relação Capital-Trabalho é o mesmo adotado para o estudo do caso brasileiro. Além de uma vasta base bibliográfica e a abordagem histórica, o autor utiliza documentos da *Federacion Venezolana de cámaras y asociaciones de comercio y producion* (Fedecámaras), *Empresários pela Venezuela* (Empreven) e da *Central de Trabalhadores da Venezuela* (CTV), como ferramentas para compreender a relação entre Estado, Capital e Trabalho na Venezuela.

Logo no início da análise, o autor aponta para uma das conclusões mais importantes da obra: o capitalismo venezuelano é distinto do brasileiro. Mesmo que os dois países obedecam à relação historicamente constituída de subordinação legada à América Latina desde o período colonial, a forma como o capitalismo se estruturou em cada país é diferente, o que acaba por produzir relações de forças diferentes, que se relacionam com o Estado de acordo com as especificidades históricas.

No contexto venezuelano, o autor aponta que não é possível entender o desenvolvimento capitalista no país sem levar em consideração a importância do petróleo para a sua balança comercial, já que, desde que foram descobertas, o Estado venezuelano direcionou suas ações para explorar a extração e a exportação do produto. Portanto, diferentemente do que ocorreu no Brasil, o país praticamente abandonou a produção agrícola e vivenciou uma frágil industrialização, o que resultou em uma organização operária tardia.

Com um país totalmente dependente do petróleo, a burguesia venezuelana se constituiu também dependente do Estado, enquanto a classe trabalhadora se alinhou

com princípios reformistas, uma vez que “o caráter rentista da economia moldou uma sociedade e um aparelho de Estado acostumados à riqueza fácil e dependentes, em extremo, do vaivém do mercado petroleiro internacional” (LANDER, 2005; LOPEZ MAYA, 2006 Apud MORAES, 2011, p.175).

É importante notar também a ingerência dos EUA na Venezuela, sendo que os dois países são grandes parceiros comerciais desde o início da extração regular de petróleo do território venezuelano. Nesse sentido, empresas estadunidenses sempre estiveram presentes na Venezuela, o que faz com que o governo dos EUA busque defender os interesses de sua burguesia no país caribenho.

A grande central patronal venezuelana, a Fedecámaras, que nasceu em 1944 para representar os interesses empresariais junto ao Estado e à sociedade, foi personagem importante para se promover um ambiente político e econômico que possibilitasse uma espécie de paz social no país, produzindo um “grau razoável de consenso no âmbito do Capital, a despeito da competição intercapitalista” (MONCADA, 1985; BOSCHI, 2006 apud MORAES, 2011, p.178).

Em função da petróleo-dependência, a entidade representativa dos capitalistas necessitou do crescente poder do Estado para acelerar o processo de acumulação. Nesse sentido, todos os ensaios de industrialização, substituição de importações e diversificações econômicas estiveram subordinadas a esta associação, que generalizou hábitos perduráveis de consumismo parasitário, ineficiência burocrática e enriquecimento da burguesia. (MORAES, 2011, p.178)

Em relação à organização da classe operária, a análise se detém na CTV, a maior central sindical venezuelana, a qual, historicamente, se notabilizou pela aproximação com os partidos políticos. Segundo Moraes, a aristocracia operária da CTV mantinha estreita ligação com o mercado e com o governo, sustentando a hegemonia de tal central em relação a outros grupos mais combativos. Assim, a aliança entre a CTV e o poder político e econômico foi utilizada para excluir certos grupos que buscavam radicalizar a luta por direitos, como os comunistas, para que a relação Capital-Trabalho na Venezuela não correspondesse uma ameaça ao processo de acumulação capitalista.

O autor considera que assim se desenvolveu o capitalismo venezuelano, um capitalismo dependente da extração do petróleo em um país pouco industrializado, com baixa produção agrícola, importador de produtos primários e industrializados.

Tais particularidades divergem em muito das características encontradas no Brasil e, consequentemente, produziram uma relação entre Estado, Capital e Trabalho distinta.

Como a Venezuela não enfrentou ditaduras militares durante os anos de 1970 e 1980, o país viveu um momento de grande entrada de capitais, o que valorizou a moeda e incentivou o consumo. No entanto, com as crises capitalistas dos anos de 1980, o modelo *puntofujista* entrou em colapso e se aprofundou a adoção de uma agenda neoliberal, situação que persistiu até a eleição de Hugo Chávez em 1998. Assim, juntamente com o neoliberalismo, tem início a “*politica de las calles*”, termo cunhado pela intelectual venezuelana Margarita Lopez Maya (2009) para entender o aumento das manifestações de rua que ocorreram contra o neoliberalismo na Venezuela.²⁹

Para o autor, tal período é de suma importância para o entendimento da chegada de Chávez ao poder político no país, mas também para demonstrar uma aparente contradição existente na Venezuela. Enquanto que, em outros países, o neoliberalismo retirou direitos trabalhistas historicamente constituídos, na Venezuela teria ocorrido o contrário. O Consenso de Washington serviu de combustível para que os trabalhadores venezuelanos buscassem mais direitos.³⁰

Quando as políticas neoliberais cortam o guia da paz social, então os trabalhadores buscam seus direitos nas ruas, principalmente porque os partidos políticos estão muito desacreditados e não os representam. (MORAES, 2011, p.246)

O período neoliberal venezuelano, continua ele, foi marcado por um paradoxo, uma vez que se buscou realizar reformas que atendiam as demandas do mercado e, ao mesmo tempo, em virtude da organização da classe trabalhadora, criou-se leis trabalhistas (MORAES, 2011, p.257). É nesse contexto que Hugo Chávez chegou à presidência em 1998, com um discurso de recusa das heranças deixadas pelos partidos tradicionais e com o objetivo de aprofundar a democracia venezuelana.

²⁹ O Caracazo, movimento de revolta popular contra as reformas neoliberais que aconteceu em 27 de fevereiro de 1989, é considerado o maior levante popular da história venezuelana. Na ocasião, os venezuelanos ocuparam as ruas das principais cidades do país protestando contra as medidas de arrocho fiscal adotadas pelo governo. A repressão estatal foi violenta, sendo que até hoje, ainda não se conhece o número exato de vítimas.

³⁰ Tais mudanças ocasionaram a reforma nas Leis Trabalhistas de 1971. Ver: MORAS, Wallace. Brasil e Venezuela: Histórico das Relações Trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez. Achiamé. Rio de Janeiro, 2011, p.241.

No que se refere ao governo Chávez, o autor elabora duas categorias, o “Capitalismo de las calles” e a “Revolução Legal”. Para Moares, Chávez buscou atender as demandas populares com absoluto respeito às leis do país e, dessa forma, colocou fim aos protestos violentos e trouxe as reivindicações populares para dentro da ordem do Capital. Dessas abstrações advêm as definições de “Capitalismo de las calles” e “Revolução legal”.

Portanto, ele considera que o governo Chávez é marcado por atender as demandas populares com a instalação de uma série de políticas de distribuição de renda, as quais foram possíveis graças ao aumento do preço do petróleo no mercado internacional e ao controle exercido pelo Estado na PDVSA. Dessa forma, seria possível compreender o caminho legalista adotado por Chávez, uma vez que “as exigências dos movimentos sociais são mais legalistas e menos revolucionárias, isto é, não reivindicam o fim do capitalismo, mas melhorias nas condições de vida” (MORAES, 2011, p.260).

É bem conhecida a postura de oposição adotada pela CTV e pela Fedecâmeras em relação ao governo Chávez, o que, em última instância, resultou no fracassado golpe de 2002, em greves gerais e em diversas manifestações. Entretanto, nem todas as associações patronais se colocaram de forma contrária a Chávez. A Empreven (*Empresários por Venezuela*) se alinhou com o governo, gerando a chamada “boliburguesia” venezuelana. Aqui, outro paradoxo se apresenta, enquanto uma central patronal como a Empreven se colocou favorável a medidas como a diminuição da jornada de trabalho para 36 horas semanais, a central sindical CTV se posicionou de forma contrária ao aumento de direitos trabalhistas.

Tais contradições podem ser entendidas no contexto de extrema polarização existente na Venezuela desde, pelo menos, a eleição de Chávez, na histórica relação entre a CTV e parte da burguesia venezuelana, em questões classistas e na possibilidade entendida pela Empreven de conseguir vantagens com a aproximação com o governo, que detém o controle da produção e distribuição do principal produto exportador do país.

É possível perceber, segundo o autor, que o governo Chávez buscou uma mudança na relação entre Estado, Capital e Trabalho na Venezuela, se afastando das políticas neoliberais colocadas em prática durante o período anterior. Tal fato fez com que Chávez fizesse inimigos poderosos, como as já citadas CTV e Fedecâmeras, mas

também os EUA, uma vez que a reativação da OPEP, incentivada pelo presidente venezuelano, influenciava diretamente os interesses das empresas estadunidenses e do próprio governo dos EUA, altamente dependentes da exportação do petróleo.

Moraes conclui que o governo Chávez não foi a responsável por impulsionar os movimentos sociais, mas foi impulsionada por estes, representando um rompimento com o neoliberalismo. Em relação às leis trabalhistas, Chávez propôs uma reforma, em 2006, que dificulta a terceirização, garante um período maior de amamentação para as mulheres, proíbe a dispensa massiva de funcionários, entre outras resoluções, a fim de assegurar mais direitos aos trabalhadores venezuelanos.

Assim, o “Capitalismo de las calles” e a “Revolução legal” teriam representado um governo que, pela primeira vez “olhou para os mais pobres prioritariamente, ao mesmo tempo em que não rompeu com a subordinação do Trabalho ao Capital, mas ajudou a amenizar a exploração e garantir a paz social” (MORAES, 2011, p.284).

No mesmo diapasão está a obra da citada Margarita López Maya, historiadora e coordenadora do *Centro de Estudios del Desarrollo* (CENDES) da *Universidad Central de Venezuela* (UCV) que vem se especializando na análise dos processos sociopolíticos contemporâneos da América latina e da Venezuela em particular. Algumas considerações acerca da produção de Lopez Maya, cujo conjunto de ideias pode ser recuperado através de seus múltiplos artigos publicados em revistas nacionais venezuelanas e internacionais, serão recuperadas ainda nesse capítulo.

1.3 – A governo chavista visto como uma revolução popular

O cientista político estadunidense George Ciccarello-Maher busca entender a Revolução Bolivariana como uma consequência da dinâmica das lutas de classes que marcaram a história venezuelana desde as décadas de 1950 e 1960. Para o autor, Chávez não é a figura central, a liderança do processo bolivariano, mas sim a consequência de uma histórica luta social contra a miséria e a desigualdade que marcam o desenvolvimento capitalista no país. Portanto, para Maher, a história da Revolução bolivariana não é

[...] the story of an evil and all-powerful, would be dictator centralizing all power in his own hands, nor is it the tragic account of a well-meaning populist led astray by the inherent corruption of power. On the contrary,

it is not the story of a great leader blazing a shining path and dragging the people, naïve and pliant, in His turbulent wake. It is not, in other words, any of the many stories we hear about Hugo Chávez Frías, but that is simply because it is not a story about Chávez at all³¹ (MAHER, p.5, 2013)

Com o intuito de demonstrar que Chávez foi criado pelas forças sociais venezuelanas, Maher recupera elementos da história do país, retomando discussões acerca de lutas sociais que marcaram a história venezuelana. O objetivo de tal exercício é resgatar as origens das bases sociais que sustentam a Revolução Bolivariana, indicando que estas já estavam latentes na sociedade antes da eleição de Chávez em 1998. Para tal, o autor resgata a derrota das guerrilhas venezuelanas na década 1960 e a estruturação do sistema democrático no país conhecido como *Pacto de Punto Fijo*.

Para o autor, o fim da ditadura Pérez Jimenez e a instalação do *Pacto* em 1958 representaram o fim da luta social contra a ditadura e o início de uma luta por democracia e igualdade material, mas não apenas a igualdade jurídica, típica das democracias liberais burguesas. Tal descompasso entre as aspirações populares e a democracia liberal se materializa com a política adotada pelo primeiro presidente *puntofugista*, Romulo Betancourt, um dos idealizadores da democracia venezuelana do *Pacto de Punto Fijo*, e que marcou a relação entre o Estado e sociedade no país. Para Betancourt, o povo era apenas uma abstração, e tal conceito representava uma ameaça para a ordem estabelecida, configurando dessa forma uma “democracia protegida do povo”.

Assim, o Estado Venezuelano passou a considerar como parte da sociedade apenas instituições como partidos políticos, sindicatos, grupos organizados, as quais foram reconhecidas como a sociedade civil,³² deixando de fora da dinâmica política

³¹ [...] a história de um mal todo-poderoso, em que o ditador centralizando todo o poder em suas próprias mãos, e tampouco é o relato trágico de um bem intencionado populista perdido pela inerente corrupção do poder. Pelo contrário, não é a história de um grande líder abrindo um caminho brilhante e arrastando as pessoas, ingênuas e flexíveis, em sua esteira turbulenta. Não é, em outras palavras, nenhuma das muitas histórias que ouvimos sobre Hugo Chávez Frías, mas isso é simplesmente porque não é uma história sobre Chávez ”.

³² A oposição venezuelana contra Chávez ainda utiliza tal perspectiva em sua leitura sobre a realidade no país, pois considera como sociedade civil apenas a instituições como ONGs, imprensa, centrais patronais, deixando de fora de sua definição as organizações sociais chavistas. Tal perspectiva também é adotada pelos EUA na elaboração da doutrina neoliberal, como será visto no capítulo 3 do presente trabalho.

as forças sociais não reconhecidas pelo Estado, mas que emergiam em decorrência da miséria e da desigualdade (MAHER, 2013, p.10).

Betancourt and others sought to construct a democratic system that was protect from the people, in which all demands were to be diverted though institutional channels and specifically the two predominant political parties. This was a system of democracy as institutionalized antidemocracy, in which the people could only appear as a fragmentary and segmented nonpeople³³ (MAHER, 2013, p.10)

Nesta perspectiva, isolado o povo da política, a democracia instalada com o *Punto Fijo* representaria, na verdade, uma continuação da ditadura Pérez Jiménez no sentido de constituir uma forma política que impedia a plena participação popular, ao mesmo tempo em que mantinha as práticas repressoras impostas pelas diretrizes da Guerra Fria. É nesse contexto que as guerrilhas venezuelanas começam a atuar com o objetivo de liderar uma revolução no país, baseada na experiência cubana.

No entanto, tal iniciativa revolucionária não conseguiu sucesso, sendo que não contava com apoio massivo da população, além de terem sucumbido a iniciativas de enfraquecimento propostas pelo Estado, que deu início a uma política de pacificação, ainda durante o governo Betancourt, que acabou por dividir as forças sociais na Venezuela, em especial os partidos políticos de esquerda.

Para o autor, essa desagregação das forças populares fez com que as lutas sociais se espalhassem em várias frentes no país, como no movimento negro, nos grupos de povos nativos, nos grupos femininos, nos conselhos de bairros e nas fábricas, sendo que tais forças voltaram a se unificar com a adoção por parte do governo de práticas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990, em particular durante o Caracazo, e, posteriormente, apoiaram a Revolução Bolivariana e o governo Chávez a partir de 1998.

Maher coloca que a dinâmica social que impulsiona e mantém a Revolução Bolivariana se estrutura através da ação desses grupos em uma situação de tensão entre o Estado e a sociedade, que se materializa após a derrota das guerrilhas e o contato entre antigos guerrilheiros e os moradores dos *barrios* venezuelanos. Tal

³³ “Betancourt e outros procuraram construir um sistema democrático que fosse protegido do povo, no qual todas as demandas seriam desviadas através de canais institucionais e especificamente dos dois partidos políticos predominantes. Este era um sistema de democracia como a antidemocracia institucionalizada, na qual o povo só podia aparecer como um não-povo fragmentado e segmentado.”

contato é entendido pelo governo como uma ameaça, que passa a reprimir os movimentos populares, que por sua vez, resistem com uma maior organização interna e com a construção de uma cultura de *barrio*, que se assemelha a formação de uma consciência de classe. Tal dinâmica forma organizações populares, como Conselhos e Assembleias de populares que ainda existem e foram o germe das comunas e conselhos bolivarianos.

O autor identifica no *Caracazo*, no ano de 1989, como o maior movimento social de resistência ao neoliberalismo da América Latina e como sendo o início da quarta guerra mundial³⁴ no país e o início da Revolução Bolivariana, uma vez que foi nesse momento que os movimentos sociais que antes estavam dispersos se uniram, se organizaram e se armaram contra as políticas de reajuste neoliberal impostas pelo FMI e Banco Mundial (2013,p.98). É logo após o Caracazo, no ano de 1991, que se pode verificar a organização de Assembleias de Bairros no país, ou seja, uma organização “de baixo”, com prática de democracia direta, é anterior ao governo Chávez.

In other words, popular rebellion and constituent explosion have the potential to fundamentally transform and challenge the very foundations of the state itself, its “magic”. Fanon, too, was concerned with the conservatizing magic of the national state, but his answer to the “magicians” came resolutely from below, from the sort of mass action exemplified in the Caracazo³⁵ (2013, p.238).

É sob essa ótica de autonomia e organização dos movimentos sociais que o autor busca analisar a vitória eleitoral de Chávez em 1998 e as políticas adotadas por ele no governo, em particular após o fracasso do golpe de 2002 e o paro petroleiro do mesmo ano, quando, mais uma vez, o contato entre antigos guerrilheiros e lideranças sociais organizadas ajudaram a impedir o golpe contra Chávez. Assim, além da vontade particular de Chávez, ou de sua oratória e retórica socialista e anti-

³⁴ Para o autor, citando Luis Britto, a terceira guerra mundial teria sido a Guerra Fria, que terminou com a vitória do neoliberalismo e a quarta guerra mundial começa na Venezuela em 1989 com a luta contra o neoliberalismo (MAHER, 2013, p.101)

³⁵ “Em outras palavras, a rebelião popular e a explosão constituinte têm o potencial de transformar e desafiar fundamentalmente os próprios fundamentos do próprio estado, sua “mágica”. Fanon também estava preocupado com a magia conservadora do estado nacional, mas sua resposta aos “mágicos” veio resolutamente de baixo, do tipo de ação de massa exemplificada no Caracazo.”

imperialista, o que o autor entende por Revolução Bolivariana é algo que não se relaciona com Chávez, mas sim com um longo processo de lutas sociais.

But that is not all that was proven by the events of 2002. They also prove that “the people” are far more than the inert mass that consider them to be, and this has severe implications for the Chávez government. The failure of the coup derived in part from the oligarchy’s belief in this caricature, and the assumption that these poor “hordes”, the “scum” of the barrios, the mindless lumpen (especially once anesthetized by the media blackout). Not only are the popular masses the driving force behind the Bolivarian process, as we have seen, but they are the deciders, those who give and those who take away, those who put people in power and those who remove them³⁶ (MAHER, 2013, p.176).

Portanto, para Maher, a Revolução Bolivariana não pode ser entendida tendo como centro da análise a figura de Chávez, uma vez que ele seria o resultado de uma série de lutas sociais que marcaram a relação entre o Estado e a sociedade na Venezuela. Dessa forma, o autor ainda problematiza a função do Estado na Revolução, uma vez que, se os grupos sociais que compõe a luta de classes no país são formados, em grande sentido, por grupos que são contra o Estado, como estes lidam com um processo revolucionário que tem como instituição central o próprio Estado? Lembrando que na Venezuela, como Fernando Coronil coloca, o Estado é Mágico.³⁷

Para o autor, existe a necessidade de se construir um poder popular paralelo ao Estado, resgatando a teorização de Lenin sobre a dualidade de poder durante o governo Provisório em 1917 na Rússia, sendo necessário substituir os pilares do Estado burguês, a burocracia e o poder militar, por novas estruturas organicamente ligadas ao poder popular. Maher identifica na Venezuela situação similar, uma vez que os Conselhos Comunais e as Milícias constituem uma força popular que compete com o aparato militar e burocrata do Estado burguês (2013, p.240). Dessa forma, a ideia

³⁶ “Mas isso não é tudo o que foi provado pelos eventos de 2002. Eles também provam que “o povo” é muito mais do que a massa inerte que os considera, e isso tem graves implicações para o governo de Chávez. O fracasso do golpe derivou, em parte, da crença da oligarquia nessa caricatura e da suposição de que essas pobres “hordas”, a “escória” dos bairros, o lúmen insensato (especialmente uma vez anestesiado pelo apagão da mídia). Não apenas as massas populares são a força motriz por trás do processo bolivariano, como já vimos, mas elas são as que decidem, quem dá e quem tira, quem coloca as pessoas no poder e quem as remove.”

³⁷ Ver capítulo 3 da presente tese.

seria a de utilizar “elementos do Estado, para a criação de uma alternativa, para a desconstrução definitiva do aparelho de Estado como um todo³⁸” (2013, p.237).

A obra defende que Chávez e seu governo são resultado de uma intensa disputa social que tem início com o *Caracazo*, que levou forças sociais a se organizarem para eleger e defender o governo bolivariano. Dessa forma, para o autor, o que está em jogo na Venezuela não é o governo chavista, mas sim as conquistas sociais resultantes das tensões inerentes a relação entre o Estado e sociedade, que organizada, pressiona para que novas formas de representação e organização política possam ser colocadas em prática.

However, such a view does not entail that Chávez as an individual is purely a representative of the repressive apparatus that is the bureaucratic-military state. His position is far more complex and nuanced than that. In the struggle to push the contemporary revolutionary process forward, Chávez has, for the most part, been an ally up to this point³⁹ (2013, p. 254).

Nesse contexto, Chávez teria cumprido uma função importante por ter agregado os diferentes grupos sociais e ajudado na construção de uma plataforma política institucional comum. No entanto, o fato de Chávez ocupar uma posição dentro de um aparato estatal burguês, ou seja, um aparelho de dominação de classe e estar cercado por uma burocracia estatal e partidária que muitas vezes entende a autonomia popular como uma ameaça a seus privilégios pode fazer com que a confiança depositada em Chávez acabe. Para o autor, a Revolução Bolivariana começou antes de Chávez e pode continuar sem o mesmo.

So, we must move beyond the naïve dichotomy of pro-Chávez or anti Chávez to say, alongside the most revolutionary segments of Venezuelan society, that we support Chávez as long as he supports the revolution; or, to paraphrase this most complex of all figures in contemporary Venezuela, turning his own words into a threat and a

³⁸ “[...] elements of the state, for the creation of an alternative, for the ultimate deconstruction of the state apparatus as a whole”

³⁹ “No entanto, tal visão não implica que Chávez, como indivíduo, seja puramente representante do aparato repressivo que é o estado burocrático-militar. Sua posição é muito mais complexa e com nuances do que isso. Na luta para impulsionar o processo revolucionário contemporâneo, Chávez, na maior parte, foi um aliado até este ponto.”

promise: Chávez, we are with you, pero sólo por ahora- only for now⁴⁰ (2013, p. 255).

1.4- Chávez, líder de uma contrarrevolução antiliberal e antidemocrática?

O historiador mexicano Enrique Krauze, em seu livro *O poder e o delírio* busca fazer uma análise sobre a personalidade de Chávez e a natureza política da Revolução Bolivariana trazendo à baila os temas da contrarrevolução antiliberal e antidemocrática, que caracterizariam o governo Chávez. Logo nas primeiras linhas da obra, Krauze já deixa claro qual é sua perspectiva ideológica, que marca seu entendimento sobre o processo político e social venezuelano.

O poder e delírio é um livro escrito a partir de uma posição democrática e liberal que não exclui, mas que, ao contrário, dá alento à possível convergência com a tradição socialdemocrata do Ocidente (2013, p.13).

Portanto, o autor já afirma que utiliza como baliza teórica a sacralização dos pressupostos da democracia liberal para fazer uma crítica ao governo Chávez, assim como da relação do país com os EUA, Cuba e com a América Latina de forma geral. Dessa forma, resgata o que teria sido a “era de ouro” da Venezuela, quando o país teria conhecido a verdadeira forma da democracia liberal sufocada por Chávez.

Krauze afirma que o período do *Pacto de Punto Fijo* pode ser considerado o período de maior desenvolvimento social e político do país, atribuindo tal aspecto a uma figura em particular: Romulo Betancourt, um dos idealizadores do pacto de *punto fijo*, que teria “configurado a excepcionalidade venezuelana” e que manteve a ordem legal enquanto a América Latina era assolada por ditaduras militares.

A democracia se assentava com firmeza. Não havia um partido hegemônico e sim vários [...] competindo de maneira genuína.[...] Outros fatores necessários numa democracia genuína também

⁴⁰ “Portanto, devemos ir além da ingênuas dicotomias pró-Chávez ou anti Chávez de dizer, ao lado dos segmentos mais revolucionários da sociedade venezuelana, que apoiamos Chávez enquanto ele apoia a revolução; ou, parafraseando esta mais complexa de todas as figuras da Venezuela contemporânea, transformando suas próprias palavras em uma ameaça e uma promessa: Chávez, estamos com você, pero sólo por ahora- só por enquanto.”

funcionavam: a maioria dos juízes era designada por concurso e a magistratura, em geral, mostrava independência dos poderes fálicos; e havia uma liberdade de expressão absoluta, liberdade que incomodava os governantes, mas estes não conspiravam desde o poder para calá-la (2013, p.35)

Ou seja, a pluralidade partidária, a meritocracia dos funcionários do judiciário e a liberdade de expressão, segundo ele, inerentes ao Estado de Direito, eram, segundo conclui, a garantia do desenvolvimento econômico. Dessa forma, o autor assume que a democracia liberal se relaciona automaticamente com o desenvolvimento econômico e a prosperidade social, sendo o período *puntofujista* venezuelano uma prova dessa relação. A esses direitos soma-se “o controle civil das Forças Armadas (com atenção substancial para seu desenvolvimento profissional e educação) e a canalização do movimento insurrecional de esquerda para o parlamento” (2013, p.35)

Nesta ótica utiliza-se um discurso histórico que relaciona Chávez a uma suposta tradição democrática latino-americana, com origens nas lutas de independência, em especial com Bolívar. Assim, o autor “disputa” a herança histórica de Bolívar, sendo que, de um lado, coloca Chávez como um mentiroso histórico, pois desvirtuador do pensamento de Bolívar e de outro, Romulo Betancourt, o verdadeiro bolivariano, por defender e respeitar as regras democráticas.

Hugo Chávez não é o herdeiro do projeto histórico de Bolívar. O herdeiro coletivo desse projeto é a democracia venezuelana, a democracia liberal, social-democrata e cristã na Venezuela. Chávez decretou inexistente, equivocado, morto esse passado democrático da Venezuela, mas a morte que anunciou não é só prematura: provavelmente ilusória (2013, p. 339).

Na obra, a revolução bolivariana de Chávez representou uma ameaça ao continente latino-americano, pois além de não aceitar a democracia-liberal – considerada a única saída para o continente se desenvolver -, resgata a perspectiva revolucionária, que para Krauze fracassou após as experiências do socialismo real do século XX. Nesse sentido, para explicar como a democracia venezuelana entrou em declínio, o autor faz, basicamente, três análises. A primeira é a crise do *Pacto de Punto Fijo*, que se concretiza com o *Caracazo*, a segunda, é a influência da Revolução Cubana, que teria sido a responsável por influenciar uma geração de jovens e por

acabar com experiências democratas da esquerda no continente, e por fim, a própria personalidade de Chávez, tido como um fanático religioso.

Sobre o *Pacto de Punto Fijo* e seu principal idealizador, o adeco Romulo Betancourt, o autor não poupa elogios, considerando-o o verdadeiro líder venezuelano, que deixou de lado o radicalismo das esquerdas revolucionárias para o bem da democracia venezuelana.

O triunfo de Betancourt na eleição presidencial de 1958 é a culminação de seu projeto. Esse projeto incluía um princípio que irá ter muita influência, a instituição da alternância, ratificada pelo eleitorado em 1958. Naquele ano, com a queda de Pérez Jiménez, houve um presidente provisório, o contra-almirante Wolfgang Larrazáal, que depois concorreu às eleições de dezembro apoiado pela URD de Jóvito Villalba e pelo Partido Comunista, e admitiu o triunfo de Betancourt. A partir de então, a política da Venezuela irá ser bipartidária – Accion Democrática e Copei -, que juntos obtêm por volta de 90% dos votos. A alternância irá durar até o final do segundo governo de Carlos Andrés Pérez, da Accion Democrática (1989-1993) (CABALLERO apud KRAUZE, 2013, p.264)

O autor entende que o revezamento entre AD e Copei que marcou o período seria suficiente para garantir a normalidade democrática e o princípio de alternância de poder, um pressuposto básico para os defensores da universalidade da democracia liberal. No entanto, ao fazer tal exercício, o Krauze parece se esquecer de analisar a realidade concreta de seu objeto de estudo, se vinculando a questões apenas abstratas, uma vez que tanto a AD como a Copei representavam o mesmo projeto de poder, sem mencionar a repressão que os governos *puntofujistas* colocaram em prática contra movimentos sociais e operários, além da exclusão do Partido Comunista da vida política venezuelana.⁴¹

Seguindo essa trilha teórica e discursiva, o autor busca legitimar sua defesa do *Pacto de Punto Fijo* mesmo quando se propõem a analisar o seu esgotamento. Para Krauze, o que causou o fim do Pacto não foi a política neoliberal adotada pelos partidos políticos dirigentes e a dependência venezuelana do petróleo, entregue às companhias internacionais, mas interesses de indivíduos isolados, que subverteram o caráter benéfico das leis do mercado para tirar proveito ilícitos do controle do Estado, tido como uma entidade monopolista que impede a efetivação da competição entre

⁴¹ A forma como os presidentes do *Pacto de Punto Fijo* se relacionou com os movimentos sociais venezuelanos é explicitada no terceiro capítulo da pesquisa.

agentes econômicos livres, o que resultaria em um melhor serviço e em melhores condições sociais e econômicas para todos (2013, p.51).

Dessa forma, tendo a Venezuela sofrido pela péssima gestão de indivíduos particulares que ocupavam cargos de poder e controlavam associações de patronato e sindicais, as reformas neoliberais, para Krauze, eram necessárias, sendo que estas, que causaram a pobreza de milhões de venezuelanos, não foram as responsáveis pela crise do Pacto de Punto Fijo, nem mesmo pelo início do *Caracazo*. Para o autor, o problema foi a forma como as reformas foram colocadas em práticas, já que os idealizadores das reformas

Agiram de boa-fé, mas com a insensibilidade sócia própria dos tecnocratas, sem dar importância ao custo humano e sem medir se aquelas fórmulas podiam ser aplicadas com êxito num país subdesenvolvido, carente de disciplina de trabalho e de tradição produtiva, com um empresariado dominado ou dependente do governo paternalista (LISCANO apud KRAUZE, 2013, p.53).

Vê-se que o autor não contextualiza nem explica as condições materiais que fizeram possível a adoção das reformas neoliberais no segundo governo de Andrés Perez, nem mesmo define a natureza do capitalismo venezuelano e a posição que o país ocupa no circuito de produção e reprodução do capital, algo essencial para o entendimento do processo político venezuelano a qual a obra busca entender. A operação que Krauze faz é criticar a forma, não o conteúdo das reformas, ou seja, o problema não é o impacto de medidas liberalizantes e antinacionais para a população venezuelana, mas sim o *timing* da mesma, que acabou por dar início ao *Caracazo*.

Duas semanas mais tarde, num dia particularmente inadequado (segunda, 27 de fevereiro, fim de quinzena), o governo decretou a elevação do preço da gasolina, à qual se seguiu um aumento imediato (e desproporcional) das tarifas por parte do setor de transporte. Em vários pontos de Caracas deram-se confrontamentos com usuários. Logo o conflito aumentou e durante três dias e três noites houve saques de todo o tipo, desde pequenos furtos de comestíveis até assaltos a lojas, de onde as pessoas levavam eletrodomésticos (2013, p. 53).

Como é impossível falar do *Caracazo* sem mencionar a violência pela qual o movimento foi reprimido pelo Exército a mando do presidente Perez, o autor problematiza tal evento. O resultado da repressão foram muitos venezuelanos mortos

pelas forças militares, em um combate que se estendeu por dias nas ruas das principais cidades do país. A grande maioria das vítimas era composta por moradores dos bairros pobres que mais sofreram com as medidas neoliberais e a adoção do Consenso de Washington.

Mesmo com o consenso bibliográfico a respeito da brutalidade da repressão contra os participantes do *Caracazo*, Krauze sente a necessidade de problematizar tal violência, apontando que muitos dos mortos não foram vítimas das balas disparadas pelos militares mas sim em virtude “dos ferimentos provocados por vidros quebrados na hora dos saques” (2013, p. 53), ou seja, o autor responsabiliza a própria população, vítima das medidas adotadas por Perez, pelas mortes.

Para o autor, esses acontecimentos marcaram o fim do *Pacto de Punto Fijo* e abriram a possibilidade de Chávez ser eleito em 1998, dando início a Revolução Bolivariana. Para Krauze, o processo político que tem início com a chegada de Chávez ao posto de presidente da República deve ser entendido através de Cuba, uma vez que Fidel Castro se aproveita do chavismo para conseguir cumprir um projeto da década de 1960, quando o autor relata duas tentativas de invasão de forças cubanas em território venezuelano e a recusa de Romulo Betancourt em prover a ilha com petróleo. Dessa forma, Fidel teria visto em Chávez uma oportunidade de se apropriar do petróleo venezuelano. Na leitura de Krauze, a potência estrangeira que tem interesse no petróleo da Venezuela não é os EUA, mas sim Cuba.

O autor também identifica na Revolução Cubana a grande responsável pelo atraso do continente latino-americano no século XX, uma vez que inviabilizou alternativas tidas como “corretas” pelo autor, como no caso da Associação Popular Revolucionária American (APRA) no Peru, do Partido Revolucionário Institucional (PRI) no México, da AD na Venezuela e da Unidade Popular (UP) no Chile. Em outras palavras, o que Krauze afirma é que a Revolução Cubana

Era a “verdadeira revolução, não os “esquálidos” reformismos social-democratas. Embora haja intelectuais latino-americanos que a essa altura ainda consideram que em Cuba exista uma democracia exemplar, ninguém em sã consciência pode sustentar que Cuba representou um progresso político (2013, p. 342).

Por fim, Krauze analisa a personalidade de Chávez e a forma como este se coloca como presidente e sua relação com os venezuelanos e com seus opositores.

Nesse aspecto o autor é categórico: Chávez não é um democrata, mas sim um religioso, que adota políticas fascistas, que não se furta de se aproximar de radicalismos, inclusive de grupos terroristas islâmicos (2013, p.117). Para Krauze, a maneira como Chávez se comunica com seus eleitores é típica de um discurso religioso, de populistas e de fascistas antidemocráticos latino-americanos (2003, p. 334).

A obra parte do pressuposto que Chávez e a Revolução Bolivariana são reacionários, que entendem o progresso em aspectos do passado, em particular, no reestabelecimento de uma monarquia que remonta ao sistema colonial espanhol. Para Krauze, Chávez se coloca como um rei, enquanto que seus apoiadores na América Latina, países como Bolívia, Equador e Nicaraguá, são entendidos como seus vice-reinados. Para tanto, Chávez utilizaria do poder do petróleo para influenciar eleições nesses países com o objetivo de colocar seus “vice-reis” em diferentes nações, para que, atuando em conjunto, possam acabar com a democracia liberal e com a propriedade privada no continente. Ou seja, para o autor, as potências imperialistas na América Latina são Cuba e Venezuela, o papel dos EUA na geopolítica da região não aparece na análise. (2013, p. 355)

Por fim, Krauze resgata uma leitura bastante comum entre pesquisadores liberais no início dos anos 2000 que entendem o avanço de forças tidas como progressistas no continente de duas formas, de um lado o caminho democrático e “correto” adotado pelos governos brasileiros e chilenos e de outro o caminho autoritário e populista adotado pela Venezuela, uma vez que Chávez entenderia o Estado como a solução para o subdesenvolvimento do país. Para Krauze, o Estado é o problema e a solução para o país é o mercado.

O Estado confisca a iniciativa dos cidadãos. A noção de mercado não conseguiu penetrar nas mentes e nos corações de um povo cultivado pelo viver de renda como modo de ser. Não é de agora, mas de muito tempo, que o Estado patrimonialista venezuelano exerce de maneira arbitrária um poder quase infinito como redistribuidor da renda do petróleo. A grande maioria acha que o melhor governo é o que redistribui melhor e mais justamente. Por isso seu projeto é ver como participa na distribuição, como se organiza, com quanta força reclama. (2013, p.86)

1.5 – Chávez e os “populismos”

Chávez é também caracterizado como um político populista por grande parte de seus adversários políticos desde o início de sua trajetória.⁴² À semelhança de tal postura, encontram-se alguns autores que têm como tema central de suas análises configurar o populismo de Chávez, embora divirjam sobre a natureza da relação entre este político e o populismo.

A discussão acerca do populismo é de longa data, já que o conceito remonta a década de 1950 (GOMES, 2010, p.23), sendo que, em termos gerais, as principais correntes que analisam o populismo consideram que o fenômeno decorre de uma crise hegemônica no poder classista e da inexistência de consciência de classe por parte do operariado. Dessa forma, em um momento histórico particular, em que há o desgaste de uma oligarquia agrária, ao mesmo tempo em que acontece o avanço da industrialização e de um movimento migratório do campo para a cidade, nem as velhas oligarquias, nem as “novas” elites industriais conseguem se colocar como classe hegemônica frente as “massas” emergentes dispostas a reivindicar seus direitos. Seria nesse quadro social e histórico que o fenômeno populista surge, segundo o qual as elites aceitam ceder alguns direitos para as “massas” com a intenção de se legitimar no poder através de um líder carismático que centraliza as funções do Estado e possui contato direto com as massas populares. Ou seja, as massas seriam massas de manobra para a instalação e manutenção de uma hegemonia frágil, expressiva apenas de alguns segmentos de classe (SALGADO, 2015, p. 251).

Por outro lado, existem autores que adotam uma perspectiva crítica em relação ao entendimento sobre o populismo colocado acima, uma vez que consideram que, ao deixar de reconhecer a existência de classe e suas contradições, se reduz a realidade concreta, deixando as “massas” disponíveis para a manipulação de um líder carismático. Dessa forma, o populismo partiria do paradigma liberal-democrático, ou seja, capitalista, para explicar sociedades que não seguiram o modelo de desenvolvimento capitalista europeu, como no caso da América Latina. No caso, o populismo

⁴² Uma análise sobre a apreensão de Chávez como populista por seus adversários e como a imprensa, em especial o jornal Folha de S.Paulo revela o mesmo diapasão analítico encontra-se: SALGADO, Tiago. *A Folha de S.Paulo e o governo Hugo Chávez (2002-2005)*. Paco, Jundiaí, 2015)

[...] seria um fenômeno característico de um dado período de transição de uma sociedade agrária para uma moderna, industrial e democrática. O ponto de partida seria o Estado Oligárquico, pré-burguês, o que historicamente não se verifica, dada a natureza agrária do nosso capitalismo. O ponto de chegada seria, nesta lógica, o fim do populismo, possível quando a transição se completa, com os interesses das classes sociais formadas e se pondo a disputar a hegemonia política em um regime liberal e democrático (BARBOZA apud SALGADO, 2015)

Os autores críticos a teoria do populismo consideram que tal modelo teórico elegeu a pequena burguesia como paradigma e, como estão ausentes das análises do populismo as lutas de classes – já que se considera que as massas estão disponíveis para a manipulação do líder carismático - , fundamentais na fase de transição, fica impossibilitada a existência de projetos sociais alternativos que se desenvolvem na própria realidade histórica: tudo se passaria por meio da manobra política das elites.

Portanto, conforme o sintetizado por Lívia Cotrim, a teoria do populismo reduz o movimento histórico à necessidade das elites de se legitimarem no poder por meio da manipulação das massas, pois, uma vez sem consciência de classe, estariam disponíveis para serem manejadas. Isso porque seus autores eliminam da análise as classes sociais, se atendo à relação indivíduo-sociedade, indivíduo- Estado, elite-massa, desconsiderando a base geradora das manifestações políticas, evidenciando um fato curioso: as elites, em um contexto de crise hegemônica, se apoiam em um líder carismático, que manipula as massas sem consciência de classe, permitindo que essas tenham algumas de suas reivindicações atendidas, mas quem reconhece, aceita e oferece suporte ao *status quo* dominante são as próprias massas, ou seja, as classes dominadas. Entende-se, portanto, que o paradigma conceitual do populismo se encontra na busca pelo poder, o que permite unificar sob esse conceito experiências tão diversas ‘como o peronismo, o varguismo, o aprismo, o castrismo e etc’. (COTRIM, 1999, p.53, apud SALGADO, 2015)

Desse modo, tentaremos resgatar dois autores que buscam entender Chávez como populista, no entanto, de locais teóricos diferentes. A primeira é a socióloga venezuelana Margarita Lopez Maya, que resgata o arcabouço conceitual de Max Weber, considerado pela autora o formulador da teoria sobre o poder “mais importante de todos os tempos” (2016, p. 22), para defender que Chávez é um político populista, que em seu segundo mandato (a partir de 2006) se afasta dos pressupostos da democracia liberal para radicalizar um projeto socialista aos moldes das experiências cubanas e soviéticas do século passado, adotando para tal, políticas autoritárias. Por

outro lado, Gilberto Maringoni analisa o governo Chávez, através de um entendimento diferente do populismo. Para ele o conceito é tomado como um importante fenômeno que tornou possível a integração das massas na dinâmica política latino-americana ao conseguir colocar em prática um projeto de país “dirigido de modo autoritário com auxílio de uma hábil política econômica [...] que atendia aos reclamos de paz social de vários setores do capital e incorporava a classe operária no jogo político” (2010, p. 292). Assim, Maringoni defende que o populismo deve ser entendido em sua complexidade e em sua particularidade histórica, podendo se efetivar de diferentes maneiras. No caso venezuelano de Chávez, o populismo se caracterizaria por ser um populismo progressista.

1.5.1 – O populismo autoritário de Margarita Lopez Maya

Assim como Enrique Krauze, a obra *El ocaso do Chavismo* de Margarita Lopez Maya, um dos nomes mais importantes da intelectualidade venezuelana, deixa claro qual é a vinculação ideológica da autora, uma vez que defende a democracia liberal como parâmetro de suas análises, a qual considera que Chávez se afasta após sua reeleição em 2006.

El agosto de 2004, el presidente Hugo Chávez Frías emergió triunfante de un referendo revocatorio activado em su contra por una coalición de fuerzas sociales y políticas reunidas en la plataforma conocida como la Coordinadora Democrática (CD). Este triunfo marcó un antes y después dentro del proceso de cambios emprendido por el presidente desde 1999, pues según el discurso oficial y la práctica estatal en los años siguientes se comenzó a dejar atrás la democracia participativa y protagónica, asentada en la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (CRBV) para tomar la ruta del socialismo del siglo XXI. Esta nueva fase implicó el distanciamiento de Venezuela de los modelos de desarrollo capitalistas y democráticos-liberales predominantes en América Latina para experimentar con otras prácticas. (2016, p.15)

A autora reconhece que o período do primeiro governo de Chávez é marcado por avanços nas práticas democráticas e de representação popular, em um ambiente marcado pela rejeição popular às práticas neoliberais e pela violência da oposição, que buscou de formas antidemocráticas recuperar o poder político perdido com a vitória de Chávez em 1998. Nesse sentido, Maya considera que Chávez buscou se aproveitar a alta dos preços do petróleo para colocar em prática uma política de

aproximação com as massas, em especial através das *missões* – que garantiram melhorias concretas na vida dos venezuelanos- e para reorientar o papel do Estado no país, adotando medidas redistributivas e de maior controle estatal na economia.

Segundo ela, as ferramentas teóricas que possibilitam entender o chavismo podem ser encontradas na teorização de Max Weber sobre os tipos de dominação, em particular no caso de Chávez a dominação carismática. Para Lopez, a compreensão da dominação carismática perpassa pelo reconhecimento de que a sociedade apresenta propensão ao surgimento de um líder dessa tipologia e pela análise das características predominantes do líder e das particularidades de sua relação com seus seguidores (2016, p. 29). Como as pessoas buscam um líder carismático em tempos de crise, o momento em que Chávez chega ao poder político é propenso, já que o pacto de *punto fijo* havia colapsado com a adoção de uma agenda neoliberal.

A necessidade de se tornar tradicional ou legalizar a dominação carismática, processo esse que Chávez vai tentar colocar em prática durante seu governo através da adoção de eleições, com o objetivo de legitimar de forma racional-legal a autoridade do líder carismático é a conclusão de Lopes calcada em Weber. Assim, se busca desenhar um cenário onde a dominação carismática se justifica através de eleições, dando ao líder um caráter antiautoritário (2016, p. 34).

No entanto, a autora aponta que os processos eleitorais convocados durante o governo chavista não foram democrático, uma vez que as eleições foram consequências do carisma do líder e não ao contrário, ou seja, diferentemente do que acontece em dominações que tem como pressuposto a racionalidade e a legalidade, nesse caso as eleições ocorreram em um contexto de pressão psicológica, onde existia apenas uma opção correta ao eleitorado, ou seja, votar a favor do presidente. Para a autora, a principal ferramenta adotada por líderes carismáticos é o uso de plebiscitos, mais uma vez, calcada na perspectiva weberiana.

Weber menciona como la forma más importante de este carisma antiautoritario la plebiscitaria aplicada por dos napoleones en Francia, después de la toma violenta del poder. Puede convocarse también a elecciones para elegir al cuadro administrativo del carismático, con lo cual este adquiere una menor dependencia de su jefe y va teniendo a ser un servidor de los dominados. Sin embargo, sigue siendo este funcionario de menor calidad profesional que em la dominación racional-legal (2016, p. 34)

Após traçar essas questões mais amplas, Lopez parte para a caracterização de Chávez como um líder populista, que através de seu poder carismático conseguiria manipular para impedir que seus seguidores tenham total consciência da complexidade histórica do momento e da situação em que estão inseridos. Para tal, faz uso de um discurso revolucionário, que conseguiu abranger as aspirações da sociedade venezuelana após o *Caracazo*, sendo estas a necessidade de uma democracia direta, a recusa das políticas neoliberais e a rejeição dos partidos tradicionais (2016, p. 53).

Assim se explicaria o populismo⁴³ de Chávez, um líder carismático e autoritário, que tem como base de seu discurso bélico e militar, o salvacionismo messiânico e o nacionalismo (2016, p. 63).

Este discurso tuvo la clara intención de enfrentar y excluir una estructura de poder y una élite (interna y externa) consideradas como imperialistas, oligárquicas y corruptas. Como contraparte, centrado en la idea del pueblo como le protagonista de la historia y el agente de las transformaciones: “solo el pueblo salva el pueblo, y yo seré el instrumento de ustedes” (2016, p. 63).

Chávez articulava um discurso contra a oligarquia imperialista e corrupta, que inclui os setores populares, centrado na ideia de que o povo é protagonista da histórica, incentivando, dessa forma, a polarização da sociedade venezuelana. Para a autora, tal ambiente polarizado é utilizado por Chávez para colocar em prática sua política plebiscitária, que se caracteriza pela execução de uma campanha constante, já que o povo é chamado às urnas a todo o momento.

No entanto, todas as eleições ganhariam contornos plebiscitários, como se fossem uma prova da legitimidade do governo, onde Chávez é o centro de toda e qualquer disputa, ou seja, não se votaria pelas propostas, mas sim a favor ou contra o líder. Para a autora, tais características, em um país como a Venezuela, onde quem controla o Estado tem acesso a grandes recursos financeiros do petróleo, faz com que o líder populista consiga disputar as eleições de forma desigual, prejudicando um dos

⁴³ A autora se alinha com a conceitualização de Ernesto Laclau sobre o populismo, considerando o conceito como uma “forma universal de hacer política, que aparece para empujar aspiraciones de inclusión social, y cuyo eje definitorio es un discurso de gran valor movilizador, que construye sujetos políticos antagónicos e irreconciliables: el pueblo y la oligarquía. En esta literatura se reconoce como una forma de democracia directa que privilegia el vínculo identitario entre un líder carismático y sus bases, y rechaza las formas mediadas de la democracia representativa” (MAYA, 2016, p.53).

pressupostos básicos da democracia liberal, ou seja, a ideia de igualdade entre as forças políticas em disputa (2016, p.66).

1.5.2 – O populismo progressista de Maringoni

Gilberto Maringoni, um dos primeiros a se dedicar a analisar a Venezuela chavista no Brasil⁴⁴ também pensa o governo chavista através da chave explicativa do populismo em artigo intitulado “Que tipo de liderança é Chávez?”.⁴⁵ No texto, Maringoni parte de um pressuposto diferente do adotado por Margarita Lopez Maya, que entende a democracia liberal como um valor universal e o populismo como um afastamento dos ritos democráticos. Para Maringoni, o populismo se caracteriza como uma forma de acusação contra toda figura pública que se afasta do receituário ortodoxo liberal:

Quem externar contrariedade à pretensa racionalidade técnica das políticas de ajuste estrutural em favor do fortalecimento do caráter público do Estado ou tentar materializar orientações de distribuição de renda ou de justiça social ganhará logo a pecha de populista nas páginas e telas da grande imprensa mundial. Equipara-se assim o populismo à demagogia, à mentira e à conversa mole de políticos espertalhões para se manter no poder. (2010, p. 287)

O autor aponta para o fato de que tal definição sobre o populismo corresponde a uma lógica neoliberal, que tende a mudar os significados de conceitos, assim como instrumentalizar de forma ideológica seu uso. Dessa forma, se desloca as contradições de classe para aspectos puramente abstratos, como por exemplo as contradições entre moderno e atraso ou o desmerecimento das conquistas sociais, como os direitos trabalhistas, entendidas pelo vocabulário neoliberal como privilégios. Dessa forma, o populismo serviria como o “desmascaramento definitivo de maus governantes”, algo vinculado ao arcaico, que rejeita as benesses do mundo moderno e globalizado (2010, p. 288).

⁴⁴ Autor de *A Revolução Venezuelana* (Unesp, São Paulo, 2009) e de *A Venezuela que se reinventa* (Perseu Abramo, São Paulo, 2004).

⁴⁵ MARINGONI, Gilberto. Que tipo de liderança é Chávez? IN: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas*. Boitempo, São Paulo, 2010.

Citando inclusive textos de Margarita Lopez Maya, Maringoni busca fazer uma breve análise retrospectiva sobre a história do conceito, se alinhando a abordagem que busca colocar o populismo em seu lugar histórico, ou seja, como um fenômeno específico da América Latina, onde existem sociedades de capitalismo tardio, de industrialização e urbanização aceleradas (2010, p. 289). Nesse sentido, o populismo seria uma forma de introduzir uma nova cultura política na América Latina, baseada no papel interventor do Estado, sustentado em três agentes básicos:

O Estado, o capital estrangeiro e o capital privado nacional, como sócio menor. O capital estrangeiro entrou de forma crescente, à medida que os poderes públicos ofereceriam condições cada vez mais vantajosas de investimento e de retorno (2010, p. 290)

O populismo seria, assim, o resultado de condições históricas específicas, em sociedades de capitalismo tardio que apresentavam uma configuração social agrária, onde uma oligarquia vinculada a terra e a produção agrária concentrava o poder de Estado. Nesse contexto de agudização capitalista, em que se aprofunda a industrialização e o êxodo rural, em sociedades em que as novas instituições ainda não oferecem condições de normalidade, o líder populista aparece como o responsável pela pacificação social, ao mesmo tempo em que constrói todo arcabouço jurídico e institucional que torna possível a exploração e a reprodução do capitalismo na periferia. Por isso os líderes populistas, em contato direto com as massas, não precisariam prestar contas aos ritos institucionais, como teria feito Vargas, por exemplo, conseguindo atender diretamente os anseios dos trabalhadores, com leis que regulam a relação entre capital e trabalho, e promover a paz social que os setores do capital desejavam e incluir a classe operária no jogo político. Nesse sentido, o populismo pode se apresentar, dependendo das circunstâncias históricas, a uma só vez como “nacionalista e progressista, autoritário e elitista” (2010, p. 292).

O populismo permitiu a entrada das massas empobrecidas no cenário político latino-americano. Em alguns casos, tornou-as protagonistas do processo. Até seu advento, a vida política estava centrada especialmente nas disputas entre facções das oligarquias agrárias. O populismo democratizou a atividade política (2010, p. 293).

Tendo em mente a necessidade de se analisar as condições objetivas em que o populismo se manifesta, Maringoni aponta ainda que o discurso “acentuadamente

antioligárquico, anti-imperialista e, na prática, demarcado interesse de classe” de Chávez não se alinha com a demagogia que marcou os líderes populistas conservadores. (2010, p. 293). Dessa forma, o autor defende que após as crises neoliberais e o *Caracazo*, a Venezuela entrou em um processo de desgaste do sistema político vigente, criando um ambiente em que não existiam condições para que o arcabouço institucional conseguisse dar vazão as demandas sociais, ou seja, nem sindicatos, nem partidos políticos, nem mesmo o Estado ofereciam legitimidade para o “exercício mínimo da democracia representativa” (2010, p.296). Nesse ambiente, “era difícil deslumbrar outro caminho na Venezuela se não o exercício da liderança em linha direta com as massas” (2010, p. 296).

Portanto, o autor defende que o populismo de Chávez não é uma questão de escolha de um líder autoritário, mas sim uma contingência histórica, de uma adaptação às condições objetivas encontradas, em que Chávez se valeu do alto preço do petróleo, em especial entre 2004 e 2008, para ampliar programas sociais e fortalecer o poder de intervenção do Estado, estatizar empresas antes privatizadas e dar impulso a sua agenda internacional (2010, p. 296).

Se abstrairmos seu discurso, sua ação interna se mostra como caudatária de uma espécie de desenvolvimentismo petroleiro. Há na conduta do mandatário venezuelano semelhanças com as experiências capitalistas de fortalecimento do poder público, realizadas nos anos de 1930 em parte do mundo industrializado (2010, p.296)

Concluindo, para o autor, o populismo de Chávez não foi autoritário (como afirma Margarita Lopez Maya), mas sim se efetiva de forma progressista na realidade venezuelana, uma vez que criou novos parâmetros institucionais em uma realidade onde Chávez era o fiador da legalidade, conseguindo colocar nas margens setores da oligarquia que tentaram derruba-lo. Se Chávez conseguisse construir canais democráticos de participação efetiva, seu próprio populismo acabaria por criar condições concretas que o inviabilizariam (2010, p. 297).

Por fim, esperamos ter demonstrado a complexidade das leituras referentes ao governo Chávez, sendo que autores como Damasceno consideram o período como uma radicalização das políticas neoliberais, enquanto que autores como Moraes defendem um afastamento do governo chavistas aos pressupostos neoliberais. Ainda

encontramos autores que consideram Chávez um ditador anti-democrático e autoritário, como no caso de Krauze, e outros que o identificam com o conceito de populismo, como Maringoni e Lopez Maya.

CAPÍTULO II

A formação do capitalismo venezuelano e os EUA

Para se entender a formação do capitalismo venezuelano, assim como suas particularidades, se faz necessário pensar a própria posição da Venezuela dentro do sistema de circulação e reprodução do capital, sendo que a existência de grandes reservas de petróleo no país é de fundamental importância para tal entendimento. A Venezuela se destaca no cenário mundial, ao menos desde o início do século XX, como um dos principais países produtores de petróleo, sendo que, dessa maneira, o país de Bolívar – grande expoente do processo de independências das colônias espanholas no século XIX – passou a ser peça-chave na dinâmica capitalista mundial, em que os países desenvolvidos, necessitados de recursos naturais para manter suas bases produtivas, buscaram impor seus interesses em áreas de desenvolvimento capitalista tardia, ou dependente, como é o caso da América Latina.

No decorrer do século XX as elites venezuelanas, associadas ao capital internacional, em especial os estadunidenses, construíram um sistema de democracia liberal que tinha como objetivo garantir a tais oligarquias o controle do Estado e, consequentemente, o controle das reservas de petróleo nacionais, abrindo as fronteiras do país para a entrada de capitais e empresas estrangeiras com o intuito de explorar o petróleo, ao mesmo tempo em que reprimia sindicatos, partidos políticos de esquerda e movimentos sociais, impedindo greves e a organização operária, criando um ambiente que possibilitava a otimização da exploração do trabalho, garantindo às empresas sua elevada taxa de lucro e os privilégios da oligarquia nacional, que se apoderou do Estado.

É nessa esteira que se configura a crise econômica venezuelana dos anos de 1980 e 1990, que juntamente com outros países latino-americanos, sucumbiu a mudança das próprias condições do capitalismo, criando um ambiente em que o pagamento das dívidas externas se mostrava inviável. Tal situação foi utilizada como justificativa para a tentativa de imposição de políticas de austeridade fiscais de natureza neoliberais, que significavam o corte do gasto público, privatizações, corte de salários, fim de subsídios, diminuição de serviços públicos, desregulamentação econômica entre outras medidas que tiveram como consequência direta o rebaixamento das condições de vida da maioria dos trabalhadores venezuelanos.

Esse contexto de crise social, econômica e institucional significou a radicalização das contradições de classe no país e a chegada de Hugo Chávez ao poder político, com a promessa de reorientar a relação entre o Estado e a sociedade no país, criando as bases para o surgimento de uma democracia direta e protagônica, aproximando a sociedade da construção de políticas públicas e aumentando o acesso às divisas provenientes do petróleo através do aumento da presença do Estado no processo de extração, refino e circulação do produto.

Tal mudança de postura tentada por Chávez criou um ambiente político e social ainda mais radicalizado, uma vez que parte da sociedade civil venezuelana, em particular as oligarquias que haviam sido afastadas do poder político, e os EUA se colocaram de forma contrária a tal movimento, já que entendiam que representava uma ameaça a seus interesses no país. A presença dos EUA na Venezuela remonta de longa data, uma vez que, como principal nação imperialista⁴⁶ da região, já no início do século XX, havia substituído as antigas metrópoles coloniais e a Inglaterra como a

⁴⁶ O imperialismo aparece para caracterizar a situação internacional entre os anos de 1875 e 1914, em um contexto de expansão capitalista e pela busca dos países centrais por mercado consumidor e matérias primas, criando assim uma economia de caráter global. Nesse sentido, uma série de teóricos buscaram interpretar tal fenômeno, entre eles podemos citar Rosa Luxemburgo e Lenin. Enquanto Rosa Luxemburgo “procura explicar a expansão do capitalismo como algo inerente ao próprio sistema”, onde o imperialismo “não é uma opção entre outras de política externa, senão uma necessidade vital do sistema” (AYERBE, 2002), Lenin o imperialismo “gera uma nova divisão internacional do trabalho pela partilha do mundo entre as grandes potências capitalistas, deslocando os sintomas agudos da gravidade da crise do centro para a periferia” (AYERBE, 2002). Na trilha elaborada por Ellen Woods (2014), que considera que o imperialismo busca operar o máximo possível por meio dos imperativos econômicos, e não pelo domínio colonial direto, ou seja, emula para o campo geopolítico a forma como o capital exerce sua dominação sobre o trabalho, sem utilizar o poder coercitivo direto, já que os trabalhadores dependem do mercado e são obrigados a vender sua força de trabalho como forma de subsistência. Nesse sentido, a autora também debate com Michael Hardt e Antonio Negri, quando se trata da condição do Estado-Nação, que segundo os autores está em decadência. No entanto, Woods argumenta que a própria hegemonia imperial depende da estruturação do Estado-Nação, que confere a previsibilidade necessária para a circulação e reprodução do capital em âmbito global. Outro debate que se coloca em relação ao imperialismo é a sua suposta superação pela categoria de globalização, inserida em uma lógica neoliberal e pós-moderna. Nesse ponto José Rubens Mascarenhas (2009) argumenta que tal exercício teórico sintetiza “a lógica da economia capitalista à efemeride mercado – essa entidade que integra o sistema, mas que não passa da abstração de uma rede de intercâmbio e distribuição, não explicando, per si, o modo como a sociedade produz. Aqui se encontra o eixo propulsor da polêmica gerada em torno do tema imperialismo.”, ou seja, “o que se denomina globalização é a atual versão do imperialismo, aqui tipificado nas adequações econômicas das políticas neoliberais do capitalismo predominantemente financeiro, nas relações entre economias periféricas e centrais, ilustrado pela dissonância entre os estratosféricos números macroeconômicos mundiais e o crescimento real da economia e no descompromisso institucional com o bem-estar social.” Para o presente trabalho, pensamos que a conceitualização utilizada por Ayerbe (2002) é de suma importância, uma vez que o autor considera como imperialismo 1 -“as relações econômicas, destacando a expansão do capitalismo norte-americano na América Latina”; 2- “A articulação entre os interesses privados (mercado) e interesses nacionais (Estado) na formulação de agenda de segurança e da política externa dos Estados Unidos para o hemisfério”; 3- “a interação entre os grupos dominantes dos Estados Unidos e da América Latina”.

grande potência capitalista regional, buscando defender os interesses de seus capitais em territórios estrangeiros.

Para Lars Schoultz, desde o final do período napoleônico, no século XIX, os EUA buscam se consolidar como potência hegemônica na América Latina, sendo que, a primeira preocupação estadunidense era garantir que as potências europeias estariam fora do continente latino-americano, ao mesmo tempo em que os EUA consolidariam seus interesses comerciais na região (2000, p.19).

Assim, os EUA entram na corrida imperialista, tendo como área de influência a América Latina, que é entendida como fonte segura de matérias primas e mercado consumidor. Para justificar sua postura imperialista, os EUA vão construir um discurso de que devem levar o progresso para os países atrasados latino-americanos, atuando de forma “paternalista”.

Os líderes políticos dos EUA obtinham a aquiescência do público alegando em cada caso específico – nunca como um princípio geral – que as alternativas à dominação pelos EUA, quaisquer que pudessem ser, seriam piores. Os EUA tinham a responsabilidade moral de agir, não em interesse próprio, mas nos interesses do povo inferior que pretendiam dominar (SCHOULTZ, 2000, p.111).

Nessa perspectiva, os EUA passaram a nortear sua política imperialista com o intuito de mediar conflitos internos e externos na América Latina com o objetivo de diminuir a influência europeia e a “auxiliar” os latino-americanos com seus problemas políticos e econômicos. Um exemplo importante do papel dos EUA na resolução de conflitos na América Latina pode ser encontrado na disputa fronteiriça entre a Venezuela e a Inglaterra no final do século XIX. Na ocasião, a Inglaterra e a Venezuela disputavam a região próxima ao rio Essequibo, na Guiana, sendo que, se aproveitando da Doutrina Monroe, os venezuelanos buscaram auxílio estadunidense para resolver o impasse.

Assim, após longas conversações, os EUA entraram na discussão como parte integrante da negociação, sendo que 1899 se decidiu que a Venezuela ficaria com a margem sul do rio Orinoco e a Inglaterra teria a posse de grande parte do território em disputa. Cabe ressaltar que tal decisão foi tomada sem a participação venezuelana, quer dizer, EUA e Inglaterra se reuniram para decidir uma questão que tinha a Venezuela como interessado direto.

A Venezuela havia sido excluída das negociações que determinaram o princípio sob o qual a decisão de arbitragem deveria ser baseada, e não teve membros na comissão de arbitragem. Como indicava um artigo da American Law Review de 1897, os quatro árbitros “representam um grupo de constituintes de língua inglesa”. Com base na lei comum inglesa, o artigo prosseguia: “o Rei Oscar [da Suécia e Noruega] tende a constatar que, quanto aos princípios justos que baseiam e governam a controvérsia, seus colegas, embora estranhos a ele e entre si, vido a ele, de lugares distantes da terra, atuam como se, durante todas suas vidas, tivessem realmente convivido; ele perceberá que, embora eles possam não ter sentado aos pés do mesmo Santo, todos eles beberam da mesma fonte (SHOULTZ, 2000, p.147)

É essa a trilha que a política externa dos EUA segue em relação a América Latina, se colocando como defensores e promotores da civilização e do progresso em um continente marcado por disputas territoriais e revoluções. É ainda no século XIX que as políticas a Doutrina Monroe,⁴⁷ que incentivou os processos emancipatórios latino-americanos entra em contradição com a própria formação dos Estados Nacionais no continente. Em meio a disputas entre as elites oligárquicas, entre setores populares e nativos, em meio a discussão acerca de reformas como a agrária e a urbana, a autonomia nacional dos países latino-americanos passa a ser entendida como uma ameaça pelos EUA, já que interesses e propriedades de empresas e cidadãos estadunidenses estavam em risco de serem estatizados.

Já no início do século XX, após os EUA terem atuado mais uma vez como árbitro na disputa entre diversos países europeus, em especial a Inglaterra e a Alemanha e a Venezuela, quando o então presidente venezuelano, General Cipriano Castro, se recusava a atender as solicitações de estrangeiros de forma especial, solicitando que os mesmos entrassem com representações no sistema jurídico venezuelano como qualquer outro cidadão, levou grupos de investidores a cobrar os empréstimos feitos a Venezuela, causando uma crise econômica no país. Nesse contexto os EUA passaram a atuar como controladores das finanças dos países latino-americanos, com o objetivo de garantir que estes honrassem seus compromissos.

⁴⁷ Izaura Peghim Merendi lista as doutrinas da política externa dos EUA desde o século XIX até meados do século XX: Doutrina Monroe (1820-1830), Primeira Conferência Pan-Americana (1889), Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe (1904), Diplomacia do Dólar, intervenções regionais de 1900 a 1930 e a Boa Vizinhança (1930 a 1945). Ver: MERENDI, Izaura. Justificando intervenções: A Política Externa Norte-Americana e a América Latina. Dissertação de Mestrado. São Carlos, 2007.

Desde modo, a administração Roosevelt reivindicou o direito de controlar pequenas nações caribenhas, armando o cenário para a Diplomacia do Dólar de seu sucessor e criando a expectativa comum em nossa própria época, de que a orientação econômica dos EUA – Consenso de Washington – é a única alternativa para o caos econômico (SCHOUTZ, 2000, p.214)

Dessa forma, os EUA passaram a agir com o intuito de garantir a boa gestão financeira dos países latino-americanos, para que estes não prejudiquem os negócios estrangeiros – principalmente os estadunidenses – na região. É nessa perspectiva que nasce a Diplomacia do Dólar, onde é possível localizar a fusão entre o interesse privado, dos investidores nativos dos EUA e a atuação do Departamento de Estado na formulação da política externa. Portanto, os EUA agiriam para manter a estabilidade na América Latina para garantir o retorno e a segurança de seus capitais, já que a Doutrina do Dólar:

[...] embaçava a distinção entre o público-privado a ponto de torná-la irrelevante. Mas – e isto é crucial para a compreensão da Diplomacia do Dólar – cada caso começava com a intervenção do governo dos EUA, após a qual os funcionários do governo intermediavam arranjo financeiro entre o governo latino-americano que havia sofrido a intervenção e o setor privado dos EUA. Que os banqueiros investiam na “isca” latino-americana não pode ser negado, mas quem estava segurando a “vara de pescar”. A resposta é o Departamento de Estado. Uma compreensão da Diplomacia do Dólar começa, então, com as motivações dos funcionários do governo dos EUA em direção à política externa para a América Latina (SCHOUTZ, 2000, p.239).

Tendo tais práticas relacionadas a política externa para a América Latina, a Venezuela, devido à grande riqueza de recursos naturais e à proximidade geográfica com os EUA, foi alvo privilegiado dos negócios estadunidenses, em particular após a década de 1920, quando as primeiras reservas de petróleo foram encontradas em solo venezuelano. Isso mudou os rumos do desenvolvimento histórico do país, uma vez que estruturou um Estado e uma sociedade completamente voltados para a exploração do petróleo, o que marcou profundamente a forma como se desenvolveu o capitalismo no país. Assim, o Estado venezuelano passou a orientar sua política econômica para viabilizar a exploração do petróleo, que se converteu no principal produto exportador nacional.

Ao direcionar grande parte de sua atenção à extração petrolífera, a Venezuela passou a ser um país ainda mais dependente, uma vez que esse produto estava sujeito às demandas do mercado internacional, além do fato de que o país acabou abandonando uma significativa parcela da atividade agrícola, ou até mesmo de iniciativas de industrialização, uma vez que o petróleo garantia vultuosas somas financeiras para o Estado e para as empresas estrangeiras envolvidas em sua exploração. Diante disso, a Venezuela passou a ser um país importador que necessita do mercado internacional também para abastecimento interno de produtos básicos, como alimentos.

Na quase totalidade das economias do continente, os problemas mais fundamentais são a escassez relativa de capital e a reduzida capacidade para importar. Na Venezuela, historicamente, a situação é praticamente oposta: o sistema tende a afogar-se em excesso de recursos financeiros, refletindo em ampla facilidade para importação (MORAES, 2011, p.175).

Tal cenário foi construído ao longo do século XX, quando a oligarquia venezuelana, que já havia se apoderado das estruturas do Estado, passou a utilizar os recursos provenientes do petróleo para construir uma hegemonia de classe que conseguisse equilibrar os interesses das empresas estrangeiras no país, com a manutenção da dominação classista na Venezuela, e controlar a classe trabalhadora, em especial os sindicatos, os partidos de esquerda e a sociedade em geral. Sociedade essa que sofria com as mazelas criadas por um desenvolvimento capitalista dependente e tardio, submetido aos caprichos do capital internacional.⁴⁸

Percebemos, portanto, que a grande facilidade encontrada pela Venezuela para extrair de seus recursos naturais grandes soma de capital, possibilitou uma acumulação que, por outro lado, gerou ainda mais dependência, pois brecou o desenvolvimento da indústria nacional. Assim, estavam postas as condições para o desenvolvimento do capitalismo venezuelano, de um lado, donos dos meios de produção e de subsistência, que foram transformados em mercadorias, só passageiros de acesso por meio da compra, do outro lado, as classes populares, desprovidas de capital e obrigados a vender sua força de trabalho (MORAES, 2011, p.176).

⁴⁸ Em 1929, o setor do petróleo já era, basicamente, propriedade de empresas dos EUA e Inglaterra, com 98% atendendo a seus interesses (MORAES, 2011, p.185)

Neste contexto, a burguesia industrial não conseguiu se desenvolver e acabou se transformando, [...] em uma burguesia importadora, submissão aos interesses imperialistas, passo a defender [...] ideias opostas às que tinham antes (já que as condições materiais eram outras): não intervenção do Estado na economia, igualdade de oportunidade para o capital nacional e estrangeiro etc. Por meio da nova atividade econômica, este setor alcançou mais fácil e rapidamente a multiplicação de seus ganhos e benefícios. Devido aos recursos fáceis advindos da renda petroleira, as classes dominantes transformaram o país em um grande importador de bens industrializados (ROSA, 2014, p.23).

Tanto o Estado venezuelano como as correlações de forças sociais – que marcaram a sociedade durante o século XX e início do século XXI – devem, assim, ser entendidos a partir dos caminhos trilhados pelas forças políticas e sociais no país no decorrer do processo histórico que possibilitou a formação de um Estado dependente, o qual atuou, durante boa parte do século passado, no sentido de facilitar a entrada de empresas estrangeiras na Venezuela e, em contrapartida, negligenciou as demandas populares por mais direitos sociais, políticos e econômicos, atendendo às demandas do capital internacional, em especial, o sediado nos EUA.

2.1– Formação do Estado rentista venezuelano e sua relação com o EUA

Devido à importância da extração do petróleo para a economia venezuelana, é imprescindível entender a influência dessa atividade na configuração do Estado e na dinâmica da luta de classes no país, engendrando uma relação social particular, já que sua classe dirigente passou a gozar dos recursos petroleiros e do poder de Estado, para construir sua hegemonia ao mesmo tempo em que proporcionava ao capital internacional, em particular o estadunidense, a possibilidade de investir na exploração dos recursos naturais da Venezuela em condições muito favoráveis. A mesma oligarquia latifundiária que, no período colonial, havia controlado a atividade agroexportadora, no século XX se associou ao capital estrangeiro, consolidando uma aliança entre frações da burguesia nacional e os monopólios estrangeiros, os quais passariam a explorar o petróleo no país (ROSA, 2014, p.21)

A exploração petrolífera tem sua origem no final século XIX, mas se intensificou a partir da década de 1920, durante o governo do General Juan Vicente Gómez (1908-1935), quando se iniciou, de fato, a transformação da Venezuela em país petroleiro, com o descobrimento de grandes reservas do produto⁴⁹. Como essa atividade requer alta tecnologia, o então ditador aceitou a maioria das exigências das empresas estrangeiras, a fim de que elas colocassem em prática o negócio que, até hoje, é o motor da economia venezuelana, o que alterou a relação do país com o mercado mundial, assim como a relação das forças sociais e a composição do próprio Estado.

[...] o regime militar de Juan Vicente Gómez vendeu petróleo em condições favoráveis para empresas estrangeiras e não registrou os *royalties* que recebeu em pagamento. Não há estatísticas relativas aos lucros das empresas de petróleo (pilhagem pode ser uma descrição mais precisa) entre 1914 e 1936 (ALI, 2008, p.63).

Gómez cumpriu função importante na consolidação da Venezuela como país petroleiro, aproveitando do avanço capitalista no início do século XX e do aumento da demanda pelo produto, o então mandatário venezuelano buscou impor a ordem, construindo condições favoráveis para o investimento estrangeiro na Venezuela, com a garantia de “tranquilidad laboral y condiciones flexible para los negocios” (CORONIL, 2017, posição 3844). O avanço da exploração petrolífera, tendo o Estado como grande administrador do negócio em questão, tendo a necessidade de se criar códigos de leis, de exploração, tributação, agências regulatórias, instituições e etc, fez com o mesmo passasse a ter uma nova relação com a sociedade, passando a ser o centro do debate público e político na Venezuela.

En esta novedosa capacidad, el Estado también asumió una nueva relación con la sociedad como administrador de los ingresos provenientes de la fuente de riqueza fundamental de la nación. Al comenzar a afectar a la sociedad de maneras sin precedentes, el Estado petrolero se convirtió en el referente central de acrecidos debatir públicos sobre el papel de Estado en una nación petrolera (CORONIL, 2017, posição 1945).

Segundo o sociólogo Raphael Lana Seabra, no ano de 1930 a Venezuela já era o maior exportador de petróleo do mundo e contava com 107 companhias estrangeiras no país (SEABRA, 2012, p.55). Assim, conforme citado, a crescente

⁴⁹ Em 1925 foram descobertos os grandes poços, em especial, o de Los Barrosos no Estado de Zulia.

importância da economia petroleira levou à decadência da atividade agrícola, uma vez que os grandes proprietários rurais começaram a investir em outros setores econômicos, como o bancário e o de serviços. Esse fato gerou uma onda de migração do campo para a cidade, o que foi muito proveitoso para os industriais, pois se formou uma reserva de mão de obra para o trabalho nos poços de petróleo e, também, em outros setores, como o de serviços.

Com a intensificação da exploração do petróleo sob a administração do Estado e o aumento da presença de companhias estrangeiras fez com que o discurso e a prática política venezuelana reconhecessem o liberalismo como algo relacionado a interesses sociais mais amplos, em particular, uma elite política urbana que não mais competia com a oligarquia rural do final do século XIX e início do século XX. Com o petróleo, tanto a oligarquia agrária como a burguesia comercial passam a investir o retorno proveniente da exploração petrolífera em atividades para o comércio urbano e/ou no mercado imobiliário, diminuindo assim a competitividade das atividades agrícolas venezuelanas no mercado internacional.

A base social do liberalismo venezuelano, que nasce com profundas raízes na natureza, uma vez que o petróleo é um produto natural, uma propriedade comum e não de indivíduos particulares é analisada por Fernando Coronil. Para ele, não foi o trabalho individual, mas sim a propriedade comum da terra o novo cimento ideológico e material do liberalismo (CORONIL, 2017). Nesse sentido, a realização de um projeto liberal necessitava não apenas a democratização da vida política, mas também a participação social na riqueza nacional, já que: “El discurso democrático presentaba las esferas política y económica como dos caras de la misma moneda petrolera” (2017, posição 2180).

O liberalismo rentista venezuelano buscava aumentar as divisas petroleiras do Estado, ampliar benefícios e transformar os lucros do petróleo em capacidade produtiva permanente capaz de transformar a Venezuela em uma nação moderna, enquanto que a visão clássica do liberalismo associa a expansão de um mercado atomizado e supõem que os interesses comuns dependem de que cada indivíduo busque seus interesses. O liberalismo rentista venezuelano, cuja base para a expansão das rendas petroleiras era o Estado, a realização do interesse de cada indivíduo, dependia da realização dos interesses da nação (CORONIL, 2017).

Mediante la presión desde abajo, la democratización de Estado prometía aumentar los ingresos del Estado, ampliar el número de sus beneficiarios y, lo que es más significativo, transformar una riqueza efímera en una capacidad productiva permanente y convertir a Venezuela em una nación moderna. Al interpretar al Estado democrático como el agente de la nación, la oposición le asigna a ese Estado la tarea historia de unir y desarrollar la nación facturada arrebatando el control sobre los recursos del subsuelo de manos extranjeras y empleándolos em nome de la colectividad como sujeto unido (CORONIL, 2017, posição 219).

Portanto, existe uma transformação na forma como se dá a relação entre o Estado e a sociedade na Venezuela, em especial pela importância conferida a exploração do petróleo. O controle do Estado passou a ser fundamental para que classes sociais específicas conseguissem defender e ampliar seus privilégios, sendo em tempos de ditadura ou em períodos tidos como democráticos. Nesse contexto, as companhias estrangeiras, que cumpriam função fundamental na efetivação da riqueza que o petróleo representava, uma vez eram estas que capitalizavam a produção, a distribuição e as importações venezuelanas, passaram a possuir um grande poder político e econômico no país.

Nesta pesquisa, chamamos a atenção para a participação dos EUA na rentável exploração do petróleo venezuelano, uma vez que já no ano de 1939, foi assinado um tratado comercial com a Venezuela, assegurando a entrada de produtos estadunidenses no mercado venezuelano e aprofundando a dependência das exportações petroleiras. Logo, tal acordo acabou por caracterizar a Venezuela como uma fornecedora confiável de petróleo para os EUA e inviabilizou qualquer possibilidade de substituição de importações (EWELL, 2002, apud SEABRA, 2014, p.46). Esse acordo foi assinado após o governo de Caracas anunciar a intenção de impor certos limites à atuação das empresas estrangeiras no país, o que levou a reação de Washington, que passou a privilegiar fornecedores internos e apoiar as pressões das companhias estrangeiras para forçar a liberalização do mercado venezuelano. Dessa forma, acabou-se por impedir a adoção de políticas protecionistas e impor limites à soberania e a autonomia do Estado venezuelano (SEABRA, 2014, p.46).

Já em 1943, durante o governo do general Medina Angarita (1941-45), buscouse normatizar a extração de petróleo com a adoção de novas leis, que visavam regular

as concessões, sendo que ficou acordado um pagamento mínimo de *royalties* de 16,6%, aumento dos impostos para empresas estrangeiras e incentivo ao refino em território nacional. Essa lei foi colocada em prática em um momento particular, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o que abriu possibilidades de negociações para os países latino-americanos, fazendo com que o Estado intensificasse sua política creditícia e protecionista nos ramos industriais importantes, em particular no que dizia respeito à agricultura e ao abastecimento de produtos básicos para a população.

O governo Angarita também promoveu uma abertura política, permitindo a legalidade de sindicatos e promovendo a reformulação do direito do trabalho (MORAES, 2011, p.199). Nesse ínterim, nasceu a *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela*, a Fedecamaras, uma associação cujo objetivo era centralizar os interesses da burguesia venezuelana junto à sociedade e ao Estado. É importante destacar o papel da Fedecamaras como articuladora de certo consenso entre os diferentes interesses dos setores da burguesia nacional, uma vez que estruturou as relações de dependência dos setores burgueses em relação ao Estado, pois, em função da petróleo-dependência, o Estado deveria criar condições para a otimização da acumulação de capitais (MORAES, 2011, p.178).

Tais iniciativas não iam ao encontro dos interesses dos EUA e das elites locais, as quais fizeram forte oposição, resultando, no ano de 1945, na organização de um golpe militar, que, paradoxalmente, levou a um período democrático, sob a liderança da *Ação Democrática* (AD), que vai até 1948, quando um novo golpe militar deu início a uma nova ditadura no país. O “tríenio adeco”, como é conhecido o período, é marcado pela adoção de uma política reformista, com concessões para a classe trabalhadora ao mesmo tempo em que mantinha a ilegalidade do *Partido Comunista* e buscava dar privilégios às centrais sindicais ligadas ao partido, notadamente a *Central de Trabalhadores da Venezuela* (CTV), que se vinculava à AD (MORAES, 2011, p.200).

Contudo, ao tentar construir um consenso entre os trabalhadores, a central patronal, os militares e o capital internacional, o governo adeco acabou polarizando a sociedade venezuelana, o que resultou na criação de uma resistência em todos os grupos que visava conseguir apoio. Essa encruzilhada, então, foi resolvida com um golpe militar em 1948, que colocou no poder o General Perez Jimenez. Tal fato deixou

claro o papel do Estado na correlação de forças venezuelanas: garantir as condições de unidade política, assim como facilitar o acesso às empresas estrangeiras aos recursos naturais, ou seja, cabia ao Estado criar condições para o desenvolvimento capitalista dependente, mantendo a hegemonia de classe no país.

Nesse momento, vale destacar a relação entre o crescimento da exploração do petróleo e a sucessão de ditaduras militares que a Venezuela vivenciou até o ano de 1958, uma vez que as divergências de interesses no interior dos segmentos dominantes fragmentavam o Estado e colocavam em risco o próprio desenvolvimento econômico. Desse modo, o Exército foi o instrumento utilizado pelos setores atrelados ao capital internacional para garantir esse desenvolvimento, por meio de diversos golpes bonapartistas⁵⁰ que ampliaram os espaços de interferência do capital estrangeiro na política.

Durante o governo de Jimenez, o capital internacional, em particular o estadunidense, encontrou na Venezuela um espaço ainda maior, uma vez que o ditador visou estreitar suas relações com Washington, oferecendo mais privilégios às empresas, como a *Standar Oil*, que, entre os anos de 1950 e 1957, teve metade de seus lucros, algo em torno de US\$ 3,79 bilhões, provenientes de sua subsidiária venezuelana. Isso foi possível devido à combinação de baixos salários e ao controle sindical e partidário, além da cooperação da inteligência da CIA e do FBI contra os movimentos sociais. Outra medida imposta por Jimenez foi a idealização de um novo plano de modernização da economia venezuelana, com o aumento dos gastos estatais em infraestrutura e no incremento da industrialização do país.

⁵⁰ Tendo como referência Vânia Noeli Ferreira de Assunção, autora de *Pandemônio de Intrigas: Classes Sociais, Estado e Política nos Estudos de Marx sobre o Bonapartismo*, foi possível inferir, de forma genérica, sobre as definições existentes acerca do conceito, segundo alguns autores. Ao analisar a obra de Engels, a autora pontua que: “A ditadura bonapartista, dizia Engels, pusera fim ao poder político da burguesia; objetivando salvar seu poder social, subordinara a política aos interesses do bolso capitalista” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 26). Sobre Gramsci, a mesma autora ressalta o “cesarismo” gramsciano está relacionado a uma crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre porque esta faliu “[...] no cumprimento de uma importante tarefa política (pela qual solicitou/impôs o consentimento político das grandes massas, como é o caso da guerra); pode, ainda, ver-se confrontada com amplas massas (em especial, camponeses e pequenos burgueses [sic]) que abandonaram sua antiga postura política passiva e apresentaram reivindicações no plano político e social. Quando a crise de hegemonia não encontra solução orgânica e natural [...] abre-se a possibilidade para a atuação de homens providenciais e carismáticos. Está posta uma situação de equilíbrio em que nenhuma das forças tem condições para vencer [...]” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 271). Cf. ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *Pandemônio de Intrigas: Classes Sociais, Estado e Política nos Estudos de Marx sobre o Bonapartismo*. 2005. 354f. Tese (Doutoramento em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

No entanto, os EUA mantiveram sua posição privilegiada em relação ao acesso ao mercado venezuelano. As relações entre Jimenez e os EUA foram tão vantajosas para os norte-americanos que o ditador foi agraciado, em 1955, com a medalha da Legião do Mérito pelo governo dos EUA, em função de seus serviços prestados (ALI, 1955, p.66). A revista *Times*, em 1953, publicou que a Venezuela era o país com a maior comunidade de investidores estadunidenses e um ambiente bom para os negócios e que 70% do investimento estrangeiro na Venezuela era originário dos EUA (CORINIL, 2017).

Este marco político general contribuyó a orientar la política económica, centrada en el Estado, de acuerdo con las siguientes líneas: mayor apertura al capital extranjero; represión laboral; crecimiento económico mediante la inversión estatal en infraestructura, servicios e industria básica; y promoción y, al mismo tiempo, contención de la burguesía local. Si bien este programa sirvió para consolidar al régimen en su inicio, sus consecuencias terminaron por erosionarlo y prepararon el camino para su caída (CORONIL, 2017, posición 2180).

Apesar do apoio de Washington, a combinação de gastos excessivos do Estado, a redução dos preços do petróleo e a própria política dos EUA no sentido de diminuir as importações após a crise no canal de Suez em 1956, resultaram em um enfraquecimento da ditadura, com a diminuição dos investimentos públicos e o aumento das forças repressivas do Estado contra a sociedade. Dessa forma, se produziu uma demanda comum entre vários atores sociais: a derrubada da ditadura Pérez Jimenez. Nesse sentido, os líderes partidários⁵¹ da AD, da *Unión Republicana Democrática* (URD) e do *Comité Organización Política Electoral Independiente* (COPEI), os quais se encontravam no exílio, além de setores das Forças Armadas,⁵² formaram uma força conjunta para a derrubada da ditadura que ficou conhecida como Junta Patriótica. Esse grupo se comprometeu com uma transição pactuada até a democracia, sem correr o risco de alterações substanciais na correlação de forças sociais no país.

⁵¹ O Partido Comunista (PC) teve grande importância, pois, dentre os partidos citados, havia conseguido permanecer mais bem estruturado – mesmo na ilegalidade – durante a ditadura. Essa capacidade de resistir aos ataques do governo ganhou corpo com a publicação do periódico clandestino *Tribuna Popular*, que dava ao partido uma boa influência entre os estudantes e os operários.

⁵² As diferenças de posicionamento político dentro das instituições militares venezuelanas ficaram explícitas em 2002 quando parte das Forças Armadas envolveu-se em apoio a um golpe de Estado contra o presidente Chávez e outra, em contrapartida, ajudou-o a voltar ao governo e declarou seu apoio ao presidente e a manutenção da constitucionalidade.

En ese contexto, la Junta Patriótica (JP), un grupo multipartidario representante de diversos intereses se empeñó en convertir la desafección política al régimen en una oposición coordinada. Desde su fundación en junio de 1957 por Fabricio Ojeda, dirigente medio de la Unión Republicana Democrática, los objetivos de JP habían sido garantizar el respeto a la Constitución y la celebración de elecciones libres, con el fin de evitar la reelección de Pérez Jiménez, y luchar por el establecimiento de un régimen democrático (CORONIL, 2017, posição 4344).

Com a deposição de Pérez Jiménez e o fim do ciclo militar na Venezuela, as diferenças entre os partidos políticos tradicionais – que haviam sido suspensas, já que todos estavam juntos contra a ditadura militar – voltam à cena, particularmente quando são iniciadas as negociações para a construção de um novo modelo de democracia que seguia as diretrizes internacionais anticomunistas da Guerra Fria, que ficou conhecido como *Pacto de Punto Fijo*. A proposta era a de costurar um acordo para reduzir as diferenças ideológicas e pragmáticas entre os partidos integrantes e arquitetar, assim, uma conciliação de classe, já que os líderes dos partidos que compunham o pacto buscavam uma transição sem traumas da ditadura para a democracia, ou seja, sem qualquer mudança na dinâmica política que os reconduzira ao governo.

Em 1958 foram convocadas as eleições que consolidaram o *Pacto* e o retorno da democracia liberal à Venezuela, após o período entre 1945 e 1948. Nessas eleições, saiu vitorioso o candidato da AD, Rómulo Betancourt, cuja plataforma política prometia transformar o país em uma democracia forte e acabar com a constante ameaça de um novo intento militar. Mas, uma vez no governo, os limites da ação política se fizeram presentes, particularmente pela continuidade da ameaça dos militares e, também, porque o governo perdeu apoio das esquerdas venezuelanas – dentre as quais, o Partido Comunista, que permaneceu excluído da dinâmica política do país –, em decorrência do contexto internacional marcado pela Guerra Fria e pela perseguição aos comunistas em todo o continente latino-americano (SALGADO, 2015, p.42).

Com o objetivo de garantir a instauração de um modelo de democracia que preservasse as condições existentes, com os privilégios de classe estabelecidos e, ao mesmo tempo, inviabilizasse os intentos militares, Betancourt adotou um discurso em que pregava uma aliança entre as Forças Armadas e o Estado, concedendo diversas benesses e privilégios dentro dos quartéis, o que proporcionou uma melhoria nas

condições de vida dos oficiais e soldados, além de modernizar a instituição (CABALLERO, 2000, p. 28). Em relação às esquerdas, o governo promoveu uma intensa repressão aos militantes do PC e ao *Movimiento Izquierda Revolucionária* (MIR), que, inspirados na Revolução Cubana, promoviam a luta armada contra o regime instaurado na Venezuela.⁵³

La orquestación explícita de alianzas y la formulación de un proyecto político y económico común presuponía um acordo implícito de mantener el papel internacional de Venezuela como gran productor de petróleo atado económicamente y políticamente a la estrategia geopolítica de EE.UU. en el hemisferio. Esta orquestación también daba por sentado un compromiso de contener a las clases baja y trabajadoras en los marcos de un sistema centralizado de reformas y beneficios limitados. Las nuevas instituciones políticas se construirían sobre la base de las relaciones de poder existentes, no contra ellas; EE.UU. era un participante crucial, aunque invisible, de estos manejos (CORNIL, 2017, posição 4748).

Assim, ainda que a Venezuela tenha sido um dos únicos países da América Latina a não ter enfrentado uma ditadura militar durante as décadas de 1960 e 1970, a repressão imposta aos movimentos contrários ao *Pacto de Punto Fijo* foi intensa, inclusive por resultar, entre outros acontecimentos, na rebelião conhecida como *Porteñazo*, quando uma revolta em um destacamento militar na cidade de Barcelona, em 1961, seguida por outra, em 1962, em Carúpano – com participação do Partido Comunista de Venezuela (PCV) – foi alvo de violenta repressão por parte do Estado que resultou em mais de 400 mortos (KLEIN, 2010, p. 133).

Em alguns pontos, nota-se uma continuidade com a ditadura Pérez Jiménez, caracterizando a lógica repressiva que a democracia liberal manteve no país, o que demonstra a própria natureza classista do Estado venezuelano, pois o crescimento econômico do período não foi apropriado pela maioria da população, ou seja, ficou restrito a parcelas da burguesia nacional. Nesse sentido, podemos citar o fato de Betancourt ter mantido o órgão repressivo ligado à polícia política dos anos ditoriais, tendo mudado apenas seu nome: a antiga *Seguridad Nacional* foi substituída pela

⁵³Em março de 1961, após Rómulo Betancourt romper com Cuba, os comunistas decidiram aderir à luta armada com o objetivo de fazer transformações sociais necessárias, seguindo o caminho do socialismo soviético. Em abril de 1961 muitos militantes saíram da AD para fundar o *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR) inspirado na Revolução Cubana e na Revolução Boliviana de 1952 (KLEIN, 2010, p. 133).

Dirección General de Policía (DIGEPOL) e, posteriormente, Rafael Caldera (presidente eleito pela primeira vez entre 1969 e 1974) substituiu-a pela *Dirección General Sectorial de los Servicios de Inteligencia e Prevención* (DISIP).

Rafael Seabra nota que todo o período *puntofujista* foi marcado pela existência de grupos de extermínio, sendo, inclusive, uma política respaldada pelo Congresso venezuelano, que em 1976

Aprovou a lei Orgânica de Seguridade e Defesa para controle e repressão de atividades guerrilheiras, que, em 1978, com as investigações sobre o assassinato de um jornalista revelaram a existência de um esquadrão de extermínio de elite. Ao fim de 1982 o exército e membros da DISIP lançaram uma ofensiva e assassinaram um grupo de 23 guerrilheiros desarmados da Bandera Roja no estado de Anzoátegui. De modo semelhante, forças especiais do governo massacraram 16 pescadores, confundidos com guerrilheiros, em agosto de 1988, no estado de Apure. Grupos religiosos e de direitos humanos denunciavam casos de tortura e desaparecimento de pessoas que se encontravam encarceradas, em 1986, foram descobertos vários cadáveres dentro de poços de petróleo abandonados em Zulia (EWELL, 2002; LACABANA, 2006; BATTAGLINI, 2001; ELLNER, 2001 apud SEABRA, 2012, p. 77).

Com a promulgação da Constituição, em 1961,⁵⁴ o *Pacto* foi institucionalizado e demonstrou-se que não havia interesse em promover grandes reformas no país, além de manter na área externa a política de aproximação com o governo dos EUA. Segundo José Alfonso Klein, os partidos venezuelanos hegemônicos, principalmente AD e COPEI, conseguiram consolidar o *Pacto* por causa da disposição de seus líderes em superar diferenças ideológicas para formar acordos de governabilidade, pela eliminação das forças opositoras – justificado com as diretrizes da Guerra Fria –, pelos acordos com os militares que concordaram em se submeter ao controle civil, pela eficácia na mobilização, organização e representação de diversos grupos sociais, os quais enfrentaram forte perseguição estatal e acabaram cooptados, especialmente pelo aparato da *Confederación de Trabajadores de Venezuela* – CTV (KARL, 1991; NAVARRO, 1988 apud KLEIN, 2010, p. 132).

O modelo de democracia proposto pelos grandes partidos venezuelanos se mostrava limitado, como se torna claro que no *Pacto de Punto Fijo* a liberdade política

⁵⁴ Em vigor até a adoção da Constituição Bolivariana em 1999.

era também limitada e que estava presa “às regras do jogo democrático” que, no caso, se reduziam a realização de eleições; estas, contudo, que não respeitavam uma característica central levantada pelos teóricos neoliberais da democracia, a de alternância no governo. Diante disso, é importante pensarmos duas questões: Como pensar a alternância no governo se apenas dois partidos podem vencer as eleições, e ambos apresentam o mesmo projeto de governo? E, segundo essa linha de raciocínio, o caso venezuelano poderia ser considerado uma democracia, já que a seleção de governantes é limitada entre dois partidos políticos? Nessa perspectiva, percebe-se que o pluralismo e a livre competição na democracia liberal são relativos, pois excluem uma grande parte das forças políticas (SALGADO, 2015).

Os limites do pluralismo e da livre competição na democracia burguesa são, portanto, bastante precisos. Podem disputar assentos no Parlamento tanto os partidos que defendem abertamente o capitalismo quanto os ditos “socialistas”, que, por não incluírem no seu programa o desmantelamento do aparelho do Estado burguês, acabam por aceitar a sobrevivência do capitalismo [...] (SAES, 1987, p. 64).

Apesar dos problemas inerentes à instalação da democracia liberal *puntofujista*, entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970, a Venezuela experimentou um período de grande avanço econômico. A fase de prosperidade teve início durante o primeiro governo do democrata cristão Rafael Caldera (1969-1974), quando, em virtude do aumento da venda do petróleo, o Estado colocou em prática uma série de medidas para modernizar a sociedade venezuelana, investindo, especialmente, em obras de infraestrutura. Dessa forma, a grande quantidade de divisas geradas a partir disso, em decorrência da pressão dos Estados-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), fez os preços “quadruplicarem ao longo desse ano (1973) e novamente triplicarem até o final da década” (MARINGONI, 2004, p. 104), o que permitiu uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores venezuelanos.

Além da rearticulação da Opep, o processo de nacionalização do petróleo, com a criação da companhia Petróleo de Venezuela S. A. (PDVSA) em 1976, contribuiu para o crescimento da economia venezuelana, uma vez que aumentava a entrada de recursos no país. No entanto, apesar da estatização, a companhia continuava atrelada aos

interesses do capital financeiro internacional, com as empresas estrangeiras de capital multinacional (ou transnacional) ainda com parte de seu programa, como filiais. Diante disso, é importante atentar para uma diferença fundamental em relação à propriedade no setor petroleiro, a qual apresenta dois tipos: uma sobre o recurso natural, e a outra sobre a exploração (processamento, transporte, armazenamento e comercialização dos derivados do petróleo). Como a exclusividade estatal é sobre os recursos brutos, a iniciativa privada ficava com a parte mais tecnológica e lucrativa no processo de venda do petróleo. E, ainda, em virtude da nacionalização, a Venezuela pagou às empresas estrangeiras grandes indenizações, que ultrapassavam em muito o valor real de mercado dessas companhias (SEABRA, 2012, p. 86).

Portanto, o caráter dependente da econômica venezuelana e a falta de investimento dos capitais – acumulados com a construção de alternativas à extração do petróleo – fizeram com que os ganhos das empresas estrangeiras aumentassem ainda mais. Assim, houve um aumento do endividamento do setor público e privado, o que ocorreu com base em marcos favoráveis ao sistema financeiro internacional, sendo que, quando os investimentos produtivos não atingiram o retorno necessário, em virtude da queda dos preços do petróleo, começou a desenhar-se no país uma grave crise econômica.

Uma das características centrais do rentismo petroleiro é justamente a transferência de recursos do Estado para os diversos capitais privados venezuelanos. O período do auge da renda do recurso energético estratégico, aprofundou ainda mais a tendência da burguesia venezuelana em maximizar os lucros com o mínimo de risco, mesmo que isso custasse o endividamento privado e estatal descontrolado, que colocavam em questão a própria sustentabilidade do consenso e da dominação destes grupos (SEABRA, 2012, p. 91).

A partir da crise capitalista nos anos 1980, essas condições resultaram na alteração da dinâmica econômica venezuelana, quando deficiências no setor financeiro, não apenas na Venezuela, mas em toda a América Latina, fez com que os países latino-americanos adotassem o neoliberalismo como ideologia dominante para defender os interesses dos países capitalistas centrais, tudo isso contando com a anuência das elites locais que controlavam o Estado.

O receituário neoliberal afirma a necessidade da privatização de empresas estatais e de serviços públicos como solução para a incapacidade dos Estados em honrarem as dívidas privadas e públicas contraídas ao longo de anos. Durante a década de 1980, os países latino-americanos foram submetidos a uma série de programas de reajuste econômico para o refinanciamento de suas dívidas, o que resultou em novo aumento do desemprego e aprofundou a desigualdade social (KLEIN, 2010, p. 135), com uma de forte resistência “dos trabalhadores organizados, que impediram várias reformas neoliberais durante os governos Campins (1979-1984) e Lusinchi (1984-1989)” (SANTOS, 2007, p. 113). As políticas neoliberais impõem graves condições ao trabalhador e ao pequeno e médio empresariado nacional, os quais veem seus negócios quebrarem em função de políticas trabalhistas favoráveis às multinacionais.

2.2 – Neoliberalismo e a indução interna promovida pelos EUA na América Latina: a crise dos anos 1980-1990

O neoliberalismo tem como texto de origem o *Caminho da Servidão* de Friederich Hayek, publicado em 1944. Na obra, o autor se coloca contrário ao Estado de bem-estar social e às limitações impostas ao mercado. Sua teorização parte do pressuposto de que a presença do Estado na economia atrapalha os caminhos “naturais” do livre mercado, gerando uma igualdade nociva ao desenvolvimento capitalista, já que não incentiva os indivíduos a empreenderem e a competirem, dinâmica que possibilitaria um maior desenvolvimento geral da sociedade.

Seu objetivo [do neoliberalismo] era combater o keynesianismo e o solidarismo reinante, fazendo que o mundo voltasse a ser pautado por um capitalismo duro e livre de regaras (PAULANI, 2008, p. 67).

Cabe destacar que a prática neoliberal, apesar de muitas vezes utilizar a retórica do Estado mínimo, não significa uma completa ausência do Estado na economia ou na sociedade. O que se defende no neoliberalismo é que o Estado atue de uma forma diferente da forma keynesiana, ou seja, que o Estado mude a sua maneira de atuação na economia e na sociedade com o intuito de moldar politicamente as relações econômicas e sociais a partir das normas da concorrência.

[...] Mas, ainda que admitam a necessidade de uma intervenção do Estado e rejeitem a pura passividade governamental, os neoliberais opõem-se a qualquer ação que entrase o jogo da concorrência entre interesses privados. A intervenção do Estado tem até um sentido contrário: trata-se não de limitar o mercado por uma ação de correção ou compensação do Estado, mas de desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado. Não se trata mais de postular um acordo espontâneo entre interesses individuais, mas de produzir as condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69).

Nesse sentido, após a crise capitalista dos anos de 1970, o neoliberalismo se apresentou como a solução dos problemas econômicos enfrentados pelos países capitalistas centrais. Ao acusar o excesso de intervenção do Estado através de política sociais e a atuação “predatória” dos sindicatos, fato que diminuiria as taxas de lucros e a possibilidade de crescimento econômico, os neoliberais passaram a defender um

Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar sindicatos (ANDERSON, 1995, p. 2).

O neoliberalismo busca afastar “qualquer possibilidade de organização social que não seja embasada na completa liberdade econômica e em sua suposta ordem meritocrática” (PAULANI, 2008, p.68). Dessa forma, frente a sua animosidade contra formas de organização coletivas, o ideário anticomunista, em particular após a chegada ao poder de Margaret Thatcher na Inglaterra em 1979 e de Regan nos EUA em 1980, passou a fazer parte importante do discurso neoliberal. Em plena guerra fria, o anticomunismo neoliberal foi importante para conseguir apoio de parcelas consideráveis das sociedades nestes países e foi um “trunfo da ideologia neoliberal” nas regiões de capitalismo avançado (ANDERSON, 1995, p.3). Também é importante ressaltar que o neoliberalismo defende a privatizações de empresas e serviços públicos como forma de enxugar os gastos sociais do Estado em nome da responsabilidade fiscal.

Tais medidas colocadas em práticas em muitos países europeus conseguiram sucesso em alguns de seus objetivos, em especial em sua tarefa de diminuir a inflação, aumentar os lucros das empresas, diminuir a influência de sindicatos, o que resultou na diminuição considerável dos salários, e na criação de uma “taxa natural” de desemprego.

No que diz respeito à questão do emprego, Kalecki oferece uma contribuição importante ao apontar que os “líderes industriais” são contrários ao pleno emprego por três motivos: “(a) a reprovação à interferência pura e simples do governo no problema do emprego; (b) a reprovação à direção da despesa governamental (para investimento público e subsídio ao consumo); (c) a reprovação às mudanças sociais e políticas resultantes da manutenção do pleno emprego” (1977, p. 55).

Para se entender a defesa de uma “taxa natural” de desemprego, Kalecki aponta para a construção de um arcabouço ideológico que legitima a obtenção de lucros das grandes empresas capitalistas. Desse modo, a interferência do Estado na economia com o intuito de gerar emprego é entendida como algo negativo, mesmo que quanto mais trabalhadores ativos no mercado de trabalho signifique uma maior produção e uma maior taxa de lucro, demonstrando o aspecto ideológico da contrariedade ao pleno emprego. Os argumentos vão desde o temor de que os investimentos estatais passem a competir com a iniciativa privada, o temor de que o Estado nacionalize empresas até aspectos morais, de que o indivíduo deve receber de acordo com seu trabalho, não podendo contar com auxílio estatal (1977, p. 56).

Para a discussão aqui proposta acerca do neoliberalismo, chama a atenção as transformações sociais que o pleno emprego acarreta. Em particular, a própria demissão perderia seu aspecto disciplinar e a “posição social do patrão estaria minada e cresceriam a confiança e a consciência da classe trabalhadora”, ainda que, como vimos, a taxa de lucro aumentasse.

Mas os líderes empresariais apreciam mais a “disciplina nas fábricas” e a “estabilidade econômica” do que os lucros. Seu instinto de classe lhes diz que, de seu ponto de vista, um pleno emprego durável é insano, e que o desemprego é uma parte integrante do sistema capitalista (KALEKI, 1977, p.56)

Tais conquistas neoliberais não conseguiram atingir o principal objetivo do neoliberalismo, ou seja, revitalizar o capitalismo que estava em crise desde a década

de 1970. Conforme mostra Perry Anderson, durante os anos de 1980, os países capitalistas centrais não apresentaram a dinamização econômica esperada pelos neoliberais, uma vez que “a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva” (1995, p.7).

No entanto, o neoliberalismo conseguiu cumprir uma função ainda mais fundamental para a instauração da nova fase do capitalismo, ou seja, conseguiu impor ao Estado e a sociedade uma nova racionalidade, uma nova “*razão do mundo*”, em que o pressuposto a ser seguido é o da concorrência, tanto entre Estados como entre indivíduos.

O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral da vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17).

Com as novas crises capitalistas como as da década de 1990 e até mesmo as mais recentes, o neoliberalismo, apesar de ter criado sociedades mais desiguais e empobrecidas, se manteve como o principal arcabouço teórico para nortear as políticas públicas, mesmo com provas materiais de suas inconsistências. No caso latino-americano, a história do neoliberalismo tem início com a experiência chilena durante a ditadura de Pinochet e, posteriormente, no final dos anos de 1980 e 1990, em outros países como a Venezuela, Argentina e Bolívia, quando estes passaram a adotar “pacotes de reestruturação econômica” desenvolvidos pelos FMI e pelo Banco Mundial que causaram graves danos sociais aos países em questão.

A principal conquista neoliberal foi, portanto, uma conquista ideológica e política, pois se coloca como a única alternativa às crises capitalistas, um corpo de “doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional.” (ANDERSON, 1995, p.12).

2.3 Neoliberalismo, EUA e América Latina

Para entender como os EUA orientaram sua política externa em relação à América Latina nos anos de 1980 e 1990 é necessário analisar como se deu o processo que levou à adoção do neoliberalismo como ideologia nos países latino-americanos após a crise da dívida do continente. Dessa forma, os EUA buscaram impor seus interesses na região através da indução, agindo por intermédio de instituições como o FMI e o Banco Mundial, e da defesa de uma ideologia pretensamente apolítica, o neoliberalismo, que buscava abrir os mercados latino-americanos para os produtos estadunidenses e desmontar o pobre conjunto de infraestrutura social existente na região, desmobilizar os sindicatos e flexibilizar as leis trabalhistas, para então criar condições para que seus capitais encontrassem um terreno fértil na América Latina.

É importante apontar que as instituições que ser organizaram após o fim da II Guerra Mundial, entre elas o FMI e o Banco Mundial e, posteriormente o G7, que são, segundo Eduardo Alvarez Puga, os “amos do mundo”, atuam não apenas na esfera econômica, mas também política, impondo aos governos de países em dificuldades econômicas a adoção de políticas públicas que respondem a interesses específicos (PUGA, 1996).

En el nuevo mundo en que vivimos – escribe Manuel Castells, catedrático de planificación de la Universidad de Berkeley - , el Fondo Monetario Internacional no es sólo un despilfarro como aparato ideológico y una inutilidad como instrumento de análisis, sino también un poderoso agente de inestabilización política em un complicado proceso de transición histórica (PUGA, 1996, p.31).

Assim, a origem da conhecida crise da dívida, que atingiu a região durante as décadas de 1980 e 1990, trouxe graves consequências sociais, políticas e econômicas para o continente e pode ser explicada pela dinâmica das economias dos países de capitalismo avançado, principalmente os EUA, que buscavam aprofundar seu domínio sobre o globo.

A partir da década de 1970, os EUA experimentaram o fim da fase de expansão pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com grande concentração na esfera produtiva – então utilizada para garantir recursos financeiros norte-americanos deslocados para a reconstrução dos países europeus após o conflito. Dessa forma, as nações latino-americanas deveriam criar um “clima apropriado para o investimento

estrangeiro”, principalmente focado na esfera produtiva e que se comprometesse com o desenvolvimento capitalista liberal e com uma ideologia de produção, sem traços nacionalistas e com forte perseguição aos comunistas, além de amplo controle da classe trabalhadora e dos sindicatos (BETHELL e ROXBOROUGH, 1996, p. 44).

Com o fim dessa fase, que se tornou visível com o término do processo da reconstrução europeia e a perda do dinamismo do mercado interno norte-americano (AYERBE, 2002, p. 149), uma “lenta expansão do capitalismo, concentrada na esfera financeira” (SANTOS, 2007, p. 89) teve início e levou ao alargamento da dívida dos países na América Latina e, posteriormente, à crise econômica. Nesse processo, grande “parte dos capitais ociosos desses países foi canalizada para os países latino-americanos na forma de empréstimos concedidos pelo sistema financeiro internacional” (SANTOS, 2007, p. 89), ou seja, os banqueiros provenientes dos países capitalistas centrais emprestavam dinheiro para os países da América Latina procurando maximizar seus lucros, e, dessa maneira, forneciam créditos a juros baixos, tudo isso “com o aval dos governos latino-americanos, seja por necessidade, conformismo ou ausência de projetos econômicos alternativos” (SANTOS, 2007, p. 89). Essa movimentação de divisas se caracteriza como uma transação de capitais especulativos, o que significa que os lucros obtidos nesse processo são implicações do mercado financeiro de ações e não se caracterizam por investimento direto no país, resultando, portanto, na consequente descapitalização das economias.

Apesar da realização dos empréstimos concedidos a juros baixos, tal concessão foi pactuada de forma flexível. Então, o endividamento na América Latina passou a ser feito através do sistema financeiro controlado pelo mercado, que poderia ser modificado de acordo com a necessidade do credor. Em outras palavras, com os empréstimos atrelados a taxas de juros flutuantes, qualquer modificação nos juros aumentaria de forma brutal o valor da dívida e de seu serviço. Também cabe ressaltar que, apesar dos empréstimos concedidos aos países da América Latina, a região continuava sendo uma fonte de divisas para os EUA.

Ainda que grande parte dos recursos fosse desperdiçada por corrupção ou má gestão, em alguns países latino-americanos abriu-se a possibilidade para o financiamento de obras de infraestrutura, o que gerou fenômenos como o do “milagre econômico” durante a ditadura militar brasileira e os “bons tempos” do primeiro governo Andrés Pérez na Venezuela (1974-1979), por exemplo. O resultado foi a

quebra das economias desses respectivos países, com resultados terríveis para a população durante a década de 1980. Segundo Luis Fernando Ayerbe, o problema da dívida,

[...] particularmente da América Latina, [com] a política de valorização do dólar e aumento das taxas de juros representou uma dupla penalização: aumentam os encargos com o serviço da dívida, que se torna mais cara, e há um esvaziamento da oferta de capitais, dada a atração exercida pelo mercado financeiro dos Estados Unidos, incluindo os recursos das classes dominantes do próprio Terceiro Mundo. 2002, p. 200).

Já no final da década de 1970, os Estados Unidos alteraram sua política econômica, com aumento das taxas de juros e a intenção de defender a supremacia do dólar no mercado mundial quando houve uma entrada massiva de capitais nos EUA. Essa política, que durou até 1985, levou à eclosão da dívida na América Latina, uma vez que os países latino-americanos passaram “de receptores de recursos financeiros externos, [e] se transformaram em remetentes de recursos para o exterior, particularmente para os EUA” (SANTOS, 2007, p. 91). Portanto, percebe-se que o aumento de juros nos EUA levou a uma grande transferência de capitais para o país, fato que diminuiu a oferta de crédito para os países da América Latina. Juntamente com esse quadro, se inclui a queda do preço das matérias-primas vendidas pelos países latino-americanos, sendo que o quadro mundial era de recessão. Essa recessão diminuiu ainda mais as receitas na América Latina, uma vez que o endividamento da década de 1970 não resultou em uma renovação e modificação de suas pautas, que continuaram, essencialmente, compostas de matérias-primas.

Nesse sentido, instituições como o FMI e o Banco Mundial ficaram encarregados de negociar a dívida dos países latino-americanos, o que acabou por promover grande influência e ingerência dessas instituições nas questões internas desses países, os quais passaram a aceitar duras condições impostas para ter acesso a empréstimos e ao refinanciamento da dívida, ou seja, adotar

[...] uma política econômica austera, estabelecendo ainda uma série de medidas que implicavam a redefinição do papel do Estado (privatizações das empresas estatais) e a liberalização do comércio, das finanças e dos

investimentos através da eliminação de práticas protecionistas e discriminatórias ao capital estrangeiro. (SANTOS, 2007, p. 94)

Conclui-se, portanto, que a crise da dívida nos anos 1980 fez parte do reordenamento econômico promovido pelos Estados Unidos e visava submeter a América Latina às novas características do capitalismo global. Como os países latino-americanos não conseguiam honrar suas dívidas – que aumentaram quando os EUA elevaram suas taxas de juros –, foram submetidos a um pacote de ajustes conhecido como o Consenso de Washington, que consistia em uma série de medidas monitoradas pelo FMI e pelo Banco Mundial que tomaram à frente no planejamento e na ação dos Programas de Ajustes Estruturais na América Latina.

A lo largo de estos años – escribe Martín Seco- el FMI ha aparecido como fuente de financiación de aquellos países en desarrollo que tuvieron necesidad de divisas por dificultades en su balanza de pagos, pero esta ayuda no se percibía de manera gratuita, sino condicionada al precio de amoldar las políticas económicas nacionales a las prescripciones del Fondo Monetario Internacional. En ocasiones estas exigencias eran también claramente políticas (PUGA, 1996, p. 48).

Com esses Programas de Ajustes Estruturais, objetivava-se garantir que os novos empréstimos feitos aos latino-americanos fossem utilizados dentro da agenda neoliberal, definida desde os anos 1970 pelos EUA e pelos países centrais. Cabe observar que, apesar da aplicação de políticas neoliberais estar sujeita às características e à formação histórica de cada sociedade, estas foram implementadas nos anos de 1980 e tiveram como objetivo alterar a forma como acontecia o exercício do poder governamental em um contexto de mudança das regras de funcionamento do capitalismo.

Na realidade, essas novas formas políticas exigem uma mudança muito maior do que uma simples restauração do “puro” capitalismo de antigamente e do liberalismo tradicional. Elas têm como principal característica o fato de alterar radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as referências doutrináis no contexto de uma mudança das regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p.190)

O aumento da dívida externa repercutiu na América Latina com graves consequências sociais para a região. No entanto, os programas de ajustes estruturais propostos pelas instituições financeiras não foram aceitos sem contestação de setores organizados da sociedade latino-americana. Dessa forma, o caso venezuelano é exemplificador, uma vez que a crise da dívida e a adoção de diversos pacotes de medidas impostos pelo FMI levaram, em 1989, a uma das maiores insurreições populares do país, conhecida como *Caracazo*, que expôs as fragilidades do *Pacto de Punto Fijo*.

2.4– O esgotamento do Pacto de Punto Fijo e o acirramento das contradições de classe

As crises da década de 1980 escancararam as debilidades do *Pacto de Punto Fijo*, que não conseguia responder às complexidades das demandas da sociedade venezuelana, uma vez sua composição visou, basicamente, manter a ordem social, assegurar o monopólio do poder político nas mãos dos partidos e das elites tradicionais e garantir ao capital internacional livre acesso aos recursos petroleiros. No entanto, mesmo diante da crise, em 1988, o ex-presidente Carlos André Pérez venceu as eleições com grande apoio popular – aproximadamente 56,4% dos votos válidos (MARINGONI, 2009, p. 69) –, em uma campanha de forte teor nacionalista e que prometia o retorno aos “bons tempos” da década de 1970.

Logo em seu primeiro ano de (segundo) mandato⁵⁵, Pérez colocou em prática um “duro pacote fiscal de caráter neoliberal” (SADER, 2009, p. 43), imposto pelo FMI e o Banco Mundial, sob a promessa de conseguir créditos de cerca de 4,5 bilhões de dólares junto à instituição, demonstrando claramente como os EUA induziam a forma pela qual o Estado venezuelano orientaria suas políticas públicas, uma vez que, em contrapartida, o FMI exigia que certas medidas fossem tomadas pelo governo venezuelano, entre elas: o aumento do preço da gasolina, o controle de câmbio, a diminuição dos créditos, o congelamento dos salários e a desvalorização da moeda nacional (MARINGONI, 2009, p. 60).

⁵⁵ Pérez havia sido presidente entre os anos de 1974 e 1979.

Tais medidas provocaram uma péssima repercussão na população que, insatisfeita com os primeiros atos do governo, saiu às ruas da capital Caracas. Em resposta ao pacote adotado por Pérez, a população começou uma série de protestos no dia 27 de fevereiro de 1989, que ficou conhecida como *Caracazo* e potencializou o grave quadro social vivido no país. Segundo Klein (2010, p. 136), esse evento se tratou de uma verdadeira revolta civil, onde centenas de pessoas foram mortas, essencialmente a parte mais necessitada da população que enfrentava severas condições de vida.

La crisis del Estado proteccionista y la apertura de la economía dividieron en dos al país: de un lado, una clase alta con vínculos internacionales y sus socios locales (acerca de muchos de los cuales se podría afirmar que <el dinero es su país.); del otro, una mayoría empobrecida que incluye a una clase media cada vez más reducida. (CORONIL, 2017, posição 7406)

Tal evento foi um reflexo direto das políticas neoliberais adotadas pelo governo Andrés Pérez e das continuidades autoritárias presentes no Estado venezuelano desde o final da ditadura militar em 1958. Como já apontado, muitos dos aparatos repressores da ditadura continuaram ativos, demonstrando o caráter autocrático do Estado mesmo após a Constituição de 1961. Como exemplos, podemos citar, inclusive, leis que remontam à ditadura de Juan Vicente Gómez, da década de 1930, como “el Código de Justicia Militar o la Ley de Vagos y Maleantes, instrumentos legales de la represión generalizada a los trabajadores y al pueblo venezolano” (COLMENAREZ, 1989, p.15).

Como a situação social no país já vinha se deteriorando, quando Carlos Andrés Pérez adotou o pacote de medidas neoliberais e aumentou o preço do transporte público, movimentos sociais, em particular os estudantes, passaram a aumentar suas manifestações e pressionar o governo para que o passe estudantil não sofresse o reajuste. Frente à tamanha pressão o governo aceita a demanda estudantil, mantendo o aumento para os proprietários das linhas de ônibus, que são privadas. Tais proprietários se recusaram a baixar o preço da passagem sem que o governo cancelasse o aumento nos combustíveis, alegando que o custo seria muito alto. Frente a tal situação, que se somava a crescente corrupção e o apoio da burguesia ao pacote de medidas neoliberais, tem início o *Caracazo*, já que a partir desse momento estudantes e a população em geral começam a atacar ônibus e saquear o comércio (COLMENAREZ, 1989, p. 23/24).

Tal manifestação passou a ocupar não apenas as cidades dormitórios de Caracas e o *barrios*, mas também boa parte da cidade de Caracas e outros municípios do país, sendo uma mobilização insurrecional contra a democracia e o Estado venezuelano, que atendia aos interesses da burguesia e do capital internacional e não agia enquanto a população se empobrecia. Nesse contexto, a crise institucional levou a negação de parte do corpo policial convocado para a repressão da manifestação em atuar contra a população. Muitos policiais passaram a ajudar e a organizar os saques e as ocupações promovidas pela revolta.

La disciplina, la obediencia, la subordinación, toda esa ideología inyectada por la clase dominante, empezó a mezclarse con la afinidad, con los problemas que escucha, que también son los suyos: su afinidad con la gente del barrio donde vive, esta afinidad es el origen de la “desmoralización policial”; sin mandos ni órdenes superiores, dejado en la calle actuando a su “propio criterio”, dejó de ser el funcionario defensor de los intereses de la clase dominante, para ser uno más del pueblo, lo que siempre ha sido bajo el oprobioso uniforme (COLMENAREZ, 1989, p. 37).

Frente à derrota nas tentativas de reprimir a revolta por meio das forças policiais, o Estado venezuelano convocou o Exército para a tarefa, promovendo um grande massacre, sendo que até hoje não se conhecem os números de vítimas fatais. Cabe destacar o papel fundamental dos *barrios* durante o *Caracazo*, já que estes foram locais de organização e defesa dos manifestantes. Nesse sentido, é importante retomar o fato de que, devido a parca produção agrícola na Venezuela (decorrente da grande urbanização durante o aumento da exploração petroleira e que resultou nos *barrios*), os moradores do *barrios* são, em grande medida, trabalhadores informais, ou seja, não ocupam um posição específica na cadeia produtiva, criando, dessa forma, uma identidade com o local onde residem e não com o local onde trabalham. Tal fato resulta em uma revolta contra o mercado, que é entendido como o responsável pela pobreza e pelo não acesso aos itens de consumo e a organização de uma organização política bastante ativa, em especial após o *Caracazo*, quando se organizam em Assembleias populares e milícias. Tal organização será utilizada durante o governo Chávez como base social para seu governo (CICCARIELO-MAHER, 2016).

Como é sabido, as Forças Armadas não são uma instituição homogênea, sendo que a forma de sua atuação durante a repressão ao *Caracazo* levou a divisões entre os militares. É nesse contexto que surgiram as primeiras tentativas de insurreição popular

e de setores das Forças Armadas que vislumbravam o fim do *Pacto de Punto Fijo*. Uma delas aconteceu no ano de 1992 e foi colocada em prática pelo então tenente-coronel Hugo Chávez Frías, o qual, sem conseguir tomar a capital, Caracas, fora preso pelas forças do governo. Sua libertação, segundo Salamanca, constituiu um o início de uma nova configuração política no país, sendo que, de acordo com o Flávio da Silva Mendes, citando Margarita López Maya, uma vez no Exército, os jovens militares entravam em contato com uma realidade culturalmente rica, apesar da disciplina e da hierarquia a que estavam submetidos, além de vivenciarem as contradições da sociedade venezuelana (2012, p. 137), o que gerava, de certa forma, uma maior conscientização dentro das Forças Armadas venezuelanas. Essa dinâmica deu origem, por exemplo, à primeira organização política de Chávez, o *Movimiento Bolivariano Revolucionário 200* (MBR-200).⁵⁶

Com seu governo cada vez mais desgastado, Andrés Pérez foi deposto em 1993, acusado de corrupção. No entanto, sua saída estava relacionada ao repúdio geral às suas políticas econômicas, inclusive pelos líderes de seu próprio partido, a *Acción Democrática* (ELLNER, 2003 apud SANTOS, 2007). Assim, com o descontentamento da população em relação à situação política, social e econômica da Venezuela, nas eleições de 1993, venceu um candidato aparentemente fora do *Pacto de Punto Fijo*, Rafael Caldera, que era um dos líderes históricos da COPEI e havia sido presidente da República entre 1969 e 1974. Nesse novo contexto, ele rompeu com seu partido de origem e foi eleito por uma composição de partidos denominada *Convergencia*, que adotava um discurso contrário às reformas neoliberais.

Na verdade, a eleição de Caldera – que foi um dos fundadores do *Pacto* – representou uma tentativa de preservação do regime *puntofujista*, pois ele manteve a política de Pérez e colocou em prática a “Agenda Venezuela”, que se constituía em um conjunto de reformas amplamente afinadas com o pacote neoliberal iniciado por Pérez, em que se manteve fidelidade à política de abertura petroleira e à submissão ao capital internacional, mantendo o programa de privatizações e a permissão para o capital privado participar dos sistemas de pensão e saúde (SANTOS, 2007, p. 115).

⁵⁶ Para uma caracterização detalhada do partido, consultar MENDES, Flávio da Silva. *Hugo Chávez em seu labirinto: o Movimento Bolivariano e a política na Venezuela*. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

No que diz respeito à abertura petroleira, é importante ressaltar que a “Agenda Venezuela” promoveu uma política neoliberal no setor, amparando-se nas próprias leis de nacionalização para reformar contratos de comercialização e assistências técnicas que davam privilégios ao investimento do capital estrangeiro no setor. A aplicação dessa política levou a uma diminuição dos *royalties* pagos ao Estado, de 16,6%, para apenas 1% (SEABRA, 2012, p. 104).

Dessa forma, é possível perceber que o *Pacto de Punto Fijo*, apesar de proporcionar eleições regulares, era um modelo político elitista e centralizador (principalmente entre AD e COPEI, que representavam um mesmo projeto de país, inexistindo uma alternância no governo) que distribuía as rendas do petróleo de forma desigual entre a sociedade, sendo auxiliado pelo registro do bom momento econômico vivido nos anos 1970.

Verifica-se igualmente que, enquanto os rendimentos do petróleo estiveram altos, foi possível manter a democracia *puntofujista*, sempre sob a promessa de crescimento e diminuição de pobreza; no entanto, quando estourou a crise da dívida na década de 1980 e foram implantadas as reformas estruturais de cunho neoliberal – que trouxeram graves consequências para a população –, os partidos tradicionais caíram em descrédito, o que possibilitou o surgimento de lideranças, à margem dos mesmos. (SALGADO, 2015)

As políticas neoliberais adotadas durante os anos de 1980 e 1990 acabaram por aprofundar as desigualdades e a concentração de riquezas nos países latino-americanos, fato que gerou o cenário social de disputas de classes que resulta, no caso venezuelano, na eleição de Chávez em 1998.

Tal fenômeno pode ser entendido no contexto particular de avanço das fronteiras do capitalismo financeiro, em um momento de fim da Guerra Fria e de consolidação de política neoliberais enquanto que na América Latina se avançava as mobilizações sociais em favor de agendas de justiça social e igualdade, em resposta ao período autoritário, e, no caso venezuelano, do esgotamento do pacto de *punto fijo*.

Ocorre que a primeira onda do neoliberalismo no continente se deu durante a redemocratização dos anos 1980. Tratava-se, então, de uma situação bastante diversa daquela verificada nos países da Europa e dos EUA. Por um lado, o neoliberalismo chegava à América Latina apoiado por uma classe dominante que não precisava

reconstituir seu poder de classe, pois já saía fortalecida do ciclo autoritário. Seu objetivo era manter suas posições no novo arranjo democrático.

Não obstante tal poder de classe, o fato é que as nações latinoamericanas da democratização eram sociedades com muita energia mobilizada em favor dos valores da justiça e da igualdade e dos sonhos de que a democracia seria não apenas formal, mas também substantiva. Um tipo de energia criativa que foi se acumulando nas ditaduras e que explode nos processos de redemocratização. (MEDEIROS, 2018, p.122)

Sendo o governo Chávez fruto da ação organizada dos *barrios* e da população de forma geral contra a agenda neoliberal, cabe a discussão acerca da aproximação, continuidade ou ruptura desse governo com tal agenda, uma vez que existe vasta literatura sobre tal discussão.

2.5– Hugo Chávez e o governo bolivariano

Em 1998 Chávez foi eleito e assumiu a presidência da República na Venezuela após o esgotamento do *Pacto de Punto Fijo* e o desgaste dos partidos políticos tradicionais. Com forte apoio popular – uma vez que a adoção da agenda neoliberal destruiu o capital social venezuelano que havia sido levantado durante a bonança petroleira dos anos de 1970 –, Chávez buscou orientar sua política no sentido de construir uma nova ordem política na Venezuela. Para tal, convocou uma Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição, com a finalidade precípua de refundar a nação. A Constituição foi elaborada em 1999 e colocada sob consulta popular, sendo aprovada com grande apoio dos venezuelanos. Desde 1961 a Venezuela não tinha uma nova Carta Magna e, pela primeira vez, essa visava ampliar a participação social no poder político. Assim, com o objetivo de promover uma democracia “*participativa y protagónica*”, em detrimento da democracia representativa proposta pela antiga Carta, foram instalados cinco poderes: Executivo, Legislativo, Cidadão, Judiciário e Eleitoral.

Chávez adotou desde o início de seu governo uma postura contrária à política estadunidense em relação à América Latina. Ele pregava um modelo de organização social que fugia aos pressupostos defendidos pela liberal democracia – sistema político defendido pelos EUA e que deveria ser adotado pela América Latina após o

fim da Guerra Fria –, uma vez que defendia a instauração de uma democracia participativa, com o objetivo de levar o povo a ter um papel protagonista na vida política venezuelana. Segundo esse modelo, todos os cargos eleitos estão submetidos à suspensão e grande parte das decisões políticas é aprovada por meio de plebiscitos; a intenção é “a introdução de um conjunto de modalidades participativas, mais próximas à democracia direta, combinadas à democracia representativa. A combinação dessas formas democráticas representativas com formas democráticas diretas é encontrada no Artigo 62 da Constituição [...]” (SEABRA, 2012, p. 122).

A nova Carta também modificou a extensão do mandato presidencial – ampliado em um ano (de cinco para seis anos) –, o nome do país – que passou a ser República Bolivariana da Venezuela – e determinou o retorno da participação direta das Forças Armadas na vida política venezuelana (no fim dos anos de 1950 as Forças Armadas haviam sido tolhidas em decorrência da “Doutrina Betancourt”⁵⁷), por meio do *Plan Bolívar 2000*, o qual pretendia integrar as Forças Armadas na dinâmica política e social do país. Nesse sentido, alguns autores chamam a atenção para a importância dos militares na construção de um equilíbrio entre as forças sociais venezuelanas, que mantiveram o projeto chavista. Para Alvarez, nos primeiros anos do governo Chávez, os militares foram utilizados para mediar a relação entre o presidente e a população, uma vez que o então partido de Chávez, o MVR⁵⁸, não possuía uma estrutura suficientemente organizada para dar suporte ao mandato presidencial do então presidente (2004, p.5).

Para o historiador Jácome, a tentativa de construir uma aliança civil-militar se tornou uma forma de defender o governo bolivariano, em especial após as tentativas de golpe e o acirramento da oposição estadunidense em relação à Venezuela. Dessa forma, em 2005, a possibilidade de invasão dos EUA ao território venezuelano passou a ser alvo de preocupação das Forças Armadas, que, para defender o país, ampliou seu contingente incorporando a população civil à força militar, aumentando assim as tentativas de construção de uma unidade civil-militar na Venezuela (2011).

A Constituição de 1999 apresentou ainda um avanço em relação aos Direitos Humanos, pois passou a incorporar os direitos indígenas e ambientais; a reafirmação do controle do Estado sobre as riquezas energéticas e estratégicas; a redução da jornada

⁵⁷ Política que pregava o afastamento dos militares venezuelanos na vida política do país e a distância nas relações diplomáticas com regimes militares. (ELLNER, 1996, p. 254)

⁵⁸ Movimento Quinta República, fundado por Chávez em 1997.

de trabalho, de 48 para 44 horas semanais; a garantia de indenização ao trabalhador quando o empresário romper o contrato de trabalho e do direito ao voto dos militares; a incorporação das donas de casa e trabalhadores da economia informal ao sistema de segurança social; o estabelecimento do direito à saúde, educação e aposentadoria como deveres do Estado (SEABRA, 2012, p. 122).

Após a elaboração do documento foi realizado um plebiscito para consultar a população sobre sua aprovação. A Constituição foi, então, sancionada com 71,78% dos votos (COMBELLAS, 2007, p. 71), no dia 15 de dezembro de 1999. Com isso, foram convocadas eleições para todos os cargos eletivos do país, com o intuito de legalização destes. Essas eleições ficaram conhecidas como “Mega eleições” e assinalaram a reeleição de Chávez. Neste contexto, a Constituição de 1999 foi considerada um símbolo do rompimento com as práticas *puntofujistas* e um marco do novo governo. (SOSA, 2002, p. 34)

Em seus primeiros atos como presidente da República, Chávez procurou não entrar em divergências com as forças de oposição e com as elites empresariais do país, pois buscava manter o equilíbrio macroeconômico e controlar a inflação, que desde o final da década de 1980 gerava uma grande crise social no país. No entanto, mesmo com uma política econômica que não entrava em atrito com a oposição, desde 1992 Chávez já constava na lista de terroristas procurados pelo governo dos EUA (GOLINGER, 2005, p.27).

A oposição estadunidense em relação ao governo venezuelano se tornou ainda mais clara quando Chávez colocou em vigência 49 *Leis Habilitantes* (*Leyes Habilitantes*), sendo que, dentre elas, três ganharam importância e geraram o acirramento das contradições de classe e a radicalização da oposição. A primeira foi a Lei de Pesca e Aquicultura (*Ley de Pesca y Aquicultura*), em que se faz uma separação entre pesca artesanal e industrial; no documento é prevista uma nova margem limite para a realização da pesca industrial, sob a alegação de que a esta prejudicava o ecossistema da região e tirava empregos dos pescadores artesanais. Essa situação levou a uma forte reação da *Federación Nacional de Asociaciones de Productores Pesqueros de Venezuela* (Fenapesca), que entrou com ações judiciais para anular a validade da lei.

A Lei de Terras (*Ley de Tierras y Desarrollo Agrario*), que buscava fiscalizar a organização fundiária do país com a criação do *Instituto Nacional de Tierras* (INTI), foi

vista pela oposição como um atentado à propriedade privada, uma vez que os proprietários que não comprovassem a posse da terra no INTI estariam sujeitos à desapropriação por parte do governo. Referente à exploração do petróleo, modificou-se a Lei de hidrocarburantes, pois o governo buscava aumentar a lucratividade do Estado nas rendas provenientes do petróleo, além de diminuir a autonomia da companhia estatal *Petróleo de Venezuela S. A.* (PDVSA)⁵⁹, o que levou Chávez a ser acusado de prejudicar o desenvolvimento do país e de gerar mais desemprego e recessão. O governo dos EUA se mostrou contrário à adoção das Leis Habilitantes, sendo que, segundo a embaixadora dos EUA em Caracas, em 2001, Dona Hrinak, Chávez havia transcendido sua autoridade ao aprovar as Leis Habilitantes, além de considerar a Lei de Terras um ataque ao direito à propriedade privada (GOLINGER, 2005, p.57).

Após a adoção dessas leis, a oposição ao governo Chávez se acirrou, levando à convocação, por parte da *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción* (Fedecámeras), de uma série de manifestações contra o governo eleito. Nesse sentido, chama a atenção o fato de a Fedecámeras identificar os grupos oposicionistas como sendo os representantes legítimos da sociedade civil venezuelana, excluindo assim a maioria da população que havia votado em Chávez. Dessa forma, a sociedade venezuelana apresentava um alto grau de polarização, sendo que, de um lado, era possível identificar “a base de apoio de Chávez”, composta abertamente das “classes populares e setores das Forças Armadas”, enquanto que a oposição, ou “antiga classe dominante”, era formada pelas “empresas petroleiras, capital financeiro, cúpula do movimento sindical dos trabalhadores (CTV),⁶⁰ Igreja e alto comando das Forças Armadas, grandes corporações de telecomunicações, além da Fedecámeras” (OLIVEIRA LOPES, 2007, p. 7).

Dessa forma, após a Greve Geral de 2001, a oposição, encontrando-se fortalecida e reconhecendo sua liderança em Pedro Carmona, exigia a anulação imediata das 49 Leis Habilitantes, o que foi negado pelo governo. Assim, o acirramento das contradições de classe criou condições para que um possível confronto social na Venezuela, sendo que, durante todo o ano de 2002, foram realizadas diversas manifestações: para cada

⁵⁹ A Constituição de 1999 reforça a soberania popular em relação à PDVSA, impossibilitando que a empresa possa ser privatizada; no entanto, esta restrição não incorpora suas filiais produtoras.

⁶⁰ O caráter e a constituição da Confederação dos Trabalhadores da Venezuela serão tratados mais adiante, ainda nesse Capítulo.

manifestação dos governistas, a oposição, sob a liderança da Fedecameras e da Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), respondia com outra contrária ao governo.

A correlação de forças venezuelanas demonstrava uma união que, em tese, era contraditória, uma vez que a Fedecameras, uma associação patronal, e a CTV, um órgão de representação trabalhadora, estavam do mesmo lado, integrando a *Coordinadora Democrática* que organizava partidos políticos e organizações sociais de oposição. Na realidade, a proximidade da CTV com as forças oposicionistas ao governo Chávez podia ser constatada em sua própria constituição, já que foi formada (1947) sob a influência da *Acción Democrática* (AD), um dos principais partidos contrários ao governo bolivariano (ROMERO apud ANTUNES, 2011, p. 166).

Frente a tal instabilidade política, a disputa dentro da estatal petroleira PDVSA teve um papel de destaque, pois a empresa controla a maior fonte de renda do país e, consequentemente, tem papel fundamental nas decisões estatais. Na ocasião, a questão remetia ao controle da empresa, que havia ganhado independência frente ao Estado durante a década de 1990, em meio aos pacotes de reestruturação neoliberais. Entretanto, com a elaboração da Constituição de 1999 e com as Leis Habilitantes, a autonomia foi reduzida em favor da intervenção estatal no comando da própria PDVSA.

Diante de uma potencial dissidência do corpo diretor da PDVSA, em abril de 2002, o presidente Chávez demitiu sete altos gerentes da empresa em seu programa semanal “*Alô Presidente*”,⁶¹ exibido em transmissão ao vivo, em resposta direta ao apoio e à convocação de manifestações contrárias ao governo. Esse fato gerou descontentamento nos altos funcionários e na oposição, que, de modo geral, utilizou a demissão coletiva ao vivo dos executivos para divulgar uma imagem autoritária do presidente.

De fato, com o maior controle estatal sobre a PDVSA, executivos ligados aos partidos políticos e com fortes vinculações com subsidiárias estrangeiras, principalmente dos EUA, tiveram seus benefícios excluídos, uma vez que o Estado passou a controlar os negócios da empresa. Também é importante notar a

⁶¹ Programa semanal que foi comandado pelo presidente Hugo Chávez, com o objetivo da prestação de contas da Agenda presidencial: o anúncio de novas medidas; a propaganda e a informação detalhada sobre as iniciativas do governo, geralmente com a participação de ministros e dos quadros técnicos e com a indicação de como a população pode acessá-las; o contato telefônico direto com a população e variedades, como sugestão de livros, discussão de temas polêmicos etc.. O programa foi sempre transmitido de diferentes locais do país, quer seja uma escola situada em uma pequena localidade, um museu militar ou em um grande bairro popular de Caracas (SALGADO, 2015).

aproximação e o fortalecimento da posição da companhia petrolífera junto a OPEP, como forma de controlar a produção do petróleo e conseguir preços mais favoráveis no mercado internacional, aumentando assim as rendas nacionais. Como a oposição venezuelana é composta de parte da burguesia atrelada diretamente ao capital internacional, todas essas atitudes geraram insatisfação nos opositores de Chávez que apoiavam uma maior abertura para o capital estrangeiro e o afastamento das políticas da OPEP (CORONIL, 2005, p. 96). As políticas colocadas em prática pelo presidente venezuelano em relação ao preço do petróleo atingiram os interesses dos EUA no país, uma vez que os norte-americanos são, historicamente, grandes compradores do petróleo venezuelano.

No dia 11 de abril de 2002, a oposição deixou clara sua intenção golpista ao convocar uma manifestação para “*sacar a Chávez*”, contando com apoio dos meios de comunicação, que declararam seu apoio político à CD. Nesse contexto, já era possível perceber a participação dos EUA na conspiração golpista na Venezuela, uma vez que vários grupos políticos e ONGs venezuelanas haviam recebido financiamento de diversas instituições vinculadas ao governo estadunidense (GOLINGER, 2005). Em resposta, manifestantes chavistas se concentraram ao redor do Palácio Miraflores,⁶² sendo que o encontro entre os grupos foi inevitável, assim como o confronto, que resultou em grande número de feridos e mortos. Os meios de comunicação que fizeram a cobertura do evento responsabilizaram os manifestantes chavistas pelos disparos e pelas mortes ocorridas. Após tal desfecho, Chávez foi detido e recolhido no Forte Tiuna, área metropolitana de Caracas, configurando um golpe de Estado no país.

Com a detenção de Hugo Chávez, o líder da CD, Pedro Carmona, assumiu a presidência da república com o objetivo de comandar um governo transitório até a chegada das próximas eleições. No entanto, uma vez no poder, Carmona aboliu todos os poderes públicos, suspendeu a Constituição de 1999 e fechou a Assembleia Nacional, demonstrando o caráter autoritário do governo Carmona. Nesse ínterim, frente aos atos do governo golpista, setores populares, que apoiavam o presidente deposto, se organizaram e passaram a pressionar pela volta de Chávez, o que ocorreu 48 horas depois de sua saída do poder político. Como é possível perceber, a natureza

⁶² Sede do governo venezuelano, localizado na capital Caracas.

golpista do breve governo de Carmona é evidente, fato que não impediu o governo dos EUA de reconhecerem e apoiarem o golpe (GOLINGER, 2005, p.86).

Assim, a oposição ao governo chavista, com apoio dos EUA, deu início a uma série de eventos que resultaria, em abril de 2002, em um golpe de Estado contra Chávez. O primeiro evento dessa série foi a Greve Geral em 10 de dezembro de 2001, que tinha por objetivo paralisar grande parte do comércio e organizar a oposição em torno da Fedecámeras e de seu presidente, Pedro Carmona Estanga. Convocada pela Fedecámeras, a greve foi o marco inicial das ações oposicionistas que, além de se alinharem de forma contrária às Leis Habilitantes – o bloco antichavista, organizado sob o nome de *Coordinadora Democrática* (CD) –, também se mostrava contrária ao projeto bolivariano e à Constituição de 1999. A maioria dos grupos empresariais venezuelanos era contrária ao caráter nacionalista da nova Carta (LÓPEZ MAYA, 2004, p. 111). Cabe lembrar que Carmona se notabilizara na Venezuela pela proximidade com os EUA, sendo considerado pelo Departamento de Estado estadunidense como sendo “El hombre correcto para el momento correcto en Venezuela” (GOLINGER, 2005, p. 57).

No documento produzido pelo Congresso dos EUA em 2008, intitulado “*Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*”, aquele país não reconhece que ocorreu um golpe contra Chávez, adotando uma narrativa bastante particular sobre os eventos que marcaram o mês de abril de 2002:

In late 2001 and early 2002, opposition to Chávez rule grew into a broad coalition of political parties, unions and business leaders. Trade unions opposition became stronger amid the President's attempt to replace the Venezuelan Workers Confederation (CTV) with a pro-government union. President Chávez own Fifth Republic Movement also became plagued with internal dissent⁶³ (SULIVAN, 2008 p.8).⁶⁴

Propositalmente, a leitura feita sobre a correlação de forças em relação ao governo Chávez mescla, a “direita” representada pelos empresários, pelos dirigentes da CPV e por algumas coligações partidárias e sindicatos “pelegos” como a

⁶³ “Em abril de 2002, o protesto maciço da oposição e a pressão dos militares levaram à saída de Chávez do poder por um breve período. No entanto, ele finalmente foi restaurado ao poder pelos militares. Chávez foi dispensado do cargo em 11 de abril de 2002, após protestos de centenas de milhares de venezuelanos e a morte de pelo menos 18 pessoas. Líderes militares venezuelanos expressaram indignação com o massacre de civis desarmados e culparam o presidente Chávez e seus apoios.”

⁶⁴ SULIVAN, Mark. *Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*. Congressional Research Service. Disponível em: <https://file.wikileaks.org/file/crs/RL32488.pdf>

Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CPV), com as divergências dentro do movimento que apoiava Chávez, denominado Movimento Quinta República (MVP). Em tal cenário as instituições democráticas demonstrariam uma fragilidade que justifica colocar o país em observação para uma possível intervenção.

Percebe-se que o documento não cita o golpe, mas coloca que Chávez foi retirado do cargo pois havia liderado um massacre contra civis desarmados que protestavam contra o governo. Nesse sentido, fazendo-se representante da população civil organizada, o Exército havia cumprido a tarefa de sacar do poder o então presidente. Esse mesmo Exército é responsabilizado, posteriormente, de ter recolado Chávez na presidência.

Na narrativa do documento não é citada a organização dos apoiadores do governo e dos venezuelanos que eram contrários ao golpe de Estado executado pela oposição e por parcelas do Exército. Nem mesmo a mobilização dos movimentos sociais que foram fundamentais para o retorno de Chávez e o fracasso do golpe aparece na narrativa estadunidense.

Os eventos que afastaram Chávez da presidência, em 2002, demonstraram que o golpe militar ainda era um expediente útil para os EUA, em países que não adotavam completamente os pressupostos neoliberais. Contudo, mesmo contando com apoio da burguesia venezuelana e dos meios de comunicação, o golpe fracassou e mostrou que as condições objetivas em que se encontravam as lutas sociais na Venezuela já não permitiram as quarteladas que marcaram a história latino-americana durante o século XX.

Seria necessário, assim, buscar alternativas para os EUA e para os grupos opositores à Chávez recuperarem o poder político no país. Para isso, no dia 2 de dezembro de 2002, foi organizada uma paralisação nacional que durou 63 dias, e a principal empresa a aderir à manifestação foi a PDVSA – a qual ainda contava em seus quadros com dirigentes e executivos contrários ao governo Chávez –, que paralisou a produção de petróleo do país, gerando uma grande queda na atividade econômica da Venezuela.⁶⁵

⁶⁵ O impacto sobre o cotidiano da população foi grande. Devido à falta de petróleo o sistema de transporte entrou em pane; consequentemente, outras atividades comerciais sentiram o efeito da paralisação, como escolas e supermercados. Apesar dos problemas internos, o governo se mostrava irredutível e, com o passar do tempo, a força da paralisação foi diminuindo. Em janeiro de 2003, as atividades comerciais do país voltaram à normalidade e o fim da paralisação oposicionista, decretado.

Para se entender o contexto que levou ao golpe frustrado contra Chávez, temos que considerar o rebaixamento da condição econômica e social do país, após a adoção de políticas neoliberais que levaram à degradação da qualidade de vida dos venezuelanos, além da mudança, com a vitória de Chávez, em 1999, uma vez que este passou a ter maior controle sobre a economia, em especial sobre a PDVSA. Situação essa que desagradou não apenas os antigos “donos do poder” no país, mas também a grande potência imperialista mundial, os EUA, que tiveram seus interesses contrariados com as políticas adotadas por Chávez.

Assim, o Estado venezuelano passou a participar ativamente das atividades econômicas e sociais no país, o que vai de encontro aos ditames neoliberais, os quais pregam o esvaziamento das funções estatais e o alargamento do setor privado; portanto, o Estado venezuelano, que até então servia exclusivamente aos interesses da burguesia e do capital internacional, passou a atender também as demandas das classes sociais menos privilegiadas. Nesse sentido, as *Missões*,⁶⁶ que buscavam concretizar os objetivos de inclusão social e da democracia participativa (LÓPEZ MAYA, 2004, p. 118), foram uma grande conquista do governo chavista, pois privilegiavam o aspecto social, o que elevou ainda mais os níveis de apoio e aprovação do governo bolivariano, principalmente entre os setores mais baixos da sociedade.

Entre 2002 e 2010, houve uma redução de 48,6% para 27,8% da população em estado de pobreza, cifra que baixaria a 21,2% em 2012. Similarmente, observa-se uma redução de 22,2% a 10,7% da extrema pobreza, atingindo 6,5% em 2012. Esses números colocam o país em terceiro lugar da América Latina continental, depois de Argentina e Uruguai. Além disso, a Venezuela registrou o coeficiente Gini – índice que aferiu o grau de concentração de renda – mais baixo da América do sul: 0,394. No campo do trabalho, o desemprego caiu de 14,6% em 1999 para 6,4% em 2012, enquanto o emprego formal ascendeu de 53% para 57,5% no período. O número de matrículas em todos os

⁶⁶ Missões são ações cívico-militares que têm como objetivo levar educação, saúde e alimentos, entre outros recursos, para regiões periféricas das grandes cidades venezuelanas. Uma das missões mais conhecidas é a “Missão Robinson”, que teve como objetivo diminuir as taxas de analfabetismo no país. Outro exemplo foi a missão “Bairro Adentro”, que se caracterizou por levar médicos cubanos aos bairros mais pobres de Caracas. Em troca desse serviço, a Venezuela vendeu petróleo subsidiado à ilha de Fidel. Chávez também colocou em prática os chamados “Círculos Bolivarianos”, que se caracterizaram por serem grupos organizados de sete a onze pessoas que se reuniam para discutir os problemas da própria comunidade, canalizá-los para o organismo competente e buscar soluções. Funcionavam à maneira de assembleias populares em que eram discutidas, sobretudo, matérias de interesse local, problemas do dia a dia e a prestação de serviços comunitários. O presidente Hugo Chávez concebeu os “Círculos Bolivarianos” para dar maior alcance à sua Revolução, criando agentes de difusão do pensamento bolivariano. (SALGADO, Tiago. Cultura Política na Venezuela de Hugo Chávez, 2011, Ariadna Tucma. Disponível em: <http://www.ariadnatucma.com.ar/?p=1914>)

níveis de educação subiu acentuadamente, assim como a extensão do sistema de aposentadoria (de 387 mil beneficiados, em 1998, para quase 2,5 milhões em 2012), enquanto a mortalidade e a desnutrição infantil decresceram. Como decorrência, o país registrou um avanço consistente de posições no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), alcançando a 63^a posição entre 187 países e situando-se no trecho da escala considerado “alto” (SANTOS, 2016, pp.191-192).

O fortalecimento do Estado também não se enquadra no neoliberalismo, defendido pelos EUA, uma vez que um regime de livre mercado seria o mais apropriado para a defesa e a manutenção dos interesses estadunidenses na Venezuela e na América Latina. Assim, os programas sociais foram desqualificados como populistas e retóricos pelos EUA, que em telegrama despachado no dia 25 de junho de 2004 coloca que “em sua retórica, Chávez está colocando seus programas populistas como Mission Robinson (alfabetização) e Mission Sucre (bolsas universitárias) em ameaça”⁶⁷.⁶⁸

Diante disso, tanto a oposição venezuelana como os EUA perceberam que o golpe militar não seria possível, pelo menos por hora, na Venezuela, já que a revolução bolivariana gozava de grande apoio popular, e a antiga oligarquia política se encontrava desestabilizada. Dessa forma, os EUA e a oposição buscaram alternativas para derrubar o governo Chávez e instaurar na Venezuela um governo simpático ao neoliberalismo e aos negócios do capital estadunidense. Ainda em 2002, os EUA instalaram em Caracas o Escritório de Iniciativas para Transição (OTI), vinculado à USAID. Tal instituição tem como objetivo promover um auxílio político a países que experimentam um período de transição política acompanhada de crise social e/ou econômica. Dessa forma, a OTI e a USAID passaram a atuar juntamente com grupos oposicionistas (ONGs e partidos políticos)⁶⁹ com o intuito de desestabilizar o governo chavista, utilizando como argumento um discurso em defesa de valores democráticos, sem levar em consideração, no entanto, que o próprio governo Chávez foi eleito em total concordância com os princípios democráticos defendidos pelos EUA (GOLINGER, 2005).

⁶⁷ “[...]In his rhetoric, Chavez is putting his populist programs such as Mission Robinson (literacy) and Mission Sucre (college scholarships) on the line.”

⁶⁸ Doc. Confidential nº 13180. CHAVEZ V. CHAVEZ: WHAT'S HIS PLAN?. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2081_a.html

⁶⁹ A relação entre os partidos políticos de oposição, as ONGs e as instituições vinculadas ao governo dos EUA na Venezuela serão apresentadas no capítulo 4 da presente tese.

2.6 Os EUA e a oposição interna ao governo Chávez

Como já apontado, o histórico de ingerência dos EUA em países latino-americanos é extenso, sendo que, desde o início do século XX, buscam impor aos países da região governos que se comprometam com a defesa de seus interesses econômicos e políticos. Dessa forma, a eleição de Chávez foi considerada desde o princípio uma ameaça aos interesses do EUA no país, que era – e ainda é – um de seus principais fornecedores de petróleo. Portanto, desde que Chávez apareceu no cenário nacional venezuelano, em 1992, quando liderou uma tentativa de golpe, os EUA acompanharam sua trajetória política sendo que a eleição de Chávez para presidente, naturalmente, ligou o sinal de alerta dos EUA em relação ao que poderia acontecer na Venezuela.

As autoridades estadunidenses buscaram utilizar sua rede de instituições para colocar em prática uma estratégia de penetração e organização das forças opositoras ao governo chavista, consideradas como a “sociedade civil” venezuelana composta pelos partidos tradicionais, historicamente alinhados aos interesses dos EUA. Tal tarefa se deu por meio do financiamento de sindicatos, ONGs, associações empresariais e partidos políticos que visavam defender a “democracia na Venezuela”.

A estratégia colocada em prática faz parte das atribuições da *National Endowment for Democracy* (NED),⁷⁰ instituição criada em 1983 com o intuito de defender a democracia e os interesses dos EUA no exterior.

La NED fue creada como conducto perfecto para coaligar los fondos del gobierno de los Estados Unidos destinados a ofrecer ayuda política internacional que respaldaría sus intereses en el extranjero e influiría en la política exterior nacional de las naciones de importancia estratégica. (GOLINGER, 2005, p.14)

Outra agência que atuou, e ainda atua, na Venezuela é a *Agency for international development* (USAID), criada em 1961 com o objetivo de intervir em países em situação de crise humanitária. No entanto, assim como a NED, a USAID foi amplamente utilizada para financiar e promover governos ditoriais que torturavam e

⁷⁰ Instituição criada pelo então presidente Reagan em 1983, sendo um programa para entregar dinheiro a organizações que “promovam o aprimoramento da democracia” no exterior. Desde então, a NED tem manejado uma política exterior paralela à oficial dos EUA, respaldando e assistindo entidades que, oficialmente, Washington não pode respaldar. (SANTOS, 2007, p.218)

matavam civis. Posteriormente, entrou em ação o Escritório de Iniciativas para Transição (OTI), que também atua nos países em “crises que ameaçam a democracia” (GOLINGER, 2005, p.21). Os investimentos na Venezuela somavam mais de 20 milhões de dólares para fomentar os conflitos e a instabilidade, com o intuito de enfraquecer o governo Chávez (GOLINGER, 2005, p. 21).

Como exemplo de tal ingerência, podemos citar a doação de 340 mil dólares da NED, em 2001, para o *Instituto Republicano Internacional*, com o objetivo de treinar grupos políticos de oposição ao governo Chávez para melhorar a relação e a inserção de tais grupos na “sociedade civil” venezuelana. Assim, tal instituto estimulou a criação, em 2003, do partido *Primeiro Justicia*, que tem como principal membro Henrique Capriles,⁷¹ atualmente um dos nomes mais importantes da oposição na Venezuela.

Por meio de tais instituições e organizações não governamentais, os EUA buscaram preparar as forças de oposição para desencadear o golpe contra Chávez em 2002. Além de Capriles, que atuou no cerco à embaixada cubana após o golpe, outro integrante do *Primeira Justicia* que recebeu treinamento dos EUA foi o então prefeito do município de Chacao, Leopoldo Lopez,⁷² que liderou, no ano de 2002, uma marcha oposicionista por um trajeto proibido pelas autoridades venezuelanas até o Palácio de Miraflores, resultando em um grande conflito entre simpatizantes e opositores ao governo Chávez.

Tais marchas e confrontos entre grupos políticos contrários e favoráveis ao governo bolivariano aconteceram após o golpe de 2002 e foram resultado da imensa mobilização dos setores organizados da oposição⁷³ e das empresas de mídia privadas, que, desde o início do governo Chávez colocavam-se de forma contrária as políticas públicas adotadas pelo então presidente, especialmente quanto à busca por maior autonomia da estatal do petróleo PDVSA em relação às subsidiárias, que eram

⁷¹ Henrique Capriles é, desde a morte de Chávez em 2013, um dos políticos de oposição mais importantes ao governo Maduro na Venezuela.

⁷² Leopoldo Lopez também ocupa papel de destaque entre as figuras da oposição ao governo Maduro. No início de 2015, convocou uma série de manifestações contra o governo venezuelano, incentivando a desobediência civil e pedindo o fim imediato do mandato de Maduro. As manifestações resultaram em mais de 40 mortos e na prisão de Leopoldo, por ter incentivado os atos. Ainda preso, Lopez faz campanha pela defesa dos direitos humanos na Venezuela, uma vez que ele próprio se considera um preso político.

⁷³ Confederación de Trabajadores de Venezuela – CTV; Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción – Fedecamaras

propriedades de empresas multinacionais, e ao aumento da participação do Estado nas rendas provenientes da venda do petróleo.

Sob a tutela dos EUA, a oposição realizou diversas passeatas nas ruas venezuelanas, em especial em Caracas, enquanto defensores do governo faziam o mesmo. O encontro entre os grupos foi inevitável, o que resultou em violência e vítimas fatais. Os meios de comunicação⁷⁴ privados venezuelanos responsabilizaram, automaticamente, os simpatizantes chavistas e o próprio presidente pela violência, oferecendo aos opositores golpistas o motivo para a quebra da institucionalidade. Chávez foi afastado do governo e levado como prisioneiro para o forte Tiuna no dia 12 de abril de 2002; em seu lugar, assumiu o presidente da Fedecameras, Pedro Carmona.

Logo em seu primeiro ato como presidente interino, Carmona fechou a Assembleia, cancelou a Constituição e as leis aprovadas por Chávez e eliminou todas as liberdades democráticas. Na comunidade internacional, apenas os EUA e a Espanha reconheceram de imediato a legalidade do governo golpista.

Pedro Carmona [...] era considerado (pelos EUA) un líder empresarial de mucho prestigio e influencia que de manera consecuente ha desempeñado un papel fundamental em la promoción de los intereses comerciales de los Estados Unidos en Venezuela (GOLINGER, 2005, p.55).

No entanto, como vimos, mesmo contando com o apoio estadunidense, o golpe não vingou. Carmona não resistiu ao apelo dos milhões de venezuelanos que não aceitaram a violação de seus direitos, previstos pela Constituição bolivariana elaborada por Chávez. Assim, 48 horas após o golpe, Chávez voltou ao Palácio de Miraflores mais forte politicamente e com grande apoio popular; no entanto, os EUA e a oposição estavam ainda mais decididos a interromper seu mandato.

Após o fracasso do golpe, instalou-se na Venezuela uma equipe da OTI, com o objetivo de estabelecer relações políticas com meios de comunicação e organizações não governamentais, além de auxiliar países que “experimentan una

⁷⁴ Para maiores informações sobre a participação dos meios de comunicação venezuelanos no golpe de estado em 2002, ver: SALGADO, Tiago Santos. *A Folha de S.Paulo e o governo Chávez (2002-2005)*. Editora Paco, São Paulo, 2015.

transición política significativa y en ocasiones rápidas que puede o no estar acompañada de crisis social y/o económica". (GOLINGER, 2005, p.101).

Assim, instituições ligadas aos EUA mantiveram suas operações na Venezuela, financiando e treinando grupos de oposição ao presidente Chávez e buscando alternativas para desestabilizar seu governo. Como podemos ver, a estratégia dos EUA passa pela inserção em diversos movimentos considerados como sociedade civil, entre eles, partidos políticos, ONGs,⁷⁵ sindicatos e meios de comunicação, sempre agindo em defesa de uma suposta ordem democrática.

No entanto, como observa James Petras (2004), a sociedade civil seria uma abstração, que busca naturalizar as diferenças de classe e, assim, obscurecer a dominação de classe, para que essa dominação não seja desafiada. Dessa forma, tal ideia de sociedade civil não representa a totalidade dos interesses venezuelanos, mas sim os interesses de uma pequena parcela que se relaciona intimamente com o mercado financeiro internacional e com os países capitalistas centrais.

Em nações como a Venezuela, onde existe uma brutal concentração de renda, a aproximação entre tais burgueses e os interesses financeiros externos é facilitada, pois estes controlam vários segmentos produtivos do país. Um exemplo é o empresário Gustavo Cisneiros, que, além de dono de várias emissoras de TV pela América Latina, também é proprietário de cadeias de supermercado. Ele chegou a ordenar o fechamento de suas lojas como forma de gerar desabastecimento na Venezuela e, consequentemente, o enfraquecimento do governo Chávez.

Já os meios de comunicação, por sua vez, apoiaram a greve geral organizada pela CTV e pela Fedecameras entre os anos de 2002 e 2003, o que paralisou completamente a produção de petróleo venezuelana e gerou um prejuízo de vários milhões de dólares. Assim, fica claro que o sofrimento da população venezuelana não era preocupação das forças de oposição ou dos EUA, o importante era derrubar Chávez e retomar o controle do Estado venezuelano.

Os EUA também buscaram se inserir na sociedade venezuelana por meio da ação de ONGs, que supostamente não mantêm vínculos políticos. Uma das

⁷⁵ Segundo Muniz Bandeira, os EUA mantiveram o uso e ONGs nos conflitos existentes no Oriente Médio, sejam eles no Iraque ou na Síria. Segundo o autor, os EUA "manipulou, no mais das vezes, as notícias, a divulgar, sobretudo e ampla e intensamente, as declarações de representantes dos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha e notícias fabricadas por ONGs, sem comprová-las, a desinformar e enganar a opinião pública" (2017. Posição 5283)

organizações que mais recebeu auxílio dos EUA foi a *Sumate*,⁷⁶ a qual se propôs a organizar o referendo revocatório convocado pela oposição em 2004. A organização recebeu grandes somas da OTI e da USAID para organizar sua estrutura e contratar agentes para trabalhar nas comunidades venezuelanas com o intuito de educar politicamente a população. Uma das líderes da organização, Maria Corina Machado, reuniu-se constantemente com funcionários da embaixada dos EUA para discutir os rumos da oposição e como deveria acontecer o referendo.

Maria Corina Machado and Roberto Abdul, leaders of the Venezuelan NGO Sumate, met with Senators Christopher Dodd (D-CT), Lincoln Chafee (R-RI), and William Nelson (D-FL) at the Ambassador's residence on January 10. Also present were Senate Foreign Relations Staffer Janice O'Connell, Dodd Staffer Jonathan Pearl, Nelson Staffer Dan MacLaughlin, and Chafee Staffer Deborah Brayton^{77 78}.

Em 2004, Machado e Alejandro Plaz, líderes da *Sumate*, foram acusados pelo governo venezuelano de receber recursos da NED e conspirar contra o governo eleito na Venezuela. Após conversa com os membros da *Sumate*, o embaixador estadunidense fez os seguintes comentários:

Machado and Plaz have handled case intelligently, denying the courts a pretext to jail them, Machado and Plaz may be still be arrested in the future, perhaps closer to the referendum, to confuse opposition. A strong and immediate international reaction will be necessary to hold the GOV to democratic norms should this occur^{79 80}.

⁷⁶ O grupo político venezuelano Sumate, com apoio do fundo NED, vai capacitar os votantes e incentivar a participação no processo de votação do referendo revocatório em 2004. (SANTOS, 2007, p.218.)

⁷⁷ "Maria Corina Machado e Roberto Abdul, líderes da ONG venezuelana *Sumate*, reuniram-se com os senadores Christopher Dodd (D-CT), Lincoln Chafee (R-RI) e William Nelson (D-FL) na residência do embaixador em 10 de janeiro. Também estiveram presentes a funcionária do Comitê de Relações Exteriores do Senado, Janice O'Connell, o membro da equipe do Dodd, Jonathan Pearl, Nelson Staffer Dan MacLaughlin e a funcionária do Chafee, Deborah Brayton."

⁷⁸ Doc. Confidential. *Codel Dodd meets with Sumate leaders*. 12/01/2005. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS93_a.html

⁷⁹ "Machado e Plaz lidam de forma inteligente, negando aos tribunais um pretexto para prendê-los, Machado e Plaz podem ainda ser presos no futuro, talvez mais perto do referendo, para confundir oposição. Uma forte reação internacional imediata será necessária para manter o GOV de acordo com as normas democráticas, caso isso ocorra."

⁸⁰ Doc. Confidential nº 4987 – *Ambassador meets with sumate leaders*. 16/06/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1993_a.html

Tal diálogo demonstra a proximidade entre os membros da *Sumate* e o governo estadunidense, que os recebeu para conversar sobre as denúncias feitas a Machado, sendo, inclusive, levantada a necessidade de mobilização internacional para impedir que os líderes da *Sumate* fossem condenados pelo governo venezuelano.

Outra forma de buscar a desestabilização do governo Chávez foi a convocação feita por grupos de extrema direita por parte da *Coodinadora Democratica* para uma ampla desobediência civil e de violência nas ruas de Caracas com o objetivo de provocar uma reação drástica do Estado e, posteriormente, acusar as forças repressoras de violações contra os direitos humanos. Tal estratégia é conhecida como *guarimbas*⁸¹ e contou com forte apoio dos meios de comunicação, que construíam a narrativa da violência nas ruas venezuelanas de forma a corroborar com os objetivos da oposição.

Com a presença da OTI, USAID, NED e outras instituições na Venezuela, os EUA buscaram cooptar a sociedade civil venezuelana para debilitar politicamente e socialmente o governo Chávez; dessa forma, não seria necessário um golpe militar clássico⁸² para interromper o governo chavista, já os EUA e a oposição passaram a adotar um discurso em defesa dos direitos humanos, da democracia, e da liberdade de imprensa, etc. Valores que, segundo os representes do governo norte-americano, Chávez não teria sido capaz de realizar. Cotejando as abstrações realizadas pelo discurso presente na documentação com os dados da realidade concreta venezuelana no período, é possível identificar o descompasso entre as assertivas estadunidenses e a realidade social do país.

Desde que assumiu, em 2002, Chávez fortaleceu as instituições democráticas, criando mecanismos de representação e organização popular, promoveu reformas na Constituição Nacional, buscando otimizar e aumentar a participação da população nos assuntos públicos, e garantiu a liberdade de imprensa, criando a lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão, conhecida como Lei Resorte, que definiu as bases para a regulação do setor audiovisual e impresso. Criou também o *Conselho Nacional de Telecomunicações* (Conatel) que fiscalizava o cumprimento da

⁸¹ No início de 2014, as *guarimbas* foram novamente praticadas colocadas em práticas em diversas manifestações contra o governo Maduro; porém. No entanto, dessa vez, os meios de comunicação e muitas ONGs acusaram os chavistas de terem organizados essas *guarimbas*. No entanto, como podemos notar, é o histórico da oposição que depõe contra ela mesma, uma vez que tal prática já havia sido adotada anteriormente.

⁸² MONDRAGON, Hector. *Tipos de golpe*. Palestra apresentada no XVII Semana de Historia da PUCSP, em 2016. (mimeo)

lei, fato que gerou controvérsia com os EUA, que acusaram o governo de estar agindo para acabar com a liberdade de expressão,⁸³ além de promover a livre organização política (mesmo contra aqueles que incentivaram e apoiaram o golpe de 2002).

Pressure and attacks against the independent media have continued during the first-half of July. Government Minister Diasdado Cabello told lawmakers that any draft legislation on media social responsibility should include provisions to limit radio networks, restrict joint programming, and place cable networks under controls similar to free-to-air broadcasters. In response to a series of controversial advertisements against proposed changes to property law, the Government of the Bolivarian Republic of Venezuela (GBRV) attacked the media for carrying advertising against the draft legislation. Harassment against Globovision continued, with the GBRV opening a fifth case against the network related to the controversial advertisements. Supporters of the GBRV continue to intimidate journalists who are critical of the GBRV and government officials. In opposition, controlled Carabobo, militant groups backed by a pro-Chavez Mayor physically attacked a local opposition, oriented newspaper on two separate occasions. As summer begins to heat up in Venezuela, the GBRV clearly is continuing to pressure the media and attempting to limit any criticism of Chavez's Bolivarian Revolution^{84 85}.

Portanto, a diversificação dos canais midiáticos televisivos, é uma medida contrária aos interesses de setores da burguesia venezuelana, uma vez que a imprensa era controlada, basicamente, por duas famílias, que possuíam dois grandes grupos econômicos:

[...] la organización Diego Cisneros (ODC), que posee Venevisión, y el grupo 1BC, controlado por las familias Bottome y Granier, que

⁸³. Ver: Doc. Confidential nº3584. *240 radio stations threatened with closure* 06/07/2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS847_a.html

⁸⁴ “A pressão e os ataques contra a mídia independente continuaram durante a primeira metade de julho. O ministro do Governo, Diasdado Cabello, disse a parlamentares que qualquer projeto de lei sobre a responsabilidade social da mídia deve incluir dispositivos para limitar as redes de rádio, restringir a programação conjunta e colocar as redes de TV a cabo sob controles similares aos de transmissão aberta. Em resposta a uma série de anúncios controversos contra as propostas de mudanças na lei de propriedade, o Governo da República Bolivariana da Venezuela (GBRV) atacou a mídia por levar publicidade contra o projeto de lei. O assédio contra a Globovision continuou, com o GBRV abrindo um quinto caso contra a rede relacionado aos anúncios controversos. Os defensores do GBRV continuam a intimidar os jornalistas que são críticos do GBRV e dos funcionários do governo. Em Carabobo, grupos militantes apoiados por um prefeito pró-Chávez, atacaram fisicamente a oposição local, orientando o jornal em duas ocasiões distintas. Quando o verão começa a esquentar na Venezuela, o GBRV continua claramente pressionando a mídia e tentando limitar qualquer crítica à Revolução Bolivariana de Chávez.”

⁸⁵ Doc. Confidential nº7944. *New measures proposed to eliminate independent media.* 13/07/2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS887_a.html

dominan Radio Caracas Televisión y Radio Caracas Radio (GARCIA, 2012 apud SALGADO, 2015, p.113)

A criação das rádios comunitárias, abrindo a possibilidade de grupos de *bairros* participarem da produção e da circulação de informações, em consonância com a criação das *Missões*, dos conselhos comunais e de Ministérios com o intuito de organizar e interligar ações de vários movimentos sociais, tais como o movimento feminista e o camponês; não foram consideradas pelos analistas norte americanos como iniciativas saudáveis para a democracia. O próprio fracasso do golpe militar de 2002 se deve, em partes, à mobilização da sociedade venezuelana via meios de comunicação populares, que passaram a informar que o que havia ocorrido era um golpe de Estado e que Chávez não havia renunciado ao cargo.

Assim, constrói-se um discurso seletivo, que condena os atos do governo e tolera a violência da oposição, considerada a verdadeira representante da sociedade civil venezuelana. Desse modo, seguindo um novo plano, a oposição buscou uma última tentativa de retirar o presidente do poder, dessa vez lançando mão de uma ferramenta constitucional, ou seja, a realização de um plebiscito revocatório para o ano de 2004.

O plebiscito aconteceu no dia 15 de agosto de 2004 e Chávez, amparado pelo aumento na aprovação de seu governo, venceu o plebiscito com 58,21% dos votos. Como já colocado, a ONG *Sumate*, que, segundo seu próprio site,⁸⁶ busca defender a democracia e proporcionar a participação cidadã em processos eleitorais decisórios, ficou responsável por recolher as assinaturas necessárias para a realização do referendo e pressionou o Conselho Nacional Eleitoral a aceitar as firmas, mesmo quando existiam indícios de fraude. Conforme foi possível verificar na documentação, a *Sumate* recebeu grande financiamento dos EUA para atuar na Venezuela, buscando organizar a oposição ao governo Chávez. María Corina Machado, um dos nomes mais importantes da instituição, é citada várias vezes em conversas com o embaixador dos EUA, recebendo e dando informações sobre o contexto político e social venezuelano.⁸⁷

⁸⁶Ver: <https://www.sumate.org/nosotros.html>

⁸⁷As relações entre a Sumate e o governo dos EUA serão melhor analisadas no capítulo 3 da tese.

Em documento confidencial, os EUA apontam para a possibilidade de fraude e manipulação no referendo, chegando, inclusive, a questionar a viabilidade das urnas eletrônicas:

Chavez may also resort to manipulation or just downright fraud. Chavez controls the CNE and has shown his willingness to change rules that do not favor him.[...] The new touch-screen electoral system may help facilitate fraud and manipulation. The CNE approved in record time the contract for the Smartmatic-led consortium, one of whose members had received startup capital from the GOV. The deal smells of corruption – and possibly fraud – and puts in doubt the security of the referendum process⁸⁸.⁸⁹

No entanto, a vitória no referendo deu a Chávez e a seu projeto político um impulso, uma vez que saíram fortalecidos dos embates contra a oposição, principalmente quando esta se recusou a participar das eleições legislativas em 2005, sob a alegação de irregularidades. Esse fato deu legitimidade ainda maior a Chávez, que, contando com ampla maioria na Assembleia Nacional buscou radicalizar o processo político (designado por ele mesmo como revolucionário no país) e realizar uma transição para o socialismo do século XXI, em especial após a vitória nas eleições presidenciais de 2006.

Tal radicalização se dá através de dois aspectos: a política interna e a externa. No plano interno, Chávez buscou aumentar a participação do Estado nas explorações petrolíferas na faixa do Rio Orinoco, o que gerou grande insatisfação por parte das empresas multinacionais que exploravam a região, em especial a Exxon Mobil, que se recusou a respeitar a lei venezuelana. Também foi aprovada uma lei que permite a nacionalização de empresas estratégicas para a soberania nacional. Tais medidas possibilitaram o aumento dos recursos a serem repassados para as *Missões*, o que melhorava as condições de vida de muitos venezuelanos. Além disso, se investiu nas Universidades Bolivarianas, nos mercados populares, conhecidos como Mercal, e nas Livrarias do Sul, realizando ainda outras iniciativas que visavam melhorar a qualidade de vida da população.

⁸⁸ “Chávez também pode recorrer à manipulação ou fraude direta. Chávez controla a CNE e mostra sua vontade de mudar as regras que não o favorecem [...] O novo sistema eleitoral de tela de toque pode ajudar a facilitar a fraude e a manipulação. A CNE aprovou em tempo recorde o contrato para o consórcio liderado pela Smartmatic, um dos quais tinha recebido capital inicial do GOV. O acordo cheira a corrupção - e possivelmente a fraude - e põe em dúvida a segurança do processo de referendo.”

⁸⁹ Doc. Confidential, nº13179. *Chávez v. Chavez. What's his plan?*, 25/06/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2081_a.html

No âmbito internacional, a Venezuela passou a incentivar a entrada de empresas russas e chinesas nas licitações para a exploração do petróleo venezuelano, além de buscar fortalecer a Opep e uma maior integração latino-americana, tendo como intuito reinventar o ideário bolivariano de “Pátria Grande” na América Latina.

Nesse sentido, a Venezuela estreitou as relações com Cuba e buscou brecar a instauração da ALCA pelos EUA, entendida como uma forma de imposição dos interesses estadunidenses na América Latina, além de impedir o desenvolvimento industrial autônomo dos países da região, uma vez que ficariam sujeitos à entrada de produtos norte-americanos⁹⁰. A Venezuela também buscou construir uma agenda comum para os países latino-americanos, sendo a primeira iniciativa a ALBA. Posteriormente, o país passou a fazer parte do Mercosul e idealizou projetos como a Telesur, o Banco do Sul e a Unasul, com a intenção de construir uma unidade latino-americana.

Antes de analisar como se portou a oposição venezuelana frente a tal contexto, é importante atentar para a total contradição entre as políticas públicas colocadas em práticas pelo governo venezuelano e o projeto estadunidense de hegemonia neoliberal na região. A contradição reside, em última instância, no entendimento do próprio papel do Estado em relação à economia: enquanto Chávez utilizava o Estado como uma ferramenta para diminuir as históricas desigualdades presentes na sociedade venezuelana, aumentando sua participação na economia e distribuindo parte da renda pública, a oposição política nacional e os EUA entendiam que o mercado deveria agir livremente, cabendo ao Estado a função de árbitro para atuar em situações de desavenças e garantir a propriedade privada. As políticas venezuelanas foram, assim, vistas de maneira negativa pelos EUA, já que acarretavam desvantagens aos negócios de suas empresas no país.

ExxonMobil has been in a high-profile dispute with the Venezuelan government over compensation to be paid by Venezuela for its oil investments in the country. The company filed a request in 2007 for arbitration with the World Bank-affiliated International Center for Settlement of Investment Disputes. ExxonMobil initially won a UK court order in January 2008 freezing as much as \$12 billion in Venezuelan oil sector assets, but this was overturned by a UK High Court order on

⁹⁰ Ver capítulo 4.

March 18, 2008.¹²⁰ ExxonMobil, however, also previously had won court orders in the Netherlands and Netherlands Antilles freezing up to \$12 billion in Venezuelan assets, and in February 2008, a U.S. federal court in New York upheld a freeze of \$300 million in PdVSA asset^{⁹¹⁹²}.

Dessa forma, a oposição passou a se organizar, a partir de 2008, na *Mesa de Unidade Democrática* (MUD), composta de diversos partidos e ONGs que faziam oposição ao governo e tinham como elemento aglutinador apenas o desejo de retirar Chávez do poder político. Um dos problemas da oposição durante o período de 1999 a 2006 foi a falta de coesão entre os partidos e ONGs, sendo que tal assunto foi levantando em diversas conversas entre os políticos oposicionistas e o embaixador dos EUA na Venezuela, o qual tentava instruir os venezuelanos sobre como derrotar Chávez. No entanto, a partir da MUD, a oposição passou a agir de forma mais coesa, tirando proveito dos recursos financeiros e treinamentos oferecidos pelos EUA e também dos problemas enfrentados pelo governo Chávez para vencer a proposta de reforma constitucional proposta por Chávez em 2007 e as eleições parlamentares de 2010.

Aproveitando-se do aumento da violência, do desabastecimento de alimentos e outros problemas básicos, e da inflação, os opositores buscaram impor um discurso que pregava a necessidade de mudança no governo, buscando garantir que manteria os programas sociais chavistas caso vencesse as eleições. Assim, é necessário evidenciar que os problemas apontados podem ser explicados de duas formas, sendo que uma delas é a ineficiência do governo em conter os problemas decorrentes da política consumista, criada pelo aumento do emprego e do salário mínimo em um país totalmente dependente do petróleo e de produtos importados. Por outro lado, com o intuito de reduzir o preço dos produtos importados, a Venezuela passou a vender dólar a preço subsidiado para a burguesia nacional, a qual, em contrapartida, repassava os produtos para a população como se tivesse comprado a moeda estrangeira no

⁹¹ “A ExxonMobil está em uma disputa de alto nível com o governo venezuelano sobre a compensação a ser paga pela Venezuela por seus investimentos em petróleo no país. A empresa apresentou uma solicitação em 2007 para arbitragem com o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos, afiliado ao Banco Mundial. A ExxonMobil inicialmente venceu em uma corte do Reino Unido em janeiro de 2008, congelando até US \$ 12 bilhões em ativos do setor petrolífero venezuelano, mas isso foi derrubado por um mandado da Suprema Corte do Reino Unido em 18 de março de 2008. A ExxonMobil, no entanto, também havia anteriormente Antilhas holandesas e holandesas congelaram até US \$ 12 bilhões em ativos venezuelanos, e em fevereiro de 2008, um tribunal federal dos EUA em Nova York manteve um congelamento de US \$ 300 milhões em ativos PdVSA.”

⁹² SULLIVAN. Mark. Venezuela: *Political Conditions and U.S Policy*, 2008. Congressional Research Service. Disponível em: <https://file.wikileaks.org/file/crs/RL32488.pdf>

mercado paralelo, que muitas vezes é até 10 vezes mais caro que o câmbio oficial. Dessa forma, a burguesia busca aumentar muito sua taxa de lucro sem o aumento da produção, apenas especulando com o dólar subsidiado pelo governo e com a retirada dos produtos das prateleiras.

Frente a tais problemas, a oposição buscou avançar e fortalecer sua posição, conseguindo algumas vitórias importantes. Para tal, contou com forte apoio dos EUA, que, por meio de instituições como a USAID, a NED a OTI, entre outras, passaram a se infiltrar na sociedade venezuelana, adotando um discurso neoliberal, para derrubar o governo, e apoiando grupos políticos nacionais simpáticos aos seus interesses. Assim, os EUA buscaram organizar a sociedade civil venezuelana para que, através dela, se derrubasse o governo Chávez.

Como veremos no decorrer do presente trabalho, o EUA passou a cooptar jovens venezuelanos com o intuito de formar novos líderes políticos que defenderiam os interesses dos EUA no país. De tal maneira, para fortalecer a oposição ao governo chavista, o movimento estudantil venezuelano passou a fazer parte da estratégia dos EUA, que ofereceram treinamento político e de marketing a esses jovens para que eles pudessem criar um discurso agradável aos venezuelanos, afastando a imagem golpista que a oposição possuía desde 2002. Além disso, com o aumento do financiamento para a *Sumate*, busca-se criar um clima de fraude eleitoral para desestabilizar os pilares do governo.

Portanto, após o fracasso do golpe de 2002, a Venezuela passou a ser o palco da disputa entre o governo democraticamente eleito, que visava construir uma soberania nacional, e a oposição, a qual, aproveitando-se das debilidades e equívocos da própria administração chavista e contando com forte apoio dos EUA, buscava se reestabelecer no poder político.

No centro dessa disputa, encontrava-se a sociedade civil venezuelana, que era entendida por Chávez como a grande massa de trabalhadores e pela oposição como a burguesia e as classes média e alta, a busca pelo controle das grandes divisas provenientes da extração do petróleo e a contenda em torno do Estado. Observa-se que, neste momento o termo sociedade civil é tomado no sentido da expressão do engendramento das forças sociais e sua dinâmica política, “como esfera básica da existência social e suporte ontológico do Estado [...] pressuposto para a compreensão do papel do Estado na totalidade da vida social.” (ARAUJO, 2013, p.95)

Nesse ínterim, para entender as contradições que existem em um dos países mais importantes da América Latina, é de suma importância compreender a ação dos EUA, uma vez que agiram intensamente na tentativa de garantir seus interesses na Venezuela, mesmo que, para isso, tenha sido necessária uma ingerência direta nos assuntos internos venezuelanos.

De forma geral, a relação entre a Venezuela e o EUA se pauta na forma como o capitalismo venezuelano se configurou e na correlação e forças sociais e internacionais que marcam tal dinâmica. Assim, ao possuir as maiores reservas de petróleo do mundo, a Venezuela é entendida pelos EUA como uma fonte de recursos naturais seguro, sendo necessário contar com governantes simpáticos aos seus interesses no país latino-americano. Desde a organização do *Pacto de Punto Fijo* os interesses entre os EUA e as elites venezuelanas, que controlavam o poder de Estado conseguiram manter um certo equilíbrio que, apesar da repressão contra sindicatos, partidos de esquerda e movimentos sociais, impediu a instauração de ditaduras militares no país.

No entanto, com as crises neoliberais a frágil conciliação de classes *puntofujista* não resistiu as próprias contradições, o que possibilitou um rearranjo das forças sociais que criou condições para a eleição de Hugo Chávez em 1998, que buscou reorientar a relação entre o Estado e a sociedade na Venezuela, aproveitando das reservas petrolíferas para colocar em prática uma série de programas sociais, conhecidos como *Missões* que levaram a melhora das condições de vida da grande maioria dos venezuelanos.

Ao patrocinar uma maior participação e controle estatal por parte da extração do petróleo, Chávez acabou indo de encontro aos interesses das oligarquias venezuelanas e dos capitais dos EUA no país, o que explica, pelo menos em parte, a oposição que tais forças fizeram (e fazem) contra o governo venezuelano.

CAPÍTULO III

OS EUA E A SOCIEDADE CIVIL VENEZUELANA

A ação da diplomacia estadunidense na Venezuela e as suas relações com a oposição ao governo venezuelano, assim como as suas interpretações acerca da processualidade histórica em curso durante o período entre 2004 a 2009, foram recuperadas a partir da leitura e análise da documentação disponível no site *Wikileaks*.

Frente ao fracassado golpe de 2002, os EUA buscaram influenciar na correlação de forças sociais e políticas no país, treinando e financiando setores oposicionistas – aqui entendidos como expressão da sociedade civil - ao governo Chávez. Pois, desde a sua chegada à presidência da Venezuela em 1998, o país latino-americano se tornou um dos palcos mais importantes das lutas sociais na América Latina, uma vez que o então presidente representava uma ruptura com o sistema político até então existente, responsável pela implementação de políticas neoliberais que causaram uma série de tensões sociais e políticas no país. Ao dar início a intitulada Revolução Bolivariana, a antiga elite política venezuelana, que pela primeira vez desde 1958 se encontrava na oposição política, tendo sido derrotada nas urnas e perdendo o controle do Estado, começa a se articular para derrubar e desestabilizar o governo venezuelano.

Como já colocado, para se entender as relações entre os EUA e a Venezuela é de suma importância levar em consideração o fato de que a Venezuela é um país petroleiro, atualmente dona das maiores reservas do mundo,⁹³ geograficamente próxima ao território estadunidense. O petróleo venezuelano serviu de base para a industrialização e para lucros de empresas estadunidenses desde, ao menos, a década de 1920, quando o governo venezuelano possibilitou a chegada de empresas estrangeiras com a intenção de explorar o petróleo no país. Assim, existe um grande interesse por parte do governo dos EUA em manter seus privilégios em relação ao país latino-americano, entendido como fonte segura de matéria prima e mercado consumidor.

⁹³ Informação disponível em: <http://comunicacao.fflch.usp.br/node/1618>

La abrupta transformación de Venezuela de nación agrícola endeudada en rica exportadora de petróleo tuvo lugar durante el gobierno del general Juan Vicente Gómez, quien proporcionó a las compañías petroleras lo que se consideró de modo casi unánime como un clima excepcionalmente ventajoso para sus inversiones, que a su vez crearon las condiciones políticas y económicas a favor de consolidar el gobierno dictatorial, convirtiendo a Gómez, por añadidura, en uno de los hombres más ricos de América. Durante este período formativo, el régimen y la industria petrolera foránea radicada en el país se condicionaron mutualmente. Juntos definieron el paisaje social en el que los venezolanos comenzaron a reconocer la elusiva presencia del mineral y a conformar su identidad política como ciudadanos de una nación petrolera. (CORONIL, 2017, posição 1795)

Durante boa parte do século passado, as relações entre os países foram de aproximação, tanto comercial como diplomática, sendo a Venezuela considerada um modelo de democracia para a América Latina, uma vez que a última ditadura militar no país terminou em 1958, quando se instaurou a democracia liberal no país, que aproveitando das grandes receitas petrolíferas, conseguiu organizar um sistema de conciliação de classes, em que os movimentos sociais, em especial os de esquerda, foram reprimidos, cumprindo a agenda da Guerra Fria, e a burguesia nacional e internacional conseguia exercer o poder político, utilizando as receitas do Estado para possibilitar grandes obras de infraestrutura e distribuir, mesmo que de forma mínima, as rendas provenientes do petróleo.

En este contexto, el gobierno militar no sintió la necesidad de presionar a uno de sus mayores aliados, las compañías petroleras. Por el contrario, fue especialmente receptivo a una campaña orquestada por esta industria y el Departamento de Estado de EE.UU., cuyo contenido era que el petróleo barato del Medio Oriente constituía una amenaza para las exportaciones locales, y cuyo objetivo era desalentar que se mantuvieran las políticas petroleras nacionalistas de Venezuela (CORONIL, 2017, posição 3844).

Para se entender a correlação de forças sociais, assim como a posição da Venezuela na estrutura de circulação do capital, foi, para nós, de extrema importância analisar a riqueza natural existente no país, o petróleo, e demonstrar como tal riqueza natural é controlada pelo Estado. Assim, a disputa classista pelo controle do Estado no país representa não apenas o controle político, mas também a possibilidade de administrar uma das maiores riquezas naturais do planeta, indispensável para a circulação e para a acumulação capitalista. Portanto, como já demonstramos, a história venezuelana é marcada pela importância do petróleo, que, segundo o já citado

Fernando Coronil, transformou o Estado no grande operador dos recursos naturais, possibilitando a construção do mito modernizante do Estado, ou seja, através do investimento de um bem natural, que pertence a todos os venezuelanos, o país atingira a modernização.

A intensificação da exploração petroleira no país no início do século XX acabou por transformar a matriz produtiva venezuelana, uma vez que, o até então país agrário, passou a receber investimentos estrangeiros. Assim, boa parte da mão de obra migrou do campo para a cidade em busca de melhores salários nas empresas de petróleo e na área de serviços, enquanto que a produção agrícola foi substituída pela importação de produtos básicos e industrializados. Dessa forma, a Venezuela se tornou um país duplamente dependente do mercado externo, já que necessitava vender petróleo e comprar todo tipo de produto, uma vez que a diversificação produtiva do país não consegue suprir a demanda nacional.

Nessa perspectiva, como já colocado anteriormente, os EUA se tornaram os principais parceiros comerciais dos venezuelanos, atuando como comprador do petróleo e como fornecedor de produtos industrializados, em uma relação de proximidade diplomática e comercial entre os dois países. Durante os anos de 1980, em virtude dos empréstimos contraídos pelos governos venezuelanos para financiar o modelo político bipartidário vigente até então, e da crise capitalista que derrubou o preço do petróleo no mercado internacional, a Venezuela se alinhou com as diretrizes do Consenso de Washington para conseguir créditos e aportes financeiros para o pagamento da dívida junto ao Fundo Monetário Internacional. Dessa forma, o governo adotou medidas de austeridade, que acabaram por rebaixar a já debilitada qualidade de vida dos venezuelanos.

A importância do petróleo venezuelano para os EUA e a forma como Chávez orientou seu discurso e sua agenda de políticas públicas foram as motivações que levaram os EUA a se alinharem com a oposição ao governo democraticamente eleito no país em 1998, mesmo que essa mesma oposição tenha sido a responsável por mergulhar o país em um caos administrativo e econômico que resultou na condição de miséria para grande parte dos venezuelanos.

A radicalização oposicionista se materializou no golpe de Estado contra Chávez em 2002. Na ocasião, uma parcela da burguesia nacional e dos militares, com apoio dos EUA, organizaram a ruptura democrática com a deposição do presidente, o

cancelamento da Constituição aprovada em 1999 e do fechamento do Congresso, em uma clara demonstração do viés autoritário da oposição no país. No entanto, 48 horas depois de deposto, Chávez retornou ao cargo em função da pressão da população, que não apoiava os golpistas e exigia o retorno do presidente eleito.

O fracasso do golpe em 2002 demonstrou para os EUA que as táticas amplamente utilizadas durante os anos de 1960, 1970 e 1980 na América Latina para derrubar governos eleitos que não atendiam diretamente aos seus interesses não seria possível na Venezuela durante o século XXI.

Dessa forma, frente a tal situação, os EUA buscaram organizar a oposição venezuelana para conseguir derrubar o governo Chávez. Em outras palavras, se durante a Guerra Fria os EUA utilizavam os militares para desarticular a sociedade civil através da censura, da tortura, do fechamento de partidos políticos, de sindicatos, do movimento estudantil e dos movimentos de camponeses, dessa vez os EUA iriam organizar a sociedade civil.

No entanto, para tal estratégia, os EUA iriam adotar a já citada definição bastante específica de sociedade civil, sendo considerados apenas os apoiadores dos interesses estadunidenses, ou seja, os grupos sociais que não se alinhavam com os EUA não faziam parte da sociedade.⁹⁴

Assim, o governo estadunidense utilizou de diversas instituições, como a *Agência dos EUA para Desenvolvimento Internacional* (USAID), o *Escritório para Transição Internacional* (OTI) e a *The National Endowment for democracy* (NED), por exemplo, para financiar e treinar a oposição venezuelana, com o objetivo de organizar os setores que eles reconheciam como “sociedade civil” venezuelana contra o governo Chávez, buscando derrotá-lo nas urnas, ou, se não fosse possível, utilizando de um manto democrático para retirá-lo do poder político através da pressão de setores oposicionistas, como a imprensa e parcelas da burguesia nacional e do capital internacional, em especial do financeiro.

⁹⁴ Durante o século XX, quando os EUA apoiaram os golpes militares na América Latina, a organização da oposição aos governos democraticamente eleitos também era um expediente bastante comum, vide a Aliança para o Progresso, o Ipses e o Ibad no Brasil, por exemplo. No entanto, frente a radicalização das lutas de classe, em um ambiente marcado pela Guerra Fria, esse apoio a uma parcela específica da sociedade, geralmente setores da classe média, Igreja Católica, setores do Exército e Mídia, quando não era suficiente para derrubar um governo que não era simpático aos interesses dos EUA, estes incentivavam e apoiavam a instalação de ditaduras militares. A diferença para o que ocorre na Venezuela é que em 2002, o golpe militar não se concretizou, fazendo com que os EUA passassem a concentrar forças na oposição venezuelana.

Para Lars Schoutz, a política Externa dos EUA para a América Latina é movida pelo que o autor denomina “auto-interesse”, ou seja, a necessidade de proteger os interesses estadunidenses na região. Dessa forma, após o controle econômico exercido e imposto aos governos latino-americanos durante os anos de 1980 e 1990 com os pacotes de reajustes econômicos neoliberais determinados pelo FMI, atualmente o objetivo da diplomacia norte-americana é controlar o sistema de justiça e a democracia dos países da América Latina através da atuação de agências como a NED e a USAID (2000, p.11).

Auto-interesse seria uma resposta realista. Através da história, países hegemônicos procuram proteger seus interesses controlando o comportamento de vizinhos mais fracos. A supervisão hegemônica é custosa, por certo, mas as despesas de um envio de *marines* ou de uma missão AID são geralmente justificadas pela lógica do senso-comum de que é melhor evitar do que aconteça algo desagradável do que ter que revertê-lo depois de ter acontecido. Por mais de um século, os Estados Unidos raramente deixaram um problema se resolver. Pelo contrário, eles procuraram impedir a emergência da ameaça. Guiada pelo auto-interesse, essa supervisão hegemônica atingiu níveis sem precedentes no final do século XX. Hoje não parece excepcional para Washington estimular e acalentar latino-americanos não apenas para reformar suas economias, mas para renovar seus sistemas judiciários e reconstituir suas democracias (SCHOULTZ, 2000, p.11).

No mesmo estudo, o autor apresenta quais seriam os novos desafios para os EUA na América Latina com o fim da Guerra Fria e da URSS. Assim, com maior controle hegemônico na região, a diplomacia estadunidense identificou novos desafios no continente, sendo eles o problema das drogas, a má administração financeira dos latino-americanos e as ditaduras, o que configura uma “hegemonia preventiva por parte dos EUA” (SCHOULTZ, 2000, p.13;). O autor também delineou o fio condutor da política externa dos EUA na América Latina, sendo que

O que é consistente no decorrer de dois séculos nas políticas de Washington em relação à América Latina não é o comportamento dos Estados Unidos, mas a motivação. Por quase dois séculos, a política dos EUA invariavelmente pretendeu servir aos interesses dos Estados Unidos – interesses relacionados de várias maneiras à nossa segurança nacional, às nossas políticas domésticas, ou ao nosso desenvolvimento econômico. Conforme os desafios a esses interesses fluem e refluem, as políticas dos EUA se adaptam para enfrentá-los. O que permanece inalterado são os interesses (SCHOULTZ, 2000, p.13).

Os três pilares apontados como os norteadores da preservação dos interesses dos EUA na América Latina, ou seja, a defesa da Segurança Nacional, questões relacionadas à política interna e o desenvolvimento econômico, são encontrados na documentação analisada no presente trabalho, sendo que, como o Schoultz aponta, as políticas para atingir os objetivos mudam, mas os interesses dos EUA são os mesmos.

De fato, através da documentação, é possível perceber como o corpo diplomático estadunidense ajudou a OTI, a NED e a USAID a organizar a oposição venezuelana visando minar a credibilidade do governo Chávez e forma a interrompê-lo. O documento abaixo é exemplar para atestar tal questão. Desde o seu título *Encontro de Deshazo com líderes de oposição do G-5*, observa-se o estranhamento das funções diplomáticas com a espionagem e a conspiração. Preliminarmente é necessário esclarecermos quem era Peter Deshazo, então membro do corpo diplomático dos Estados Unidos, tendo servido como Sub-Secretário Assistente para o Hemisfério Ocidental e Representante Permanente Adjunto junto à Organização dos Estados Americanos (OEA)⁹⁵.

As articulações para instrumentalizar a oposição ou mesmo definir suas estratégias é apontada no mesmo documento que versa sobre o encontro entre o embaixador e a oposição, mediado por *Deshazo*.

The Ambassador hosted a dinner for DAS DeSahazo with Julio Borges (Primeira Justicia), Juan Fernandez (Gente de Petroleo), Henrique Ramos Allup (Acción Democratica) and Enrique Salas Romer (Proyecto Venezuela) represented the G-5. Enrique Mendoza (COPEI) had accepted but did not attend⁹⁶⁹⁷

⁹⁵ Durante sua carreira diplomática, dirigiu o Escritório de Diplomacia e Assuntos Públicos no Escritório de Assuntos para o Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado e foi diretor de Assuntos do Hemisfério Ocidental no Escritório de Divulgação (antigo USIS). Ele serviu em embaixadas e consulados em La Paz, Medellin, Santiago, Cidade do Panamá, Caracas e Tel Aviv. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/old-documentos/institucional/SFOAS/CONLEG/arquivos/seminarios-workshops/reuniao-tecnica-com-embaixador-americano-peter-deshazo-relacoes-dos-eua-com-la-parcerias-estrategicas-com-o-brasil-estabilidade-regional-e-politica-de-defesa-paulo-springer-15-10-2009>.

⁹⁶ “O embaixador organizou um jantar para o DAS DeSahazo com Julio Borges (Primeira Justicia), Juan Fernández (Gente de Petroleo), Henrique Ramos Allup (Acción Democratica) e Enrique Salas Romer (Proyecto Venezuela) representaram o G-5. Enrique Mendoza (COPEI) aceitou, mas não compareceu.”

⁹⁷ Doc. Confidential. nº9521. *Das Deshazo's meeting with g-5 apposition leaders* 21/01/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS295_a.html

Este grupo oposicionista que protagonizará as articulações para fragilizar a representatividade do governo, cujos nomes são citados formalmente no documento despachado pela embaixada norte-americana em Caracas, foi denominado pelo corpo diplomático G-5. Este encontro, realizado em 2004, momento em que ocorria o referendo revogatório⁹⁸ vinha a calhar, mesmo que fosse apenas para a obtenção de informações⁹⁹.

No encontro, o embaixador e membros do corpo diplomático aconselham à oposição que “para alcançar a opinião pública com uma mensagem pública coordenada, coerente e positiva, apresentar um programa ou plano de ação e alcançar não apenas os oposicionistas, mas também os independentes e chavistas.”.¹⁰⁰ Tal aconselhamento tinha como objetivo orientar a oposição a “organizar um plano que alcançasse não apenas os oposicionistas, mas também os independentes e chavistas” que votariam no referendo revocatório convocado com o intuito de abreviar o mandato de Chávez.

O referendo em questão foi o principal assunto tratado pela diplomacia dos EUA na Venezuela durante aquele ano de 2004, uma vez que era uma possibilidade real, e dentro da ordem institucional, da oposição retomar o poder político no país.

Outra reunião entre o corpo diplomático dos EUA e líderes da organização *Sumate* aconteceu em 16 de junho de 2004. Conforme já apontado, a *Sumate* como objetivo audituar o referendo. Este encontro tratou da denúncia apresentada pelo governo Chávez contra os líderes da organização acusados de terem sido financiados por instituições vinculadas aos EUA, o que punha em questão sua isenção na auditoria sobre a lisura do processo eleitoral. De fato, era o que alegara publicamente, para todo o país, o presidente venezuelano durante seu programa de TV *Alô Presidente*¹⁰¹ nos dias 8 e 15 de fevereiro.

⁹⁸ Referendo revocatório é uma ferramenta prevista na Constituição de 1999 e que foi convocado pela oposição em 2004 com o intuito de interromper o governo Chávez. No entanto, o resultado foi favorável ao chavismo, que se fortaleceu após a consulta eleitoral

⁹⁹ Outro relato sobre o encontro de funcionários da embaixada dos EUA com membros da oposição chavista pode ser encontrado em: Doc. Confidential – nº10035. *The "Tropical Unity" of the opposition*. 12/02/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS533_a.html

¹⁰⁰ “[...] to reach out to public opinion with a coordinated, coherent, and positive public message, put forward a program or plan of action, and reach out not only to oppositionists but also to independents and chavistas”

¹⁰¹ Programa de TV apresentado por Hugo Chávez entre 1999 e 2002.

SUMATE leaders Maria Corina Machado and Alejandro Plaz were charged on June 10 and 11 respectively with conspiracy to ‘destroy the republican form of government’ for accepting funds from the National Endowment for Democracy but have not been detained^{102, 103}.

Também as autoridades da Venezuela solicitaram à CIA informações sobre as relações entre o governo dos EUA e a *Sumate*, que se recusou a fornece-las. No entanto, em telegrama despachado da embaixada estadunidense em Caracas, um funcionário da embaixada, cuja denominação genérica é “emboffs”, confirmam-se as ligações apontadas por Chávez.

Emboffs confirmed that the National Endowment for Democracy (NED) approved a grant to Sumate for \$ 53,400 in September 2003 to work on referendum and general electoral activities^{104, 105}.

O mesmo documento também confirma que a USAID/OTI financiou a *Sumate*¹⁰⁶ em agosto de 2003, com o intuito de fiscalizar o andamento e a organização do referendo revocatório, realçando que tal ação foi feita sem o conhecimento de Chávez (“unbeknownst to Chávez”). No caso de Corina Machado, essa se encontrou com o então presidente dos EUA Geogre W. Bush em 2005, onde se discutiu a polarização política venezuelana e a relação entre a *Sumate* e a *NED*. Conforme o consultor contratado pelo Congresso dos Estados Unidos, Mark Sullivan, de fato, a *Sumate* atuou como fornecedora de informações

On May 31, 2005, President Bush met with Maria Corina Machado, the founder of Sumate, Venezuelan civic group that was involved in the signature drive for the August recall referendum. The meeting exacerbated the already tense U.S-Venezuelan bilateral relations. Machado is facing charges in Venezuela for conspiring against the government by accepting U.S funding from National Endowment for Democracy for Sumate’s activities up to the recall referendum. U.S

¹⁰² “Maria Corina Machado e Alejandro Plaz, líderes do *Sumate*, foram acusados nos dias 10 e 11 de junho, respectivamente, de conspiração para “destruir a forma republicana de governo” por aceitar fundos do Fundo Nacional para a Democracia, mas não foram detidos.”

¹⁰³ Doc. Confidential. nº 4987. Ambassador meets with *Sumate* leaders 16/06/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1993_a.html

¹⁰⁴ “Emboffs confirmou que o Fundo Nacional para a Democracia (NED) aprovou uma doação para *Sumate* por US \$ 53.400 em setembro de 2003 para trabalhar em referendos e atividades eleitorais gerais.”

¹⁰⁵ Doc. Confidential, nº4563. *Chavez accuses usg of funding "coupmongers"*. 26/02/2004. Disponível: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS634_a.html/

¹⁰⁶ Outro documento em que a *Sumate* aparece como informante do Governo dos EUA na Venezuela pode ser encontrado em: Doc. Confidential nº9027. *Venezuela: Potential fraud in the appeals process* 05/05/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1507_a.html

officials and some Members of Congress have strongly defended the NED's activities in Venezuela and have criticized the Venezuelan government's efforts to intimidate the leaders of Sumate¹⁰⁷.¹⁰⁸

Outra evidência encontra-se na documentação que atesta que a embaixada estadunidense omitiu informações sobre ajuda de paramilitares colombianos à oposição, o que pode ser considerada uma estratégia para derrubada de Chávez. Em maio de 2004, quando o governo venezuelano deteve suspeitos de serem paramilitares colombianos com ligações com a oposição, com a intenção de darem um novo golpe militar, o corpo diplomático estadunidense, em documento confidencial despachado no dia 11 de maio de 2004, insinua que tinha conhecimento de tais forças militares e golpistas. Apesar de não confirmar as alegações governistas, o documento¹⁰⁹ ressalta que "não podemos ignorar as alegações do governo (venezuelano) de que os colombianos faziam parte do plano anti-GOV"¹¹⁰.

Assim, tendo em mente a proximidade entre a oposição e os EUA, a não interferência da embaixada estadunidense, nem mesmo nos encontros entre as forças políticas em questão acerca da presença de paramilitares colombianos é um indício de que os EUA estariam dispostos, mais uma vez, a quebrar a ordem institucional democrática para retirar Chávez do poder. Anos depois, a presença de paramilitares colombianos na Venezuela é apontada por Julia Buxton que, em entrevista para a *New Left Review* em 2016, ressalta os problemas causados por tais presenças

This is an area where the Chavista government was very concerned about ties between Colombia's right-wing paramilitaries and the opposition, and a thriving across-border trade in smuggled goods¹¹¹ (2016, p. 7).

¹⁰⁷"Em 31 de maio de 2005, o presidente Bush se reuniu com Maria Corina Machado, fundadora da *Sumate*, grupo cívico venezuelano que esteve envolvido na assinatura do referendo revogatório em agosto. O encontro exacerbou as já tensas relações bilaterais EUA-Venezuela. Machado está enfrentando acusações na Venezuela por conspirar contra o governo aceitando a fundação dos EUA *National Endowment for Democracy* para as atividades de *Sumate* até o referendo revogatório. Autoridades dos EUA e alguns membros do Congresso defenderam fortemente as atividades do NED na Venezuela e criticaram os esforços do governo venezuelano para intimidar os líderes da *Sumate*."

¹⁰⁸ Disponível em: SULLIVAN, Mark. *Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*. 2008. Congressional Research Service. Disponível em: <https://file.wikileaks.org/file/crs/RL32488.pdf>

¹⁰⁹Doc. Confidential. nº7588. *Chavez: Coup attempt averted with arrest of "paramilitaries*. 11/05/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1543_a.html

¹¹⁰ "we can't dismiss the GOV's allegations that the Colombians were part of anti-GOV plot"

¹¹¹ "Esta é uma área em que o governo Chavista estava muito preocupado com os laços entre os paramilitares de direita e a oposição da Colômbia, e um comércio na fronteira de mercadorias contrabandeadas."

A posição dos EUA em relação ao governo venezuelano pode ser explicada como reação ás políticas públicas adotadas pelo governo Chávez, como o maior controle do Estado da extração do petróleo, a maior cobrança de royalties, e a utilização de parte desse aumento de recursos estatais para financiar programas sociais, o que melhorou as condições de vida dos venezuelanos mais pobres. Ora, tais políticas não iam ao encontro da agenda liberalizante proposta pelo governo dos EUA, cuja avaliação se expressa no título do documento: “*Chávez dá ordens para colocar em marcha a Revolução*”

Chávez remarks show a leader who is increasingly showing his commitment to shift Venezuela’s political economic, and foreign policy orientation towards the left. Rhetoric aside, Chávez – unfortunately – has a strategic direction, and is aware that he faces obstacles and contradictions in his movement^{112,113}.

Frente à organização e ao fortalecimento do governo chavista os EUA buscaram incentivar outras iniciativas da oposição, em particular, a ação de ONGs na Venezuela. No mesmo documento confidencial de 30 de agosto de 2004, o corpo diplomático norte-americano aponta ainda que “teremos mais impacto, no entanto, se pudermos expressar nossas opiniões em conjunto com outros países e ONGs”^{114,115}.

Já em fevereiro de 2004 Chávez questionava as ligações entre as ONGs e a o governo dos EUA, em especial a *NED*. Na ocasião, as ONGs *Sumate*, *Provea*, *Red de Apoio* entre outras, foram acusadas de receberam financiamento estrangeiro, em particular dos EUA.¹¹⁶

¹¹² As observações de Chávez mostram um líder que está cada vez mais mostrando seu compromisso de mudar a política econômica da Venezuela e a orientação da política externa para a esquerda. Retórica à parte, Chávez - infelizmente - tem uma direção estratégica, e sabe que enfrenta obstáculos e contradições em seu movimento

¹¹³ Doc. Confidential. nº12763. *Chavez gives marching orders for the Revolution*. 23/12/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3928_a.html

¹¹⁴ “[...] we will have for more impact, however, if we can voice our opinions in concert with other countries and NGOs.”

¹¹⁵ Doc. Confidential. nº12763. *Chavez gives marching orders for the Revolution*. 23/12/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3928_a.html

¹¹⁶ No documento confidencial intitulado *NGOs cite worrisome huma rights partterns*, do dia 4 de outubro de 2004, é relatado o encontro de representantes de diversas ONGs com membros da embaixada dos EUA. Dentre os presentes na reunião estavam presentes membros da Igreja Católica, de grupos de juristas e membros da imprensa oposicionista. Verificar. Doc. Confidential. nº 8999. *NGOS CITE WORRISOME HUMAN RIGHTS PATTERNS.* 04/10/2007. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS1969_a.html.

Apesar de negarem as acusações, em telegrama confidencial do dia 20 de fevereiro de 2004, a embaixada estadunidense confirma o repasse de verbas e que estas organizações são canais efetivos de auxílio na organização da oposição: “todas as organizações nomeadas por Chávez recebem financiamento de uma variedade de fontes estrangeiras e declaram que seu financiamento é informação pública¹¹⁷. ”¹¹⁸

In October of 2005, the Pan American Development Foundation (PADF) began implementation of a USAID/OTI funded project to develop a grants program to support watchdog organizations. Although the Bolivarian "Revolution" is failing its citizens in many ways, there are few reputable organizations dedicated to documenting this failure. PADF has funded 9 NGOs to support projects focusing on documenting and reporting on the BRV's failures, namely: judicial independence, the right of association, violent crime, the prison situation, self-censorship of the media, harassment of journalists, women's political rights, human rights, and BRV support to micro-entrepreneurs¹¹⁹.¹²⁰

Tratava-se, na realidade, de atestar que as instituições democráticas venezuelanas não estavam sendo respeitas, pois haveria impedimento ao funcionamento independente da esfera jurídica, de direito de associação, coerção à mídia, perseguição a jornalistas, negação de direitos políticos às mulheres e demais direitos humanos e apoio da “BRV à microempresários”. No interior disso mesclaram a violência social expressa em crimes violentos e insinuam a “situação carcerária”

¹¹⁷ ” All of the organizations named by Chavez receive funding from a variety of foreign sources and state that their financing is public information”

¹¹⁸ Doc. Confidential nº5131. *Chavez Takes aim at human rights organization.* 20/02/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS612_a.html. A relação entre o governo dos EUA e as ONGs na Venezuela também pode ser verificado em documento confidencial do dia 26 de janeiro de 2007, quando a embaixada estadunidense, juntamente com a Fundação de Desenvolvimento Pan Americano (PADF), iniciaram um programa para financiar uma série de ONGs para produzir relatórios criticando o governo venezuelano. Verificar: Doc. Confidential. nº9345. USAID/OTI WATCHDOGS START TO SHED LIGHT. 26/01/2007. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS175_a.html

¹¹⁹ “Em outubro de 2005, a Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (FUPAD) iniciou a implementação de um projeto financiado pela USAID / OTI para desenvolver um programa de subsídios para apoiar organizações de vigilância. Embora a "Revolução" Bolivariana esteja falhando de várias formas em seus cidadãos, existem poucas organizações respeitáveis dedicadas a documentar essa falha. A PADF financiou ONGs para apoiar projetos focados em documentar e relatar os fracassos da BRV, a saber: independência judicial, direito de associação, crime violento, situação carcerária, autocensura da mídia, perseguição de jornalistas, direitos políticos das mulheres, direitos humanos e apoio de BRV a microempresários.”

¹²⁰. Doc. Confidential. nº5131. *Chavez Takes aim at human rights organization.* 20/02/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS612_a.html.

3.1 A organização da sociedade civil e as ONGs

Para o corpo diplomático dos EUA, as ONGs eram de suma importância para a organização da sociedade civil venezuelana, sendo que, a definição de sociedade civil estava restrita as forças oposicionistas. Qualquer iniciativa da oposição em se organizar contra o governo era bem-vinda pelos EUA, principalmente no contexto de campanha para o referendo revocatório.

Assim, por exemplo, quando a oposição, articulada na *Coordinadora Democrática* (CD), que reunia um conjunto de partidos, começa a realizar as denominadas assembleias cidadãs, a Embaixada norte americana em Caracas informa seu governo que este era um mecanismo democrático e constitucional utilizado pela oposição para vencer Chávez nas urnas.

Desde o título do documento em que tal consideração aparece – Assembleias cidadãs: Sociedade civil se organiza - , a embaixada norte-americana chama a atenção para importância de tal prática e que essa estava de acordo com o artigo 70 da Constituição venezuelana

The Asambleas are valuable to the CD as a means to publicize and generate grassroots support for its campaign to recall Chavez. While the Asambleas tend to only attract those individuals who were already faithful to the opposition's agenda, they still provide a legion of willing volunteers who will take the campaign to the streets to rally participation for the recall effort^{121,122}

Em contrapartida, quando se tratava de manifestações pro-chavistas, como, por exemplo, a da organização comunal de forças chavistas, estas eram desqualificadas por não se configurarem como “sociedade civil.”

A comunal de forças chavistas se manifestava em especial dentro dos *barrios*, que, desde o final da década de 1980, vinha se organizando autonomamente, ou seja, fora das diretrizes e das instituições do Estado adotando uma perspectiva socialista

¹²¹ “As Asambleas são valiosas para o CD como forma de divulgar e gerar apoio de base para sua campanha para retirar Chávez. Enquanto as Asambleas tendem a atrair apenas aqueles indivíduos que já eram fiéis à agenda da oposição, ainda há uma legião de voluntários dispostos a levar a campanha às ruas para conquistar a participação para o esforço de recall.”

¹²² Doc. Confidential. nº4576. *Citizens assemblies: civil society gets organized*. 28/07/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2389_a.html

dentro de suas comunidades. Tal estratégia foi utilizada para combater as debilidades inerentes de um Estado rentista em um país de capitalismo atrasado, ou seja, as rendas do petróleo acabavam por fluir para as mãos da burguesia nacional e internacional, legando para grande parte da população uma situação de miséria. Dessa forma, práticas comunais de auto-organização, que foram de extrema importância para garantir a democracia venezuelana durante o golpe de 2002, não são consideradas pelos EUA como partes da “sociedade civil organizada”.

Thus far, opponents of President Hugo Chávez have been the only sector of the population to invoke the constitutional right to organize Asambleas de Ciudadanos¹²³.¹²⁴

No documento de 2008, produzido por Mark Sullivan para o Congresso dos EUA, intitulado *Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*, no qual Sulivan faz uma retrospectiva ano a ano das condições políticas venezuelanas a partir de 2002, é possível perceber a preocupação do governo dos EUA com a organização comunal incentivada durante o governo Chávez:

Still other critics of Chávez believed that he was trying to politicize the educational system by making changes to school curriculums. They fear Chávez call for his followers to form political cells in schools, hospitals, and business in order to support his revolution and believe that such groups, known as Bolivarian Circles, could mirror Cuba's controversial neighborhood committees¹²⁵.¹²⁶

Como é possível perceber pelo trecho destacado acima, as organizações de bairro que emergem desde os anos de 1980 não são consideradas pelo corpo diplomático dos EUA quando este analisa a atuação da população de acordo com organizações sociais de base (educação, saúde e mesmo negócios). Desqualificam, assim uma grande gama de iniciativas de participação que são expressões da

¹²³ “Até agora, os opositores do presidente Hugo Chávez foram os únicos setores da população a invocar o direito constitucional de organizar Asambleas de Ciudadanos.”

¹²⁴ Doc. Confidential. nº4576. *Citizens assemblies: civil society gets organized*. 28/07/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2389_a.html

¹²⁵ “Ainda outros críticos de Chávez acreditavam que ele estava tentando politicar o sistema educacional, fazendo mudanças nos currículos escolares. Eles temem que Chávez peça aos seus seguidores que formem células políticas em escolas, hospitais e empresas para apoiar sua revolução e acreditam que esses grupos, conhecidos como Círculos Bolivarianos, poderiam espelhar os polêmicos comitês de vizinhança de Cuba.”

¹²⁶ SULLIVAN. Mark. *Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*, 2008. Congressional Research Service. Disponível em: <https://file.wikileaks.org/file/crs/RL32488.pdf>

democracia direta que se praticava no país antes mesmo do governo Chávez, e que ganharam força após o golpe de 2002, como coloca Ciccarello Maher:

Again, this spontaneity both reflected and contributed to existing organized currents: in the tension running up to the coup, popular forces in the *barrios* and the nascent popular councils came together to form what was called the Revolutionary Popular Assembly (APR), which participant Gonzalo Gómez later described to me as an ‘articulation of popular power’¹²⁷ (MAHER, 2013, p.172).

Tal postura por parte dos EUA pode ser entendida como uma forma de imposição do neoliberalismo na Venezuela. Se entendermos que o neoliberalismo é mais do que um sistema econômico, mas também uma “razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016), que tenta impor uma nova racionalização baseada na concorrência às formas de convivência dos indivíduos com eles mesmos e com os outros, as formas de organização coletivas e comunais são tidas como incompatíveis com a modernidade capitalista.

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sócias, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.16).

Assim, as consecutivas vitórias eleitorais de Chávez, juntamente com as debilidades políticas da oposição venezuelana, levaram os EUA a treinar os opositores de Chávez para que conseguissem melhorar suas condições de vitória eleitoral. Dessa forma, a *National Democratic Institute* (NDI) e o *International Republican Institute* (IRI), buscaram providenciar

[...] training to political parties in 1) execution of electoral campaigns with emphasis on developing strategies and communicating party platforms effectively to voters; and 2) observation of electoral process,

¹²⁷ “Mais uma vez, essa espontaneidade refletia e contribuía para as correntes organizadas existentes: na tensão que se estendia ao golpe, forças populares nos bairros e os nascentes conselhos populares se uniram para formar o que se chamava Assembleia Popular Revolucionária (APR), que participava Gonzalo. Gómez depois descreve-me como uma “articulação do poder popular”

focused on assessment, reporting, and establishment of a volunteer trainer network^{128, 129}

O documento citado se intitula *Estratégia de Direitos Humanos para a Venezuela*, e como é possível perceber, os EUA tinham a intenção de organizar a oposição para os colocar em melhores condições de vencer pleitos eleitorais, buscando otimizar as campanhas eleitorais, as estratégias de comunicação e o processo eleitoral. Para tal, foi destinado uma soma de mais de 700 mil dólares para “fortalecer a sociedade civil e as instituições democráticas”¹³⁰. Em outro documento, datado do dia 11 de fevereiro de 2004 é relatado com detalhes, a ação da USAID/OTI na Venezuela, demonstrando como os EUA buscavam interromper o governo Chávez através de ações consideradas em defesa da organização da sociedade civil e da democracia.

USAID’s office of transition initiatives (OTI) began its Venezuela program in November 2002 to support the primary USG goal of supporting democracy and democratic solution to Venezuela’s crisis. USAID’S overall goal in Venezuela is to support a political process that is democratic, constitutional, electoral and peaceful^{131, 132}

Para tal, instituições estadunidenses receberam financiamento para atuar na Venezuela em conjunto com a oposição. Segundo o documento, as instituições beneficiadas foram a *The National Institute of International Affairs, The International Republican Institute, The Carter Center, Development Alternatives*, e uma série de “organizações da sociedade civil venezuelana”.¹³³

Além da já mencionada quantia destinada ao fortalecimento da sociedade civil, os EUA investiram outros 450 mil dólares para o aprofundamento do treinamento

¹²⁸ [...] Treinamento para partidos políticos em 1) execução de campanhas eleitorais com ênfase no desenvolvimento de estratégias e comunicação eficaz de plataformas partidárias aos eleitores; e 2) observação do processo eleitoral, com foco na avaliação, elaboração de relatórios e estabelecimento de uma rede de treinamento de voluntários.”

¹²⁹ Doc. Unclassified. nº9443. *Human rights strategy for Venezuela*. 04/02/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS425_a.html

¹³⁰ [...] strengthen civil society and democratic institutions”

¹³¹ “O Escritório de Iniciativas de Transição (OTI) da USAID iniciou seu programa na Venezuela em novembro de 2002 para apoiar a meta principal do governo dos EUA de apoiar a democracia e a solução democrática para a crise da Venezuela. O objetivo geral da USAID na Venezuela é apoiar um processo político que seja democrático, constitucional, eleitoral e pacífico.”

¹³² Doc. Unclassified. nº31401. *Update on the USAID/OTI Venezuela program*. 11/02/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501_a.html

¹³³ Idem

político da oposição e o repasse de 550 mil dólares para a organização de coalizões políticas, de 285 mil dólares para o *Centro Carter* e de um total de 3,5 milhões de dólares para organizações venezuelanas¹³⁴.

Conforme sintetiza Sullivan no já citado documento: *Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*, apenas no ano de 2007 o orçamento direto para as ações dos EUA na Venezuela foi de 10 milhões de dólares e, a considerar outro informe, tal transferências de recursos não findou neste ano, pois em 2009, o orçamento direto para as instituições da “sociedade civil venezuelana chega a mais de sete milhões de dólares.¹³⁵

Tais recursos foram repassados para o *International Republican Institute* (IRI) pertencente ao Partido Republicano, responsável pela organização do “Camping treining scholls¹³⁶”. Apesar do documento em questão colocar que os cursos estavam abertos para todos, oposição e situação, os módulos foram ofertados em várias partes do país, em especial nos Estados e regiões controlados por partidos e políticos opositores, como Zulia, Táchira e Merida.¹³⁷

Outra instituição que aparece na documentação¹³⁸ é o “think tank Cedice”, que ofereceu consultoria para a CD com o objetivo de viabilizar “o desenho, o planejamento e a execução das campanhas eleitorais”, em uma estratégia que aparece no informe intitulado *Oposição lança "Plano de consenso nacional"*.¹³⁹

USAID is also supporting two cooperative agreements with the International Republican Institute (IRI). The first, for \$450,00, is to provide training to political parties on the design, planning, and execution of electoral campaigns. This is being done through “campaign training schools” targeting campaign managers. The emphasis is on the development of viable campaign strategies and effectively communication party platforms to voters. Divided into six

¹³⁴ Idem

¹³⁵ Doc. Confidential nº 5972. *Request for additional funds to help strengthen local governments and civil society groups*. 27/03/2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS404_a.html

¹³⁶ Doc. Unclassified. nº31401. *Update on the USAID/OTI Venezuela program*. 11/02/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501_a.html

¹³⁷ BUXTON, Julia. Venezuela after Chávez. *New Left Review*, May/June 2016. Disponível em: <https://newleftreview.org/II/99/julia-buxton-venezuela-after-chavez>.

¹³⁸ Doc. Confidential. nº 10445. *Opposition launches “National consensus plan*. 15/07/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2248_a.html

¹³⁹ A relação entre a CEDICE, a oposição venezuelana, o governo dos EUA e a formação de uma rede de *think-tanks* conservadores na América Latina é explicitada no texto disponível em: <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>

two-day modules, the training is being offered in five regional centers^{140, 141}

O Cedice chegou a elaborar um plano para a transição, tamanha era a certeza do sucesso de suas investidas, o qual foi denominado *Plan Consenso País*, um “guia para um governo de transição” na Venezuela.

CEDICE reports, made public through FOIA request by Chavez supporters in the U.S., show that Diego Bautista Urbaneja met with CEDICE leaders. In addition, CEDICE asserts that the CD commission did use the consensus document as a “basis” for its Plan Consenso País^{142, 143}

A Cedice é vinculada à *Atlas Network*, uma organização de caráter libertária que recebe financiamento de bilionários como os irmãos Koch e da NED, que há décadas busca enfraquecer os partidos de esquerda e movimentos sociais na América Latina e em outras regiões do mundo através do financiamento à ONGs e *think tanks* com o objetivo de realizar uma intervenção branca em diversos países.

Além da Venezuela, onde a *Atlas* conta como um de seus associados a Cedice, essa rede também tem como filiados movimentos como o *Movimento Brasil Livre* (MBL), *Instituto Millenium* e *Instituto Liberal* no Brasil, a *Fundación Pensar* na Argentina, a *Eléutera Foundation* em Honduras e outras tantas espalhadas pela América Latina que participaram ativamente de movimentos políticos que resultaram em troca de governo e na derrubada de presidentes progressistas¹⁴⁴.

Uma vez que a intervenção branca é bem sucedida, os membros desses institutos e ONGs acabam sendo convidados a participar do novo governo e do

¹⁴⁰ “USAID também está apoiando dois acordos de cooperação com o Instituto Republicano Internacional (IRI). O primeiro, por US \$ 450 mil, é para fornecer treinamento aos partidos políticos sobre o design, planejamento e execução de campanhas eleitorais. Isso está sendo feito por meio de “escolas de treinamento de campanha” direcionadas aos gerentes de campanha. A ênfase está no desenvolvimento de estratégias de campanha viáveis e na efetiva comunicação de plataformas partidárias aos eleitores. Dividido em seis módulos de dois dias, o treinamento está sendo oferecido em cinco centros regionais.”

¹⁴¹ Doc. Unclassified. nº31401. *Update on the USAID/OTI Venezuela program*. 11/02/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501_a.html

¹⁴² “Os relatórios do CEDICE, divulgados por solicitação da FOIA por apoiantes de Chávez nos EUA, mostraram que Diego Bautista Urbaneja se reuniu com os líderes do CEDICE. Além disso, o CEDICE afirma que a comissão do CD utilizou o documento de consenso como uma “base” para seu Plano Consenso País.”

¹⁴³ Doc. Unclassified. nº31401. *Update on the USAID/OTI Venezuela program*. 11/02/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501_a.html

¹⁴⁴ Mais informações sobre a *Atlas*: <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>

desenho de um plano de governo ultra neoliberal com o objetivo de derrubar as conquistas sociais e os direitos sociais dos trabalhadores, além de promoverem uma série de medidas com o intuito de facilitar a financeirização e a privatização nos países que passaram por tais processos, como Brasil e Argentina, por exemplo.

Em 2008, a continuidade da síntese feita por Sulivan sobre tais financiamentos à NED, à *Sumate*, à Coordenadoria Democrática e a Cedice, esclarece que

The NED asserts that all of the Venezuelan programs that it funds operate on a non-partisan basis. It maintains that Sumate, which received a grant of \$53,400 in September 2003, mobilized a citizen campaign to monitor the signature collection process and that the money was used to encourage citizens to participate. NED officials also assert that they did not fund the Democratic Coordinator for the development of its July 2004 consensus platform. The NED points out that it did fund a consensus building project in 2002 for one of the NED's core institutions, the Center for International Private Enterprise (CIPE). For the project, CIPE partnered with a Venezuelan group, the Center for the Dissemination of Economic Information (CEDICE) to work with several Venezuelan nongovernmental organizations and the business sector for the development of a broad-based consensus¹⁴⁵.¹⁴⁶

A preocupação da oposição e, particularmente dos EUA, com a “sociedade civil” pode ser explicada pela organização apresentada por setores populares, muitos deles alinhados com o chavismo. Tal inquietação transparece no documento confidencial, datado do dia 10 de dezembro de 2004, descrevendo as impressões da diplomacia estadunidense acerca da visita de um funcionário da embaixada a um mercado e a uma escola bolivariana em Caracas.

Na visita, além de apontar problemas como o trabalho infantil e o tráfico de drogas, o funcionário dos EUA reconhece que “os bens para a venda subsidiados pelo governo pareciam ser de boa qualidade e supostamente com preços mais baixos do

¹⁴⁵“NED afirma que todos os programas venezuelanos financiados operam numa base apartidária. Sustenta que a Sumate, que recebeu uma concessão de US \$ 53.400 em setembro de 2003, mobilizou uma campanha cidadã para monitorar o processo de coleta de assinaturas e que o dinheiro foi usado para incentivar os cidadãos a participar. As autoridades do NED também afirmam que não financiaram a *Coordenadoria Democrática* para o desenvolvimento de sua plataforma de consenso em julho de 2004. O NED aponta que financiou um projeto de construção de consenso em 2002 para uma das principais instituições do NED, o *Centro de Empresas Privadas Internacionais* (CIPE). Para o projeto, o CIPE fez uma parceria com um grupo venezuelano, o *Centro de Difusão de Informações Econômicas* (CEDICE) para trabalhar com várias organizações não-governamentais venezuelanas e o setor empresarial para o desenvolvimento de um amplo consenso.”

¹⁴⁶ SULIVAN, Mark. *Venezuela: Political Conditions and U.S. Policy*. 10/10/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Venezuela:_Political_Conditions_and_U.S._Policy,_October_10,_2008

que o setor privado",¹⁴⁷ além de fazer referência aos mercados subsidiados pelo governo, os Mercal.¹⁴⁸

No mesmo documento, sobre as escolas bolivarianas, a descrição é de que os prédios são bem equipados e de que tais escolas recebem mais verbas que outras instituições de ensino. Chamou a atenção do diplomata os valores ensinados nas escolas bolivarianas, sendo reportados da seguinte maneira: "Os valores incluíram participação, cooperação, responsabilidade e solidariedade. Outro disse: "Eu sou honesto porque minha família, escola e meio ambiente me ajudam a me esforçar"¹⁴⁹

¹⁵⁰

Uma das atividades presenciadas pelo funcionário estadunidense, segundo seu próprio relato, foram alunos da sexta-série praticando letra de mão copiando artigos da Constituição Bolivariana. Outro aspecto que aparece no documento é a decoração das salas de aula, onde várias bandeiras de diferentes países enfeitam as paredes. No entanto, a bandeira dos EUA não figura entre elas.

Poloff also visited a Bolivarian School, with grades first through sixth, where ANM holds workshops. Bolivarian Schools receive special funding and offer breakfast, lunch and a snack, a rarity among public schools. The buildings had been remodeled and were well maintained, in stark contrast to the surrounding rundown slum. The students wore uniforms and seemed to have well supplied classrooms. The school's interior was decorated with references to the children's rights contained in the Bolivarian Constitution. One bulletin board read "Together, with the family and school, we are rescuing our values." The values included participation, cooperation, responsibility, and solidarity. Another said, "I am honest because my family, school, and environment help me train myself."

6. (U) The school's assistant principal said the GOV also used the facility for other educational programs, including Mission Robinson (literacy), Mission Ribas (high school), and Mission Sucre (college). Poloff observed several television sets with video players in the classrooms. In a sixth-grade class, the students were practicing handwriting by copying articles of the Bolivarian Constitution out of the trademark blue booklets often flashed by President Hugo Chavez. An exhibition entitled "Traveling Through The Countries Of The World" contained a stylized globe with a projection that occluded North America. Flags of the nations included Cuba, Iraq, and China, but not

¹⁴⁷ The government-subsidized goods for sale appeared to be of good quality and reportedly priced lower than the private sector",

¹⁴⁸ Doc. Confidential Nº6352. *Visit to mass market and Bolivarian school..* 10/12/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3817_a.html

¹⁴⁹ "The values included participation, cooperation, responsibility, and solidarity. Another said, 'I'm honest because my family, school, and environment help me train myself'.

¹⁵⁰ "[...] Os valores incluíram participação, cooperação, responsabilidade e solidariedade. Outro disse: "Eu sou honesto porque minha família, escola e meio ambiente me ajudam a melhorar"

the United States. Poloff also noticed the older classes were supplied with the Bolivarian libraries, sets of books produced last year in cooperation with the Government of Cuba¹⁵¹.

Tais práticas educacionais adotadas pelo governo bolivariano e componentes da *Missões*, que foram tratadas no segundo capítulo, foram consideradas uma forma de, sutilmente, “injetar ideologia”¹⁵² nos alunos, ou seja, os pressupostos defendidos pelo governo venezuelano são opostos aos considerados ideais pelos EUA, em especial no concernente ao livre mercado e às práticas de educação existentes nas escolas bolivarianas.

Ao adotar posturas que, de alguma forma, incentivam a prática comunitária, a construção de uma identidade venezuelana autônoma, com a presença do Estado como fiador de tal empreendimento, o governo chavista não se alinhava com os ideais de ultra individualismo e meritocracia proposto pelo ideário neoliberal, uma vez que buscou adotar políticas que

[...] estivessem por meta a reversão do processo de fragmentação social [...] graças justamente à ascensão das práticas neoliberais e do espírito neoliberal que as acompanha, espírito do cada um por si, do individualismo exacerbado, da demonização do Estado e dos movimentos sociais, da esterilização da força política dos sindicatos e assim por diante, espírito que a política econômica objetivo em

¹⁵¹ “Poloff também visitou uma Escola Bolivariana, com turmas de 1º ao 6º anos, onde a Asociacion Nina Madre (ANM) realiza oficinas. As escolas bolivarianas recebem financiamento especial e oferecem café da manhã, almoço e lanche, uma raridade entre as escolas públicas. Os prédios haviam sido reformados e estavam bem conservados, em contraste com a favela do entorno. Os estudantes usavam uniformes e pareciam ter salas de aula bem supridas. O interior da escola foi decorado com referências aos direitos das crianças contidos na Constituição Bolivariana. Um quadro de avisos dizia: "Juntos, com a família e a escola, estamos resgatando nossos valores". Os valores incluíram participação, cooperação, responsabilidade e solidariedade. Outro disse: "Eu sou honesto porque minha família, escola e meio ambiente me ajudam a me treinar".

6. (U) O diretor assistente da escola disse que o GOV também usou a instalação para outros programas educacionais, incluindo Mission Robinson (alfabetização), Mission Ribas (ensino médio) e Mission Sucre (faculdade). Poloff observou vários aparelhos de televisão com players de vídeo nas salas de aula. Em uma turma do sexto ano, os estudantes praticavam caligrafia, copiando artigos da Constituição Bolivariana dos livretos azuis de marca registrada, frequentemente exibidos pelo presidente Hugo Chávez. Uma exposição intitulada "Viajando pelos países do mundo" continha um globo estilizado com uma projeção que ocorria na América do Norte. As bandeiras das nações incluíam Cuba, Iraque e China, mas não os Estados Unidos. Poloff também notou que as classes mais antigas eram abastecidas com as bibliotecas bolivarianas, conjuntos de livros produzidos no ano passado em cooperação com o governo de Cuba.”

¹⁵² Doc. Confidential. Nº6352. *Visit to mass market and Bolivarian school.* 10/12/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3817_a.html

transformações concretas e a mídia se encarrega de difundi-lo como se fosse uma coisa absolutamente natural (PAULANI, 2008, p. 69).

Além das escolas bolivarianas já citadas, em documento confidencial do dia 17 de junho de 2004, a embaixada dos EUA em Caracas busca analisar a situação social na Venezuela. Dentre os aspectos levantados pela diplomacia estadunidense estão os índices de pobreza e de extrema pobreza, que segundo dados do *Instituto Nacional de Estatística*, estavam em crescimento. Tais dados devem ser lidos no contexto de golpe de 2002, das greves e do locaute promovidos pela oposição que prejudicaram a economia nacional, causando o aumento da pobreza. No entanto, os membros da embaixada dos EUA consideraram que um receituário neoliberal poderia resolver os problemas sociais venezuelanos:

Exchange controls which keep interest rates low and money inside the country, combined with wide open fiscal policy are likely to increase the “feel good” factor. The various social welfare missions will continue to be relentlessly publicized, whatever their real-world impact may be.¹⁵³¹⁵⁴

Assim, mesmo que Chávez não tivesse se comprometido completamente com a transformação social, o fato de que não se alinhava totalmente com o neoliberalismo, aumentando a presença do Estado, incentivando organizações sociais e a participação na gestão de políticas públicas, fez com que os EUA o entendesse como uma ameaça a seus interesses e à América Latina.

Não podemos esquecer, todavia, que não foi apenas a força das ideias neoliberais que garantiu sua hegemonia. Elas se impuseram a partir do enfraquecimento das doutrinas de esquerda e do desabamento de qualquer alternativa ao capitalismo. Elas se afirmaram sobretudo num contexto de crise dos antigos modos de regulação da economia capitalista, no mento em que a economia mundial era afetada pelas crises do petróleo. Isso explica por que, diferentemente dos anos 1930, a crise do capitalismo fordista resultou numa saída favorável não a menos capitalismo, mas, sim, a mais capitalismo. O principal tema dessa guerra ideológica foi a crítica do Estado como fonte de todos os desperdícios e freio à prosperidade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 207).

¹⁵³“Controles cambiais que mantêm as taxas de juros baixas e o dinheiro dentro do país, combinados com uma política fiscal aberta, tendem a aumentar o fator “sentir-se bem”. As várias missões de bem-estar social continuarão a ser incansavelmente divulgadas, qualquer que seja seu impacto no mundo real.”

¹⁵⁴ Doc. confidential nº10682. *No Progress on poverty under Chávez*. 17/06/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2003_a.html

Dessa forma, a construção da hegemonia neoliberal proposta pelos EUA passa por uma crítica a ação do Estado, o entendendo como ineficiente e corrupto, como um fato de limitação da liberdade individual, que levaria a prosperidade. Assim, iniciativas como as *Missões* chavistas que, através do Estado, buscavam melhorar as condições de vida da população, são entendidas como um entrave, já que exime os indivíduos de suas responsabilidades com a sociedade, uma vez que, como o Estado é provedor, este não precisa cumprir responsabilidades como procurar trabalho, cuidar dos filhos, prevenir doenças e etc. Assim, a razão neoliberal inverte as causas dos problemas sociais, que deixa de ser o capitalismo e passa a ser o Estado. Reside nesse discurso a defesa do Estado mínimo feita pelos ideólogos neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016).

Seguindo essa trilha, o neoliberalismo transforma a questão do papel do Estado no âmbito social em uma questão moral, transferindo para o Estado social a capacidade de destruir

[...] as virtudes da sociedade civil: a honestidade, o sentido do trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo. Não é o mercado que destrói a sociedade civil com sua ‘sede de lucro’, porque ele não poderia funcionar sem essas virtudes da sociedade civil, é o Estado que que corrói as molas da moralidade individual (DARDOT; LAVAL, 2016).

Tal visão doutrinária e ideológica adotada pelos EUA pode ser percebida no documento despachado em janeiro de 2009, onde é colocado que os investimentos privados na Venezuela não acontecem porque existe o temor de nacionalizações por parte do Estado, sendo que tal política estatal leva a uma diminuição do fluxo de capitais o que, aliado à queda do preço do petróleo, resulta em crise econômica e social no país. Com esse diagnóstico, o governo dos EUA não leva em consideração uma série de variantes estruturantes que explicam o papel e a relação do Estado e a sociedade em um país como a Venezuela, apenas traça relações econômicas entre investimento e ação estatal no sentido de facilitar ou não tais investimentos.¹⁵⁵

A ênfase em uma política onde o Estado ocupa um papel central não apenas na transferência de renda e no oferecimento de serviços básicos, mas também no

¹⁵⁵ Doc. Confidential nº16351. *Venezuela's 2009 economic outlook: Grim to Dire.* 22/01/2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS87_a.html

sentido de criar uma consciência comunitária, baseada em pressupostos distintos dos defendidos e impostos pela lógica neoliberal do mercado e da concorrência, levou os EUA a impor um discurso que prega o Estado como ineficiente, incapaz de gerir e oferecer os serviços quer se propõem, seja porque é corrupto ou pelo fato de ser ideologicamente orientado.

Nessa lógica, seria necessário que o Estado criasse um ambiente social e econômico propício para os investimentos privados e para a atuação de ONGs financiadas por instituições estadunidenses que, em última instância, em um país como a Venezuela, acabariam por competir com o próprio Estado em vários ambientes, entre eles os *barrios* chavistas, principais redutos do eleitorado e dos apoiadores da Revolução Bolivariana.

A principal crítica que se faz ao Estado é sua falta global de eficácia e produtividade no âmbito das novas exigências impostas pela globalização: ele custa caro demais em comparação com as vantagens que oferece à coletividade e põe entraves à competitividade da economia. É, portanto, a uma análise econômica que se deseja submeter a ação pública para discriminar não apenas as agendas e as não agendas, mas a própria maneira de realizar agendas (DARDOT; LAVAL, 2016, p.273)

Em documento confidencial despachado no dia 15 de junho de 2004, intitulado *Chávez v Chávez: What's his plan?*, é feita uma leitura sobre as *Missões* chavistas, considerando-as programas populistas,¹⁵⁶ considerando tais investimentos na promoção social como estratégia de compra de voto:

In his rhetoric, Chavez is putting his populist programs such as Mission Robinson (literacy) and Mission Sucre (college scholarships) on the line. His message to voters is that the opposition will take away these programs if they return to power. To a considerable degree these missions have been thinly disguised transfer payments to his key low-income constituents. [...] Chavez also has to deal with the curious fact that some 233,000 recipients of Mission benefits also signed the

¹⁵⁶ Outro documento que critica as *Missões* pode ser encontrado em: Doc. Confidential nº12997. *Inside Barrio Adentro: The BRV's primary Health Care program.* 21/08/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2489_a.html e em: Doc. Confidential nº10442. *VIEWS ON BARRIO ADENTRO FROM CUBAN DOCTORS.* 05/12/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3548_a.html

petition against him, suggesting that some votes, at least, are not for sale^{157, 158}

O documento, por considerar os programas sociais chavistas como populista, os relaciona com compra de votos por parte do governo, que busca conquistar votos com base no oferecimento pelo Estado de programas de saúde e educação. Ao relacionar a preferência do eleitorado que tem acesso aos programas sociais a Chávez, a diplomacia estadunidense não menciona que esta parcela da população estava tendo contato com médicos e oportunidades de educação pela primeira vez, fato que representa uma mudança considerável na qualidade de vida dessas pessoas, ou seja, ao considerar o voto em Chávez à compra de voto, o documento não leva em consideração as condições materiais envolvidas nas questões.

3.2 A política externa dos EUA, capitalismo e democracia

Um dos aspectos que aparecem na documentação analisada é a defesa dos EUA aos pressupostos da democracia liberal, entendida como a única forma de se resolver os problemas sociais, políticos e econômicos venezuelanos, sendo que qualquer desvio das normas democráticas é considerado pelos EUA como uma prática tida como autoritária e/ou populista. Nesse sentido, cabe analisar qual o entendimento que os EUA têm sobre a democracia e qual é a função de tal entendimento cumpre na política externa estadunidense.

Como já foi colocado, a política externa dos EUA tem como objetivo impor uma hegemonia econômica (WOOD, 2014, p.10), buscando emular no campo das relações internacionais o modo de exploração e dominação capitalista, que não necessita exclusivamente de meios coercitivos diretos para realizar a exploração do trabalho:

Assim como o capital exerce seu poder coercitivo sobre o trabalho de forma indireta, porque os trabalhadores dependem do mercado e são

¹⁵⁷ “Em sua retórica, Chávez está colocando em risco seus programas populistas, como Mission Robinson (alfabetização) e Mission Sucre (bolsas universitárias). Sua mensagem para os eleitores é de que a oposição tirará esses programas se eles retornarem ao poder. Em um grau considerável, essas missões têm sido pagamentos de transferências disfarçados para seus principais integrantes de baixa renda. [...] Chávez também tem que lidar com o curioso fato de que cerca de 233 mil beneficiários de benefícios da Missão também assinaram a petição contra ele, sugerindo que alguns votos, pelo menos, não estão à venda.”

¹⁵⁸ Doc. Confidential nº13179. *Chavez v Chavez: What's his plan?* 25/06/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2081_a.html

obrigados a entrar nele para vender sua força de trabalho, coisa análoga aconteceu no plano global (WOOD, 2014, p.10).

Como forma de impor sua hegemonia na Venezuela, os EUA partem de um determinado conceito de democracia, lembrando que a hegemonia pressupõe a relação entre a produção ideológica, os processos sociais e as instituições políticas (COELHO, 2014, p.61). Assim, para cumprir tal tarefa, os EUA se utilizam de sua diplomacia que veicula o princípio de que a democracia liberal é a única alternativa política para os venezuelanos. Em novembro de 2006 o então embaixador estadunidense na Venezuela, William Brownfield, envia¹⁵⁹ para vários países,¹⁶⁰ entre eles Brasil, Cuba e o Vaticano, o documento intitulado *USAID/OIT programmatic support for country team 5 points strategy*, cuja intenção era a de explicar as cinco estratégias formuladas por Washington, e colocadas em prática entre os anos de 2004 e 2006, para desestabilizar o governo Chávez e, em especial, interferir no resultado das eleições presidenciais de 2006, uma vez que, segundo o documento:

During 8 years in power, President Chávez has systematically dismantled the institutions of democracy and governance. The USAID/OIT program objectives in Venezuela focus on strengthening democratic institutions and spaces through non-partisan cooperation with many sectors of Venezuelan society^{161,162}

Conforme Merendi, tal perspectiva expressa um novo modelo hegemônico [...] sustentado na aplicação de métodos políticos e ideológicos que garantiram o controle de Washington sobre países e regiões por meio da transformação das elites e da

¹⁵⁹ Tal documento, intitulado *USAID/OIT PROGRAMMATIC SUPPORT FOR COUNTRY TEAM 5 POINTS STRATEGY* data de nove de novembro de 2006 e é classificado como Secreto pelo Departamento de Estado dos EUA, sendo que faz parte de uma série de documentos vazados pelo ex-funcionário da CIA, Edward Snowden e publicados no site WikiLeaks. Doc. Secret. *USAID/OIT PROGRAMMATIC SUPPORT FOR COUNTRY TEAM 5 POINTS STRATEGY*. 09/11/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3356_a.html

¹⁶⁰ Os países que receberam o documento foram: Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Cuba, Equador, México, Holanda, Nicarágua, Peru e Vaticano, além do Conselho de Segurança Nacional, a Missão dos EUA na União Europeia, Nações Unidas e o United States Southern Command.

¹⁶¹ “Durante oito anos no poder, o presidente Chávez desmantelou sistematicamente as instituições da democracia e da governança. Os objetivos do programa da USAID / OIT na Venezuela se concentram no fortalecimento de instituições e espaços democráticos por meio de cooperação apartidária com muitos setores da sociedade venezuelana.”

¹⁶² Doc. Secret. *USAID/OIT PROGRAMMATIC SUPPORT FOR COUNTRY TEAM 5 POINTS STRATEGY*. 09/11/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3356_a.html

sociedade civil, para que adotassem uma cultura política similar à norte-americana (MERENDI, 2007, p. 72).

Fica clara, portanto, a relação entre o projeto hegemônico imperialista dos EUA e a pretensa democracia, uma vez que a hegemonia, no âmbito das relações entre nações pressupõem que a supremacia de uma “nação sobre a outra não se dá apenas no terreno da força, mas também através da adoção, por parte da nação subalterna, dos valores propugnados pela nação hegemônica” (MERENDI, 2007, p.108).

É possível perceber que, mesmo com a intenção de deixar claro o caráter “non-partisan” do governo dos EUA em relação à Venezuela, o conteúdo intrínseco do discurso, em face às características da realidade social venezuelana, nos permite afirmar que o documento retrata como os EUA trabalharam, juntamente com a oposição venezuelana, para desestabilizar o governo de Chávez por meio da ação do Escritório de Alternativas de Transição, vinculado à Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional, USAID/OIT.

Agência, que, entre os anos de 2004 e 2006, buscou, segundo o próprio documento, “fortalecer instituições democráticas; penetrar na base de apoio chavista; dividir o chavismo; proteger os interesses econômicos vitais dos EUA e isolar internacionalmente Chávez.” Esses cinco pontos, foram os norteadores do discurso da oposição venezuelana contra Chávez, que também é considerada pelos EUA como a “sociedade civil organizada”.

Organized civil society is an increasingly important pillar of democracy, one where president Chávez has not yet been able to assert full control. OTI has supported over 300 Venezuelan civil society organizations with technical assistance, capacity building, connecting them with each other and international movements, and with financial support upwards of \$15 million. Of these, 39 organizations focused on advocacy have been formed since the arrival of OTI; many of these organizations as a direct result of OTI programs and funding¹⁶³.¹⁶⁴

¹⁶³ “A sociedade civil organizada é um pilar cada vez mais importante da democracia, em que o presidente Chávez ainda não conseguiu afirmar o controle total. A OTI apoiou mais de 300 organizações da sociedade civil venezuelana com assistência técnica, capacitação, conexão entre elas e movimentos internacionais, e com apoio financeiro de mais de US \$ 15 milhões. Destas, 39 organizações focadas em advocacy foram formadas desde a chegada da OTI; muitas dessas organizações como resultado direto de programas e financiamento da OTI.”

¹⁶⁴ Doc. Secret. USAID/OIT PROGRAMMATIC SUPPORT FOR COUNTRY TEAM 5 POINTS STRATEGY. 09/11/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3356_a.html

Ou seja, com o pretexto defender as instituições democráticas, mobilizar-se a “sociedade civil” opositora, o Escritório de Iniciativa de Transições (OTI) e a USAID apoiaram “mais de 300 organizações da sociedade civil venezuelana com assistência técnica, capacitação, conexão entre elas e movimentos internacionais, e com apoio financeiro de mais de US \$ 15 milhões. Destas, 39 organizações focadas em advocacia foram formadas desde a chegada da OTI; muitas dessas organizações como resultado direto de programas e financiamento da OTI”.

O documento também lista uma série de instituições que receberam incentivos financeiros e jurídicos dos EUA, voltadas para a defesa dos Direitos Humanos e vinculadas à USAID/OIT, mas também a outras instituições, como a *Freedom House*.¹⁶⁵ Chama a atenção, além do aporte financeiro¹⁶⁶ dado para a oposição, ao caráter “pedagógico” assumido pelos EUA em relação à Venezuela, visando, conforme palavras do embaixador Brownfield, consideraram necessário treinar e educar a “sociedade civil venezuelana”.

Freedom House (FH) provides training and technical assistance to 15 different smaller and regional human rights organizations on how to research, document, and present cases in situations of judicial impunity through a specialized software and proven technique¹⁶⁷.¹⁶⁸

Uma vez definidos os setores da sociedade civil venezuelana, fica clara a preocupação por parte dos EUA com o treinamento jurídico da oposição, pois, após as tentativas golpistas frustradas de 2002, seria necessário instrumentalizar a oposição para que esta conseguisse organizar, de forma legal, pressupostos que inviabilizassem o governo Chávez. Para tal, os EUA se manifestavam dispostos a

¹⁶⁵ Segundo o historiador e cientista político Alberto de Vianna Moniz Bandeira, “Washington há muito tempo está a criar ONGs com o fito de promover demonstrações empreendidas, com recursos canalizados através da USAID, National Endowment for Democracy (NED) e CIA; Open Society Foundation (OSF), do bilionário George Soros, Freedom House, International Republican Institute (IRI), sob a direção do senador John McCain, etc.” Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Moniz-Bandeira-EUA-promovem-desestabilizacao-na-America-Latina-/4/33088>. Acesso em:26/09/2015

¹⁶⁶ “Sólo en Venezuela, invirtieron más de 100 millones de dólares en ese tiempo para alimentar a los grupos de la oposición, promoviendo adicionalmente la creación de más de 300 nuevas organizaciones no gubernamentales (ONG) y programas para filtrar y canalizar el dinero.” (GOLINGER, 2014). Disponível em: http://actualidad.rt.com/opinion/eva_golinger/view/143043-agresion-permanente-golpe-suave-america-latina. Acesso em: 29/09/2015

¹⁶⁷ “A Freedom House (FH) oferece treinamento e assistência técnica a 15 diferentes organizações de direitos humanos menores e regionais sobre como pesquisar, documentar e apresentar casos em situações de impunidade judicial por meio de um software especializado e técnica comprovada.”

¹⁶⁸ Doc. Secret. USAID/OIT PROGRAMMATIC SUPPORT FOR COUNTRY TEAM 5 POINTS STRATEGY.09/11/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3356_a.html

realizar a organização de eventos, congressos e encontros entre especialistas em direito de vários países com o objetivo de “instruir” a oposição venezuelana.

Another key Chavez strategy is his attempt to divide and polarize Venezuelan society using rhetoric of hate and violence. OTI supports local NGOs who work in Chavista strongholds and with Chavistas leaders, using those spaces to counter this rhetoric and promote alliances through working tighter on issues of importance to the entire community. OTI has directly reached approximately 238,00 adults through over 3000 forums, workshops and training sessions delivering alternative values and providing opportunities for opposition activists to interact with hard-core Chavistas, with the desired effect of pulling them slowly away from chavismo. We have supported this initiative with 50 grants totaling over \$1,1 million¹⁶⁹.

O documento também acusa o governo de distribuir material didático ideológico nas escolas, com a intenção de popularizar um vocabulário revolucionário entre os jovens venezuelanos. Para os EUA, essa iniciativa era nociva, pois não respeitava pressupostos tidos como democráticos, entre eles, “respeito e tolerância política”. Em contraposição, a OIT trabalhava com um programa educacional chamado “Democracy among us”, cujo objetivo:

This interactive education program works through NGOs in low income communities to deliver five modules: 1) Separation of Powers, 2) Rule of Law, 3) The Role and Responsibility of Citizens, 4) Political Tolerance, and 5) The Role of Civil Society¹⁷⁰.

De acordo com os objetivos desse programa, o “Democracy among us” teve a missão de passar, por meio de ações dentro das escolas venezuelanas, a importância dos pressupostos da democracia liberal e, consequentemente, impedir que os valores da Revolução Bolivariana e da democracia participativa fossem colocados em prática.

¹⁶⁹ “Outra estratégia fundamental de Chávez é sua tentativa de dividir e polarizar a sociedade venezuelana usando a retórica do ódio e da violência. A OTI apoia ONGs locais que trabalham em fortalezas chavistas e com líderes chavistas, usando esses espaços para combater essa retórica e promover alianças por meio do trabalho mais rigoroso em questões de importância para toda a comunidade. A OTI alcançou diretamente cerca de 238.000 adultos através de mais de 3000 fóruns, workshops e sessões de treinamento entregando valores alternativos e oferecendo oportunidades para os ativistas da oposição interagirem com os chavistas, com o efeito desejado de afastá-los lentamente do chavismo. Apoiamos essa iniciativa com 50 subsídios, totalizando mais de US \$ 1,1 milhão”

¹⁷⁰ “Este programa de educação interativa funciona através de ONGs em comunidades de baixa renda para entregar cinco módulos: 1) Separação de Poderes, 2) Estado de Direito, 3) O Papel e Responsabilidade dos Cidadãos, 4) Tolerância Política e 5) O Papel da Sociedade Civil”

A pretensa politização do sistema educacional é colocada, ao lado da “admiração por Cuba, o aumento do papel dos militares no governo e o caráter autoritário do governo” como as principais críticas dos EUA ao governo venezuelano, conforme consta em documento destinado ao Congresso dos EUA intitulado *Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*¹⁷¹.

Ou seja, a operação ideológica proposta pela embaixada dos EUA visou naturalizar a democracia liberal como única alternativa política para a Venezuela, além de buscar apoio nos jovens, uma vez que estudantes são atores sociais tidos como autônomos e dificultam a ação das forças de segurança em caso de protestos violentos, já que muitas vezes são menores de idade.

Outro programa similar citado no documento é o *Por la Caracas possible*, cujo intuito foi o de recuperar a “once-beautiful Caracas”, cuja queda nos últimos anos foi atribuída à corrupção e à falta de atenção das autoridades locais. Segundo o documento, o programa trabalhava com comunidades para “iluminar o terrível trabalho que líderes eleitos estão fazendo na tentativa de resolver os problemas em Caracas”, relatando ainda que foram expulsos de comunidades por líderes chavistas, o que “comunidades já não se sentem assistidas”.

Além de incentivar programas sociais de embelezamento das cidades venezuelanas e de defesa dos direitos humanos, o embaixador dos EUA visitou áreas pobres em diversos locais da Venezuela para “demonstrar a preocupação dos EUA com o povo venezuelano”, com o objetivo de rejeitar o discurso de Chávez de que os EUA eram os grandes inimigos da Revolução Bolivariana.

Finally, through support of a positive social impact in cooperation with PAS, OTI funded 54 social projects AL over the country, at over \$1,2 million, allowing Ambassador to visit poor areas of Venezuela demonstrate US concern for the Venezuelan people. This program fosters confusion within the Bolivarian ranks, and pushes back at the attempt of Chávez to use the United States as a “unifying enemy”^{172,173}

¹⁷¹ SULLIVAN, Mark. Venezuela: *Political Conditions and U.S Policy*. 2008. Congressional Research Service. Disponível em: <https://file.wikileaks.org/file/crs/RL32488.pdf>

¹⁷² “Finalmente, através do apoio de um impacto social positivo na cooperação com a PAS, a OTI financiou 54 projetos sociais em todo o país, com mais de US \$ 1,2 milhão, permitindo que o embaixador visitasse as áreas pobres da Venezuela e demonstrasse preocupação dos EUA pelo povo venezuelano. Este programa promove a confusão dentro das fileiras bolivarianas, e atrapalha a tentativa de Chávez de usar os Estados Unidos como um “inimigo unificador”.

¹⁷³ Doc. Secret. USAID/OIT PROGRAMMATIC SUPPORT FOR COUNTRY TEAM 5 POINTS STRATEGY.09/11/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3356_a.html

Apesar de o documento mostrar a preocupação em negar que os EUA sejam inimigos da Venezuela chavista, sendo um defensor do fortalecimento das instituições democráticas, é possível perceber a intenção de desestabilizar o governo Chávez por meio de práticas tidas como legalistas, ou seja, os EUA proporcionaram, no período em questão, uma série de treinamentos para instituições opositoras ao governo bolivariano com o intuito de fornecer um arcabouço jurídico para derrubada de um governo democraticamente eleito. A intenção é “fornecendo ao mundo informações sobre a verdadeira situação revolucionária”, para assim, isolar a Venezuela no cenário internacional.¹⁷⁴

Segundo o documento, a *Freedom House* e a OTI proporcionaram uma série de visitas por parte de opositores do governo a organizações apoiadas pelos EUA no México, no Chile, no Peru, na Argentina e, até mesmo, em Washington, com a intenção de educar os venezuelanos sobre a situação dos Direitos Humanos na Venezuela. Os EUA também patrocinaram a visita de uma série de “líderes internacionais” para conhecer melhor a situação venezuelana e advogar em defesa da oposição ao governo Chávez.

Also, DAI¹⁷⁵ has brought dozens of international leaders to Venezuela, university professors, NGO members, and political leaders to participate in workshops and seminars, who then return to their countries with a better understanding of the Venezuelan reality and as stronger advocates for the Venezuelan opposition¹⁷⁶.¹⁷⁷

Frente ao entendimento de democracia utilizado pelos EUA que embasa a crítica ao governo venezuelano, é possível verificar que a doutrina da política externa

¹⁷⁴ No documento elaborado para o Congresso dos EUA também é possível verificar a importância que os EUA dão para a pressão internacional contra o governo Venezuelano. Ver: SULLIVAN. Mark. Venezuela: *Political Conditions and U.S Policy*. 2008. Congressional Research Service. Disponível em: <https://file.wikileaks.org/file/crs/RL32488.pdf>

¹⁷⁵Development Alternatives Inc. (DAI) – Segundo o site da instituição seu objetivo é: “Abordamos problemas fundamentais de desenvolvimento social e econômico causados por mercados ineficientes, governança ineficaz e instabilidade. Trabalhamos com uma ampla gama de clientes, incluindo governos nacionais e locais, doadores bilaterais e multilaterais, corporações privadas e filantropos.” Disponível em: <http://www.dai.com/>. Acesso em:26/09/2015.

¹⁷⁶ “Além disso, a DAI trouxe dezenas de líderes internacionais à Venezuela, professores universitários, membros de ONGs e líderes políticos para participar de workshops e seminários, que retornam aos seus países com uma melhor compreensão da realidade venezuelana e defensores mais fortes da oposição venezuelana.”

¹⁷⁷ Disponível em: Doc. Secret. USAID/OIT PROGRAMMATIC SUPPORT FOR COUNTRY TEAM 5 POINTS STRATEGY. 09/11/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3356_a.html

estadunidense sobre a democracia apresenta características particulares, que integram um projeto de construção de hegemonia na América Latina adequado aos seus próprios interesses.

A ênfase dada ao aspecto da democracia liberal pode ser explicada pelo próprio caráter desse sistema político e sua relação o capitalismo se entendermos, seguindo Ellen Wood, que o capitalismo, na atualidade, é marcado pela diferenciação entre a economia e a política, uma vez que a apropriação do trabalho se dá na esfera econômica, por meios econômicos, não existindo a necessidade de pressões extra econômicas, perpetuando assim uma aparência de igualdade e liberdade no campo jurídico (WOOD, 2003, p.35).

Ao executar a diferenciação entre o econômico e o político através de existência de uma série de normativas liberais que buscam propor a igualdade e a liberdade aos cidadãos, ao mesmo tempo em que o Estado ocupa o papel de defensor da propriedade privada e da garantia da lei e da ordem, cria-se uma condição ideal para a exploração do trabalho e para reprodução do capital, já que se deslocam as disputas sociais para a arena política, na disputa pelo Estado, que não tem sua natureza e função social questionado, inviabilizando as lutas de classes no campo econômico, onde de fato a exploração do trabalho acontece.

O capitalismo tem a capacidade única de manter a propriedade privada e o poder de extração de excedentes sem que o proprietário seja obrigado a brandir o poder político direto no sentido convencional. O Estado – que é separado da economia, embora intervenha nela – pode aparentemente pertencer (por meio do sufrágio universal) a todos, apropriador e produtor, sem que se usurpe o poder de exploração do apropriador. A expropriação do produtor direto simplesmente torna menos necessário o uso de certos poderes políticos diretos para a extração de excedentes, e é isso exatamente o que significa dizer que o capitalismo tem poderes econômicos, e não extra econômicos de dominação (WOOD, 2013, p.43).

A separação entre o campo econômico e político permite, inclusive, que o Estado ocupe uma função aparentemente pública e democrática, permitindo, inclusive, que por meio do sufrágio universal este seja ocupado por parcelas de classes que não são proprietárias ou “apropriadores” como coloca Ellen Wood. No entanto, devido a sua natureza capitalista, esse mesmo Estado utiliza de seus mecanismos institucionais, legais e policiais para garantir a reprodução capitalista, a

exploração do trabalho e a repressão de movimentos sociais que colocam em risco a ordem capitalista.

Assim, ao reduzir a democracia como somente um conjunto de mecanismos de definição institucional e de procedimentos, acaba-se por esvaziar o conteúdo popular e social da democracia, reduzindo-a a um “reducionismo formalista” e a uma simples “alternativa” aos regimes ditatoriais e autoritários. Tal perspectiva, presente na documentação e na visão doutrinária dos EUA, também pode ser encontrada no “paradigma hegemônico das Ciências Políticas” (VITULLO, 2006, p.363).¹⁷⁸

Em todas elas, é recorrente a ideia de que, para alcançar e garantir a estabilidade, torna-se imperativo um relativo isolamento das estruturas políticas frete às pressões da sociedade e, em especial, frente às reivindicações e às demandas provenientes dos setores populares. Isto implica, sem dúvidas, uma sistemática opção para o lado do poder, as expensas da transformação ativa das grandes maiorias na esfera política (VITULLO, 2006, p.363).

A relação entre democracia e capitalismo se mostra, portanto, através de um entendimento “democrático” que não apresenta conteúdo social, se limitando aos aspectos formais, legais e institucionais, sendo que tal definição é a encontrada na documentação analisada e a defendida pelos EUA como a única forma de se resolver os problemas da Venezuela e da América Latina.

Esta concepção democrática carente de todo o conteúdo social, esta noção despolitizada de povo e esta definição passiva de cidadania são as que se tem imposto, deixando atrás a associação que outrora existia entre um regime democrático e a iniludível presença de uma comunidade ativa de cidadãos, preocupada pela discussão e pela gestão coletiva dos assuntos públicos (VITULLO, 2006, p.364).

Dessa forma, o esvaziamento do projeto democrático defendido pelos EUA acaba por se apresentar como um regime de governo que garante os interesses das “minorias proprietárias” (VITULLO, 2006, p.364), que passaram a naturalizar e defender a democracia liberal, já que esta fica restrita ao campo político, distante do campo econômico e da produção, sendo que a igualdade política formal pouco

¹⁷⁸ Uma leitura crítica sobre as abordagens de diversos autores sobre a democracia na América Latina pode ser encontrada em: VITULLO, Gabriel. As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes. IN: Opinião Pública, Campinas, vol 12, nº 12, Novembro, 2006, p348-377.

impacto tem nas relações de desigualdade ou nas relações de exploração e dominação estabelecidas nas esferas que não pertencem de forma direta à esfera política-institucional.

3.3 A Defesa dos Direitos Humanos

A justificativa da defesa da democracia para, através de sua embaixada em Caracas se articular com a oposição, apoiando-a com treinamentos, financiamentos, definição de planos de estratégias de ação, se amplia quando atentamos para a constante associação entre tal democracia e os direitos humanos. Pois, a pretexto de defender tais direitos, continua condenando os atos chavistas enquanto enquadraria os da oposição como sua defesa.

Tal perspectiva é muito clara se tomarmos como exemplo, as interpretações que os funcionários da embaixada norte-americana fazem sobre os protestos de rua. O corpo diplomático daquela embaixada faz registros de tais de confrontos atribuindo-as a agentes do Estado e acusando-os de praticarem diversas violações, entre elas a tortura

The director of the Venezuela Symphonic Orchestra, Carlos Eduardo Izcaray, was also taken and tortured by the GN March 1 while observing the events in Altamira, according to an email circulated by his father^{179, 180}.

Mais uma vez, evidencia-se a continuidade das estratégias utilizadas, pois, no mês anterior, os mesmos agentes do corpo diplomático haviam admitido que, quanto ao porte de armas durante as manifestações, também os grupos opositores as poderiam estar carregando e até mesmo de as ter utilizado (“acreditamos que alguns manifestantes carregavam armas e possivelmente a utilizaram”¹⁸¹), ou seja, os EUA tinham conhecimento da natureza violenta da oposição e decidiram nada fazer a respeito, preferindo trabalhar para derrubar um governo democraticamente eleito.

¹⁷⁹ “O diretor da Orquestra Sinfônica da Venezuela, Carlos Eduardo Izcaray, também foi levado e torturado pela GN, no dia 1º de março, enquanto observava os eventos em Altamira, segundo um e-mail circulado por seu pai.”

¹⁸⁰ Doc. Confidential. nº 5798. *Is anyone keeping score? Human rights violations tally February 27-March 4.* 08/04/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS752_a.html

¹⁸¹ Doc. Confidential. nº 7204. *Carter Center/OAS raise concerns with Das Deshazo.* 18/02/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS577_a.html

A defesa e o apoio norte-americano à oposição é tão explícita que estes agentes não se eximem de citá-los nominalmente. A título de indicar quais são seus pontos de apoio, um documento confidencial datado do dia 01 de março de 2004, nomina os informantes dos EUA no país, sendo que o então prefeito de Chacao Leopoldo Lopez¹⁸² e Henrique Capriles¹⁸³ figuram entre eles.

No caso de Capriles, acusado de ter organizado a invasão à embaixada cubana durante o golpe de 2002, o corpo diplomático dos EUA o considera um perseguido político. Para o documento confidencial do dia 30 de junho de 2004, o membro do Partido *Primeira Justicia*, criado sob influência das ações das instituições dos EUA na Venezuela, era alvo de perseguição por parte do governo venezuelano, pois trata-se de um futuro líder político, capaz de derrotar Chávez nas urnas.

On June 25, pro-gov prosecutor Danilo Anderson filed formal charges against former mayor of Baruta municipality Henrique Rodonski Capriles for his alleged role in the April 12, 2002 siege of the Cuban embassy in Caracas. Capriles continues to be detained without bail. this case is an example of political persecution via the judicial system. [...] the Capriles case continues to be run by politics. we have heard speculation that some Chavez are seeking revenge against Capriles for actions he took against the gov in April 2002. it is also not a coincidence that Capriles is a member of the Primero Justicia party, which is positioning itself for future leadership and enjoying some support in the polls. in any event, the Capriles case continues to be Venezuela's most high-profile political prisoner¹⁸⁴.¹⁸⁵

A Embaixada dos EUA volta a demonstrar interesse porem Capriles, em outro documento confidencial, do dia 24 de agosto de 2004 onde, mais uma vez ele é

¹⁸² Doc. Confidential. nº 6722. *Weekend of conflict in Caracas; no CNE decision yet.* 01/03/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS700_a.html

¹⁸³ Doc. Unclassified. nº 5469. *Capriles, CNE and CEV: Venezuela Political update.* 02/04/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1159_a.html

¹⁸⁴ "Em 25 de junho, o procurador pró-governo Danilo Anderson impetrou acusações formais contra o ex-prefeito do município de Baruta, Henrique Rodonski Capriles, por seu suposto envolvimento no cerco de 12 de abril de 2002 à embaixada de Cuba em Caracas. Capriles continua detido sem fiança. Este caso é um exemplo de perseguição política através do sistema judicial [...].

O caso de Capriles continua sendo executado pela política. Ouvimos especulações de que alguns chivistas estão buscando vingança contra Capriles por suas ações contra o governo em abril de 2002. Também não é uma coincidência que Capriles seja um membro do Partido Príncipe Justicia, que está se posicionando para futura liderança e desfrutando de algumas apoio nas pesquisas. De qualquer forma, o caso Capriles continua sendo o prisioneiro político de maior destaque da Venezuela."

¹⁸⁵ Disponível em: Doc. Confidential. Nº. 2900. *Mayor Capriles formally charged in Cuban embassy siege.* 30/06/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2130_a.html

considerado um perseguido político, sendo necessário o auxílio internacional e de ONGs para pressionar o governo venezuelano.

The Capriles case is both a symbol of opposition resistance to Chavez, and a measure of Chavez, willingness to use the judicial system to pressure his opponents, particularly those associated (in his view) with the April 2002 coup and the December 2002 strike/sabotage of petroleum facilities. The imprisonment of a defiant Capriles sends a very tough message within and without Venezuela. It is unclear how far Chavez will proceed with this case, or with the cases of Generals Uson and Poggioli, or the investigation of Sumate. Chavez faces a dilemma: conviction of Capriles - on flimsy or nonexistent evidence - would confirm allegations of human rights abuses and political use of the judiciary (although Chavez could live with this); releasing him would give comfort to an opposition that refuses to recognize the referendum results.

7. (C) The Charge raised the Capriles and Sumate cases with Vice President Rangel on July 30. Poloffs August 17 attempt to attend the pre-trial hearing and his talk with prosecutor Anderson underscored USG concern about Capriles. What Capriles (and others) really need, however, is broader international expressions of concern, particularly from Latin American countries and also human rights NGOs¹⁸⁶.¹⁸⁷

Associando o caso de Capriles com os processos contra a *Sumate* e o dos generais Uson e Poggioli, o agente da Embaixada explicita bem o dilema em que se encontra o judiciário venezuelano para julgar esses casos, pois se o condena poderá ser acusado internacionalmente de “violações dos direitos humanos e uso político do Judiciário (...); liberá-lo daria conforto a uma oposição que se recusa a reconhecer os resultados do referendo”. Portanto, apesar do referendo ter sido acompanhado por observadores internacionais que legitimaram todo o processo, o fato de Capriles não o reconhecer, não representava problema na perspectiva norte-americana.

¹⁸⁶ “O caso de Capriles é tanto um símbolo da resistência oposicionista a Chávez quanto uma medida de Chávez, a disposição de usar o sistema judicial para pressionar seus adversários, particularmente aqueles associados (em sua opinião) ao golpe de abril de 2002 e à greve / sabotagem de dezembro de 2002, nas instalações petrolíferas. A prisão de um caçador desafiador envia uma mensagem muito dura dentro e fora da Venezuela. Não está claro até que ponto Chávez prosseguirá com este caso, ou com os casos dos generais Uson e Poggioli, ou com a investigação de Sumate. Chávez enfrenta um dilema: a condenação de Capriles - por evidências frágeis ou inexistentes - confirmaria alegações de violações dos direitos humanos e uso político do Judiciário (embora Chávez pudesse viver com isso); liberá-lo daria conforto a uma oposição que se recusa a reconhecer os resultados do referendo.

7. (C) A acusação levantou os casos de Capriles e Sumate com o vice-presidente Rangel em 30 de julho. A tentativa de PolOff, de 17 de agosto de participar da audiência pré-julgamento e sua conversa com o promotor Anderson ressaltaram a preocupação da USG com Capriles. O que Capriles (e outros) realmente precisam, no entanto, são expressões internacionais mais amplas de preocupação, particularmente de países latino-americanos e também de ONGs de direitos humanos.”

¹⁸⁷ Doc. Confidential. Nº 4868. *Venezuelan Mayor Capriles (still) held for trial*. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2702_a.html

O caso do General Poggioli faz referência a condenação em relação ao envolvimento do mesmo em uma rebelião militar em 2004, sendo condenado a prisão pela justiça venezuelana. Já o general de brigada Francisco Vicente Uson Ramirez, tratava-se de uma acusação de culpabilidade pela morte de 08 soldados, em 30 de março de 2004, queimados por um lança chamas de origem vietnamita, carregado com combustível napalm com gasolina, supostamente manejado por Uson. O caso foi levado à *Human Rigths Fundacion* que considerou a prisão arbitrária por falta de provas

La Human Rights Foundation ha determinado que el arresto, el juicio, la sentencia y la prisión de Usón, representan violaciones de los derechos humanos, en particular: del derecho a no ser objeto de una detención arbitraria, del derecho a la libertad de expresión y del derecho a un tratamiento equitativo de acuerdo con el debido proceso, todo de conformidad con la legislación del país. A la HRF también le preocupa la vida de Usón. Mientras estaba hospitalizado en un Hospital Militar, tuvieron lugar dos incidentes en los que se le inyectó una dosis letal de un medicamento que casi lo deja sin vida.¹⁸⁸

Ou seja, exatamente conforme indicam os agentes da embaixada norte-americana em Caracas, após a conversa com o então vice-presidente Rangel e após a frustrada tentativa de Poloff, cujas funções eram semelhantes às de um Secretário Político, em 17 de agosto, de participar da audiência pré-julgamento e de sua conversa com o promotor Anderson, aciona-se a internacionalização da questão.

Ante as evidências de que, internamente, o governo Chávez não cederia às demandas norte-americanas nos casos citados, o documento apela para o fortalecimento de uma “comunidade democrática”, resgatando a política do presidente Bush, ou seja, não se trataria de uma ingerência no governo de outro país, mas sim, da defesa dos direitos humanos que estariam sendo violados. Neste sentido, seria necessário “unir a comunidade de democracias”, que corresponderia a um sistema internacional “baseado em valores compartilhados e no Estado de Direito”. Tal comunidade deveria “combater as ameaças a nossa segurança comum”, além de “espalhar a liberdade e a democracia em todo o mundo”.

Observa-se que dois pesos e duas medidas fundam os posicionamentos norte-americanos sobre democracia e justificam a posição de ser seu guardião na América

¹⁸⁸ Disponível em: Prisionero político y de conciencia del gobierno de Venezuela desde el 22 de mayo de 2004. *Human Rigths Fundacion*. <http://lahrf.com/reports/usonExecutiveSummary.html>

Latina e no mundo. Tal “doutrina democrática”, peça fundamental da política externa desse país, pode ser encontrada também no relatório produzido pelo Congresso dos EUA no ano de 2008. O documento, intitulado *Democracy promotion: Cornstone of U.S foreign policy?*¹⁸⁹ esclarece o que o governo norte-americano considera ser a defesa da democracia. Segundo Condoleezza Rice no ano de 2005:

First we will unite the community of democracies in building an international system based on shared values and the rule of law. Second, we will strengthen the community of democracies to fight the threats to our common security and alleviate the hopelessness that feeds terror. And third, we will spread freedom and democracy throughout the globe. That is the mission that President Bush has set for America in the world and is the great mission of American diplomacy today^{189, 190}

Segundo a então secretária de Estado, a defesa da democracia ao redor do mundo por parte dos EUA se fazia necessária por motivo de segurança nacional, em específico, a luta contra o terrorismo, que se tornou o eixo central da política do país após os atentados de 11 de setembro de 2001. Assim, a promoção da democracia é entendida como “[...] um instrumento para promover a paz e o combate ao comunismo [...] identificada como peça central na “guerra contra o terrorismo” e a segurança nacional”.¹⁹¹ Um conceito que se funda em quatro características, quais sejam: Estado de Direito, direitos humanos, boa governança, competição política e construção de consensos e sociedade civil:

1 – Rule of law and Human Rights. Funding under this heading supports constitutions, laws and legal systems, justice systems, judicial independence, and human rights.

2- Good governance. Funding under this supports legislative functions and process, public sector executive functions, security sector governance, anti-corruption reforms, local governance, and decentralization.

¹⁸⁹ “Em primeiro lugar, vamos unir a comunidade de democracias na construção de um sistema internacional baseado em valores compartilhados e no estado de direito. Em segundo lugar, fortaleceremos a comunidade de democracias para combater as ameaças à nossa segurança comum e aliviar a falta de esperança que alimenta o terror. E terceiro, vamos espalhar a liberdade e a democracia em todo o mundo. Essa é a missão que o presidente Bush estabeleceu para a América no mundo e é a grande missão da diplomacia americana hoje.”

¹⁹⁰ EPSTEIN, Susan; SERAFINO, Nina; MIKO, Francis. *Democracy promotion: Cornstone of U.S foreign policy?*. 2008, Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Democracy_Promotion:_Cornerstone_of_U.S._Foreign_Policy%3F,_January_29,_2008

¹⁹¹ “as an instrument for promoting peace and combatting terrorism.[...] identified it as a central focus to the “war on terrorism” and national security”.

3 – Political competition and Consensus-Building. This category supports election and political processes, political parties, and consensus-building processes.

4 – Civil Society. Funding focuses on media freedom, freedom of information, and civic participation^{192,193}

Traduzindo-se à luz das evidências analisadas até agora, os preceitos constitucionais, a independência das leis e dos sistemas legais e jurídicos na defesa dos direitos humanos, assim como a vigência de pleitos eleitorais e mecanismos contra a corrupção, assim como as descentralização da governança, e a existência da pluralidade partidária, da independência da imprensa e de uma “sociedade civil” forte, serão validados desde que não afrontem os interesses norte americanos

A definição elaborada parte do pressuposto de que países verdadeiramente democráticos exercem a “boa governança”, tema importante na construção de uma normatividade neoliberal, já que pressupõe a abertura dos mercados e dos fluxos comerciais e financeiros, sendo responsabilidade do Estado demonstrar respeito às normas jurídicas e às práticas econômicas de governança.

A “boa governança” é a que respeita as condições de gestão sob préstimos do ajuste estrutural e, acima de tudo, a abertura aos fluxos comerciais e financeiros, de modo que se vincula intimamente a uma política de integração do mercado mundial (DARDOT; LAVAL, 2016, p.276).

Outro aspecto importante é que, vinculando a democracia com a defesa interna contra possíveis ataques terroristas, a diplomacia estadunidense abre precedente para interferir em países em que tais preceitos da democracia liberal não são reconhecidos pelo corpo diplomático dos EUA. Em suma, para os EUA, a democracia

¹⁹² “1 - Estado de direito e direitos humanos. O financiamento sob esta rubrica apoia constituições, leis e sistemas jurídicos, sistemas de justiça, independência judicial e direitos humanos.

2- Boa governança. O financiamento sob este aspecto apoia funções e processos legislativos, funções executivas do setor público, governança do setor de segurança, reformas anticorrupção, governança local e descentralização.

3 - Concorrência política e construção de consenso. Essa categoria apóia processos eleitorais e políticos, partidos políticos e processos de construção de consenso.

4 - Sociedade Civil. O financiamento se concentra na liberdade de mídia, liberdade de informação e participação cívica.”

¹⁹³ EPSTEIN, Susan; SERAFINO, Nina; MIKO, Francis. *Democracy promotion: Cornstone of U.S foreign policy?*. 2008, Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Democracy_Promotion:_Cornerstone_of_U.S._Foreign_Policy%3F,_January_29,_2008

a ser seguida deveria ser a liberal se seguisse os preceitos acima indicados, reafirmados nos seguintes termos

Liberal democracy has all of what an electoral democracy has plus a constitution that directs government institutions, rule of law, and civil liberties equally to all citizens, including the state and its agents. It also has an independent judiciary that protects liberties^{194, 195}

O documento complementa os benefícios da democracia, apontando que essas não se envolvem em guerras e criam oportunidades para o livre mercado e para a ação da iniciativa privada. Assim, com a assertiva de que democracia liberal era o sistema político ideal para evitar ataques terroristas, guerras e atingir o desenvolvimento econômico. Tal arcabouço doutrinário se completa.

Another reason given to encourage democracies (although debated by some experts) is the belief that democracies promote economic prosperity. From this perspective, as the rule of law leads to a more stable society and as equal economic opportunity for all helps to spur economic activity, economic growth, particularly of per capita income, is likely to follow. In addition, a democracy under this scenario may be more likely to be viewed by other countries as a good trading partner and by outside investors as a more stable environment for investment, according to some experts^{196, 197}

Nos países que não possuem este tipo de sistema democrático consolidado, os EUA consideram essencial a existência de acordos bilaterais com agências e instituições estadunidenses com o intuito de lhes dar o necessário suporte para que

¹⁹⁴ “A democracia liberal tem tudo aquilo que uma democracia eleitoral tem, mais uma Constituição que dirige igualmente as instituições governamentais, o Estado de direito e as liberdades civis a todos os cidadãos, incluindo o Estado e seus agentes. Também tem um judiciário independente que protege as liberdades.”

¹⁹⁵ EPSTEIN, Susan; SERAFINO, Nina; MIKO, Francis. *Democracy promotion: Cornstone of U.S foreign policy?*. 2008, Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Democracy_Promotion:_Cornerstone_of_U.S._Foreign_Policy%3F_January_29,_2008.

¹⁹⁶ “Outro motivo dado para incentivar as democracias (embora debatido por alguns especialistas) é a crença de que as democracias promovem a prosperidade econômica. Nessa perspectiva, como o império do direito leva a uma sociedade mais estável e como oportunidades econômicas iguais para todos ajudam a estimular a atividade econômica, o crescimento econômico, particularmente da renda per capita, provavelmente se seguirá. Além disso, uma democracia sob este cenário pode ser mais provavelmente vista por outros países como um bom parceiro comercial e por investidores externos como um ambiente mais estável para o investimento, de acordo com alguns especialistas.”

¹⁹⁷ EPSTEIN, Susan; SERAFINO, Nina; MIKO, Francis. *Democracy promotion: Cornstone of U.S foreign policy?*. 2008, Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Democracy_Promotion:_Cornerstone_of_U.S._Foreign_Policy%3F_January_29,_2008.

os atinjam. Dessa forma, o objetivo é “ajudar na construção do sistema legal, auxiliar no treinamento militar e policial, e ensinar a importância de uma imprensa livre”¹⁹⁸, para que a ação diplomática norte-americana conseguisse promover “democracias no mundo, tendo como exemplo a democracia e a cultura americanas”¹⁹⁹.

Para cumprir tais expectativas, o Departamento de Estado se envolve com a promoção da democracia em outros países, através de agências como a USAID, as ONGs e a NED, entre outras.²⁰⁰

Nessa perspectiva, todos os países considerados não democráticos tornam-se passíveis de intervenção, uma vez que se trata de uma política contra o terrorismo, ou seja, assunto de segurança interna, ao mesmo tempo em que podem defender seus interesses econômicos, sem necessariamente tornar claro tal objetivo.

Nota-se também, que muitas das ações promovidas pela oposição ao governo Chávez, em conjunto e/ou apoio dos EUA, seguem tais diretrizes do Congresso estadunidense.

Também é feita uma relação direta entre neoliberalismo e democracia, já que os elaboradores do documento consideram que práticas que se vinculam ao livre mercado proporcionam democracias mais fortes e estáveis, dando voz a teorias em que o “el éxito del mercado se convertirá cada vez más en demanda de democracia” (SARTORI, apud PUGA, 1996 p.13)

A conformidade entre os planos e projetos dos EUA com as ações da oposição venezuelana podem ser percebidos no documento confidencial, datado do dia 12 de janeiro de 2005,²⁰¹ quando aconteceu uma reunião entre líderes oposicionistas vinculados à *Sumate*, em particular Maria Corino Machado e Roberto Abdul, sobre a situação política na Venezuela após a vitória de Chávez no referendo revocatório de 2004. Além de confirmar o financiamento da NED para a ONG em questão, os norte-americanos apontam a necessidade da *Sumate* buscar diversificar suas fontes de financiamento, para terem “mais credibilidade”.

¹⁹⁸ assisting in building the legal system, assisting in military and police training, and teaching the importance of a free press”

¹⁹⁹ “Democracias no exterior, apresentando a democracia e a cultura americanas”.

²⁰⁰ EPSTEIN, Susan; SERAFINO, Nina; MIKO, Francis. *Democracy promotion: Cornstone of U.S foreign policy?*. 2008, Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Democracy_Promotion:_Cornerstone_of_U.S._Foreign_Policy%3F,_January_29,_2008.

²⁰¹ Doc. Confidential. *Codel Dodd meets with Sumate leaders*. 12/01/2005. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS93_a.html

Sumate is the most viable Chavez opponent in Venezuela's political landscape. Its upper-middle class leadership is not linked to the previous political regime. The organization earned its reputation from its superior technical capacity and ability to mobilize people for the various signature drives leading to the referendum. In fact, most of its national leadership are engineers by training. Sumate's credibility makes it a prime target for the GOV as Venezuela enters yet another year of elections. As Sumate seeks to define its post-referendum mission, Machado and company are being careful not to spend their political capital rashly. The more Sumate can diversify its international support -- both moral and financial -- beyond the USG, the more credibility it will have^{202,203}.

Até mesmo a referência ao treinamento feito pela *Sumate* para mais de 40 mil voluntários para atuarem como auditores no referendo, seguindo as diretrizes da diplomacia estadunidense, de educar e ensinar a oposição, aparecem vinculados à defesa da democracia

Maria Corina Machado and Roberto Abdul, leaders of the NGO Sumate, briefed CODEL Dodd on January 10 on future plans of the electoral advocacy group. Machado lamented the tightening control President Hugo Chavez now held over Venezuela's branches of government, especially the National Electoral Council. She said that despite the setback of losing the August 2004 referendum to recall Chavez, Sumate is moving forward with training for many of its 40,000 volunteers. Sumate leaders said they will continue to seek financial support from the National Endowment for Democracy and USAID, though they are looking for resources -- and at least moral support -- from other governments and foreign organizations. Machado denied that Sumate had aspirations to become a political party, still hopeful

²⁰² "Sumate é o adversário mais viável de Chávez no cenário político da Venezuela. Sua liderança de classe média alta não está ligada ao regime político anterior. A organização ganhou sua reputação de sua capacidade técnica superior e capacidade de mobilizar pessoas para as várias unidades de assinatura que levaram ao referendo. De fato, a maioria de sua liderança nacional é formada por engenheiros. A credibilidade de Sumate faz dela um alvo primordial para o GOV, enquanto a Venezuela entra em mais um ano de eleições. Enquanto Sumate busca definir sua missão pós-referendo, Machado e companhia estão sendo cuidadosos para não gastar seu capital político de forma precipitada. Quanto mais Sumate puder diversificar seu apoio internacional - tanto moral quanto financeiro - além do USG, mais credibilidade terá."

²⁰³ Doc. Confidential. *Codel Dodd meets with Sumate leaders.* 12/01/2005. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS93_a.html

that opposition parties will find a candidate to beat Chavez in the 2006 elections^{204 205}

Embora se tratasse de verdadeiros cabos eleitorais, o fato de Chávez ter vencido o referendo expressaria, não a incompetência da oposição e a falta de bases populares, mas sim a ausência de democracia no país, uma vez que a oposição não consegue vencer nenhum pleito eleitoral.

Nesse ponto é possível perceber a instrumentalização da doutrina democrática dos EUA, uma vez que, quando a oposição passou a organizar o referendo, os mesmos defendiam a ferramenta democrática e constitucional prevista pela “sociedade civil” organizada para fazer frente ao autoritarismo de Chávez. Como a oposição saiu derrotada, o mesmo processo eleitoral passou a ser desqualificado.

Posteriormente, em documento despachado em agosto de 2006²⁰⁶, a embaixada dos EUA se mostra preocupada com a pressão sofrida pela *Sumate* advinda do governo venezuelano após a descoberta das relações entre aquela instituição e a USAID:

Sumate continues to be under pressure, including threat of prosecution because of USD 300 DRL grant. On August 4, Sumate board member Roberto Abdul asked poloff for a letter from the Department noting the return of the DRL funds. The Embassy is seeking to support Sumate but is also concerned that this letter could be used against them²⁰⁷.

Percebe-se que a preocupação é com a carta enviada pela *Sumate* a funcionários dos EUA solicitando a confirmação da devolução da verba recebida, ante

²⁰⁴ “Maria Corina Machado e Roberto Abdul, líderes da ONG Sumate, informaram o CODEL Dodd em 10 de janeiro sobre os planos futuros do grupo de defesa eleitoral. Machado lamentou o aperto no controle exercido pelo presidente Hugo Chávez sobre os poderes do governo venezuelano, especialmente o Conselho Nacional Eleitoral. Ela disse que, apesar do revés de perder o referendo de agosto de 2004 para lembrar Chávez, a Sumate está avançando no treinamento de muitos de seus 40 mil voluntários. Os líderes da Sumate disseram que continuarão buscando apoio financeiro do National Endowment for Democracy e da USAID, embora estejam procurando recursos - e pelo menos apoio moral - de outros governos e organizações estrangeiras. Machado negou que Sumate tenha aspirações para se tornar um partido político, ainda esperançoso de que os partidos da oposição encontrem um candidato para derrotar Chávez nas eleições de 2006.”

²⁰⁵ Doc. Confidential. *CodeL Dodd meets with Sumate leaders*. 12/01/2005. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS93_a.html

²⁰⁶ Doc. Confidential. *Sumate asks for assistance*. 14/08/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2405_a.html

²⁰⁷ Sumate continua sob pressão, incluindo ameaça de processo por causa da doação de US \$ 300 DRL. Em 4 de agosto, o membro do conselho da Sumate, Roberto Abdul, pediu à poloff uma carta do Departamento, notando o retorno dos fundos do DRL. A embaixada está tentando apoiar Sumate, mas também está preocupada que esta carta possa ser usada contra eles.

a visibilidade da ligação entre EUA e *Sumate*, sendo que, apesar disso, a embaixada estadunidense considera que:

The Sumate grant was disbursed by DRL using the Department of Health and Human Resources Payment Management System. Although we understand the possible implications the case could have for future USAID/OTI projects, post has concluded that Sumate is the best judge of what ammunition it needs to defend itself, and so support the idea of a letter^{208,209}.

Como parte da defesa de sua “doutrina democrática”, os EUA também aturam em outras frentes, em especial na defesa dos Direitos Humanos, treinando e financiando pessoas da oposição. Documentos datados do dia 25 de janeiro de 2005 demonstram que tal ingerência foi executada através de agências norte-americanas na Venezuela. Nestes textos, forças do Estado e partidários chavistas são acusados de cometer crimes contra os Direitos Humanos, o que justificaria as ingerências estadunidenses no país através das ONGs, empresários e pessoas que se coadunassesem com os preceitos norte-americanos.

To help strengthen the relatively weak human rights NGOs working in Venezuela, under intense government pressure, Freedom House began a program to teach human rights organizations and practitioners successful strategies employed by human rights defenders in other countries, and to increase their institutional capacity through exchanges^{210,211}.

Listas das instituições que atuavam na Venezuela e a quantidade de ONGs e ativistas patrocinados e treinados aparece em outro documento, este do dia 24 de fevereiro de 2006:

²⁰⁸ “A doação Sumate foi desembolsada pela DRL usando o Departamento de Saúde e Recursos Humanos. Apesar de entendermos as possíveis implicações que o caso poderia ter para os futuros projetos da USAID / OTI, o post concluiu que a Sumate é o melhor juiz de qual munição precisa para se defender, e assim apoiar a ideia de uma carta.”

²⁰⁹ Doc. Confidential. *Sumate asks for assistance*. 14/08/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2405_a.html

²¹⁰ “Para ajudar a fortalecer as ONGs de direitos humanos relativamente fracas que trabalham na Venezuela sob intensa pressão do governo, a Freedom House iniciou um programa para ensinar às organizações de direitos humanos e praticantes estratégias bem-sucedidas empregadas pelos defensores de direitos humanos em outros países e para aumentar sua capacidade institucional através de intercâmbios.”

²¹¹ Doc. Unclassified nº11469. *Venezuela content for “supporting human rights and democracy reports”*. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS220_a.html

Over the past year, Freedom House has sponsored and supported over 50 human rights defenders from 29 different NGOs or groups operating in 10 states in capacity to building exchanges and events [...]. They have facilitated the increased exposure to an understanding of the Inter-American system (The Inter-American court on Human Rights in Washington and the Inter-American Court for Human Rights in Costa Rica), have provided training in a specialized human rights encrypted reporting software, and presented techniques for physical security and protection of human rights defenders and information^{212,213}.

Impressiona o número de ongs atuando na qualidade de “defensores dos direitos humanos” no país, segundo o documento, mais de cinquenta em dez estados diferentes, além de outros tantos indivíduos, todos voltados para tal função, mas também para o exercício de “informações”. Ou seja, trata-se de uma verdadeira estratégia que podemos configurar como uma intervenção branca, pois claramente voltada para, não só para o apoio às forças oposicionistas, mas também para construir uma rede de apoio capaz de contrapor-se às iniciativas governamentais. Configura-se assim, a expressão da verdadeira sociedade civil.

Desde o primeiro momento o uso de tal expressão, conforme já apontado no segundo capítulo, vinha associado a uma forma particular de entendimento de que os Estados Unidos só reconheciam como tal, a determinados setores organizados. Mas, naquele momento parecia que eram segmentos organizados já existentes na sociedade. A partir dessa documentação fica claro que se trata do reconhecimento de organizações promovidas diretamente pelos Estados Unidos através de seus agentes lotados na Embaixada norte-americana na Venezuela.

²¹² “No ano passado, a *Freedom House* patrocinou e apoiou mais de 50 defensores de direitos humanos de 29 ONGs diferentes ou grupos que operam em 10 estados com capacidade de construir intercâmbios e eventos [...]. Facilitaram o aumento da exposição a um entendimento do sistema interamericano (a Corte Interamericana de Direitos Humanos em Washington e a Corte Interamericana de Direitos Humanos na Costa Rica), proporcionaram treinamento em uma reportagem criptografada especializada em direitos humanos software, e apresentou técnicas para segurança física e proteção de defensores de direitos humanos e informações.”

²¹³ Doc. Confidential nº12363. *Freedom House – Catalyst for an emerging human rights movement in Venezuela*. 24/02/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS520_a.html. Outro documento em que as relações entre EUA e ONGs aparecem pode ser encontrado em: Doc. Confidential nº10722. *BRV takes aim at independent civil society*. 05/06/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS1634_a.html

Até mesmo o embaixador dos EUA na Venezuela, William Brownfield, questiona em agosto de 2006,²¹⁴ a ação dos EUA naquele país, já que parecia convencido de que os EUA não estavam fazendo um “bom trabalho na explanação de sua estratégia de assistência estrangeira na Venezuela”²¹⁵ e deveriam

Keep alive endangered democratic institutions, but also: plants the seeds for stronger institutions in the future; provides an alternative to Chavez divisive message; reaches out to sympathetic chavistas; connects with the counterdrug community; engages the private sector and others financial players; lays an infrastructure for other governments to work in; gets our message into the Chavez base communities; and projects the U.S. in a positive light²¹⁶.²¹⁷

O embaixador continua enfatizando a importância das organizações vinculadas aos EUA na Venezuela para que a sociedade civil conseguisse construir uma verdadeira democracia no país, sendo que, nesse sentido, a presença da USAID/OTI era fundamental para a “reconstrução do sistema democrático disfuncional da Venezuela” e que “a sociedade civil venezuelana precisa de um parceiro como a OTI para ajudar a construir e fortalecer as instituições democráticas necessárias para levar o país além de seu passado profundamente falho”²¹⁸.²¹⁹

Para tanto, era necessário que fossem repassadas mais verbas da USAID/OTI para as ONGs parceiras, sendo que o valor previsto para o ano de 2009 já era de 7 milhões de dólares²²⁰. A embaixada defendia ainda que a “sociedade civil” possuía um papel fundamental na defesa e construção da democracia, além de possibilitar aos EUA maior influência no país.

²¹⁴ Disponível em: Doc. Confidential nº9178. *What our foreign assistance is really doing in Venezuela*. 10/08/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2374_a.html

²¹⁵ “not doing a great job explaining our foreign assistance strategy in Venezuela.”

²¹⁶ “Manter as instituições democráticas ameaçadas, mas também: plantar as sementes para instituições mais fortes no futuro; fornece uma alternativa à mensagem divisiva de Chávez; alcança chavistas simpáticos; conecta-se com a comunidade de combate às drogas; envolve o setor privado e outros atores financeiros; estabelece uma infra-estrutura para outros governos trabalharem; receber nossa mensagem nas comunidades de base de Chávez; e projeta os EUA de uma forma positiva.”

²¹⁷ Disponível em: Doc. Confidential nº9178. *What our foreign assistance is really doing in Venezuela*. 10/08/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2374_a.html

²¹⁸ “[...] rebuilding Venezuela’s dysfunctional democratic system” e que “Venezuelan civil society needs partner like OTI to help build and strengthen the democratic institutions necessary to move the country beyond its deeply flawed past”

²¹⁹ Disponível em: Doc. Confidential nº9178. *What our foreign assistance is really doing in Venezuela*. 10/08/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2374_a.html

²²⁰ Doc. Unclassified. nº3905. *Parallel market disrupted by freezing of U.S. “umbrella account*. 27/03/2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS406_a.html

By continuing to work through civil society, in support of local issues, USAID/OTI can work with partners to increase democratic participation and demand for good governance. The USG also has increased opportunities to provide better service and be more accountable to the Venezuelan people²²¹.

Ou seja, é como se fosse um governo paralelo se entranhando em um país, à revelia dos poderes estatais constituídos, partindo do pressuposto de que o governo Chávez era um “mau governo”. Neste sentido, subvencionam entidades e instituições utilizando-se de estratégias que vão desde o treinamento sobre táticas de exercício da política e da jurisprudência, incentivo à fundação de ONGS, financiamento das existentes, tudo para fragilizar o apoio popular do governo que se contrapunha ao livre comércio nos moldes preconizados pelos norte-americanos.

Após as considerações sobre as estratégias acima enunciadas, o Embaixador solicita à USAID/OTI mais três milhões de dólares, somando um total de 10 milhões, com o objetivo de aumentar o número de ONGs financiadas e para trabalhar em nível mais regional, buscando “proteger a democracia”. Destaca-se a ênfase que vem sendo dado à regionalização de tais investidas. E quais eram as regionais que mereceriam mais atenção? Conforme vimos no capítulo II e já foi observado em outros documentos, são as regiões que fazem fronteiras com a Colômbia e nas quais existe o maior número de empresas norte-americanas e onde também Capriles era politicamente hegemonic, situando aí, sua base eleitoral.

Dentre os 10 milhões solicitados, 5 milhões seriam destinados para os “Democracy Delivers”, atores locais que tinham como objetivo cumprir promessas feitas pelas ONGs nos anos anteriores e oferecer treinamento político para a população. O próprio nome dado a tais agentes chama a atenção, pois em tradução ao pé da letra, significa “entregadores de democracia”, como se a democracia fosse um produto passível de compra e venda, ou seja, uma mercadoria.

Outros 4 milhões financiariam a sociedade civil organizada em ONGs, que deveriam fiscalizar os pressupostos democráticos na Venezuela e 1 milhão para

²²¹ “Ao continuar a trabalhar por meio da sociedade civil, em apoio a questões locais, a USAID / OTI pode trabalhar com parceiros para aumentar a participação democrática e a demanda por boa governança. O governo dos EUA também aumentou as oportunidades de fornecer melhores serviços e prestar mais contas ao povo venezuelano.”

financiar eleições de candidatos às e eleições cujo viés ideológico atendesse aos interesses dos EUA.

We risk losing these efforts as Chavez radicalizes his revolution. Without our continued assistance it is possible that the organizations we helped create, which arguably represent the best hope for a more open democratic system in Venezuela, could be forced to close as local funding options dry up for fear of possible government retaliation. As reflets indicate, the Chavez government is constantly attacking those who call for dialogue and consensus. Our funding will provide those organizations a much-needed lifeline²²²,²²³.

O receio do porta voz norte americano quanto à continuidade dessas entidades criadas e/ou financiadas por eles estava, por um lado, vinculado à tentativa do governo Chávez de regular a entrada de financiamentos estrangeiros para estas organizações e pessoas. Por outro, a continuidade do fortalecimento da oposição nessas regiões tornava-se necessário para fazer frente às políticas de ampliação da participação do Estado na extração do petróleo e contra o incentivo às ações das *Missões* voltadas para a prestação de serviços essenciais o que, segundo o embaixador, competia com a iniciativa empresarial nas mãos de capitais estrangeiros.

Outro aspecto importante para o embaixador era o ativismo jurídico, considerado fundamental para os EUA conseguirem impor na Venezuela seus interesses e para instrumentalizar a oposição ao governo Chávez. Nesse sentido, cabia à OTI treinar ONGs encontrar brechas legais na Constituição venezuelana que respaldasse sua atuação, constituindo assim, uma espécie de *Lawfare* contra Chávez, uma vez que a tentativa de golpe militar falhara em 2002.

Most NGOs don't understand the importance of citizen advocacy, nor how its done. An OTI partner developed training materials for a course in advocacy that ran over 8 weekends in Caracas, with the full participation of 30 of the larger NGOs – and received rave reviews. In

²²² "Corremos o risco de perder esses esforços quando Chávez radicaliza sua revolução. Sem nossa assistência continuada, é possível que as organizações que ajudamos a criar, que representam a melhor esperança de um sistema democrático mais aberto na Venezuela, possam ser forçadas a fechar, pois as opções de financiamento local secam por medo de possíveis retaliações do governo. Como os relatórios indicam, o governo de Chávez está constantemente atacando aqueles que pedem por diálogo e consenso. Nosso financiamento proporcionará a essas organizações uma sobrevida muito necessária."

²²³ Doc. Confidential nº5972. *Request for additional funds to help strengthen local governments and civil society*. 27/03/2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS404_a.html

the coming months, this course will be offered in 3 regional capitals²²⁴²²⁵

Um ativismo jurídico que a embaixada já começara a praticar, pois, conforme atesta o documento citado acima, a OIT já havia elaborado o documento para um curso que se realizara com ótimos resultados ao qual haviam comparecido representantes de mais de 30 entidades e pretendiam expandir para as regionais. Tratava-se de municiar as empresas privadas que se sentissem prejudicadas pelas iniciativas da *Missões*, de instrumentos legais, aprendendo a argumentar nas “brechas da lei”. Deduz-se que as políticas chavistas estavam apoiadas na legalidade, portanto, ao referir-se a tal estratégia – as “brechas da lei”, o embaixador está se utilizando das possibilidades de interpretação da lei a considerar seus fundamentos, o que remete à interpretação da lei, isto é, à sua judicialidade.

A preocupação dos EUA com o posicionamento da Suprema Corte venezuelana, transparece na acusação de que o judiciário estaria sendo controlado pelo governo, ou seja, insinua-se sobre a fragilidade do judiciário ante o executivo, situação que configura regimes autoritários, no mesmo diapasão já apontado desde o início dessa tese. O então embaixador Brownfield destaca em documento do início de fevereiro de 2007²²⁶ que o governo estaria controlando o judiciário para colocar em prática a agenda socialista de Chávez, política que estaria expressa nas palavras do Mora, chefe do Judiciário, quando este afirma que a corte suprema deveria ser “um bastião de transformação social, política e econômica”²²⁷.²²⁸ Para o embaixador, não se tratava, portanto, de integração entre ambos os poderes, mas sim de submissão, daí a necessidade de instrumentalizar a iniciativa privada que se sentisse prejudicava para o enfrentamento de tal postura do judiciário.

Ainda segundo esse entendimento, tais políticas nada mais eram do que o caminho para o socialismo, aliás, conforme propalado pelo próprio Chávez. Citando a

²²⁴ “A maioria das ONGs não entende a importância da defesa do cidadão, nem como é feito. Um parceiro da OTI desenvolveu material de treinamento para um curso de direito que durou oito semanas em Caracas, com a participação total de 30 das maiores ONGs - e recebeu ótimas críticas. Nos próximos meses, este curso será oferecido em 3 capitais regionais.”

²²⁵ Doc. Confidential. Nº9179. *What our foreign assistance is really doing in Venezuela*. 10/08/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2374_a.html

²²⁶ Outro documento que questiona a parcialidade do judiciário venezuelano pode ser encontrado em Doc. Confidential nº10478. *Supreme Court Justice: “There is no justice in Venezuela*. 21/02/2007. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS363_a.html

²²⁷ a bastion of social, political and economic transformation”

²²⁸ Doc. Confidential nº9773. Venezuela: *Justice Cowed*. 5/02/2007. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS243_a.html

fala de Omar Mora, Brownfield destaca qual era o temor da radicalização do processo político:

Like Chávez, Mora, a long time socialist, cited quotes from Simon Bolivar, as well Lenin, to show how socialism best promoted equality, happiness and true justice. He celebrated the changes ushered in by the “Bolivarian Revolution” as breaking the capitalist legal system that favored the elite and putting the law in the hands of the people²²⁹.²³⁰

Trata-se da via socialista proposta pelo governo chavista, a *do Socialismo do século XXI*, o que poderia significar mudanças no sistema jurídico venezuelano, o que poderia afetar as empresas norte-americanas naquele país. Pois, segundo o embaixador o objetivo do governo era apenas o de perseguir os oponentes:

Moras's address sent a clear signal to Chavez' opponenets: there is no chance for a fair trial or legal recourse to contest any measures Chavez wants to impose. More political trials are likely, and may actually punish some, but this is a collateral goal. The real objectives include distracting Chavez' opponents of intimidating dissenter into silence or exile rather than immediate convictions²³¹.²³²

A preocupação deste senhor era para com o fortalecimento da participação direta e das organizações comunais, pois, em sua ótica, essas não eram democráticas, uma vez que não se enquadravam no modelo de democracia liberal existente naquele país no período anterior a Chávez e que era defendido pelos EUA. Dais ser necessário instruir a oposição para que pudesse fazer frente à tal “socialismo antidemocrático”.

²²⁹ “Como Chávez, Mora, um socialista de longa data, citou Simon Bolivar, assim como Lenin, para mostrar como o socialismo promoveu melhor a igualdade, a felicidade e a verdadeira justiça. Ele celebrou as mudanças introduzidas pela “Revolução Bolivariana” como quebra do sistema legal capitalista que favorecia a elite e colocava a lei nas mãos do povo.”

²³⁰ Doc. Confidential nº9773. Venezuela: *Justice Cowed*. 5/02/2007. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS243_a.html

²³¹ “O discurso de Mora enviou um sinal claro aos oponentes de Chávez: não há chance de um julgamento justo ou recurso legal para contestar quaisquer medidas que Chávez queira impor. Mais julgamentos políticos são prováveis e podem realmente punir alguns oponentes, mas esse é um objetivo colateral. Os objetivos reais incluem distrair os oponentes de Chávez de intimidar dissidentes em silêncio ou exílio, em vez de condenações imediatas.”

²³² Doc. Confidential nº9773. Venezuela: *Justice Cowed*. 5/02/2007. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS243_a.html

É no sentido de garantir tal capacidade de oposição, que a OTI, esse escritório vinculado à USAID, desenvolveu uma série de cursos composto por módulos, na seguinte configuração

[...] five highly inter-active training modules that focus on: rule of law, separation of powers, political tolerance, the rights and responsibilities of citizens, and the role civil society. In the two months since this project launched, over 40 NGOs around the country are using the materials to push back on the Bolivarian brain washing effort^{233 234}

Trata-se, na realidade de uma inversão lexical, pela qual ocorre a inversão da ordem sintática dos argumentos de tal forma que se justifica a prática pela qual se condena o outro. Quando o porta voz norte-americano acusa o governo de “empurrar para trás o esforço de lavagem cerebral bolivariana”, na realidade, trata-se de instrumentalizar as mentes venezuelanas temerosas de perdas substantivas ante a nova realidade que está sendo enunciada.

Para manter na Venezuela o modelo de democracia com a qual se sentiam confortáveis, os EUA promoveram vários treinamentos, que tiveram como participantes, empresários e lideranças políticas, mas preferencialmente, jovens estudantes universitários ou secundaristas.

[...] the next generation of political leaders IRI and NDI continue to work on political party renovation, primarily with young(er) leadership, primarily outside Caracas. They are also identifying potential future political leaders who are not affiliated with a political party. Those identified will participate in a program to prepare them for a run at local council seat and/or mayorships in 2008^{235 236}

²³³ “[...] cinco módulos de formação altamente interativos que se concentram em: estado de direito, separação de poderes, tolerância política, direitos e responsabilidades dos cidadãos e o papel da sociedade civil. Nos dois meses desde que este projeto foi lançado, mais de 40 ONGs em todo o país estão usando os materiais para empurrar para trás o esforço de lavagem cerebral bolivariana.”

²³⁴ Doc. Confidential. nº9179. *What our foreign assistance is really doing in Venezuela*. 10/08/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2374_a.html

²³⁵ [...] A próxima geração de líderes políticos IRI e NDI continua a trabalhar na renovação de partidos políticos, principalmente com jovens líderes, principalmente fora de Caracas. Eles também estão identificando potenciais líderes políticos futuros que não são afiliados a um partido político. Os identificados participarão de um programa para prepará-los para uma corrida na sede do conselho local e / ou prefeitos em 2008.”

²³⁶ Doc. Confidential. nº9179. *What our foreign assistance is really doing in Venezuela*. 10/08/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2374_a.html

Após a vitória eleitoral de Chávez nas eleições de 2006 o embaixador Brownfiled pede que os EUA redobrem sua presença naquele país, “à luz do triunfo de Chávez, da agressiva abordagem pós-eleitoral à oposição, dos incipientes esforços da oposição à infraestrutura (...) e da visão de longo prazo de Chávez (...)"²³⁷.²³⁸ Daí ser necessário mais dinheiro destinado a garantir que os programas dos EUA na Venezuela conseguissem colocar em prática a estratégia da embaixada para derrubar Chávez.

Embassy strategy is to strengthen democratic institutions, penetrate and divide Chavismo, and build independent society. [...] We are having a palpable impact around e country with our existing programs, but our impact will be significantly muted under the projected budget. The deputies Committee approved a strategy in August 2005 that called for an addition \$10 million to expand our pro-democracy efforts outside Caracas, to promote citizen activism on national issues, and to forge alliances between non-Chavistas and Chavistas. Those funds would be welcomed. With additional resources above the \$ 3 million funding level in FY07, post could assist:

- activities that foment citizen push-back to Chávez' Bolivarian Revolution
- NDI and IRI to expand their party-building efforts toward 2008 local and state races
- NDI to provide technical support to domestic electoral observation
- Freedom House to conduct 12 human rights events a year; and
- the Pan-American Development Foundation to help fund 15 local human rights and government accountability watchdog organization²³⁹.²⁴⁰

²³⁷ "[...] in light of Chavez' triumph, his aggressive post-election approach to the opposition, the incipient efforts of the opposition to build long-term infrastructure, and Chavez' own long-term vision, we need more"

²³⁸ Doc. Confidential nº7374. *Time to redouble our pro-democracy efforts in Venezuela*. 5/12/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3547_a.html

²³⁹ "A estratégia da embaixada é fortalecer as instituições democráticas, penetrar e dividir o chavismo e construir uma sociedade independente. [...] Estamos tendo um impacto palpável em torno do país com nossos programas existentes, mas nosso impacto será significativamente minimizado sob o orçamento projetado. O Comitê de Deputados aprovou uma estratégia em agosto de 2005 que pedia um acréscimo de US \$ 10 milhões para expandir nossos esforços pró-democracia fora de Caracas, promover o ativismo cidadão em questões nacionais e forjar alianças entre não-chavistas e chavistas. Esses fundamentos seriam bem-vindos. Com recursos adicionais acima do nível de financiamento de US \$ 3 milhões no EF07, o posto poderia ajudar:

- atividades que fomentam o retrocesso dos cidadãos à Revolução Bolivariana de Chávez
- NDI e IRI para expandir seus esforços de construção de partidos para as corridas locais e estaduais de 2008
- NDI para fornecer apoio técnico à observação eleitoral nacional
- Freedom House para realizar 12 eventos de direitos humanos por ano; e
- a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento para ajudar a financiar 15 organizações locais de direitos humanos e de monitoramento da responsabilidade do governo."

²⁴⁰ Disponível em: Doc. Confidential nº7374. *Time to redouble our pro-democracy efforts in Venezuela*. 5/12/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3547_a.html

A solicitação de verbas para aumentar a atividade de estadunidenses em universidades visando instrumentalizar os mais jovens a despontarem como novas lideranças políticas capazes de articular uma oposição eficiente e efetiva à Revolução Bolivariana, foi justificada pelo estratagema de utilização de mais uma inversão lexical. Ou seja, não se trataria de fortalecer a oposição, imiscuindo-se na formação da juventude universitária venezuelana, fortalecendo partidos de oposição para as próximas eleições que cumpririam funções também de observadores do processo eleitoral, tudo isso através de cursos de direitos humanos, mas sim de uma preocupação com a opinião pública venezuelana sobre os EUA, em especial em função do discurso antiamericano de Chávez. No documento que solicita verbas para aumentar essa presença “positiva” dos EUA na Venezuela, o embaixador faz os seguintes pedidos

- An expansion of American Corners from the current 4 to 8, and fund the teaching of English to underprivileged elementary students at the Corners (\$50,000)
- To establish a fourth Binational Center (\$100,000)
- Organize a visit by major US contemporary art exhibit, prominent US music figure, and/or dance company: Estimated cost (75,000)
- Develop television and radio programming highlighting US-Venezuela ties (30,000)
- Broaden funding for English-languages scholarships for high school youth.
- Create an undergraduate Fulbright scholarship program for minority and underprivileged students (\$ 40,000)^{241,242}

²⁴¹ “- Uma expansão da American Corners dos atuais 4 para 8, e financiar o ensino de inglês para alunos carentes (US \$ 50.000)

- Estabelecer um quarto Centro Binacional (\$ 100.000)

- Organizar uma visita da principal exposição de arte contemporânea dos EUA, destacada figura musical dos EUA e / ou companhia de dança: custo estimado (75.000)

- Desenvolver programação de rádio e televisão destacando os laços entre EUA e Venezuela (30.000)

- Ampliar o financiamento de bolsas de estudo em inglês para jovens do ensino médio.

- Criar um programa de bolsas de estudo de graduação da Fulbright para estudantes de minorias e desfavorecidos (US \$ 40.000)."

²⁴² Doc. Confidential nº7374. *Time to redouble our pro-democracy efforts in Venezuela.* 5/12/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3547_a.html

A declaração sobre a importância de aumentar os esforços para que tal imagem não se solidificasse na sociedade venezuelana, justificava a necessidade de colocar em prática uma série de programas que melhorasse a imagem dos EUA no país.

Os agentes dos EUA nas universidades venezuelanas tinham uma base estudantil simpatizante com as propostas de retomada da elitização e mercantilização do ensino superior e contra as quais se impuseram as mudanças na política educacional implementadas por Chávez. Tais mudanças inverteram a lógica privatista vigente nas universidades desde o final dos anos de 1970, o que, segundo Maher, estava levando ao sucateamento dessas instituições, pois voltadas apenas para a sua lucratividade, além de ser impeditiva do acesso das populações mais pobres a este nível de ensino. Outrossim, aplicavam também critérios mercadológicos para a seleção de conteúdo, de que era um exemplo, acabar o ensino de humanidades na década de 1990, por não considerarem esse campo da produção científica lucrativo (MAHER, 2016, p.115).

Tal caráter elitista de algumas universidades do país levou à formação de um movimento estudantil reacionário, que se colocou de forma contrária às conquistas sociais da Revolução Bolivariana, invertendo uma tendência histórica do movimento estudantil venezuelano de lutas sociais contra as ditaduras militares no país no século passado.

Esse movimento reacionário ganha centralidade na vida política do país com a união entre líderes estudantis cooptados pelos EUA, como era a intenção demonstrada na documentação, com partidos políticos como o “Primeira Justiça” (MAHER, p.116, 2016), de Leopoldo Lopez, personagem constantemente citado na documentação.

Mas, ao mesmo tempo que a oposição ao governo se formava no interior do sistema universitário venezuelano, a Reforma educacional bolivariana vinha conquistando resultados positivos desde 2003, quando teve início o *Plan Bolívar 2000* e as *Missões Robinson* que gradativamente, tinham ampliado o acesso da população aos diferentes níveis de ensino.

The result of these educational missions has been astounding: 1.6 million illiterate adults were taught to read and write; by 2007, nearly 350,000 had completed primary schooling and more than 450,000 had completed secondary schooling in the alternative mission system. Perhaps most striking and relevant of our discussion in the increase in

higher education, where the number of matriculated students has nearly tripled in a decade²⁴³(MAHER, p.122, 2006).

A estratégia de construção de uma oposição no interior das Universidades passava também pela eleição de reitores, conforme atesta o documento confidencial de maio de 2007 intitulado *The Battle for Central University of Venezuela*. Ali, a embaixada dos EUA demonstra preocupação com a eleição para reitor na principal instituição educacional do país, considerando importante que um professor opositor ao governo conseguisse assumir tal posto.²⁴⁴

A outra estratégia acima referida era a referida à desconfiança quanto à lisura das eleições, traduzida na proposta de instituir e capacitar grupos de pessoas capazes de cumprir a função de observar as eleições e o referendo revogatório de 2004.

The Embassy worked to help strengthen democracy in Venezuela through various electoral projects, including working with electoral observation groups. The Carter Center fielded a team of international monitors to observe the presidential recall referendum²⁴⁵.²⁴⁶

Importante ressaltar que, apesar das constantes desconfianças e tentativas de deslegitimizar os processos eleitorais no país, o próprio Centro Carter, auditoria eleitoral da ONG presidida pelo ex-presidente Jimy Carter²⁴⁷ confirmou a legitimidades dos pleitos vencidos pelos chavistas no país, mesmo com o apoio recebido pela oposição.

To help strengthen political parties in Venezuela, the NDI promoted programs with political parties across the political spectrum focused on political party renewal and internal democratization. The International Republican Institute (IRI) continued to provide technical assistance to political parties, training its members in issues such as how to choose and position a candidate, how to reach the masses with a campaign

²⁴³ “O resultado dessas *Missões* educacionais tem sido surpreendente: 1,6 milhão de adultos analfabetos foram ensinados a ler e escrever; em 2007, quase 350.000 tinham concluído o ensino primário e mais de 450.000 tinham completado o ensino secundário no sistema de *Missões* alternativas. Talvez mais marcante e relevante da nossa discussão no aumento do ensino superior, onde o número de alunos matriculados quase triplicou em uma década.”

²⁴⁴ Doc. Confidential nº5215. *The Battle for Central University of Caracas*. 07/05/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/08CARACAS626_a.html

²⁴⁵ “A Embaixada trabalhou para ajudar a fortalecer a democracia na Venezuela por meio de vários projetos eleitorais, incluindo o trabalho com grupos de observação eleitoral. O Carter Center colocou em campo uma equipe de monitores internacionais para observar o referendo revogatório presidencial.”

²⁴⁶ Doc. Unclassified. nº11471. *Venezuela content for “supporting human rights and democracy” report*. 25/01/2005. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS220_a.html

²⁴⁷ O documento produzido para o Congresso estadunidense também confirma a auditoria do Centro Carter e elogia o sistema eleitoral venezuelano, em especial durante o Referendo de 2004 e nas eleições presenciais de 2006. Ver: SULLIVAN. Mark. *Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*. 2008. Congressional Research Service. Disponível em: <https://file.wikileaks.org/file/crs/RL32488.pdf>

message, and how to raise funds locally. The U.S. Agency of International Development (USAID) also worked to strengthen civil society groups, assisting local NGOs focused on supporting peaceful debate and conflict resolution, support for democratic institutions, promoting civic education, and providing/increasing platforms for individuals of differing political ideologies to come together to resolve issues²⁴⁸²⁴⁹

Quando da visita do embaixador norte-americano ao Estado de Bolívar na Venezuela, em 2005, um dos locais com maior concentração de empresas norte-americanas no país, o embaixador continua a explanar em que consistia a doutrina diplomática norte-americana de defesa da democracia. Esse local, onde existem grandes reservas naturais e bases da USAID, foi considerado por ele com um bom ambiente para os investimentos estrangeiros na Venezuela. Nesse sentido, como forma de melhorar as condições para o investimento de capitais estadunidenses na região, o embaixador considera importante a presença da USAID, já que essa visava financiar projetos sociais, aproximando-se da população. Tal perspectiva é adotada, pois os EUA consideram que até mesmo as ONGs financiadas seriam incapazes de derrotar Chávez, sendo necessária a ajuda da USAID e da *Freedom House*

Despite active government discouragement of domestic human rights NGO activities, they are expanding their efforts and growing in sophistication. However, they still remain domestically oriented and lack expertise in researching and documenting human rights abuses, as well as taking their cases internationally. Freedom House's ongoing USAID project is providing technical assistance in these areas and providing critical support to the Venezuelan human rights movement at a crucial time²⁵⁰²⁵¹.

²⁴⁸ “Para ajudar a fortalecer os partidos políticos na Venezuela, o NDI promoveu programas em todo o espectro político, focados na renovação dos partidos políticos e na democratização interna. O Instituto Republicano Internacional (IRI) continuou a fornecer assistência técnica aos partidos políticos, treinando seus membros em questões como como escolher e posicionar um candidato, como alcançar as massas com uma mensagem de campanha e como levantar fundos localmente. A Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID) também trabalhou para fortalecer grupos da sociedade civil, ajudando ONGs locais focadas em apoiar o debate pacífico e a resolução de conflitos, apoiar instituições democráticas, promover educação cívica e prover plataformas crescentes para indivíduos de diferentes ideologias políticas. se reúnem para resolver problemas.”

²⁴⁹ Doc. Unclassified. nº11471. *Venezuela content for “supporting human rights and democracy” report.* 25/01/2005. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS220_a.html

²⁵⁰“Apesar do desencorajamento ativo do governo das atividades domésticas de ONGs de direitos humanos, elas estão expandindo seus esforços e crescendo em sofisticação. No entanto, eles ainda permanecem orientados para o mercado interno e não têm experiência em pesquisar e documentar abusos dos direitos humanos, além de levar seus casos internacionalmente. O projeto em andamento da USAID da *Freedom House* está fornecendo assistência técnica nessas áreas e fornecendo apoio crítico ao movimento venezuelano de direitos humanos em um momento crucial.”

²⁵¹ Doc. Confidential. nº12363. *Freedom House – Catalyst for an emerging human rights movement in Venezuela.* 24/02/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS520_a.html

Após a vitória eleitoral de 2006, Chávez passa a defender que a Revolução Bolivariana deveria passar para uma próxima fase, a socialista,²⁵² o que aumentou ainda mais a preocupação da diplomacia norte-americana. A apreensão com o socialismo do século XXI²⁵³ defendido por Chávez e com a criação do Partido Socialista Unido da Venezuela, que deveria congregar todas as forças políticas do chavismo, transparece na fala do corpo de funcionários estadunidense em Caracas 12 de janeiro de 2007.

Chavez's economic vision of "21st Century Socialism" includes placing "strategic" sectors or companies (e.g oil, telecommunicatons, and electricity) under BRV control, reforming the country's commercial code which regulates economic activity, and stripping the Central Bank of its constitutional autonomy. [...] What is also clear is that we are looking at even greater intrusion by the BRV into the economic life of the country.²⁵⁴²⁵⁵

Nesse sentido, as ações das instituições financiadas pelos EUA e do governo estadunidense divergem das tentativas do governo Chávez de aumentar a presença do Estado venezuelano no país, adotando práticas que acabam por "competir" com os serviços públicos oferecidos pelo Estado. O Estado é considerado corrupto e ineficiente, enquanto que a iniciativa privada é sinônimo de eficiência e bons serviços. Tal discurso faz parte do ideário neoliberal, que preconiza as medidas a serem tomadas para

[...] resgatar o lugar que por direito cabia ao mercado e que, segundo seus advogados, estava sendo usurpado pelo Estado. Não é difícil imaginar do que constava esse menu: liberdade total para o mercado em todos os sentidos, fim de toda e qualquer limitação dessa liberdade imposta pelo Estado, redução do Estado ao mínimo indispensável

²⁵² Ver: MAYA, Margarita López. *El ocaso del chavismo: Venezuela 2005-2015*. Editorial Alfa, 2016.

²⁵³ A ideia de se construir o socialismo do século XXI na Venezuela passa a ser discutida com mais intensidade após a vitória eleitoral de 2006 e com a proposta de reforma constitucional proposta por Chávez, e derrotada nas urnas, em 2007. A partir desse momento, segundo Margarita Lopez Maya, o governo chavista passa a se afastar da agenda democrática construída com a Constituição de 1999 para buscar a elaboração de um Estado socialista.

²⁵⁴ "A visão econômica de Chávez do "Socialismo do Século 21" inclui a colocação de setores ou empresas "estratégicas" (por exemplo, petróleo, telecomunicações e eletricidade) sob o controle da BRV, reformando o código comercial do país que regula a atividade econômica e despojando o Banco Central do Brasil. sua autonomia constitucional. [...] O que também está claro é que estamos vendo uma intrusão ainda maior da BRV na vida econômica do país."

²⁵⁵ Doc. Confidential. Nº18814. *Chavez's way ahead: words to deeds*. 12/01/2007. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS71_a.html

para garantir a viabilidade das relações de mercado e controle absoluto sobre seus gastos (PAULANI, 2008, p.68).

Os acordos bilaterais e multilaterais com o intuito de consolidar a integração regional, política levada a cabo naqueles anos por vários governos da região, foi outro aspecto que preocupou sobremaneira o “vizinho de cima”.

The Ambassador spoke about the benefits of bilateral trade: more jobs, more economic wealth, and a better way of life. He focused on areas of collaboration, noting disagreements between the two countries on democracy issues²⁵⁶.²⁵⁷

Assim, por exemplo, a aproximação entre Evo Morales e Hugo Chávez foi avaliada pelo corpo diplomático dos EUA, conforme constata-se na leitura do documento confidencial do dia 26 de maio de 2006. Em contraste com a doutrina apresentada, a oposição treinada pelos EUA na Venezuela considera que “democracia excessiva na Venezuela só serviu para levar à falência a oposição”.²⁵⁸.²⁵⁹ Assim, segundo a análise do discurso da oposição venezuelana, em conformidade com os EUA, o importante não é a democracia, mas sim quais forças sociais e políticas a democracia leva ao poder político.

Frente às dificuldades da oposição em conseguir derrubar o governo Chávez, funcionários da USAID passaram a agir em universidades ao redor do país, em particular nas de Direito,²⁶⁰ encontrando-se com líderes estudantis para organizar o movimento estudantil contra Chávez em fevereiro de 2008.²⁶¹

USAID Officer met February 9 with a dozen up-and-coming student leaders from western Venezuela. The students, primarily from the Law School Students' Association (Fedeve), were in the university town of Merida to prepare strategies for upcoming student elections. They were also planning a convention on human rights and developing a

²⁵⁶ “O embaixador falou sobre os benefícios do comércio bilateral: mais empregos, mais riqueza econômica e um melhor estilo de vida. Ele se concentrou em áreas de colaboração, observando divergências entre os dois países sobre questões de democracia.”

²⁵⁷ Doc. Confidential. nº9786. *Ambassador visits Bolivar state.* 03/03/2005. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS651_a.html

²⁵⁸ “[...] excessive democracy in which in Venezuela only served to bankrupt the opposition”

²⁵⁹ Doc. Confidential. nº10874. *Deja vu – Is Morales following the Chavez code?.* 26/05/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06LAPAZ1414_a.html

²⁶⁰ Principalmente nas Universidade de los Andes (Merida), Universidade de Zulia e Universidade Católica.

²⁶¹ Doc. Secret. N°7011. *Emerging student leaders outline future strategies.* 21/02/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/08CARACAS223_a.html

strategy to ensure national cohesion of their movement. Several of the students expressed interest in receiving USG assistance for organizing and educational purposes. The Officer stated while all Embassy programs are directed at strengthening civil society and encouraging participation in the democratic process, not partisan politics, perceived proximity to the Embassy may lead to BRV harassment²⁶².²⁶³

No encontro, relatou os agentes norte-americanos, os estudantes fizeram pedidos para que membros da USAID os capacitasse para promover propaganda política, além de intercâmbio com movimentos estudantis de outros países, em particular de movimentos europeus. A documentação também demonstra o interesse em garantir que, nas eleições estudantis, a oposição ganhasse, uma vez que os eleitos “são autorizados a votar em uma ampla gama de questões administrativas, incluindo o pessoal do corpo docente e prioridades de financiamento”.²⁶⁴ Ora, deduz-se que, assim, os EUA teriam mais condições de intervir de forma direta nas universidades venezuelanas.

Em síntese, após o fracasso do golpe de 2002, os EUA e a oposição buscaram outras formas de interromper o governo chavista, organizando a “sociedade civil” para que, dentro da legalidade democrática, essa pressionasse com o objetivo de desgastar o governo frente à população. Ou seja, os EUA trocaram seu apoio às ações militares golpistas pela estratégia de intervenção via fortalecimento da oposição através de treinamento e financiamento a formação de uma opinião pública contra Chávez.

A apresentação de tal “doutrina democrática” da política externa norte-americana é importante para perceber que, mesmo sem tocar em aspectos diretamente econômicos, a diplomacia cria condições que justificam a ingerência dos EUA em outros países, uma vez que considera a defesa da democracia uma questão

²⁶² “O oficial da USAID se reuniu em 9 de fevereiro com uma dúzia de líderes estudantis promissores do oeste da Venezuela. Os estudantes, principalmente da Associação de Estudantes da Escola de Direito (Fedeve), estavam na cidade universitária de Mérida para preparar estratégias para as próximas eleições estudantis. Eles também estavam planejando uma convenção sobre direitos humanos e desenvolvendo uma estratégia para assegurar a coesão nacional de seu movimento. Vários alunos manifestaram interesse em receber assistência do governo dos EUA para fins organizacionais e educacionais. O Oficial declarou que enquanto todos os programas da Embaixada são dirigidos ao fortalecimento da sociedade civil e encorajam a participação no processo democrático, não a política partidária, a proximidade percebida com a Embaixada pode levar ao assédio da BRV.”

²⁶³ Doc. Secret. N°7011. *Emerging student leaders outline future strategies*. 21/02/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/08CARACAS223_a.html

²⁶⁴ “[...] are allowed to vote on a wide array of administrative issues, including faculty staffing and funding priorities.”

de segurança interna, atrelando-a ao combate ao terrorismo e ao desenvolvimento econômico. Nessa lógica, ao defender o combate ao terror, se consolida a democracia, ao mesmo tempo em que se abrem mercados e se criam condições para o investimento do capital norte-americano.

Pois as normas democráticas presentes no governo bolivariano no período analisado, as condições econômicas e as políticas públicas adotadas por Chávez acabavam por não oferecer condições totalmente favoráveis para os negócios dos EUA, até mesmo no que diz respeito à construção de hegemonia no continente, já que o discurso, e até mesmo as práticas educacionais chavistas, eram publicamente anti-imperialista.

Dessa forma, adotando um discurso que visava defender a democracia, os EUA actuaram para desestabilizar um governo eleito democraticamente, com apoio popular e que conseguiu melhorar a qualidade de vida de milhões de venezuelanos, ao mesmo tempo que apoiava forças oposicionistas que haviam mergulhado o país em uma crise sem precedente, sem legitimidade e notadamente autoritários, mas que se alinhavam as políticas liberalizantes desejada pelos EUA.

Capítulo IV

Venezuela chavista e EUA: dois projetos distintos de integração latino-americana

Como já foi apontando, EUA e Venezuela são históricos parceiros comerciais, em especial a partir da década de 1920, quando as primeiras jazidas de petróleo são encontradas em território venezuelano. Devido à proximidade territorial entre os dois países e à abertura para que empresas estrangeiras explorassem os recursos naturais, o que ocorreu durante o século XX, a Venezuela passou a figurar entre os mais importantes fornecedores de petróleo e seus derivados para os EUA, sendo constituída, assim, uma relação de dependência mútua entre os dois países, ou seja, enquanto a Venezuela depende do mercado estadunidense para escoar seu principal produto exportador, os EUA dependem da Venezuela para fornecer o petróleo, que serve de motor para o desenvolvimento industrial e produtivo da maior potência capitalista do mundo.

Dessa forma, no âmbito geopolítico, os dois países compartilharam uma agenda semelhante, em especial durante o período do *Pacto de Punto Fijo* (1958-1998)²⁶⁵, quando a Venezuela era retratada pelos EUA como um modelo de democracia para os países da América Latina e as empresas estadunidenses conseguiam grandes lucros explorando os recursos naturais venezuelanos, sendo que a política econômica adotada pelos governos *puntofujistas* atendiam diretamente aos pressupostos defendidos pela política externa dos EUA para a América Latina que, por trás de uma pretensa defesa da livre concorrência, impedia o desenvolvimento da industrialização nacional, em favor do enriquecimento das empresas estrangeiras e da preservação de seus capitais.²⁶⁶

²⁶⁵ A proposta era a de costurar um acordo para reduzir as diferenças ideológicas e pragmáticas entre os partidos integrantes da nova Junta Patriótica e arquitetar, assim, uma conciliação de classe, já que os líderes dos partidos que compunham o pacto buscavam uma transição sem traumas da ditadura para a democracia, ou seja, sem qualquer mudança na dinâmica política que os reconduzira ao governo. Em 1958, foram convocadas as eleições que consolidaram o Pacto e o retorno da democracia liberal venezuelana. Nessas eleições, o candidato da AD, Rómulo Betancourt, saiu vitorioso. Sua plataforma política prometia transformar o país em uma democracia forte e acabar com a constante ameaça de um novo intento militar.

²⁶⁶ Marco Antônio da Silva e Anatólio Medeiros Arce definem a política externa da Venezuela durante o período de *Punto Fijo* da seguinte forma: “O sentimento de superioridade democrática, que sustentou o *Pacto de Punto Fijo* (1958-1998), permitiu às elites dirigentes da Venezuela relegar a integração regional para segundo plano e manter uma política externa, alicerçada no petróleo e nas relações intensas com os Estados Unidos, como prioridade fundamental de sua inserção internacional. A crença

Durante a Guerra Fria, os grupos dominantes da região e dos Estados Unidos atuaram como sócios. O combate sistemático aos projetos nacionalistas e socialistas assumiu como bandeira o discurso ideológico e do interesse nacional norte-americano. (AYERBE, 2002, p.263).

No entanto, após as crises capitalistas dos anos de 1970 e 1980 e a imposição do Consenso de Washington, dos pacotes de restruturação econômica do FMI²⁶⁷ e das políticas neoliberais aos países latino-americanos, o *Pacto de Punto Fijo* entrou em colapso, demonstrando a debilidade institucional e política dos partidos tradicionais e a real função social que tais partidos cumpriram durante o período em questão. Dessa forma, as contradições de classe se acirraram e se desembocaram em uma encruzilhada política e social na Venezuela,²⁶⁸ o que possibilitou a eleição de Hugo Chávez para presidente da República no ano de 1998.

Como já assinalado no primeiro capítulo, uma vez no poder político, Chávez buscou refundar a república venezuelana e iniciar a Revolução Bolivariana, afastando-se das políticas adotadas pelos antigos partidos tradicionais e aproximando-se das camadas sociais mais pobres da população, procurando reestruturar a função do Estado, aumentando a participação popular nos processos decisórios em relação às

na eficácia de sua democracia representativa, difundida durante a Presidência de Romulo Betancourt (1959-1964), colocava a Venezuela em um patamar distinto em relação à demais nações latino-americanas, a maioria comandadas por ditadores, muitos dos quais também respaldados pelos Estados Unidos. (2014, p.98)

²⁶⁷ Segundo Santos (2007), “[...] uma vez realizados os empréstimos, as instituições financeiras passaram a monitorar periodicamente o cumprimento das metas dos programas, através de missões que avaliavam as medidas tomadas pelos países para alcançarem essas metas, bem como o cumprimento do calendário de execução [...]. Essas Reformas, em geral, ocorreram de acordo com o seguinte roteiro; a liberalização do comércio, através da redução e unificação das taxas alfandegárias; um programa de privatização das empresas estatais; a reforma tributária; a propriedade da terra e a privatização da terra cultivável; a flexibilização do mercado de trabalho; a desregulamentação do sistema bancário; a liberalização da movimentação de capital; programas de “diminuição da pobreza”; medidas de Good governance (Boa governança), que implica a “democratização” das sociedades, ou seja, a reafirmação de democracias de mercado.” (SANTOS, 2007, p. 102)

²⁶⁸ O cenário de claro afastamento entre o Estado e a sociedade civil na Venezuela se tornou evidente com a explosão do *Caracazo* em fevereiro de 1989, quando ocorreu uma revolta social provocada em virtude do rebaixamento da qualidade de vida dos venezuelanos em função da adoção das políticas neoliberais. Frente a tal contexto de deterioração social, a população saiu às ruas das grandes cidades venezuelanas para protestar, realizar saques e demonstrar o descontentamento com os rumos políticos e econômicos do país. Em resposta, o então presidente Carlos Andrés Perez convocou o Exército para reprimir as manifestações, dando início a uma violenta reposta das forças repressivas do Estado, a qual acabou por vitimar centenas de venezuelanos. Tal episódio é reconhecido como a referência para o desmantelamento da política *puntofujista* e para a recusa por parte dos venezuelanos da adoção da agenda neoliberal.

políticas públicas²⁶⁹ e instaurando uma série de programas sociais de redistribuição de renda e universalização de serviços públicos. Assim, além de tais transformações nos aspectos internos, Chávez também buscou adotar uma nova política exterior, baseada nos pressupostos do bolivarianismo,²⁷⁰ ou seja, incentivou a integração entre os países da América Latina em detrimento de uma agenda voltada preferencialmente para os EUA, que buscavam impor ao continente seu próprio projeto de integração latino-americana, a Área de Livre-comércio das Américas (ALCA).

[...] o governo Chávez passou a desenvolver uma política externa cada vez mais complexa, com objetivos globais e regionais, e sua inserção em distintos blocos de integração (ALBA, MERCOSUL, UNASUL) demonstra uma estratégia que priorizou a integração regional, a cooperação sul-sul e a tentativa de diversificação de compradores para seu petróleo. (ARCE; SILVA, 2013, p.98).

Nesse sentido, buscou-se a aproximação entre os governos venezuelano e cubano, fato que foi alvo de extrema preocupação por parte das autoridades estadunidenses. Como se sabe, desde a Revolução Cubana de 1959, a ilha representa um modelo de organização social e política que busca ser alternativo ao capitalismo de mercado adotado pelos norte-americanos, sendo que a resiliência dos cubanos e o afínco em defender a revolução fazem com que os EUA mantenham o embargo econômico contra a ilha, o qual ocorre desde 1962 e causa grandes mazelas para a população cubana.

A afinidade ideológica entre Chávez e os irmãos Castro e a pública admiração do então presidente venezuelano à revolução cubana fez com que os EUA temessem que a Venezuela acabasse se “cubanizando” – o que afetaria as relações comerciais

²⁶⁹ As características gerais do governo Chávez, assim como os programas sociais que foram adotados por seu governo e suas consequências para o povo venezuelano, são analisadas no primeiro capítulo da presente pesquisa.

²⁷⁰ Pode-se entender o bolivarianismo através do programa defendido por Bolívar durante o processo de independência da América espanhola, no durante o século XIX, em especial os aspectos que apresentam validade na conjuntura contemporânea. “É o caso de sua constância e perseverança revolucionárias, de sua compreensão da necessidade de união de todos os revolucionários para alcançar o triunfo da revolução, de sua orientação para uma independência plena e soberana, de suas advertências constantes contra o perigo por parte do expansionismo dos EUA. Torna-se precursor do anti-imperialismo, e seu programa de solidariedade latino-americana, com conteúdo revolucionário e progressista, objetiva alcançar um novo equilíbrio na balança internacional (Zeuske, 1985, p. 18-19). Em suma, o bolivarianismo se fundamenta no resgate e na continuidade do projeto de emancipação venezuelano das oligarquias político-econômicas que reproduzem a estrutura dependente, contra a subordinação do país à influência de agentes do imperialismo e a distribuição radical do poder político. Refere-se assim às condições de realização da segunda emancipação” (SEABRA, 2010, pp 211-220.)

entre os dois países –, além de recuar a possibilidade de que, utilizando os recursos provenientes da venda de petróleo, Chávez pudesse levar a Revolução Bolivariana para outros países da região (HOEVER, 2013, p.322). Essa preocupação pode ser percebida em documento secreto despachado no dia 30 de janeiro de 2006, quando a diplomacia dos EUA alerta para o aumento das relações entre Venezuela e Cuba:

As noted in REF A, the Venezuelan relationship with Cuba continues to intensify. Thousands of personnel sent by the Cuban Government are involved in the Venezuelan health sector and other BRV social missions. Cubans cooperate extensively with Venezuelan intelligence services. Cubans may also participate heavily in the BRV's efforts to naturalize foreigners and provide documentation for citizens, according to various reports from Embassy contacts. Cubans' roles in the military are less clear but probably are also less significant^{271, 272}

O documento continua demonstrando como a aproximação entre Cuba e Venezuela pode apresentar um risco para os EUA:

The impact of Cuban involvement in Venezuelan intelligence could impact U.S. interests directly. Venezuelan intelligence services are among the most hostile towards the United States in the hemisphere, but they lack the expertise that Cuban services can provide. Cuban intelligence routinely provides the BRV intelligence reports about the activities of the USG. Cuban dissemination of ideological propaganda in Venezuela is less of a threat. Chavez, the revolution's most effective proponent, still appears to be involving Cubans in public discourse and BRV projects with some discretion^{273, 274}.

²⁷¹ “Conforme observado na REF A, a relação venezuelana com Cuba continua se intensificando. Milhares de funcionários enviados pelo governo cubano estão envolvidos no setor de saúde venezuelano e em outras missões sociais do BRV. Os cubanos cooperam extensivamente com os serviços de inteligência venezuelanos. Os cubanos também podem participar fortemente dos esforços da BRV para naturalizar estrangeiros e fornecer documentação para os cidadãos, de acordo com vários relatórios dos contatos da Embaixada. O papel dos cubanos nas forças armadas é menos claro, mas provavelmente também é menos significativo.”

²⁷² Doc. Secret nº16967. *CUBA/VENEZUELA AXIS OF MISCHIEF: THE VIEW FROM CARACAS.* 30/01/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS219_a.html

²⁷³ “O impacto do envolvimento cubano na inteligência venezuelana pode afetar diretamente os interesses dos EUA. Os serviços de inteligência venezuelanos estão entre os mais hostis em relação aos Estados Unidos no hemisfério, mas não possuem a expertise que os serviços cubanos podem oferecer. A inteligência cubana rotineiramente fornece os relatórios de inteligência do BRV sobre as atividades do USG. A disseminação cubana de propaganda ideológica na Venezuela é uma ameaça menor. Chávez, o mais efetivo defensor da revolução, ainda parece estar envolvendo os cubanos em discursos públicos e projetos de BRV com alguma discrição.”

²⁷⁴ Doc. Secret nº16967. *CUBA/VENEZUELA AXIS OF MISCHIEF: THE VIEW FROM CARACAS.* 30/01/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS219_a.html

Como é possível perceber, o documento deixa claro que o envolvimento cubano na Venezuela representa um risco para os interesses dos EUA no país, uma vez que, como já colocado no decorrer da pesquisa, a Venezuela é uma das maiores exportadoras de petróleo para os EUA, que entendem que a aproximação venezuelana com Cuba é arriscada para seus interesses.

No relatório produzido para o Congresso dos EUA intitulado *Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*, a então Secretaria de Estado Condoleezza Rice em 2006 afirma que:

[...] one of the biggest problems for the United States in Latin America was is Venezuela, which she characterized as 'attempting to influence its neighbors away from democratic processes.' Secretary Rice also expressed concerns about Venezuela's relationship with Cuba, describing it as 'a particular danger to the region', and also referred to both countries as Iran's 'sidekicks' in reference to those countries' votes in the International Atomic Energy against reporting Iran to the U.N. Security Council over its uranium enrichment program. Also in February 2006 Congressional testimony, Director of National Intelligence John Negroponte expressed concern that President Chávez 'is seeking closer economic, military, and diplomatic ties with Iran and North Korea.^{275,276}

Esse receio de que a Venezuela pudesse exportar a Revolução Bolivariana para outros países pode ser percebido também no documento confidencial despachado, no dia 26 de maio de 2006, pela embaixada estadunidense em La Paz, intitulado *Deja vu – is Morales following the Chávez model?*. Aí a diplomacia dos EUA traça o *playbook* de Chávez, que estaria sendo seguido por Evo Morales na Bolívia, demonstrando o aumento da presença venezuelana e cubana na Bolívia e a assinatura de acordos bilaterais entre os países.

²⁷⁵ [...] um dos maiores problemas para os Estados Unidos na América Latina foi a Venezuela, que ela caracterizou como "tentando influenciar seus vizinhos para longe dos processos democráticos". A secretária Rice também expressou preocupações sobre a relação da Venezuela com Cuba, descrevendo-o como "um perigo particular para a região", e também se referiu a ambos os países como "parceiros" do Irã em referência aos países da Energia Atômica Internacional contra a denúncia do Irã ao Conselho de Segurança da ONU sobre seu programa de enriquecimento de urânio. Também em fevereiro de 2006, o diretor da Inteligência Nacional, John Negroponte, expressou preocupação de que o presidente Chávez "esteja buscando laços econômicos, militares e diplomáticos mais estreitos com o Irã e a Coréia do Norte".

²⁷⁶ SULLIVAN, Mark. *Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*. 2008. Congressional Research Service. Disponível em: <https://file.wikileaks.org/file/crs/RL32488.pdf>

As the Morales government hits the four month mark and further strengthens its relationships with Cuba and Venezuela, there is increasing speculation about the extent to which Morales is following the Chavista model of governance. Three Venezuelan USAID contractors working on democracy in Bolivia recently made an in-house presentation noting that many of the circumstances which led to Chavez's election in Venezuela also exist in Bolivia²⁷⁷²⁷⁸.

No documento ainda é possível perceber, segundo os EUA, quais as estratégias de Chávez que Evo Morales pretenderia utilizar na Bolívia para consolidar seu controle sobre as "estruturas democráticas" do país. Chama a atenção, pela clara contradição com o que foi demonstrado no capítulo anterior, a diplomacia estadunidense considerar que Chávez utilizava de uma "excessive democracy" que prejudica a oposição:

The USAID presentation further noted that as the relationship between Chavez and Morales deepens, darker signs are emerging that Morales is not only accepting Chavez' counsel, but that his intent is to use Chavez' playbook to further consolidate hegemonic control of Bolivia's democratic structures. The speakers listed the following political tools employed by Chavez that Morales seeks to employ in Bolivia:

- Inaugurating a Constituent Assembly, followed by a series of elections, including national elections for assembly representatives, a referendum to approve the new constitution, national elections following the Constituent Assembly, and municipal/legislative elections. The speakers referred to this as "excessive democracy" which in Venezuela only served to bankrupt the opposition.
- Removal of state financial support for opposition political parties. -- Control of the judicial branch and national electoral court, the legislative branch, and Venezuela's state-owned oil company, PDVSA.
- Use of PDVSA profits to finance government campaigns and political projects (particularly after oil prices surged). Bolivian Hydrocarbons Minister Soliz Rada confirmed that the 32 percent hike in hydrocarbons taxes on Bolivia's two largest gas fields would go to YPFB for the GOB's "special projects."

²⁷⁷ "À medida que o governo de Morales atinge a marca dos quatro meses e fortalece ainda mais suas relações com Cuba e Venezuela, há cada vez mais especulação sobre até que ponto Morales está seguindo o modelo de governo chavista. Três contratados venezuelanos da USAID que trabalham na democracia na Bolívia recentemente fizeram uma apresentação interna observando que muitas das circunstâncias que levaram à eleição de Chávez na Venezuela também existem na Bolívia."

²⁷⁸ Doc. Confidential nº 10875. *Deja vu--is Morales following the Chavez model?*? 26/05/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06LAPAZ1414_a.html

-- Construction of a state-controlled community radio network, planned for but not yet active in Bolivia. -- Large government investment in its image/public diplomacy, including anti-U.S. rhetoric²⁷⁹²⁸⁰

Ainda que o documento ressalte as particularidades bolivianas em relação à Venezuela, em linhas gerais, a diplomacia dos EUA não parece atentar para os aspectos distintos das lutas de classe resultantes da formação histórica de cada país, reduzindo a aspectos políticos a questões circunstanciais que, segundo os estadunidenses, eram similares entre Bolívia e Venezuela. Indo além, Washington se mostra desconfortável com a presença venezuelana na Bolívia.

[...] where resentment is growing regarding Venezuelan (and Cuban) influence and presence in Bolivia. According to press reports, approximately 700 Venezuelans entered Bolivia between December and March, and the numbers continue to grow"²⁸¹²⁸²

Entretanto, os EUA, da mesma forma, enviaram grandes equipes e missões da USAID, por exemplo, para outros países, com o intuito, muitas vezes, de praticar atos que visam gerar instabilidade política, como aconteceu na própria Venezuela²⁸³. Para

²⁷⁹ "A apresentação da USAID observou ainda que à medida que a relação entre Chávez e Morales se aprofunda, sinais mais sombrios estão surgindo que Morales não está apenas aceitando o conselho de Chávez, mas que sua intenção é usar o manual de Chávez para consolidar ainda mais o controle hegemônico das estruturas democráticas da Bolívia. Os palestrantes listaram as seguintes ferramentas políticas empregadas por Chávez que Morales procura empregar na Bolívia:

- Inauguração de uma Assembleia Constituinte, seguida de uma série de eleições, incluindo eleições nacionais para representantes da assembleia, um referendo para aprovar a nova constituição, eleições nacionais após a Assembleia Constituinte e eleições municipais / legislativas. Os oradores se referiram a isso como "democracia excessiva", que na Venezuela apenas serviu para levar à falência a oposição.
- Remoção do apoio financeiro do Estado aos partidos políticos da oposição. - Controle do Poder Judiciário e do Tribunal Nacional Eleitoral, do Poder Legislativo, e da estatal petroleira venezuelana PDVSA.
- Uso de lucros da PDVSA para financiar campanhas governamentais e projetos políticos (particularmente após o aumento dos preços do petróleo). O ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Soliz Rada, confirmou que o aumento de 32 por cento nos impostos de hidrocarbonetos nos dois maiores campos de gás da Bolívia iria para a YPFB para os "projetos especiais" do governo.
- Construção de uma rede de rádio comunitária controlada pelo Estado, planejada mas ainda não ativa na Bolívia. - Grande investimento do governo em sua imagem / diplomacia pública, incluindo anti-EUA. retórica."

²⁸⁰ Doc. Confidential nº 10875. *Deja vu--is Morales following the Chavez model?*? 26/05/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06LAPAZ1414_a.html

²⁸¹ "[...] onde cresce o ressentimento em relação à influência e presença venezuelana (e cubana) na Bolívia. De acordo com a imprensa, aproximadamente 700 venezuelanos entraram na Bolívia entre dezembro e março, e os números continuam a crescer."

²⁸² Doc. Confidential nº 10875. *Deja vu--is Morales following the Chavez model?*? 26/05/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06LAPAZ1414_a.html

²⁸³ A presença de instituições e ONGs vinculadas aos EUA, assim como o financiamento norte-americano para opositores ao governo Chávez como forma de gerar instabilidade política no país, é analisado no terceiro capítulo da pesquisa.

os norte-americanos, o problema é quando a Venezuela ou algum outro país faz algo semelhante, já que a proposta de integração defendida pelo governo venezuelano feria os seus interesses, uma vez que:

A América Latina será um mercado cada vez mais importante para os produtos dos Estados Unidos e permanecerá como uma fonte de recursos energéticos. O crescimento populacional, com efeitos na imigração ilegal e o tráfico de drogas representam aspectos preocupantes que justificam a manutenção do estado de alerta (AYERBE, 2002, 275).

Assim, a Política Externa venezuelana, que contemplava uma proposta de integração latino-americana baseada no bolivarianismo, representava um afastamento em relação aos planos da política externa dos EUA para a América Latina, em especial no concernente à tentativa de impor aos países da região a Área de Livre-comércio das Américas (ALCA). Tal proposta foi fortemente rechaçada pela Venezuela, que, em contrapartida, buscou se aproximar do Mercosul, realizar acordos com países centro-americanos, como Cuba, e participar não só da fundação da ALBA, da UNASUL²⁸⁴ e da Telesur,²⁸⁵ mas também de outros projetos, como a construção de uma empresa petrolífera regional, a Petrosul (que não chegou a se concretizar), e a instalação de um Banco do Sul²⁸⁶, que financiaria projetos na região e que não contaria com financiamento ou participação dos EUA.

²⁸⁴ A Unasul foi criada em 2008 com o objetivo de ser uma “instância privilegiada de diálogo político regional, que permitirá construir consensos y tender puentes de cooperación para enfrentar com mayor fortaleza los retos comunes a nuestro desarrollo” (VERGARA, 2011, p.5 apud OLIVEIRA, 2015, p.251). Marcos Antonio da Silva e Anatólio Medeiros Arce afirmam que a ALBA e a UNASUL, apesar de terem propósitos e natureza diferentes, se complementam em relação aos objetivos da diplomacia venezuelana. Enquanto a ALBA é uma instituição de viés político-ideológico, a UNASUL se mostra como o resultado de um processo de aproximação nas relações político-estratégicas estabelecidas na América do Sul. Assim, para a diplomacia venezuelana, a atuação em ambos os grupos “parece ser fundamental para o aprofundamento que o país desenvolve, embora por razões distintas. A ALBA confere a projeção do discurso anti-hegemônico e o estabelecimento de uma aliança, pelo menos no âmbito, de uma aliança antissistema, legitimando as mudanças (políticas) que o bolivarianismo tem desenvolvido. Já a UNASUL possibilita uma plataforma que supera a possibilidade de isolamento regional e, através da intensificação dos laços bilaterais, confere suporte econômico (e político) para a diversificação dos laços comerciais e organização econômica” (2013, p.107).

²⁸⁵ Estação de televisão internacional que iniciou operações em 2005 com o objetivo de oferecer um contraponto ao discurso oferecido pelos grandes conglomerados de mídia, que controlam em grande medida a circulação de informações. Mais informações sobre a Telesur: Informações obtidas no site do canal Telesur: <http://www.telesurtv.net/el-canal>

²⁸⁶ Banco do Sul foi pensado com um instrumento financeiro com o objetivo de promover a integração regional e diminuir a dependência dos países da América Latina em relação ao sistema financeiro internacional. Assim, a ideia seria que o Banco pudesse financiar projetos em setores estratégicos das economias dos países membros, assim como para auxiliar no combate à pobreza e para a atender emergências de desastres naturais. (OLIVEIRA, 2015, p.253)

No caso da Alba, esta apresentava um perfil crítico às formas de integração até então existentes e se colocou de forma contrária a criação da ALCA e sua proposta liberalizante. Dessa forma, a ALBA representava um viés político e ideológico com uma perspectiva contra hegemônica, buscando diminuir a influência dos EUA na região. No aspecto econômico, a Venezuela utilizou-se da ALBA para expandir sua diplomacia na América Latina através do petróleo com a assinaturas de diversos tratados bilaterais, aproveitando um ambiente favorável para a formação de projetos de integração críticos aos projetos dos EUA (ARCE; SILVA, 2013, p.100).

A forma como os EUA entenderam tais iniciativas de integração da América Latina pode ser encontrada no telegrama confidencial despachado, no dia 21 de março de 2005, pela embaixada dos EUA em Caracas, intitulado *Chavez goes international again*. Em tal documento é possível perceber a preocupação dos EUA com o aumento das viagens e do prestígio de Chávez no cenário internacional.

President Hugo Chávez visited Uruguay, India, Qatar and France March 1-9 establishing Ministerial-level commissions and pushing for energy and commercial cooperation. In Uruguay, he pushed regional integration. While in India, he espoused a "new socialism" and supported his idea of "multi-polar" world, [...] Throughout the trip, Chavez accused the U.S off plotting to assassinate him, and threatened to stop selling oil to U.S^{287 288}

Para a embaixada dos EUA na Venezuela, era clara a sensação de que Chávez buscava construir uma agenda de integração regional e mundial de ordem diferente da defendida pelos EUA, utilizando o petróleo para conseguir acordos comerciais para "evitar esforços futuros dos EUA para isola-lo"²⁸⁹.²⁹⁰ Dessa forma, o próprio corpo diplomático dos EUA acabava assumindo sua posição contrária ao governo Chávez e confirmado esforços para desestabilizar o governo democraticamente eleito da Venezuela.

²⁸⁷ "O Presidente Hugo Chávez visitou o Uruguai, a Índia, o Catar e a França de 1 a 9 de março, estabelecendo comissões de nível ministerial e pressionando pela energia e cooperação comercial. No Uruguai, ele impulsionou a integração regional. Enquanto na Índia, ele adotou um "novo socialismo" e apoiou sua ideia de mundo "multipolar", [...] Durante toda a viagem, Chávez acusou os EUA de conspirar para assassiná-lo e ameaçou parar de vender petróleo para os EUA."

²⁸⁸ Doc. Confidential nº 12175. *Chavez goes international again*. 21/03/2005. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS847_a.html

²⁸⁹ "[...] avoid future U.S efforts to isolate him"

²⁹⁰ Doc. Confidential nº 12175. *Chavez goes international again*. 21/03/2005. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS847_a.html

Outra iniciativa importante do governo Chávez foi a criação da Aliança Bolivariana para Povos de Nossa América (ALBA), que propunha o lema de que “uma outra América é possível” e se baseava em uma nova ordem que tinha como pressupostos a independência, a soberania e a solidariedade econômica entre os países latino-americanos. Tal iniciativa tinha como objetivo confrontar os países capitalistas centrais e o imperialismo, em especial dos EUA, para atingir uma segunda independência na região, tomando como base o ideário de Simon Bolívar de integração latino-americana, para que a América Latina se tornasse um bloco autônomo que se transformaria em um dos polos de poder de uma ordem mundial multipolar (JÁCOME, 2011).

Para concretizar esse modelo de integração regional, a Alba busca criar mecanismos para induzir vantagens cooperativas entre as nações latino-americanas que permitam compensar as assimetrias existentes entre elas. Para isso ele propôs fundos compensatórios, flexibilização da propriedade intelectual em benefício da saúde e da educação pública e proteção do mercado agrícola regional – na medida em que a agricultura se diferenciaria de um bem comum por servir principalmente à segurança alimentar dos povos (DUPAS; OLIVEIRA, 2008, p. 243).

Durante o governo Chávez, a Venezuela também se aproximou de outros países, em especial da China e da Rússia, como forma de diminuir a dependência em relação ao mercado dos EUA, o que deixou evidente a disputa intercapitalista existente na região. Tais medidas eram contrárias à política externa dos EUA, pois, de certa forma, desenhavam um projeto de América Latina com mais dependência interna e com maior participação no mercado mundial, uma vez que as nações atuariam como um bloco, o que propiciaria uma maior margem de negociação aos países latino-americanos. Portanto, a presença de Chávez no poder representou uma mudança na posição do Estado venezuelano em relação à política externa, mudança esta que não atendia aos ditames dos EUA.

Nesse sentido, a própria ação da Venezuela enquanto membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)²⁹¹ também causou grande desconforto

²⁹¹ A Organização dos Países Exportadores de Petróleo foi “reativada” durante a II Cúpula de Chefes de Estado da OPEP, ocorrida em setembro de 2000, ocasião em que o então presidente venezuelano Hugo Chávez, promoveu a valorização dos preços do petróleo no mercado internacional, dando novo ânimo à Organização. Os objetivos da cúpula realizada em 2000 eram: 1. Restabelecer o diálogo entre Venezuela e os outros membros da OPEP; 2. Recuperar a credibilidade da Venezuela na OPEP; 3. Fortalecer a OPEP; 4. Defender os preços do petróleo; 5. Reassumir uma posição de liderança na

no governo estadunidense, uma vez que a organização “busca criar preços favoráveis do petróleo para seus membros, atribuindo quotas de produção a seus países-membros, limitando globalmente o suprimento de petróleo cru disponível no mercado mundial”²⁹²,²⁹³

Ou seja, a organização da OPEP, no sentido de controlar o fluxo de petróleo no mercado internacional e o preço da mercadoria, mostrou-se extremamente prejudicial para os EUA, que são os maiores compradores de petróleo do mundo. Assim, para justificar a sua ingerência e oposição à OPEP, os EUA responsabilizam países com problemas políticos pelo aumento do preço, uma vez que utilizam dos recursos do petróleo para dar continuidade a uma política nacionalista, populista e assistencialista. Dessa forma, se os países apresentam governos que não conseguem manter o regime democrático em seus territórios, tais governos devem ser substituídos por outras forças políticas que se aproximam do modelo político defendido por Washington.

The concern the Market has shown regarding supply disruption has been borne out by events. Political unrest and strikes have disrupted oil exports from both Nigeria and Venezuela²⁹⁴,²⁹⁵

Pela passagem do documento elaborado para o Congresso dos EUA, é possível perceber que existe a naturalização da ideia de mercado, que estaria mostrando preocupação com o fornecimento de petróleo. Tal operação tem como objetivo escamotear quem são os verdadeiros interessados no comércio mundial de petróleo, isto é, as grandes empresas transnacionais e o próprio governo dos EUA, que dependem da oferta externa para suprir suas necessidades produtivas. Portanto,

OPEP; 6. Consolidar as relações entre Venezuela e o mundo árabe e islâmico”. Segundo Gregory Wilpert, a consolidação da posição atual da OPEP é um indicativo de que esses objetivos foram alcançados em boa medida (WILPERT apud SEABRA, 2012, p. 126).

²⁹² “[...] seeks to create favorable oil prices for its member by assigning production quotas to its member nations with the global of limiting the supply of crude oil available on the world Market”.

²⁹³ PIROG, Robert L. *World oil demand and the effect on oil prices* – Congressional Research Service, 2005, p.13. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_World_Oil_Demand_and_the_Effect_on_Oil_Prices,_June_9,_2005

²⁹⁴ “A preocupação que o mercado demonstrou em relação à interrupção do fornecimento foi confirmada pelos acontecimentos. Agitação política e greves afetaram as exportações de petróleo da Nigéria e da Venezuela.”

²⁹⁵ PIROG, Robert L. *World oil demand and the effect on oil prices* – Congressional Research Service, 2005, p.17. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_World_Oil_Demand_and_the_Effect_on_Oil_Prices,_June_9,_2005

ao naturalizar a ideia de mercado, não se toca na contradição de interesses existente entre os países produtores e os compradores, uma vez que quem demonstra preocupação é uma categoria abstrata, o mercado – em tese neutro e apolítico –, que, segundo a doutrina liberal, é regido pela lei natural da oferta e da procura.

Podemos também citar as próprias características pessoais de Chávez como uma das razões pelas quais Washington apresentou oposição ao governo venezuelano, uma vez que, ao adotar um discurso claramente contrário aos EUA e investir em países da região, Chávez tornou-se uma liderança incontestada na América Latina, o que, segundo os EUA, poderia ser um exemplo negativo para outros países. Nesse sentido, de acordo com os telegramas despachados da embaixada dos EUA em Caracas e em outros países da região, assim como os relatórios do Congresso dos EUA, foi possível perceber como as políticas adotadas por Chávez foram entendidas pelos estadunidenses e como tais medidas prejudicavam os interesses comerciais dos EUA na Venezuela e na América Latina.

4.1 - Projetos de integração

Como a Venezuela é um país que possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo e é um dos principais fornecedores de petróleo para os EUA, a situação política do país é acompanhada com atenção por parte das agências governamentais norte-americanas, sendo considerado um país estratégico.

[...] Venezuela has the second largest amount of proven oil reserves in the hemisphere, almost 87 billion barrels, but this does not include as much as 270 billion barrels of extra-heavy and bitumen deposits from the Orinoco belt. If these deposits became recoverable, Venezuela's proven reserves would exceed those of Saudi Arabia. The United States is the top oil consumer in the world, consuming some 20.7 millions barrels of oil per day (mbd) in 2006, according to Department of Energy statistics, with net oil imports accounting for 12.3 mbd or almost 60% of the total.²⁹⁶.²⁹⁷

²⁹⁶ “[...] A Venezuela tem a segunda maior quantidade de reservas comprovadas de petróleo no hemisfério, quase 87 bilhões de barris, mas isso não inclui tanto quanto 270 bilhões de barris de depósitos extrapesados e de betume do cinturão do Orinoco. Se esses depósitos se recuperassem, as reservas comprovadas da Venezuela excederiam as da Arábia Saudita. Os Estados Unidos são o maior consumidor de petróleo do mundo, consumindo cerca de 20,7 milhões de barris de petróleo por dia (mbd) em 2006, segundo estatísticas do Departamento de Energia, com importações líquidas de petróleo respondendo por 12,3 mbd ou quase 60% do total.”

²⁹⁷ SULLIVAN, Mark P; RIBANDO, Clare M.; RUSH, Rebecca G. *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S. Policy Approaches* – Congressional Research Service. Disponível em:

Dessa forma, os EUA sempre entenderam a Venezuela como uma fonte de recursos naturais confiável, em especial pela proximidade existente entre os dois governos durante o período da Guerra Fria, quando

[...] en materia de democracia Venezuela se llegó a señalar como baluarte en el continente, al menos hasta 1998 ambos países coincidían con relación al sistema democrático que debía prevalecer en Venezuela y en el hemisferio y por tanto se apoyaban en la promoción de esta democracia hacia Centroamérica y el Caribe (TORRES, 2011, p.17).

No entanto, com a vitória de Chávez nas eleições presidenciais de 1998, a política referente ao petróleo na Venezuela mudou, em especial no que diz respeito à política externa do país, que passou a buscar uma maior diversidade comercial e ampliar o mercado para a venda de seus recursos naturais, aumentando os gastos do Estado com programas sociais e reivindicando o controle da PDVSA para financiar as políticas públicas do governo²⁹⁸. Assim, entre “[...] 1999 y 2003 el promedio de gasto anual de PDVSA en programas sociales fue de U\$ 48 millones. Em 2004, fue de U\$ 1,7 billones y em 2005 de U\$ 2,4 billones.” (TORRES, 2011, p.25)

A explicação que relaciona o aumento do preço do petróleo ao surgimento de regimes políticos nacionalistas que são contrários ao neoliberalismo defendido pelos EUA, destaca-se no documento *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S Policy Approaches*.

High oil prices have spurred the rise of resource nationalism in several Latin American countries, which has raised concerns about access to

https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Energy_Supply,_Political_Developments,_and_U.S._Policy_Approaches,_April_23,_2008

²⁹⁸ Fernando Sérgio Damasceno oferece uma interpretação diferente da apresentada nesta pesquisa, como já apresentada no segundo capítulo. Para o autor, a política petroleira de Chávez se caracteriza por colocar em prática o neoliberalismo no país. Para tal, Chávez utilizou de seu caráter personalista, carismático e de forte retórica anti-imperialista e nacionalista para controlar e cooptar os trabalhadores organizados, que lutavam (e lutam) contra o neoliberalismo para colocá-lo em prática. A argumentação do autor parte da análise do plano “Siembra petrolera” de 2005 quando Chávez define os seis eixos programáticos da política petroleira pelos próximos 25 anos. Nesse sentido, para o autor, até mesmo a política de integração latino-americana de Chávez faz parte de seu projeto neoliberal, uma vez que: “Assim, por trás de um discurso de integração entre os povos latinos, o que poderia ser uma política positiva, esconde-se em um financiamento através da PDVSA para uma obra de forte envergadura, uma vez que as grandes multinacionais estão fugindo dessa tarefa, pois bem sabem que o petróleo está por esgotar em um prazo de 20 a 40 anos e não pretendem investir seus capitais em algo que logo será sucata” (DAMASCENO, 2015, p.63).

energy resources and political interference with the level of energy production and investments in the region²⁹⁹³⁰⁰

Para os EUA, a alta do preço do petróleo tornou possível o aparecimento na América Latina de governos populistas que podem atrapalhar as empresas estrangeiras que querem investir na região ou, ainda, governos que podem fazer uso político de seus recursos naturais para colocar em prática programas sociais ou até mesmo para interferir nos preços cobrados no mercado internacional de *commodities*. Tal análise faz menção ao governo Chávez, que é considerado populista³⁰¹ pelos estadunidenses.

The populist government of Hugo Chávez in oil-rich Venezuela has asserted firmer state control over the state-run oil company, Petroleos de Venezuela (PDVSA), steering more of its proceeds to fund the government's infrastructure projects and social programs and asserting government control over foreign investments in the petroleum sector in Venezuela³⁰²³⁰³

O fato de Chávez ter aumentado o controle sobre a estatal venezuelana, possibilitando uma maior obtenção de recursos, tornando possível financiar programas sociais, que notavelmente melhoraram a qualidade de vida dos venezuelanos, foi visto pelos EUA como medidas populistas que inviabilizam a adoção de um regime de livre mercado no país, base do modelo hegemonic

²⁹⁹ “Os altos preços do petróleo estimularam o aumento do nacionalismo de recursos em vários países da América Latina, o que levantou preocupações sobre o acesso a recursos energéticos e a interferência política no nível de produção de energia e investimentos na região.”

³⁰⁰ SULLIVAN, Mark; RIBANDO, Clare, RUSH, Rebecca. *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S Policy Approaches* – Congressional Research Service, 2009. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Energy_Supply,_Political_Developments,_and_U.S._Policy_Approaches,_April_23,_2008

³⁰¹ O fato de Chávez ser considerado populista pode ser verificado também nos discursos da oposição venezuelana. Tal conceito remonta faz referência, em grande medida, a um líder carismático que controla as massas utilizando de programas assistencialistas. Tal definição é alvo de grande controvérsia nas dentro das Ciências Sociais; no entanto, é comumente atribuído de forma negativa, como um político que engana o povo. Para maiores esclarecimentos acerca do conceito e sua relação com Chávez ver: SALGADO, Tiago Santos. A Folha de S. Paulo e o Governo Hugo Chavez (2002 – 2005). Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

³⁰² “O governo populista de Hugo Chávez na Venezuela, rica em petróleo, garantiu um controle estatal mais firme sobre a estatal petrolífera, a Petroleos de Venezuela (PDVSA), direcionando mais recursos para financiar projetos de infra-estrutura e programas sociais do governo e afirmar o governo controle sobre investimentos estrangeiros no setor de petróleo na Venezuela.”

³⁰³ RL 33693 – SULLIVA, Mark; RIBANDO, Clare, RUSH, Rebecca. *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S Policy Approaches* – Congressional Research Service, 2009. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Energy_Supply,_Political_Developments,_and_U.S._Policy_Approaches,_April_23,_2008

imperialista adotado pelos EUA e da tentativa de construção da Área de Livre-comércio das Américas (ALCA), projeto econômico da diplomacia estadunidense para a América Latina.

The Free Trade Area of the Americas is a regional trade proposal among 34 nations of the Western Hemisphere that would promote economic integration by creating, as originally conceived, a comprehensive (presumably WTO-plus) frame work for reducing tariff and nontariff barriers to trade and investment.³⁰⁴³⁰⁵

De acordo com os EUA, a concretização da ALCA seria a melhor forma para que os países da América Latina atingissem o desenvolvimento, ou seja, seria necessário que estes abrissem seus mercados para investimento estrangeiro direto e diminuíssem as funções do Estado na economia, entregando para a iniciativa privada os serviços públicos básicos, como saúde, educação e transporte. Portanto, os EUA defendem “a garantia total para a livre circulação de bens, serviços e capitais” como proposta para dinamizar as economias dos países latino-americanos, sendo que o projeto da ALCA é baseado em três pilares: o comercial, que defende a criação de uma área de livre-comércio e o fim das barreiras alfandegárias; a dívida externa, que prevê novos empréstimos para os países da América Latina, desde que estes cumpram com os ajustes estruturais impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial; e o de investimento, que indica a necessidade da criação de um fundo de investimento para a América Latina financiado pelo Banco Mundial e pelo BID. (SANTOS, 2007, p.146).

No entanto, uma leitura atenta do projeto da ALCA permite perceber que tal plano tem como objetivo uma integração que visa à

[...] institucionalização de regras comuns para temas como serviços, investimento, compras governamentais, propriedade intelectual, etc. Nota-se que a liberalização proposta pelos norte-americanos possui uma série de ressalvas e exceções que preservam os instrumentos de defesa comercial dos EUA como sua legislação antidumping e sua

³⁰⁴ “A Área de Livre Comércio das Américas era uma proposta comercial regional entre 34 nações do Hemisfério Ocidental que promoveria a integração econômica mediante a criação, como originalmente concebido, de um abrangente trabalho (presumivelmente OMC-plus) para reduzir as barreiras tarifárias e não-tarfárias ao comércio e investimento.”

³⁰⁵ RL31726 - SULLIVAN, Mark P; HORNBECH, J.F.; RIBANDO, Clare; STORRS, K. Larry, TAFT-MORALES, Maureen; VEILLETTE, Connie. *Latin America and the Caribbean: Issues for the 108th Congress* – Congressional Research Service – 2004, p.14. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America_and_the_Caribbean:_Issues_for_the_108th_Congress,_December_20,_2004

política de proteção à agricultura. Ao mesmo tempo, as negociações não incluem temas como a unificação monetária e criação de um banco central comum, programas de financiamento para países e regiões mais atrasadas e a livre circulação de trabalhadores (BATISTA, 2002 apud SANTOS, 2007, p.147).

Visando defender os interesses dos estadunidenses em detrimento do desenvolvimento dos países latino-americanos, os Estados Unidos propõem o Plano de Integração das Américas. Como os EUA são os maiores exportadores de serviços do mundo, a grande pretensão era incluir a liberalização completa de todo tipo de serviço, além de fornecer garantias legais para investidores externos, restringindo, assim, a possibilidade de governos atuarem na área de serviços. A ALCA também buscava evitar que governos pudessem dar tratamentos preferenciais a empresas nacionais, negando aos países da região “a possibilidade de utilizarem instrumentos de política econômica que os próprios norte-americanos e os demais países centrais usaram durante seus respectivos processos de desenvolvimento” (SANTOS, 2007, p.149).

Diante de tal projeto, alguns projetos integracionistas surgiram na América Latina na esteira do aumento de governos progressistas no continente, que entendiam a ALCA como um modelo contrário aos interesses nacionais dos países latino-americanos. Projetos como o Mercosul passaram a ser incentivados, o que fez com que esse passasse a ser entendidos pelos EUA como um impedimento para a implementação de seu projeto de área de livre-comércio.

In particular, the U.S vision for hemispheric integration, the Free Trade Area of the Americas (FTAA), has stalled largely because of opposition from within Mercosur, which in turn has focused on its own, albeit, limited, expansion³⁰⁶.³⁰⁷

Nesse contexto, a posição da Venezuela, com o governo Chávez, mostrou-se uma das mais contundentes em relação à defesa de um projeto de integração regional

³⁰⁶ “Em particular, a visão dos EUA para a integração hemisférica, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), estagnou em grande parte por causa da oposição do Mercosul, que por sua vez se concentrou em sua própria expansão, ainda que limitada.”

³⁰⁷ RL33620. HORNBECK, J.F.. *Mercosur: Evolution and implications for U.S Trade Policy – Congressional Research Service*, 2008, p.1. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Mercosur:_Evolution_and_Implications_for_U.S._Trade_Policy,_March_26,_2008

alternativo à ALCA, projeto este que seria baseado no bolivarianismo, que pretende uma integração regional entre os países da América do Sul; assim, nasce a ALBA.³⁰⁸

La creación de la Alianza Bolivariana para las Américas (ALBA), y su firme consolidación, ha logrado enterrar los esfuerzos de Washington de imponer el Acuerdo de Libre Comercio de las Américas (ALCA) en la región. Otras iniciativas, como la Unión de América del Sur (UNASUR), el Banco del Sur, Petrocaribe y Telesur, están impulsando la cooperación Sur-Sur, y ayudando a romper las cadenas imperiales que han mantenido estos pueblos en la miseria y la esclavitud económica y cultural durante siglos (ALLARD; GOLINGER, 2009, p.12).

Assim, tais iniciativas foram utilizadas por Chávez para proteger, no âmbito internacional, seu governo dos ataques da oposição interna (apoiada pelos EUA) e para defender uma maior integração entre os países da América Latina, com a assinatura de diversos tratados de comércio e cooperação com países do continente. Tal fato foi entendido pela diplomacia estadunidense como uma afronta ao projeto liberal defendido por Washington, pois, além de propor uma integração que fere a hegemonia dos EUA na América Latina, a Venezuela se aproximou de Cuba e passou, por meio dos recursos provenientes do petróleo, a financiar projeto em outros países e a se aproximar do Mercosul.

As U.S-Venezuelan relationship have deteriorated over the past several years, the Chávez government has focused in its relationship with Latin America and its activities in the region in part as a means of countering the United States and U.S interests and influence in the hemisphere^{309 310}

Mas, na lógica norte-americana, dentre os principais pontos da política chavista após a vitória no referendo revocatório de 2004 a merecer atenção era exatamente a concernente á política externa. Em telegrama confidencial, despachado da embaixada

³⁰⁸ Gilberto Dupas e Marcelo Fernandes de Oliveira colocam que: “[...] Chávez cumpriu um papel relevante na implosão da Alca. Com Bolívia, Cuba e Nicaraguá a Venezuela celebrou a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba) – apresentada por Chávez como uma manifestação histórica das forças progressistas da Venezuela e seus parceiros para demonstrar que ‘outra América é possível’” (2008, p. 243).

³⁰⁹“Como as relações entre os EUA e a Venezuela se deterioraram nos últimos anos, o governo Chávez concentrou-se em sua relação com a América Latina e suas atividades na região, em parte como um meio de combater os interesses e influência dos Estados Unidos e dos EUA no hemisfério.”

³¹⁰SULIVAN, Mark. *Venezuela: Political Conditions and U.S. Policy*. 10/10/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Venezuela:_Political_Conditions_and_U.S._Policy,_October_10,_2008

estadunidense em Caracas, intitulado *Chavez looking inside and out*, o corpo diplomático norte-americano na Venezuela³¹¹ destaca sobre a política externa:

Feeling drenched in legitimacy from the referendum win, Chávez will continue to reach out personally to countries that might be sympathetic to his anti U.S rhetoric (China, Spain, Libya, etc.). He will push regional integration efforts such as Mercosur that might challenge U.S interests. He also seems to disposed to use his oil muscle to influence smaller countries, geo-politically unimportant but with votes in the OAS and other international organizations^{312, 313}

Portanto, o plano de Chávez de tentar uma integração regional não era de interesse dos EUA, assim como a tentativa de construir uma nova ordem mundial como parte da Revolução Bolivariana. Para Chávez, a concentração de todo o poder geopolítico em uma superpotência não era a situação ideal para o desenvolvimento das nações, sendo necessária a construção de um mundo multipolar. Daí a aproximação da Venezuela com países como a China e a Rússia, por exemplo.

Internationally, Chávez has returned to his “multi-polar world theme as rhetorical defense against the perceived dominance of the United States. [...] Since the regional elections, Chavez has visited Brazil, Colombia, the Dominican Republic and Cuba. He also recently received a state visit from Paraguayan president Nicanor Durte. He is currently on a trip to Spain, Libya, Russia, Iran, and Qatar. Chavez plans to visit China in December. In addition, newly-appointed Foreign Minister Ali Rodrigues told reporters in Spain November 21 that GOV will push for the “democratization” of international organizations such as the UN and OAS.^{314, 315}

³¹¹ O Referendo revocatório, convocado pela oposição com o intuito de interromper o governo de Chávez no ano de 2004 foi vencido pelo então presidente com 58,21% dos votos, sendo uma das maiores vitórias dos chavistas contra as tentativas de oposição de reassumir o poder político no país.

³¹² “Sentindo-se encharcado de legitimidade da vitória do referendo, Chávez continuará a buscar pessoalmente países que possam ser simpáticos à sua retórica contra os EUA (China, Espanha, Líbia, etc.). Ele vai impulsionar os esforços de integração regional, como o Mercosul, que possam desafiar os interesses dos EUA. Ele também parece disposto a usar seu músculo do petróleo para influenciar países menores, geopolíticos sem importância, mas com votos na OEA e em outras organizações internacionais.”

³¹³ Doc. Confidential nº6514. *Chavez looking inside and out*. 23/11/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3622_a.html

³¹⁴ “Internacionalmente, Chávez retornou ao seu “tema multipolar do mundo como defesa retórica contra o domínio percebido dos Estados Unidos. [...] Desde as eleições regionais, Chávez visitou o Brasil, a Colômbia, a República Dominicana e Cuba. Ele também recebeu recentemente uma visita de estado do presidente paraguaio Nicanor Durte. Ele está atualmente em uma viagem à Espanha, Líbia, Rússia, Irã e Catar. Chávez planeja visitar a China em dezembro. Além disso, o novo ministro das Relações Exteriores, Ali Rodrigues, disse a repórteres na Espanha em 21 de novembro que o GOV vai pressionar pela “democratização” de organizações internacionais como a ONU e a OEA.”

³¹⁵ Doc. Confidential nº6514. *Chavez looking inside and out*. 23/11/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3622_a.html

A preocupação que a agenda internacional de Chávez causava ao governo norte-americano, em especial no que diz respeito à diversificação dos parceiros econômicos do país como forma de diminuir a dependência venezuelana em relação ao mercado estadunidense e, até mesmo, como uma tentativa de incentivar uma nova ordem mundial. Chama a atenção também no documento a relativização que os EUA faziam da intenção venezuelana de “democratizar” as organizações internacionais. Tal postura pode ser entendida por meio do fato de os EUA considerarem válido apenas o modelo de democracia representativa liberal; já Chávez, por outro lado, desde sua eleição, defendia a instauração de uma democracia participativa. Daí deriva a preocupação com a intenção venezuelana de defender uma democratização das organizações internacionais, uma vez que tal fato iria contra os interesses dos EUA, que detêm clara influência em organizações internacionais, por exemplo, o FMI.

Assim, também no que diz respeito à política externa, Venezuela e EUA buscavam projetos distintos. Essa diferença tem natureza na própria concepção de integração defendida por esses países: enquanto os EUA defendem uma integração comercial que beneficie seus negócios na região, a Venezuela busca uma integração regional com a intenção de promover uma maior independência dos países latino-americanos frente às imposições dos países capitalistas centrais. Para tal, a Venezuela buscou financiar projetos em outros países da região, assim como incentivou acordos comerciais com os membros do Mercosul e a criação de organizações regionais sem a participação dos EUA. Essas medidas foram denominadas pelos EUA a “Diplomacia do Petróleo venezuelana”, que, para Washington, pautou a política externa chavista durante o período estudado.

President Chavez has used so-called “oil diplomacy” to provide oil to Latin American and Caribbean nations on preferential terms, and there has been some U.S concern that Venezuela is using these programs to increase its influence in the region.³¹⁶³¹⁷

³¹⁶ “O presidente Chávez usou a chamada “diplomacia do petróleo” para fornecer petróleo a países da América Latina e do Caribe em termos preferenciais, e tem havido alguma preocupação dos EUA de que a Venezuela esteja usando esses programas para aumentar sua influência na região.”

³¹⁷ SULLIVAN, Mark; RIBANDO, Clare, RUSH, Rebecca. *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S Policy Approaches* – Congressional Research Service, 2009. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Energy_Supply,_Political_Developments,_and_U.S._Policy_Approaches,_April_23,_2008

4.2 - A Diplomacia do Petróleo

A intitulada “Diplomacia do Petróleo” do governo Hugo Chávez é definida pelo governo dos EUA como uma maneira “a prover petróleo para a América Latina e os países do Caribe com tarifas preferenciais”³¹⁸,³¹⁹ a fim de aumentar a influência venezuelana na região, sendo tal fato motivo de muita preocupação. Os motivos alegados por Washington para se opor à política venezuelana para a América Latina são vários e vão desde a defesa da democracia e o respeito aos direitos humanos até o combate ao narcotráfico. No entanto, a análise imanente da documentação nos permite concluir que tal estranhamento se dá devido ao potencial dano econômico que os EUA poderiam sofrer em caso de maior integração entre os países da região, em especial no que diz respeito à livre circulação de mercadorias e à venda de serviços e, ainda mais importante, à necessidade de se ter acesso ao petróleo e outros recursos naturais da região (ANDERSON, 2015, p.67).

Assim, a ascensão de um governo com um discurso antiamericano em um país que conta com as maiores reservas de petróleo do mundo foi entendida pelos EUA como uma séria ameaça à sua hegemonia na América Latina. Para a diplomacia estadunidense, a Venezuela seria um foco de instabilidade política na região que poderia atrapalhar os investimentos estrangeiros e acabar por influenciar outros países a adotarem planos de governos similares aos adotados por Chávez, ou seja, uma maior participação do Estado na gestão dos recursos naturais, a criação de programas de distribuição de renda e de assistência básica, o incentivo ao mercado interno e à industrialização nacional e a diversificação nas relações comerciais no âmbito global.

Tais questões são importantes por diversas razões. Em primeiro lugar, devemos levar em consideração a própria natureza da dominação dos EUA na América Latina, o que tem como base aspectos morais e políticos, sendo os EUA o grande modelo que deveria ser seguido pelos demais países (ANDRESON, 2015). Ainda assim, o fato principal a ser colocado é a possibilidade de que o aumento da influência venezuelana pudesse prejudicar os interesses dos EUA, em especial a

³¹⁸ “[...] to provide oil to Latin American and Caribbean nations on preferential terms

³¹⁹SULLIVAN, Mark P; RIBANDO, Clare M.; RUSH, Rebecca G.. *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S Policy Approaches* – Congressional Research Service, p.14. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Energy_Supply,_Political_Developments,_and_U.S._Policy_Approaches,_April_23,_2008

implementação da ALCA, já que a Venezuela buscou, por exemplo, assinar acordos comerciais com vários países da região.

In a program known as PetroCaribe launched in 2005, Venezuela is providing oil to a number of Caribbean Basin nations on preferential terms, and there has been some U.S concern that these programs could increase Venezuela's influence in the region. [...] In the United States, Venezuela has provided subsidized oil through Citgo's subsidiary of PdVSA, to low-income families in 23 states plus the District of Columbia.^{320,321}

A política adotada por Chávez também acabou por causar descontentamento no governo dos EUA ao defender a maior participação do Estado na economia, com a intenção de aumentar a arrecadação em torno da exploração do petróleo para financiar os programas sociais. Frente a tal política, muitas empresas estrangeiras se viram prejudicadas, uma vez que o governo venezuelano aumentou a cobrança de *royalties* para a exploração dos recursos naturais.

The Chávez government has benefitted from the rise in world oil prices, which has increased government revenues and sparked an economic boom. As a result, Chávez has been able to increase government expenditures on anti-poverty and other social programs associated with his populist agenda. On April 15, 2008, the government approved a measure that would tax foreign oil companies 50% when crude oil reaches \$70 a barrel; the tax would raise to 60% when oil exceeded \$100.^{322,323}

³²⁰ "Em um programa conhecido como PetroCaribe, lançado em 2005, a Venezuela está fornecendo petróleo para um número de países da Bacia do Caribe em termos preferenciais, e tem havido alguma preocupação dos EUA de que esses programas possam aumentar a influência da Venezuela na região. [...] Nos Estados Unidos, a Venezuela forneceu petróleo subsidiado pela subsidiária Citgo da PdVSA para famílias de baixa renda em 23 estados, além do Distrito de Columbia."

³²¹ SULLIVAN, Mark P; RIBANDO, Clare M.; RUSH, Rebecca G.. *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S Policy Approaches* – Congressional Research Service, p.14. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Energy_Supply,_Political_Developments,_and_U.S._Policy_Approaches,_April_23,_2008.

³²² "O governo de Chávez se beneficiou do aumento dos preços mundiais do petróleo, que aumentou as receitas do governo e provocou um boom econômico. Como resultado, Chávez conseguiu aumentar os gastos do governo com a luta contra a pobreza e outros programas sociais associados à sua agenda populista. Em 15 de abril de 2008, o governo aprovou uma medida que taxaria as empresas petrolíferas estrangeiras em 50% quando o petróleo atingisse US \$ 70 o barril; o imposto aumentaria para 60% quando o petróleo excedesse US \$ 100."

³²³ SULLIVAN, Mark P; RIBANDO, Clare M.; RUSH, Rebecca G.. *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S Policy Approaches* – Congressional Research Service, p.07. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Energy_Supply,_Political_Developments,_and_U.S._Policy_Approaches,_April_23,_2008.

Assim, o aumento da cobrança dos *royalties* por parte do governo venezuelano para financiar os projetos de política pública no país foram vistos pelos EUA como altamente prejudiciais, uma vez que inviabilizavam o investimento estrangeiro, já que as empresas teriam suas margens de lucro diminuídas. A oposição ao aumento das funções do Estado na Venezuela relaciona-se com o projeto liberal que os EUA defendem para a América Latina, ou seja, quanto menor a presença do Estado, melhor para as empresas transnacionais, que poderiam explorar os recursos naturais e conseguir potencializar os seus ganhos com uma taxação ínfima.

Assim, o temor estadunidense de que a Venezuela poderia se tornar um exemplo para outros países da América Latina fica evidente no documento secreto despachado pela embaixada dos EUA em Assunção, no Paraguai, em 27 de setembro de 2005, intitulado *Paraguay and Venezuela: More on Chavez activities in the region*, o qual demonstra a preocupação dos EUA com uma suposta ingerência de Cuba e da Venezuela no cenário político paraguaio.

Sensitive reporting indicates that Venezuelan and Cuban officials are systematically organizing activities of leftist organization in Paraguay. For example, on July 12 the Cuban embassy in Asuncion sponsored a public rally on “terrorism and the struggle for peace”. The Cuban ambassador and a representative of the Venezuelan embassy attended the rally. The main themes of the rally were “U.S imperialism” and “USG responsibility for the Operation Condor”. [...] There are similar reports that the GOV seeks to invest money to reactivate several idle vegetable oil factories in Paraguay, with an eye toward creating Jobs and eventually transferring ownership to the factories employees.^{324, 325}

Para o governo dos EUA, o fato de Venezuela e Cuba estarem, supostamente, financiando e treinando grupos de esquerda no Paraguai faz parte de uma campanha para macular a imagem dos EUA na região, através de informações consideradas falsas pela diplomacia estadunidense.

³²⁴ “Um relatório sensível indica que as autoridades venezuelanas e cubanas organizam sistematicamente atividades de organização de esquerda no Paraguai. Por exemplo, em 12 de julho, a embaixada cubana em Assunção patrocinou uma manifestação pública sobre “o terrorismo e a luta pela paz”. O embaixador cubano e um representante da embaixada venezuelana compareceram ao comício. Os principais temas da manifestação foram o “imperialismo dos EUA” e a “responsabilidade da USG pela Operação Condor”. [...] Há relatos parecidos de que o GOV busca investir dinheiro para reativar várias fábricas de óleos vegetais ociosos no Paraguai, com o objetivo de criar empregos e eventualmente transferir a propriedade para os empregados das fábricas.”

³²⁵ Doc. Secret nº11059. *Paraguay and Venezuela: More on Chavez activities in the region*. 27/09/2005. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05ASUNCION1222_a.html

It is unlikely that a misinformation campaign with such a consistent message would emerge spontaneously from such a wide range of sources. It is clear that someone is orchestrating it.³²⁶³²⁷

O fato dos EUA terem aumentado sua presença militar na América Latina com a assinatura de acordos militares com a Colômbia e o Panamá, além da reativação, em 2008, da Quarta Frota Armada (ALLARD; GOLINGER, 2009, p.14), levou o governo venezuelano a questionar a necessidade e os objetivos dos EUA com tais medidas, levantando a hipótese de uma possível tentativa de invasão militar ao território da Venezuela. No entanto, mesmo com os indícios levantados, a presença militar norte-americana na América Latina, questionada por Chávez, é tida como uma mentira, uma forma de ferir a imagem dos EUA em países que apresentam contextos sociais que facilitariam a inserção do discurso antiamericano de Chávez.

A presença da Venezuela no Paraguai também é tema central de um telegrama secreto – despachado pela embaixada dos EUA em Assunção, no dia 19 de junho de 2007 –, intitulado *Paraguay: Venezuelan foreign aid activities*³²⁸, no qual se coloca que a Venezuela busca subverter, por meio de investimentos nos países da região, o governo em questão, visando que estes se aproximem da agenda defendida por Chávez. Nesse sentido, segundo o documento da embaixada norte-americana, a Venezuela ofereceu um financiamento de U\$ 600 milhões de dólares para modernizar a Petróleos Paraguayos (Petropar) e auxiliar na extração de gás do território paraguaio. O telegrama também chama a atenção para a presença da Venezuela e de Cuba em programas de assistências sociais no Paraguai, como a *Operação Milagre*, uma proposta do governo venezuelano e cubano para oferecer cirurgias oftalmológicas para aqueles que não possuem condições de pagar um tratamento particular; para isso, os dois países cediam as passagens aéreas para paraguaios pobres irem até Cuba. Outro aspecto que chama a atenção da diplomacia dos EUA é o oferecimento, por parte de Cuba, de bolsas de estudos para paraguaios estudarem medicina na ilha.

³²⁶ “É improvável que uma campanha de desinformação com uma mensagem tão consistente possa emergir espontaneamente de uma ampla gama de fontes. É claro que o alguém está orquestrando.”

³²⁷ Doc. Secret nº11059. *Paraguay and Venezuela: More on Chavez activities in the region*. 27/09/2005. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05ASUNCION1222_a.html

³²⁸ Doc. Secret nº8317. *Paraguay: Venezuelan foreign aid activities*. 19/06/2007. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07ASUNCION511_a.html

Cuba provides scholarships for poor Paraguayans, in hundreds, to study to become doctors in Cuba. Upon return, however, they have encountered difficult establishing the education they received meets Paraguayan's standards to practice medicine³²⁹.³³⁰

O documento refere-se ainda a uma suposta tentativa do governo venezuelano de interferência direta no processo eleitoral paraguaio e na formação de líderes políticos alinhados com o projeto bolivariano. No caso, membros da embaixada venezuelana teriam oferecido assistência política e financiamento para a campanha do então candidato à presidência Fernando Lugo,³³¹ como uma tentativa de aumentar a influência do chavismo na América do Sul.

Many Paraguayan leaders (both from the opposition and the ruling Colorado Party) are suspicious of Chavez's motives and voice concern about his "interference into internal politics." The Venezuelan agreement with Bolivia to strengthen Bolivia's military fed concerns. At the same, President Duarte, has tilted leftward in his rhetoric and applauded Chavez' vision over the last three months. He is seeking to fend off the challenge posed to Colorado control of the government in the 2008 election by leftist priest Fernando Lugo who is leading the polls. While Lugo's campaign evinces little evidence of significant funding, it has been alleged that he has been offered assistance by the Venezuela Embassy on orders from Chavez and has signaled interest in receiving funds. Several small (mostly student or social interest-based) groups in Paraguay receive financial and material support from Venezuela but presently register little influence on the political scene; local municipal officials have told embiffs that Venezuela has provided peasant leaders training in leading social movements. Venezuela has funded flights for hundreds of poor Paraguayans to fly to Cuba for eye

³²⁹ "Cuba oferece bolsas de estudos para os paraguaios pobres, em centenas, para estudar para se tornarem médicos em Cuba. Ao retornar, no entanto, eles encontraram dificuldades para provar que a educação que receberam atende aos padrões paraguaios de praticar medicina."

³³⁰ Doc. Secret nº8317. Paraguay: Venezuelan foreign aid activities. 19/06/2007. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07ASUNCION511_a.html

³³¹ Fernando Lugo foi eleito presidente do Paraguai e assumiu o cargo em agosto de 2008. No entanto, no ano de 2012, o presidente sofreu um golpe de Estado parlamentar em um julgamento relâmpago do no congresso paraguaio (HOEVER, 2013, p.327).

surgery and Venezuela appears to be winning converts at the mass levels, while the elites are increasingly nervous³³²³³³

O embaixador norte-americano responsável pelo documento, James Cason, realizou a seguinte leitura da situação:

However the U.S.G money comes with strings attached to advance clearly defined anti-corruption objectives with much of the USAID funds earmarked for the NGO community. Most of the Venezuelan and Cuban aid either falls into the humanitarian category, or given the lack of strings, creates vehicles for corruption. [...] greater U.S resources earmarked for addressing Paraguay's social and economic priorities will put us in better stead in meeting the challenges posed by Venezuela in the realm of public opinion³³⁴³³⁵.

A análise elaborada pelo embaixador nos permite concluir que o governo dos EUA realmente entendia a Venezuela como uma ameaça a sua hegemonia na região, em especial no que tange à opinião pública, uma vez que o discurso venezuelano acerca do papel dos EUA na América Latina era extremamente negativo. Assim, o embaixador aconselha o Departamento de Estado a mudar a estratégia do financiamento aos programas norte-americanos no Paraguai, ou seja, seria melhor para a imagem dos EUA que os recursos fossem direcionados para objetivos

³³² "Muitos líderes paraguaios (tanto da oposição quanto do governo do Partido Colorado) suspeitam dos motivos de Chávez e expressam preocupação com sua "interferência na política interna". O acordo venezuelano com a Bolívia para fortalecer as forças militares da Bolívia. Ao mesmo tempo, o presidente Duarte inclinou-se para a esquerda em sua retórica e aplaudiu a visão de Chávez nos últimos três meses. Ele está tentando se defender do desafio imposto ao governo do Colorado nas eleições de 2008 pelo padre esquerdista Fernando Lugo, que lidera as pesquisas. Embora a campanha de Lugo evidencie pouca evidência de financiamento significativo, foi alegado que ele recebeu assistência da Embaixada da Venezuela por ordem de Chávez e sinalizou interesse em receber fundos. Vários pequenos grupos (a maioria estudantis ou baseados em interesses sociais) do Paraguai recebem apoio financeiro e material da Venezuela, mas atualmente registram pouca influência na cena política; Autoridades municipais locais disseram aos embaixadores que a Venezuela forneceu aos líderes camponeses treinamento em liderar movimentos sociais. A Venezuela financiou voos para centenas de paraguaios pobres para Cuba para cirurgias oculares e a Venezuela parece estar ganhando adeptos em massa, enquanto as elites estão cada vez mais nervosas."

³³³ Doc. Secret nº8317. *Paraguay: Venezuelan foreign aid activities*. 19/06/2007. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07ASUNCION511_a.html

³³⁴ "No entanto, o dinheiro dos EUA vem com restrições para avançar objetivos anticorrupção claramente definidos com grande parte dos fundos da USAID destinados à comunidade de ONGs. A maior parte da ajuda venezuelana e cubana ou cai na categoria humanitária, ou, dada a falta de cordas, cria veículos para a corrupção. [...] Maiores recursos dos EUA destinados a abordar as prioridades sociais e econômicas do Paraguai nos colocarão em melhor posição para enfrentar os desafios colocados pela Venezuela no campo da opinião pública."

³³⁵ Doc. Secret nº8317. *Paraguay: Venezuelan foreign aid activities*. 19/06/2007. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07ASUNCION511_a.html

estritamente humanitários e/ou sociais, como Venezuela e Cuba estariam fazendo. Para a diplomacia estadunidense, Cuba e Venezuela seriam responsáveis por prejudicar a imagem dos EUA perante a opinião pública na região, uma vez que adotam um discurso oficial extremamente antiamericano e visam exportar a política bolivariana para outros países.

No entanto, como foi possível perceber no terceiro capítulo, os próprios diplomatas e políticos estadunidenses costumam utilizar os mesmos meios (dos quais acusam Venezuela e Cuba) para difamar regimes que são contrários aos seus interesses, como é o caso dos próprios países em questão. A diferença é que, com a condição de maior potência capitalista do mundo, os EUA possuem recursos financeiros e políticos para difundir uma propaganda em nível mundial contra tais governos, algo que outros países não conseguem fazer.

Todas essas questões levaram o congresso dos EUA a colocar o que, de fato, interessa a eles na América Latina, em especial “[...] como garantir que os países do Hemisfério Ocidental, que atualmente fornecem cerca de metade das importações de petróleo e derivados de petróleo dos EUA, continuem sendo fontes confiáveis de energia para os Estados Unidos”^{336, 337} ou seja, o congresso norte-americano declara, de forma evidente, qual é o papel da América Latina para os EUA: fornecer matéria-prima, em especial, petróleo.

Portanto, o objetivo dos EUA na região não é a promoção dos valores democráticos (como tratado no capítulo III), mas sim a preservação de seus interesses econômicos, mesmo que em detrimento da própria democracia ou, ainda, negando que Estados nacionais defendam seus interesses internos. Outro fator importante levantado pela documentação é a preocupação dos EUA com o aumento do interesse da China na América Latina.

³³⁶ [...] how to ensure that countries in the Western Hemisphere, which currently supply about half of U.S imports of crude oil and petroleum products, remain reliable sources of energy for the United States

³³⁷ SULLIVAN, Mark; RIBANDO, Clare, RUSH, Rebecca. Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S Policy Approaches – Congressional Research Service, 2009. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Energy_Supply,_Political_Developments,_and_U.S._Policy_Approaches,_April_23,_2008

[...] express concerns about the effects of political instability, resource of nationalism, and the increasing interest in the hemisphere's energy resources by such countries as China and India³³⁸.³³⁹.

É possível perceber que, para os EUA, existe uma relação direta entre instabilidade política e o surgimento de regimes nacionalistas, os quais seguem uma orientação política que se afasta dos princípios liberalizantes defendidos pela política externa estadunidense. Tal afastamento se dá pela defesa dos interesses nacionais em detrimento do interesse do capital internacional, sendo que esse posicionamento não significa um rompimento completo com os EUA, mas sim uma tentativa de equilibrar a correlação de forças internacionais, buscando aproveitar os recursos naturais dos países da América Latina para incentivar o desenvolvimento econômico e social interno de tais nações.

Países que adotaram um regime considerado nacionalista pelos EUA, como a Venezuela, buscaram acordos comerciais com outras potências capitalistas, no caso em questão a China, a qual se mostrou disposta a investir na extração do petróleo venezuelano e apareceu como potencial substituta ao mercado dos EUA para a venda de petróleo.

There are also concerns that Venezuela is looking to develop China as a replacement Market, although Venezuelan officials maintain that they are only attempting to diversify Venezuela's oil markets³⁴⁰.³⁴¹.

Dessa forma, os EUA se preocupavam com o aumento da presença chinesa na América Latina, uma vez que, como não dependeriam exclusivamente do mercado estadunidense, os latino-americanos poderiam deixar de ser vendedores confiáveis

³³⁸ “[...] expressar preocupações sobre os efeitos da instabilidade política, recurso do nacionalismo e o crescente interesse pelos recursos energéticos do hemisfério por países como a China e a Índia.”

³³⁹ SULLIVAN, Mark P; RIBANDO, Clare M.; RUSH, Rebecca G.. *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S Policy Approaches* – Congressional Research Service, p.18. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Energy_Supply,_Political_Developments,_and_U.S._Policy_Approaches,_April_23,_2008

³⁴⁰ “Também há preocupações de que a Venezuela esteja buscando desenvolver a China como um Mercado de substituição, embora as autoridades venezuelanas mantenham que estão apenas tentando diversificar os mercados de petróleo da Venezuela.”

³⁴¹ SULLIVAN, Mark P; RIBANDO, Clare M.; RUSH, Rebecca G.. *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S Policy Approaches* – Congressional Research Service. p.9. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Energy_Supply,_Political_Developments,_and_U.S._Policy_Approaches,_April_23,_2008

de matérias-primas. No entanto, como defensores do livre mercado, os EUA deveriam apoiar a livre concorrência, já que, em tese, tal pressuposto é a base da teoria neoliberal.

There has been some concern about the potential for heightened competition for Latina American energy resources from countries like China and India, which are seeking new sources for their growing energy needs. The Chinese government has been acquiring interests in exploration and production abroad, including in Latin America. China and Venezuela have signed a series of energy-related agreements since 2005, including joint ventures for oil and gas exploration in Venezuela and to increase Venezuela's supply of oil to China³⁴²³⁴³.

No entanto, como já foi possível perceber, o apoio é válido apenas quando beneficia os capitais estadunidenses, sendo que, nesse caso em particular, ao invés de disputar o mercado de recursos naturais na América Latina com a China, oferecendo melhores condições comerciais, os EUA tentaram desestabilizar as nações que se aproximavam da China para se manterem em uma condição hegemônica na região, perpetuando a dependência dos países latino-americanos em relação ao seu mercado.

Tal postura dos EUA demonstra o *Project for the New American Century* (2001-2009) desenvolvido pelo presidente George W. Bush, em que os EUA deveriam se consolidar como “full spectrum dominance”, uma “ditadura global, com a consolidação e ampliação de sua hegemonia sobre o planeta, como a única potência verdadeiramente soberana (BANDEIRA, 2017, posição.2387)”.

³⁴² “Tem havido alguma preocupação com o potencial de maior competição pelos recursos energéticos da América Latina de países como a China e a Índia, que buscam novas fontes para suas crescentes necessidades energéticas. O governo chinês vem adquirindo participações em exploração e produção no exterior, inclusive na América Latina. China e Venezuela assinaram uma série de acordos relacionados à energia desde 2005, incluindo joint ventures para exploração de petróleo e gás na Venezuela e para aumentar o fornecimento de petróleo da Venezuela para a China.”

³⁴³ SULLIVAN, Mark P; RIBANDO, Clare M.; RUSH, Rebecca G. *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S. Policy Approaches* – Congressional Research Service. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Energy_Supply,_Political_Developments,_and_U.S._Policy_Approaches,_April_23,_2008

4.3 - Os EUA e o avanço do Mercosul

No contexto em que o projeto de integração para as Américas defendido pelos EUA, encontrou grande oposição no continente, o Mercado Comum do Sul foi “reativado” a partir da aproximação entre países como o Brasil, a Argentina e a própria Venezuela. Após um período de baixa atividade durante os anos de 1998 e 2001, o Consenso de Buenos Aires,³⁴⁴ em 2003, definiu a recuperação da importância econômica e política do bloco para a integração latino-americana, sendo necessária maior união e expansão das atividades do bloco com a incorporação de outros países.

O projeto do Mercosul nasce com a intenção de obter resultados concretos através da integração entre os países do cone-sul, em particular pela aproximação entre Argentina e Brasil a partir da década de 1980. Nesse sentido, o projeto tinha a intenção inicial uma “concepção nacional-desenvolvimentista com ênfase em objetivos como o planejamento econômico conjunto e o compartilhamento de tecnologias” (FUSER, 2017, p.115). No entanto, com a instalação do Consenso de Washington e com a adoção de políticas neoliberais, quando é assinado o Tratado de Assunção em 1991, marco inicial do Mercosul, a perspectiva nacional-desenvolvimentista já havia dado lugar a uma ótica neoliberal, com foco na liberalização do mercado, da privatização de empresas estatais e da exploração predatória dos recursos naturais (FUSER, 2017, p.115).

Posteriormente, com o avanço de forças políticas progressistas na América Latina no início do século XXI, o Mercosul ganhou uma nova roupagem, adotando um questionamento ao Consenso de Washington e ao neoliberalismo, adotando uma ideia de integração regional sob uma perspectiva “pós-neoliberal” (FUSER, 2017, p.116).

As gestões progressistas – sejam mais radicais ou mais moderadas – compartilham a ideia de que é necessário recuperar o protagonismo do Estado em face do mercado a fim de promover e orientar o desenvolvimento econômico e social. Outro destaque em todas as gestões progressistas é o esforço para recuperar, em maior ou menor medida, o controle estatal sobre recursos econômicos naturais, especialmente o petróleo e o gás. Esses governantes implementaram políticas sociais de alta intensidade, com redistribuição (limitada) da renda, valorização do trabalho e ‘inversão de prioridades’, favorecendo

³⁴⁴ Documento completo: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,leia-o-documento-consenso-de-buenos-aires,20031016p22413>

os investimentos públicos em saúde, educação, moradia em benefício das camadas populares. Em política externa, destacou-se a busca de maior autonomia (FUSER, 2017, p.117).

No ano de 2012, a expansão do bloco contou com a entrada da Venezuela, a qual, como quarta maior economia da região e possuidora das maiores reservas de petróleo do mundo, representou um grande avanço nesse processo de integração, sendo um incremento no potencial financeiro e energético do bloco e significando maior margem de negociação em possíveis tratativas comerciais com países capitalistas centrais.

A entrada da Venezuela é de grande importância para o bloco [...] possui uma localização bastante estratégica, garantindo que a presença do Mercosul não se limite unicamente ao espaço geográfico do Cone Sul, mas também à região andina e ao Caribe. Além disso, o bloco passa a representar cerca de 70% da população da América do Sul, 80% do PIB da região e, ainda, se consolida como peça central para questões ligadas à segurança energética e alimentar (OLIVEIRA, 2015, p.249).

Para Gilberto Dupas e Marcelo Fernandes de Oliveira, a entrada da Venezuela compõe um grupo de vantagens comparativas para o próprio Mercosul, que possibilita aos países membros uma ação coordenada em negociações externas (2008, p.242). Além da entrada da Venezuela, o Mercosul também passou a se aproximar de outros parceiros comerciais, em especial da China, como forma de encontrar alternativas para a dependência dos países latino-americanos em relação aos EUA. Dessa forma, com o aumento das atividades do Mercosul, os EUA passaram a monitorar o bloco de forma mais atenta, uma vez que este se relacionava diretamente com os interesses do país na região.

Assim, no documento apresentado ao congresso estadunidense em 2008, intitulado *Mersosur: Evolution and implications for U.S Trade Policy*, fica claro como os EUA buscaram enfraquecer o Mercosul, uma vez que entendem as tentativas de integração regional, em especial o anseio de implementação da ALCA, como prejudiciais aos seus negócios.

Foi nesse momento que a ALCA entrou num ritmo mais lento marcado pela discordância de propostas entre os EUA e o Mercosul, o que levaria a um impasse nas futuras negociações de tal forma que a

previsão oficial de inaugurar a área de livre-comércio até dezembro de 2005 não se cumpriu (SANTOS, 2007, p.170).

No documento apresentado aos congressistas estadunidenses é possível perceber a construção de um discurso que se desenvolve em duas direções, sendo a primeira delas a relativização da importância do Mercosul para os países da América Latina, demonstrando que, na verdade, acordos bilaterais com os EUA seriam muito mais vantajosos economicamente do que os definidos dentro do bloco, tentando demonstrar a importância dos EUA para os países da região, ao mesmo tempo que tais países não são considerados relevantes para a economia estadunidense. Isto é, o discurso visa perpetuar a dependência estrutural dos países latino-americanos em relação ao EUA e desqualificar qualquer tentativa de integração.

By contrast, the four Mercosur countries together accounted for only 3.0% of total U.S trade. With the recent addition of Venezuela, the "Mercosur 5" make up 3.6% of total U.S trade, the increase accounted for almost entirely by U.S imports of Venezuelan oil.³⁴⁵ ³⁴⁶.

A entrada da Venezuela no Mercosul em 2006 foi alvo de preocupação, uma vez que a postura do presidente Hugo Chávez, "que viam como apoio de seu esforço para unificar a América do Sul e avançar sua "agenda bolivariana" que geralmente se opõe à influência dos EUA na região".³⁴⁷ ³⁴⁸ Ou seja, se antes mesmo da entrada da Venezuela o Mercosul já representava um entrave para a implementação da ALCA, com a inclusão venezuelana, os interesses estadunidenses na região se viram ainda mais contrariados, uma vez que, segundo a própria documentação:

The addition of Venezuela would likely solidify this position. Although Mercosur has resisted the FTAA as envisioned by the United States,

³⁴⁵ "Em contraste, os quatro países do Mercosul juntos representavam apenas 3,0% do comércio total dos EUA. Com a recente adição da Venezuela, o "Mercosul 5" representa 3,6% do total do comércio dos EUA, o aumento foi representado quase inteiramente pelas importações de petróleo venezuelano dos EUA."

³⁴⁶ HORNBECKM J.F. *Mercosur: Evolution and Implication for U.S Trade Policy*. 26/03/2008. Disponível em:

https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Mercosur:_Evolution_and_Implications_for_U.S._Trade_Policy,_March_26,_2008

³⁴⁷ [...] who viewed it as supportive of his effort to unify South America and advance his 'Bolivarian agenda' that generally stands in opposition to U.S influence in the region.

³⁴⁸ HORNBECKM J.F. *Mercosur: Evolution and Implication for U.S Trade Policy*. 26/03/2008. Disponível em:

https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Mercosur:_Evolution_and_Implications_for_U.S._Trade_Policy,_March_26,_2008

Venezuela is the only country in Latin America to reject the idea unequivocally³⁴⁹³⁵⁰.

O documento revela outra face do discurso dos EUA em relação ao projeto de integração latino-americana, representando uma tentativa de boicotar a entrada da Venezuela no bloco, uma vez que o país é o único a rejeitar inteiramente a ALCA. A chegada venezuelana ao bloco é entendida como um problema para os EUA e para região como um todo, pois sua postura tende a politizar as ações do Mercosul, fato que prejudicaria os países em possíveis acordos bilaterais com as principais economias do mundo, ou seja, EUA e União Europeia.

The big, but questionable move is the accession invitation to Venezuela, which has also had problems. Venezuela has been given leeway in adopting Mercosur commitments, which has undermined the pact's cohesiveness, and could end up shifting the political orientation of Mercosur, while providing only relatively small trade effects³⁵¹³⁵²

Para os EUA, com a reorganização do Mercosul baseado em governos com afinidades políticas e, em especial após a aproximação da Venezuela, o bloco teria assumido uma nova postura política ideológica, dando preferência a acordos comerciais com outros países, em especial com a China, que se tornou “o maior parceiro” do bloco³⁵³.

It appears that Mercosur has opted to emphasize its expansion both in the region and with other developing countries over agreements with its largest developed country trades partners, looking to the World

³⁴⁹ “A adição da Venezuela provavelmente solidificaria essa posição. Embora o Mercosul tenha resistido à Alca como previsto pelos Estados Unidos, a Venezuela é o único país da América Latina a rejeitar a ideia de forma inequívoca”

³⁵⁰ HORNBECKM J.F. *Mercosur: Evolution and Implication for U.S Trade Policy*. 26/03/2008. Disponível em:

https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Mercosur:_Evolution_and_Implications_for_U.S._Trade_Policy,_March_26,_2008

³⁵¹ “[...] grande, mas questionável, é o convite de adesão à Venezuela, que também teve problemas. A Venezuela ganhou espaço na adoção dos compromissos do Mercosul, o que prejudicou a coesão do pacto e pode acabar mudando a orientação política do Mercosul, ao mesmo tempo em que proporciona apenas efeitos comerciais relativamente pequenos.”

³⁵² HORNBECKM J.F. *Mercosur: Evolution and Implication for U.S Trade Policy*. 26/03/2008. Disponível em:

https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Mercosur:_Evolution_and_Implications_for_U.S._Trade_Policy,_March_26,_2008

³⁵³ Idem

Trade Organization (WTO) as the preferred alternative for achieving many of its trade policy goals^{354, 355}

Desse modo, os EUA demonstram seu descontentamento com a diversificação comercial proposta pelos países do Mercosul, pois tal iniciativa acabava por diminuir a influência norte-americana na região. Para a diplomacia daquele país, tais propostas, tidas por Washington como pautadas por uma agenda ideológica, tornaram-se mais latentes com a entrada da Venezuela no bloco, uma vez que esse país adota um discurso nitidamente antiamericano.

Neste aspecto, cabe ressaltar que, mesmo com a afirmação de alguns autores, como Gilberto Dupas e Marcelo Fernandes Oliveira, de que os EUA apoiavam a entrada da Venezuela no Mercosul, pois assim o país estaria sujeito às cláusulas e regras do bloco, o que significaria a “domestificação” de Chávez (2008, p.242), tal argumento não se sustenta quando comparado com a documentação produzida pelo congresso dos EUA.

Na verdade, o governo norte-americano considerou a entrada da Venezuela muito desvantajosa para o capital estadunidense na região, uma vez a nação de Chávez pregava um discurso extremamente contrário à ALCA, defendia a maior integração e a diversificação comercial da região e ainda abria a possibilidade de uma potencial integração energética da região, o que representaria o desenvolvimento de uma segurança energética para a América Latina (em especial com a construção de um oleoduto que cruzaria boa parte do continente). Além disso, ainda utilizaria as divisas provenientes do petróleo para assinar acordos bilaterais com os países da região visando exportar a Revolução Bolivariana.

A possibilidade de formar um grande conglomerado estatal transnacional (denominado Petrosul) para financiar a construção de um grande gasoduto/oleoduto da Venezuela até o Brasil, atravessando boa parte da América do Sul e criando condições para a integração energética do continente, foi alvo de uma reunião entre o embaixador dos EUA no Brasil, Clifford Sobel, o CEO da Shell no Brasil, Vasco Dias

³⁵⁴ “Parece que o Mercosul optou por enfatizar sua expansão tanto na região quanto com outros países em desenvolvimento em relação a acordos com seus maiores parceiros de países desenvolvidos, olhando para a Organização Mundial do Comércio (OMC) como a alternativa preferida para alcançar muitos de seus objetivos de política comercial.”

³⁵⁵ HORNBECKM J.F. Mercosur: *Evolution and Implication for U.S Trade Policy*. 26/03/2008. Disponível em:
https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Mercosur:_Evolution_and_Implications_for_U.S._Trade_Policy,_March_26,_2008

e o então presidente da Petrobrás Sergio Gabrielli. As conversas foram relatadas no telegrama intitulado *Embassador's Brasil-Bolívia-Venezuela gas discussions in Rio*,³⁵⁶ que foi despachado da embaixada dos EUA no Brasil no dia 09 de setembro de 2006. Tais conversas retratam a proximidade entre o governo dos EUA e os representantes da empresa Shell, que serve como informante para o corpo diplomático estadunidense acerca da política de integração energética da região.

Venezuela also promised immediate selective duty-free area treatment for imports from Paraguay and Uruguay, with no requirement for reciprocal treatment until 2013. Venezuela may increase the potential for intra-Mercosur trade as a relatively large Latin American market that also offers sectoral complementarity and energy security with its vast oil reserves and plans for a regional pipeline^{357 358}

A menção feita pelo documento acerca do encontro do embaixador dos EUA com representantes de empresas transnacionais evidencia a estreita relação existente entre o Estado e a burguesia. Assim, de acordo com uma concepção marxista, o Estado é uma construção social que atende aos interesses de uma classe específica, a qual, que por mais que tente se mostrar como “neutro”, não passa de um “balcão de negócios da burguesia”, ou seja, atua para defender os interesses da classe burguesa em detrimento dos interesses da sociedade como um todo.

O diagnóstico traçado pelos EUA após a entrada da Venezuela no Mercosul retrata o fortalecimento do bloco enquanto tentativa de integração regional, que conta com uma grande quantidade de reservas naturais e com a potencialidade de constituição de uma grande área de livre-comércio. O fato de os EUA não estarem inseridos nesse contexto como o grande articulador de tal dinâmica é entendido como algo muito nocivo aos negócios e também à diplomacia norte-americana na região. Dessa forma, sendo a Venezuela o grande opositor aos EUA na América Latina e no

³⁵⁶ Doc. UNCLASSIFIED, FOR OFFICIAL USE ONLY nº6295. *Embassador's Brasil-Bolívia-Venezuela gas discussions in Rio*. 06/09/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06RIODEJANEIRO446_a.html

³⁵⁷ “A Venezuela também prometeu tratamento seletivo imediato e isento de impostos para importações do Paraguai e do Uruguai, sem exigência de tratamento recíproco até 2013. A Venezuela pode aumentar o potencial do comércio intra-Mercosul como um mercado latino-americano relativamente grande que também oferece complementaridade setorial e energia segurança com suas vastas reservas de petróleo e planos para um gasoduto regional.”

³⁵⁸ HORNBECKM J.F. *Mercosur: Evolution and Implication for U.S Trade Policy*. 26/03/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Mercosur:_Evolution_and_Implications_for_U.S._Trade_Policy,_March_26,_2008

Mercosul, o governo norte-americano buscou adotar práticas que visavam enfraquecer o bloco regional e/ou forçar a retirada da Venezuela através da adoção da cláusula democrática do Mercosul.³⁵⁹

Como forma de enfraquecer o bloco, os EUA passaram a utilizar os “fast track”³⁶⁰ para realizar acordos bilaterais ou plurilaterais com outros países da região nos mesmos termos propostos pela ALCA. O objetivo desse tipo de iniciativa, segundo o governo dos EUA, é “ajudar a criar empregos, atrair investimento estrangeiro e avançar na boa governança”^{361, 362} no entanto, trata-se, na verdade, de uma tentativa de dificultar a resistência do Mercosul à ALCA e, ao mesmo tempo de frear as iniciativas de integração regional latino-americanas (SANTOS, 2007, p.172).

[...] the United States is pursuing deeper bilateral trade relations with Uruguay that could provide new ideas for a broader integration commitment. The alternative may be for Mercosur and the United States to expand their mutually exclusive bilateral agreements [...]

^{363, 364}

Assim, os EUA, em especial após a entrada da Venezuela no bloco, pretendiam utilizar seu poder econômico e a sua influência política na região para dificultar o fortalecimento do Mercosul, entendido como um entrave para a aplicação da ALCA. No que diz respeito ao país caribenho, o governo norte-americano buscou construir um discurso de que, mesmo sendo um dos maiores PIBs da região e dono

³⁵⁹ No caso do Brasil, os EUA fizeram o apelo ao Senado brasileiro para que não aprovassem a entrada da Venezuela no Mercosul.

³⁶⁰ Nestes termos, foram assinados acordos com o Panamá e a formação da Comunidade Andina de Nações (CAN), com as negociações do Tratado de Livre-comércio Andino com a Colômbia, o Equador e o Peru (SANTOS, 2007, p.172). Também podemos citar a formação da Dominican Republic–Central America Free Trade Agreement (CAFTA-DR). Além destes, também podemos citar a Aliança do Pacífico, que, por meio de tratados de livre comércio, busca adotar o “regionalismo aberto”, em consonância com os pressupostos defendidos pelos EUA (JÚNIOR; OJEDA; SANTANA, 2017, p.116).

³⁶¹ “[...]help to create jobs, attract foreign investment, and advance good governance.”

³⁶² SULLIVAN, Mark P; COOK, Colleen, HORNBECK, RIBANDO, Clare, TAFT-MORALES, Maureen, VIELLETTE, Viellette; VILLARREAL, Angeles. *Latin America and the Caribbean: Issues for the 109th Congress*. 20/12/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America_and_the_Caribbean:_Issues_for_the_109th_Congress,_December_20,_2006

³⁶³ “[...] os Estados Unidos estão buscando relações comerciais bilaterais mais profundas com o Uruguai que possam fornecer novas ideias para um compromisso de integração mais amplo. A alternativa pode ser que o Mercosul e os Estados Unidos expandam seus acordos bilaterais mutuamente exclusivos [...]”

³⁶⁴ HORNBECKM J.F. *Mercosur: Evolution and Implication for U.S Trade Policy*. 26/03/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Mercosur:_Evolution_and_Implications_for_U.S._Trade_Policy,_March_26,_2008

das maiores reservas de petróleo do mundo, a entrada da Venezuela no bloco não seria lucrativa para o Mercosul.

The energy sector promises also promised the greatest benefit through deeper cooperation in energy supply, but which could also be achieved without Venezuela's full integration into Mercosur. In addition, Venezuela's full access will complicate trade policy coordination within the expanded bloc, both regionally and multilaterally.³⁶⁵³⁶⁶

Portanto, o que os EUA estão defendendo é que os benefícios da incorporação completa da Venezuela, dona das maiores reservas de petróleo do mundo e uma maiores fornecedoras de combustíveis para os EUA, ao Mercosul, não se justificam, uma vez que o aumento de receitas provenientes de tal incorporação poderia ser atingido com uma “inclusão” parcial ou, até mesmo, sem a Venezuela.

No entanto, o que Washington não oferece na documentação é uma solução para tal proposta, ou seja, como subestimar a importância da Venezuela para o Mercosul e ainda por cima apontar soluções no campo energético para a construção de uma independência sem o petróleo venezuelano? A ausência de resposta por parte da diplomacia dos EUA indica que os pontos levantados com a intenção de excluir a Venezuela do Mercosul não passava de um engodo para impedir a aproximação entre os países da região e a expansão do Mercosul.³⁶⁷

³⁶⁵ “As promessas do setor energético também prometiam o maior benefício através de uma cooperação mais profunda no fornecimento de energia, mas que também poderia ser alcançado sem a integração total da Venezuela no Mercosul. Além disso, o acesso total da Venezuela complicará a coordenação da política comercial dentro do bloco ampliado, tanto regional como multilateralmente.”

³⁶⁶HORNBECKM J.F. *Mercosur: Evolution and Implication for U.S Trade Policy*. 26/03/2008. Disponível em:

https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Mercosur:_Evolution_and_Implications_for_U.S._Trade_Policy,_March_26,_2008

³⁶⁷ Para Igor Fuser, os limites dos processos de integração propostos pelos governos progressistas na América Latina passa pela hostilidade de parte das burguesias locais contra um projeto político regional contrário as diretrizes neoliberais defendidas pelos EUA: “O fundamental é que os governos progressistas foram incapazes de superar a inserção econômica subalterna, com base no rentismo mineral e petroleiro e no agronegócio exportador, ao mesmo tempo em que mantiveram, em maior ou menor grau, elementos centrais da política econômica neoliberal dos seus antecessores” (FUSER, 2017, p.118). Para Fábio Luís, as ambiguidades referentes aos projetos de integração se relacionam, em última instância, com “articulações entre o capital internacional e os negócios locais, que limitam o alcance e a profundidade da integração regional. Longe de ser uma peculiaridade brasileira, os demais países do subcontinente atravessam dificuldades similares, resultando em pressões que, como aponta José Antonio Sanahuja, restringem a dimensão econômica da integração, relegando o processo, em grande medida, à sua dimensão política” (2016, p.73).

Ainda na tentativa de enfraquecer o Mercosul, os EUA acusaram a Venezuela de atentar contra a democracia, fato que iria contra a Cláusula Democrática do Mercosul. Dessa forma, os EUA defenderam que é dever dos países-membros não aceitar a inclusão da Venezuela no bloco, uma vez que as políticas de Chávez não estariam de acordo com o entendimento de democracia pregado pela diplomacia norte-americana.

The political motivations and ramifications for Venezuela's accession may be even more a issue. Concern has grown, over certain of President Chávez policies that may be construed as hindering democracy, which in turn could be considered a direct challenge to Mercosur's democratic clause^{368,369}.

Para o governo norte-americano, o Mercosul representava um entrave à implementação da ALCA, além de que a integração dos países latino-americanos e a diversificação comercial propostas por tais nações, em especial com o aumento da presença chinesa na região, eram vistas como uma ameaça à hegemonia estadunidense na América Latina. Assim, para enfraquecer os planos de integração, os EUA buscaram utilizar seu poder político e econômico através de acordos bilaterais com os países que não faziam parte do Mercosul. Dessa forma, seriam inviáveis as intenções de governos, como o venezuelano, de construir um bloco latino-americano em condições de ser uma força política no cenário global, já que muitos países da região passaram a aceitar os ditames dos EUA com o objetivo de imposição da ALCA por meio de acordos bilaterais.

Assim, utilizando-se de forte propaganda midiática e da influência política e financeira que os EUA detêm no continente, construiu-se um discurso que visava o enfraquecimento do Mercosul e de outras iniciativas de integração regional. Nesse mesmo tempo, destacava-se o pretenso sucesso dos acordos bilaterais, assinados por países como a Colômbia, além do aumento do *marketing* político negativo em relação à Venezuela, taxada de ditadura pela diplomacia estadunidense.

³⁶⁸ "As motivações políticas e ramificações para a adesão da Venezuela podem ser ainda mais um problema. A preocupação tem crescido, em relação a certas políticas do presidente Chávez, que podem ser interpretadas como dificultando a democracia, o que, por sua vez, poderia ser considerado um desafio direto à cláusula democrática do Mercosul."

³⁶⁹ HORNBECKM J.F. *Mercosur: Evolution and Implication for U.S Trade Policy*. 26/03/2008. Disponível em:
https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Mercosur:_Evolution_and_Implications_for_U.S._Trade_Policy,_March_26,_2008

4.4 - Combate ao narcotráfico

Além dos aspectos já levantados, outro ponto de discordância entre os governos venezuelano e estadunidense, no que diz respeito à América Latina, que pode ser encontrado na documentação é a política do combate às drogas, colocada em prática pelos EUA. Após o fim da Guerra Fria e das experiências socialistas e comunistas (com exceção de Cuba) no continente, o grande inimigo dos EUA passou a ser o narcotráfico e, após os ataques de 11 de setembro de 2001, o terrorismo. Nesse sentido, houve um grande esforço por parte de Washington para monitorar e combater tais práticas na América Latina, uma vez que são consideradas aspectos de defesa nacional para o governo estadunidense, sendo a Colômbia seu principal aliado.

A vitória na Guerra Fria no final da década de 1980, selada mais tarde com a queda do muro de Berlim (1989) e a desintegração da URSS (1991), levou, imediatamente, a política externa norte-americana a substituir o comunismo pelo narcotráfico como a grande ameaça proveniente da América Latina à segurança nacional dos EUA (SANTOS, 2007, p.179).

Os EUA buscaram internacionalizar sua política antidrogas, focando no combate à produção de tais substâncias, uma vez que não conseguiram eliminar o comércio ilegal dentro do seu próprio território, buscando emplacar a “Diplomacia da Drogas”, forjada por estrategistas de relações exteriores com a intenção não apenas de controlar um problema de saúde pública, mas também para alcançar objetivos diplomáticos, geopolíticos e comerciais, permitindo a transformação do modelo norte-americano de combate às drogas em legislação internacional, com a criação, inclusive, de uma instituição repressiva para fiscalizar tais atividades, a *Drug Enforcement Agency Administration* (DEA) (SANTOS, 2007, p.177).

Além de enquadrar grande parte da comunidade internacional na sua estratégia de combate às drogas, os EUA reforçaram internamente seu aparato de repressão aos narcóticos com a criação da *Drug Enforcement Agency Administration* (DEA), em 1973, que acumulou funções de cuidar da política antidrogas dentro de próprio país e das ações contra o narcotráfico no exterior (TENA, 2000 apud SANTOS, 2007, p.177).

Associando o tráfico de drogas com a criminalidade, o comunismo e o terrorismo buscaram, desde a Guerra Fria, justificar sua ingerência nos países que demonstravam tendências contrárias aos seus interesses na América Latina, ao mesmo tempo em que consolidavam um mecanismo de controle social, econômico e cultural através de uma grande campanha propagandista para convencer a opinião pública mundial de que os EUA deveriam ser de fato os fiscais da região, oferecendo treinamento para as forças militares latino-americanas e monitorando os esforços particulares de cada país em relação ao combate às drogas. Os países “aprovados” pelos EUA passariam a ter uma certificação norte-americana que determinava quais países teriam acesso a financiamento e empréstimos, por exemplo.

É importante lembrar que a política de guerra às drogas defendida pelos EUA não atingia as raízes do narcotráfico, como o combate às debilidades institucionais, a grande desigualdade social, a degradação de práticas de cultivo dos povos originários e a pobreza endêmica que assolava os países latino-americanos. Tal fato nos leva a crer que essa política visava o aumento da militarização na região, uma vez que os EUA buscaram firmar uma série de acordos e bases militares na região.

Nesse sentido, o acordo mais importante é o Plano Colômbia, firmado no ano de 2000 com o intuito de combater o tráfico de drogas e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).³⁷⁰ Tal plano previa que os EUA manteriam em território colombiano um efetivo de 500 militares e 300 civis, que as compras de armamento deveriam ser de empresas norte-americanas e que o Instituto do Hemisfério Ocidental (antiga Escola das Américas³⁷¹) seria o responsável por treinar o Exército colombiano.

Para Ana Esther Ceceña e David Barrios Rodríguez, o Plano Colômbia significou a construção de um ambiente militarizado na América Latina, utilizando o

³⁷⁰ Os movimentos guerrilheiros colombianos nascem no contexto de Guerra Fria quando, alinhado com as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, as Forças Armadas do país passam a perseguir grupos comunistas, quando estes passam a organizar grupos armados para combater os partidos políticos tradicionais, controlados pela oligarquia local. É nesse contexto que durante a segunda metade do século XX se formam vários grupos guerrilheiros, como o Ejército de Libertación Nacional (ELN) e as Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia (FARC). No ano de 1968, uma lei acabou por autorizar a formação de grupos civis (milícias) para combater os guerrilheiros. Tais milícias, contando com apoio de latifundiários e narcotraficantes passam a combater os movimentos de esquerda, formando em 1996, as Autodefesas Unidas da Colômbia (SANTOS, 2007, p.182).

³⁷¹ Instituto de defesa criado pelos EUA em 1946 com a intenção de formar as forças militares latino-americanas na repressão contra grupos comunistas. Dessa forma, a Escola das Américas forneceu treinamento para as ditaduras militares que assolaram a América Latina durante os anos de 1960 até 1980, oferecendo técnicas de torturas e de desmantelamento e repressão de movimentos sociais.

terrorismo e o tráfico de drogas como justificativa para os EUA conseguirem consolidar sua hegemonia na região e manter a exploração dos recursos naturais latino-americanos. No caso, além do uso de bases militares, se utilizou outras séries de manobras para se conseguir tal objetivo.

No obstante, en esos mismos años se fraguó el Plan Colombia, la introducción del terrorismo en los códigos penales de todo el Continente, la relocalización de bases militares norteamericanas y de convenios para el uso de aguas territoriales con sus buques de guerra; se activaron los entrenamientos y ejercicios militares y se inició, sobre todo a partir de 2008 con el bombardeo en Sucumbíos (como si hubiera sido la señal de inicio de la inflexión), una recuperación que combinaba mecanismos como golpes de estado blandos, intentos de secesión, operativos mediáticos de criminalización y manipulación de narrativas, procesos desestabilizadores, bloqueos (sigue el de Cuba y se implantó el de Venezuela), acuerdos de seguridad, paramilitarización y mercenarismo y otros de acuerdo con las historias específicas y con la creatividad aplicada por las resistencias y por las injerencias (2017).

Como se sabe, Colômbia e Venezuela compartilham uma grande fronteira e são históricos parceiros comerciais³⁷². Como a economia venezuelana é dependente da extração do petróleo, muitos produtos básicos, como alimentos, por exemplo, são importados da Colômbia, que, em contrapartida, compra produtos derivados do petróleo venezuelano. Assim, as relações bilaterais entre os países sempre foram muito intensas. No entanto, com a chegada de Chávez à presidência e a aproximação da Colômbia com os EUA, a relação entre os dois países se tornou tensa, uma vez que Chávez entendia a presença militar norte-americana na Colômbia como uma ameaça à soberania da América Latina e, em particular, da Venezuela, tendo chegado, inclusive, a denunciar plano de invasão militar ao território venezuelano, conhecido como Operação Balboa.³⁷³

A presença militar dos EUA em um país vizinho da Venezuela foi entendida pelo governo venezuelano como uma forma de criar instabilidades internas para enfraquecer o governo bolivariano, uma vez que o *staff* que se dirigiu até a Colômbia não restringiu suas ações ao monitoramento do combate ao narcotráfico, mas também

³⁷²A doutrina *Respicé Polum* estabeleceu que a Colômbia deveria adotar um “alinhamento incondicional à diretrizes dos EUA em matéria de política externa, soba convicção de que, além de pertencer à esfera de influência da ‘estrela do norte’, a Colômbia poderia tirar grande proveito dessa associação” (GRAZIOTTIN, 2018, p.104).

³⁷³Suposto plano dos EUA de invadirem a Venezuela através da Colômbia denunciado por Chávez em 2008.

trabalhou para garantir os interesses das empresas estadunidenses na região. Outro ponto importante a ser lembrado é a construção de um discurso de que, enquanto a Venezuela com Chávez caminhava rumo ao caos político, a Colômbia militarizada e submissa aos EUA caminhava rumo ao desenvolvimento pacífico de sua economia, buscando demonstrar para os países da região que o melhor caminho a ser trilhado não era o defendido pela Venezuela, mas sim os defendidos pelos EUA.

According to United States and Colombia officials, coca cultivation dropped 15% in Colombia during 2002 and 21% in 2003. This marked the first reduction in acreage devoted to coca cultivation in Colombia. Poppy cultivation was reduced by 24% in 2002. It is believed that Plan Colombia goal of having sprayed 50% of the country's coca crop by the end of 2005 have been accomplished two years ahead of schedule

³⁷⁴ ³⁷⁵

É possível perceber que o documento busca destacar a diminuição da produção de drogas na Colômbia, no entanto, sem levar em consideração que isso se deu a partir da criminalização de largos setores da sociedade, em particular os extrativistas, e do aumento do poder repressivo do Estado, criando condições para o recrudescimento de um poderoso sistema de controle social, político e econômico no país. No caso venezuelano, a presença norte-americana na Colômbia coincidiu com a maior presença de opositores ao governo Chávez nos Estados que fazem fronteira com a Colômbia, como Zulia, Táchira e Mérida, por exemplo.

Nesse sentido, de acordo com o documento secreto, despachado pela embaixada dos EUA em Caracas no dia 21 de fevereiro de 2008, intitulado *Emerging student leaders outline future strategies*³⁷⁶, funcionários da USAID se reuniram com líderes estudantis em Mérida, onde foi discutida a possibilidade de os EUA financiarem

³⁷⁴ “De acordo com autoridades dos Estados Unidos e da Colômbia, o cultivo de coca caiu 15% na Colômbia em 2002 e 21% em 2003. Isso marcou a primeira redução na área dedicada ao cultivo de coca na Colômbia. O cultivo de papoula foi reduzido em 24% em 2002. Acredita-se que a meta do Plano Colômbia de ter pulverizado 50% da safra de coca do país até o final de 2005 tenha sido cumprida dois anos antes do previsto.”

³⁷⁵ SULLIVAN, Mark P; HORNBECH, J.F.; RIBANDO, Clare; STORRS, K. Larry, TAFT-MORALES, Maureen; VEILLETTE, Connie. *Latin America and the Caribbean: Issues for the 108th Congress – Congressional Research Service* – 2004. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America_and_the_Caribbean:_Issues_for_the_108th_Congress,_December_20,_2004

³⁷⁶ Doc. Secret nº7012. *Emerging student leaders outline future strategies*.21/02/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/08CARACAS223_a.html

o movimento estudantil contrário a Chávez, demonstrando a força que a oposição possuía no Estado.³⁷⁷

USAID's acting country representative traveled to Merida February 9 at the invitation of Carlos Ponce and Carlos Tinoco (protect), both established USAID and POL contacts with ties to student leaders. Tinoco, who owns property outside Merida, arranged for approximately a dozen students to use his vacation home as a meeting place. Student participants included Lawrence Castro from the University of the Andes in Merida and current president of Fedeve; Lestor Toledo from the University of Zulia and former president of Fedeve; Dorian Gonzalez of the University of the Andes in Merida and president of its student union; Ziamar Castillo, president of the Law School Student Union at the Catholic University, Bolivar state; among others. The students have extensive leadership experience and appeared committed to their movement³⁷⁸.

Eva Gollinger considera que os EUA apoiaram um movimento separatista no Estado da Zulia como forma de enfraquecer o governo Chávez e controlar as reservas de petróleo da região, uma vez que o Estado detém grandes reservas petrolíferas e as principais zonas agrícolas do país. Segundo Gollinger, o embaixador dos EUA na Venezuela, William Brownfield (2007-2010), visitava frequentemente o Estado e fazia referência à “República Independente de Zulia”, sendo que em tais visitas, o então embaixador se reunia com Manuel Rosales (ex-candidato à presidência derrotado da Venezuela e opositor ao governo Chávez) e com membros da direita venezuelana para discutir possíveis formas de controlar as reservas de petróleo venezuelanas (2009, p. 47).

A necessidade da oposição manter o controle sobre o Estado nas eleições estaduais de 2008, capitaneado por Manuel Rosales que deveria ser apoiado pela coalisão de partidos opositores, é objeto do despacho da embaixada dos EUA em

³⁷⁷ Relação entre os EUA e parte do movimento estudantil venezuelano opositor à Chávez é melhor analisado no terceiro capítulo da tese.

³⁷⁸ “O representante do país em atuação da USAID viajou para Mérida em 9 de fevereiro, a convite de Carlos Ponce e Carlos Tinoco (proteger), ambos estabeleceram contatos da USAID e da POL com vínculos com líderes estudantis. Tinoco, que é dono de propriedade fora de Mérida, conseguiu que cerca de uma dúzia de estudantes usassem sua casa de férias como ponto de encontro. Os estudantes participantes incluíram Lawrence Castro, da Universidade dos Andes, em Mérida, e atual presidente de Fedeve; Lestor Toledo, da Universidade de Zulia e ex-presidente de Fedeve; Dorian Gonzalez, da Universidade dos Andes, em Mérida, e presidente do seu sindicato estudantil; Ziamar Castillo, presidente do Sindicato Estudantil da Faculdade de Direito da Universidade Católica, no estado de Bolívar; entre outros. Os alunos têm uma vasta experiência em liderança e parecem comprometidos com seu movimento.”

Caracas, no dia 21 de outubro de 2008, intitulado “Opposition confidente in Zulia”,³⁷⁹ despachado p, o corpo diplomático estadunidense reforça.

Concomitantemente, começaram a surgir notícias do envolvimento do governo Chávez com membros das FARC, alvos prioritários das ações dos EUA na Colômbia:

U.S counter-narcotics efforts in the region continued to focus on the Administration’s Andean Counterdrug Initiative supporting Colombia and its neighbors with foreign assistance in their struggle against drug trafficking and drug-financed terrorist groups. Congress expressed repeated concerns over the capture and killing of various U.S citizens by the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC) and the National Liberation Army (ELN).^{380,381}

Classificadas as FARC e a ELN como grupos terroristas que deveriam ser eliminados do território colombiano, o auxílio das forças militares norte-americanas foi justificado. Frente a tal cenário, começaram a surgir notícias de que a Venezuela estaria prestando auxílio aos guerrilheiros das FARC, permitindo o seu livre trânsito entre as fronteiras dos países e fornecendo armamento para o grupo, sendo que tal proximidade se daria pelo alinhamento ideológico entre Chávez e o grupo guerrilheiro de esquerda.

The State Department’s terrorism report stated that “it remained nuclear to what extent the Venezuelan government provided support to Colombian terrorist organizations”, but information on captured computer files from Colombia’s March 2008 raid of a FARC camp in Ecuador has raised questions about alleged support of the FARC by the Venezuelan government of Hugo Chávez. Since May 2006, the Secretary of State has made an annual determination that Venezuela was not “cooperating fully with United States antiterrorism efforts” [...]. As a result, the United States imposed an arms embargo on

³⁷⁹ Doc. Confidential nº4443. *Opposition confidente in Zulia*. 21/10/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/08CARACAS1476_a.html

³⁸⁰ “Os esforços contra narcóticos dos EUA na região continuaram a enfocar a Iniciativa Andina Antidrogas da Administração, apoiando a Colômbia e seus vizinhos com assistência externa em sua luta contra o tráfico de drogas e grupos terroristas financiados por drogas. O Congresso expressou repetidas preocupações sobre a captura e morte de vários cidadãos americanos pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e pelo Exército de Libertação Nacional (ELN).”

³⁸¹SULLIVAN, Mark. Latin America: Terrorism Issues. 27/08/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Terrorism_Issues,_August_27,_2008

Venezuela, which ended all U.S commercial arms sales and re-transfers to Venezuela^{382,383}

Como é possível perceber pelo documento, o fato da Venezuela não estar totalmente de acordo com a política antidrogas dos EUA, foi o mote para a disseminação de informações sobre uma pretensa afinidade ideologia entre o governo venezuelano e as FARC e serviu para justificar ao mundo o embargo à Venezuela praticado pelo governo dos EUA.³⁸⁴

Acirra tal preocupação o fato de que, visando modernizar as Forças Armadas venezuelanas, Chávez promove acordo com a Rússia para compra e produção de armas. O documento *Venezuela: Political conditions and U.S policy – Congressional Research Service, 2008* demonstra tal preocupação, primeiro pelo fato da Venezuela buscar alternativas que não os EUA para a compra de armamento, depois com o aumento do interesse russo na região e finalmente, com uma possível ameaça à estabilidade regional e a possibilidade de acontecer uma corrida armamentista na região.

In February 5, 2008 testimony before the Senate Select Committee on Intelligence, current DNI Micheal McConnell expressed concern about more than \$3 billion in arms purchases from Russia over the past two years and noted growing anxiety among Venezuela's neighbors because of this arms build-up^{385,386}.

³⁸² "O relatório de terrorismo do Departamento de Estado afirmou que "permaneceu nuclear até que ponto o governo venezuelano forneceu apoio a organizações terroristas colombianas", mas as informações sobre os arquivos de computador capturados da invasão de um campo das FARC no Equador, em março de 2008, levantaram questões sobre alegado apoio das FARC pelo governo venezuelano de Hugo Chávez. Desde maio de 2006, a Secretaria de Estado determina anualmente que a Venezuela não está "cooperando totalmente com os esforços antiterroristas dos Estados Unidos" [...]. Como resultado, os Estados Unidos impuseram um embargo de armas à Venezuela, que encerrou todas as vendas de armas comerciais e transferências para a Venezuela."

³⁸³ SULLIVAN, Mark. Latin America: Terrorism Issues. 27/08/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Terrorism_Issues,_August_27,_2008

³⁸⁴ De acordo com o documento *Venezuela: Political conditions and U.S policy – Congressional Research Service, 2008* até o mesmo o Brasil foi intimado pelo Departamento de Estado dos EUA acerca da venda de armas para a Venezuela, em especial a Embraer, que utiliza tecnologia norte-americana nas aeronaves militares que estavam sendo comercializadas com a Venezuela.

³⁸⁵ "Em 5 de fevereiro de 2008 testemunho perante o Comitê de Inteligência do Senado, a atual DNI Micheal McConnell expressou preocupação com mais de US \$ 3 bilhões em compras de armas da Rússia nos últimos dois anos e observou crescente ansiedade entre os vizinhos da Venezuela por causa do aumento de seu arsenal bélico."

³⁸⁶ SULIVAN, Marl. *Venezuela: Political Conditions and U.S. Policy*. 10/10/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Venezuela:_Political_Conditions_and_U.S._Policy,_October_10,_2008

O contato entre o governo venezuelano e as FARC tem início oficial quando a Venezuela mediou o conflito entre o grupo guerrilheiro, o ELN e o governo colombiano em 2008, liderado pelo então presidente Álvaro Uribe. O evento ao qual o documento faz referência é um ataque a um acampamento das FARC no Equador que acabou por vitimar o guerrilheiro Raúl Reyes, número dois na hierarquia das FARC. Como o ataque não foi combinado com o governo equatoriano, configurando uma violação à soberania do país, tanto o Equador como a Venezuela mobilizaram tropas em suas fronteiras com a Colômbia e convocaram seus respectivos embaixadores para prestarem esclarecimentos sobre a situação, sendo que tal crise só foi superada com a mediação da Unasul e da OEA.

No ataque contra o acampamento das FARC em 2008 as forças colombianas e estadunidenses acabaram apreendendo computadores do grupo que, segundo a Interpol, os EUA e a Colômbia, demonstravam que tanto a Venezuela como o Equador haviam entrado em contato com as FARC, seja para financiar o grupo com recursos financeiros e/ou armas, como teria feito a Venezuela, como para pedir auxílio financeiro para campanhas eleitorais, o que teria feito Rafael Correia.

Sobre tais acusações, tanto o então presidente venezuelano, como Correia, as negaram, afirmando que eram uma forma de justificar uma possível invasão militar contra a Venezuela e de retirar a credibilidade do país frente a investidores internacionais. Posteriormente, no ano de 2011, a Suprema Corte colombiana rejeitou os arquivos dos computadores apreendidos como parte integrante do processo contra as FARC, pois foram conseguidos de forma ilegal.³⁸⁷

4.5 - Política exterior dos EUA em relação à Venezuela

Com base na documentação disponível – pesquisas do Congresso dos EUA e telegramas despachados das embaixadas estadunidenses em países da América do Sul –, foi possível identificar como se comportou a política exterior dos EUA em relação à nova postura da Venezuela no que diz respeito à América Latina, após a vitória de Chávez, quando ocorreu uma mudança na política externa venezuelana, que colocou o país em rota de colisão com os EUA.

³⁸⁷ Ver: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/suprema-corte-da-colombia-diz-que-arquivos-do-computador-de-raul-reyes-nao-tem-validade>

Assim, de acordo com a documentação, é possível verificar que EUA e Venezuela possuíam visões de integração regional antagônicas, sendo que, enquanto os EUA pretendiam construir uma zona de livre circulação de mercadorias e de capitais, com valores baseados no neoliberalismo, ou seja, no Estado mínimo, a Venezuela defendia uma integração regional que visava uma maior aproximação entre os países na região com o objetivo de proporcionar uma maior independência em relação aos países capitalistas centrais, em particular os EUA, e aumentar as funções do Estado na gestão e na captação dos lucros provenientes da extração dos recursos naturais latino-americanos.

Tais projetos também se identificam com a ordem mundial que os países visavam construir. Enquanto os EUA buscavam se consolidar como a grande potência capitalista, a Venezuela defendia a construção de um mundo multipolar, em que os países da América Latina, enquanto bloco regional, poderiam se portar como um importante ator político e econômico no cenário global. Para tal, a Venezuela se aproximou dos países pertencentes ao Mercosul e se filiou ao bloco a fim de que a América do Sul passasse a se tornar mais autônoma e independente em relação aos EUA, buscando diversificar suas relações comerciais com outros países, em especial com a China.

Como a diplomacia dos EUA entende a América Latina como fonte segura de recursos naturais, tal contexto causou um grande desconforto no governo estadunidense, que identificou na Venezuela a grande agente desestabilizadora da região. Assim, o governo norte-americano buscou, como fez dentro das fronteiras venezuelanas, minar as iniciativas de integração da América Latina propostas por Chávez, uma vez que os EUA passaram a entender a Venezuela como uma ameaça real a sua hegemonia, tanto como modelo político a ser seguido como pelo fato de a Venezuela ser uma potência energética global, proprietária das maiores reservas de petróleo do mundo.

Dessa forma, os EUA buscaram utilizar de sua condição de maior potência capitalista mundial para impor sua influência econômica e política com a intenção de barrar as investidas venezuelanas na América Latina. Assim, se construiu um discurso que, apesar de bem-sucedido – uma vez que contou com apoio dos grandes conglomerados midiáticos e com setores das elites nacionais de diversos países –, é pontuado por incongruências e contradições, em especial no que diz respeito à defesa

dos valores democráticos e liberais, uma vez que, quando tais valores beneficiam os interesses estadunidenses, eles são defendidos, e quando não são interessantes, iniciativas idênticas às que os EUA adotam são tidas como antidemocráticas.

Como exemplo, podemos citar a presença da China na região como uma potencial competidora em relação aos recursos naturais da região. Se os EUA realmente fossem comprometidos com os valores do livre mercado tal fato não seria preocupante, uma vez que a competição faz parte de qualquer sistema baseado na livre concorrência. No entanto, os EUA não defendem tal sistema, mas sim a conservação de seus interesses em detrimento do desenvolvimento dos países latino-americanos.

A tentativa da Venezuela de firmar acordos bilaterais com países como o Paraguai, Cuba, Argentina e Bolívia também foram vistas como preocupantes pelos EUA, uma vez que, segundo Washington, tais iniciativas visavam barrar a ALCA e importar o modelo chavista de governo para outros países da região. No entanto, os EUA buscaram a mesma estratégia para enfraquecer o Mercosul, ou seja, buscaram firmar acordos bilaterais com países que não estavam no bloco para, assim, impedir possíveis iniciativas de integração, com a diferença que nenhum outro país da América disponibiliza dos recursos financeiros e políticos que norte-americanos possuem. Os EUA também aumentaram seu contingente militar na região, em especial após a adoção do Plano Colômbia, que aumentou ainda mais o número de agentes militares estadunidense na região.

Também podemos citar a presença de venezuelanos e cubanos em outros países da região, o que é tido pelos EUA como uma grave ofensa aos pressupostos democráticos e à soberania nacional. No entanto, os EUA, pelo menos desde o século XIX interferem, diretamente e/ou indiretamente nas dinâmicas internas dos países latino-americanos, apoiando ditaduras, financiando golpes de Estado, fiscalizando processos eleitorais, financiando grupos políticos que defendem seus interesses e etc. Assim, o discurso dos EUA ganha um contorno pragmático em defesa de seus interesses e não aspectos morais, éticos e políticos como a doutrina oficial pretende mostrar.³⁸⁸

³⁸⁸ Segundo o pensamento neoconservador, que passou a pautar a Política Externa dos EUA após os atentados de 11 de setembro de 2001, o objetivo “da política externa deveria passar a ser, portanto, ‘a preservação da hegemonia norte-americana pelo máximo tempo possível’, a partir de uma busca por uma posição de ‘supremacia militar’ e de ‘confiança moral’. (KAGAN; KRISTOL, 1996, p. 23 apud TEIXEIRA, 2010, p. 32).

O fato da Venezuela chavista ter, de alguma forma, buscado se colocar no cenário mundial de maneira independente e discordado publicamente dos pressupostos impostos pelos EUA aos países latino-americanos, deixou claro o caráter imperialista da política externa norte-americana, assim como as estratégias adotadas para desestabilizar qualquer iniciativa de desenvolvimento minimamente autônomo dos países da América Latina, seja no âmbito interno, como no que tange à geopolítica. Logicamente, os rumos que os processos históricos acabam por tomar em cada país da região são resultado da combinação de uma série de fatores sociais, culturais e econômicos, assim como da própria dinâmica interna e das contradições existentes em cada nação. No entanto, a análise da documentação evidencia que, se não podemos culpar os EUA por todas as mazelas latino-americanas, tão pouco podemos menosprezar a importância de sua presença na região como ator desestabilizador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a vitória de Chávez nas eleições de 1998 e o início da intitulada Revolução Bolivariana, as relações entre os EUA e a Venezuela vão numa crescente tensão.

Chávez buscou redefinir a relação entre o Estado e a sociedade naquele país. Neste sentido, criar condições para ampliar a distribuição de renda e instituir programas sociais para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores venezuelanos e ampliar a participação da população na política regional e nacional. Para tanto, alterou a política venezuelana em relação ao principal produto exportador do país, o petróleo, aumentando a participação do Estado em toda a cadeia produtiva desse extrativismo com o objetivo de aumentar a renda pública que passou a ser investida em programas de geração de renda mínima.

O estranhamento do governo estadunidense com as políticas colocadas em práticas durante o governo Chávez, políticas estas que não visavam subverter as relações de exploração de trabalho ou atentar contra a propriedade privada, mas apenas promover uma maior justiça social através do uso mais racional e socialmente orientado das riquezas oriundas do petróleo, pode ser entendido pela importância da América Latina, e em especial da Venezuela, para a segurança energética e nacional dos EUA.

Tal perspectiva se coloca consonância com os pressupostos das políticas externas estadunidenses na região que, segundo SCHOUTZ (2000), configuram-se como ingerência, justificada pelo fato de considerarem o continente latino-americano como uma fonte segura de matéria disponíveis para o seu desenvolvimento industrial e tecnológico.

[...] o acesso e a gestão de recursos naturais para os Estados Unidos é uma questão de segurança nacional, protegendo a saúde de sua própria economia". A apropriação de recursos naturais a nível global é fundamental já que as principais reservas deles estão fundamentalmente fora de seu próprio território. Os Estados Unidos estão implantando um conjunto de políticas de recolonização dos territórios nos países onde existem esses recursos, eliminando os obstáculos e resistência a esse propósito.

É conveniente lembrar que a América Latina possui quase 20% das reservas de petróleo e produz 7% da produção mundial de gás natural (sem contabilizar Bolívia). A Venezuela é o país com a maior reserva

comprovada de petróleo do planeta e possui as reservas de gás natural mais importantes da região. Mas existe uma diversidade enorme de recursos estratégicos na região, sendo vários destes minerais fundamentais para os Estados Unidos na matéria. Exemplo deles: Asbesto, Grafito, Mica, Nióbio, Fluorita, Estrôncio, Rênio, Lítio, Cobre, entre outros (DEL RÍO, 2018).

Frente à política venezuelana de aumentar o controle do Estado em relação à extração do petróleo, os EUA se colocaram de forma contrária ao governo chavista, participando das atividades oposicionistas ao governo democraticamente eleito no país através de apoio a tentativas de interromper de forma militar o governo chavista, como foi possível perceber quando os EUA reconheceram o golpe de 2002, ou com a participação indireta, oferecendo treinamento e financiamento para partidos oposicionistas ao governo venezuelano. Tal postura se deve ao entendimento do governo dos EUA de que a reorientação da política venezuelana com a chegada de Chávez ao governo seria prejudicial aos negócios de empresas estadunidenses no país. Dessa forma, os EUA atuaram no sentido de defender os interesses de seus capitais no país, em especial os que se relacionam com a extração do petróleo, dando continuidade a uma política externa que remonta ao século XIX, quando os EUA iniciam a construção de sua hegemonia no continente.

Os empresários dos EUA teriam descoberto os mercados e recursos da América Latina sem ajuda governamental, mas por mais de um século, o processo de integração econômica foi acelerado pela tentativa consciente de funcionários dos EUA de atar as economias da América Latina aos Estados Unidos (SCHOULTZ, 2000, p. 413).

Para garantir seus negócios na Venezuela, e na América Latina, os EUA buscam impor uma a agenda neoliberal no continente, em particular após as crises capitalistas dos anos de 1970 e 1980. Assim, para que os Estados latino-americanos conseguissem equilibrar suas contas públicas e honrar suas dívidas externas, era necessário se enquadrar no Consenso de Washington e adotar os planos econômicos estabelecidos pelo FMI, que previam corte de gastos públicos, desregulamentação econômica, abertura econômica, privatizações, corte de direitos sociais e leis trabalhistas, entre outras medidas que causaram um desarranjo no tecido social e uma radicalização das lutas de classes no país em função da piora da qualidade de vida

dos trabalhadores venezuelanos. Essas medidas criaram um ambiente favorável a eleição de Chávez em 1998, que contou com apoio de setores da sociedade venezuelana que se identificavam com a proposta de acabar com o antigo sistema político e construir uma nova forma de democracia, “direta e protagônica”, como pensou Chávez.

No entanto, se afastar do modelo neoliberal significava, como já foi colocado, reorientar o papel do Estado no que diz respeito a sua relação com a sociedade, uma vez que se o neoliberalismo defende que o Estado deve atuar no sentido de diminuir sua influência na economia e na construção da base social societal, a orientação das políticas públicas de Chávez foram no sentido contrário, utilizando o Estado e a riqueza do petróleo para garantir melhores condições de vida na Venezuela. Para os neoliberais, o excesso de ação do Estado no sentido de oferecer serviços públicos, distribuição de renda, direitos trabalhistas e sociais, são entendidos como uma subversão das qualidades intrínsecas ao indivíduo, que frente a tal contexto, deixaria de desenvolver suas competências mais importantes, em especial a concorrência, já que um Estado corrupto e ineficiente acaba por castrar tais características, que se devolveriam de forma plena em sociedades de mercado.

Ou seja, para os EUA, a solução para as crises dos países latino-americanos não passava pela otimização da ação estatal no sentido de promover a justiça social e a sua aproximação com os interesses da sociedade, mas sim com sua ação voltada a criar condições para a exploração do trabalho e para a especulação financeira. Tal perspectiva dos EUA pode ser percebida pelo telegrama intitulado *Chávez announces anticrisis economic measure: stop-gap policies, not fundamental change*, datado em 23 de março de 2009, quando o corpo diplomático dos EUA responsabiliza a falta de apoio e suporte para a iniciativa privada na Venezuela pela crise econômica enfrentada pelo país, demonstrando que, para o Departamento de Estado, os países latino-americanos deveriam estar totalmente alinhados aos pressupostos neoliberais defendidos por Washington, já que eram entendidos como a única solução possível para se resolver os problemas dos países do continente:

[...] But reliance on increasing and increasingly inefficient government spending was a primary reason Venezuela's recent economic boom was unsustainable. These measures do not go far to address the multiple disincentives to private investment in Venezuela nor the incredible

No aspecto internacional, os EUA buscaram desconstruir as tentativas da Venezuela de instaurar uma maior integração entre a América Latina. Ancorada em um entendimento acerca do bolivarianismo que traduz a necessidade de formar uma América Latina integrada contra os avanços dos países imperialistas, Chávez buscou, não apenas inviabilizar a ALCA, como também aumentar a efetividade de instituições como o Mercosul, a ALBA e a UNASUL. Assim, os EUA buscaram, através da pressão, em particular econômica, isolar o governo venezuelano, já que entendia que tal estratégia era contrária aos seus interesses.

[...] uma característica é essencial: minimizar pontes e diálogos entre as nações, quebrando unidades dos povos da região. É um dado preocupante. Na década progressista, importantes avanços foram feitos no âmbito da integração regional autônoma, como por exemplo: a Aliança Bolivariana para os povos de Nossa América – ALBA em 2004; a derrota conjunta da Área Livre de Comercio das Américas – ALCA em 2005; a construção da União das Nações Sul-americanas UNASUL em 2008; e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos CELAC em 2010. Hoje, a grande maioria está sendo desativada, suspensa e deslegitimada. Em alguns casos a saída (e denúncia) deles é uma mostra de orgulho, como no caso da Colômbia com sua saída da UNASUL: nas palavras do presidente Ivan Duque essa instituição foi “criada como uma fachada do Chavismo para fraturar o sistema interamericano e buscar a legitimação de suas aspirações ditatoriais”. Ironicamente, quase de forma simultânea, Colômbia aceitou o convite para ser parceiro global da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN. Todo um símbolo do momento regional. Assim, a retomada do processo de dependência colonial precisa da ruptura com as intenções independentistas ou de projetos coletivos autônomos (DEL RÍO, 2018).

A forma como o governo dos EUA entende o projeto político venezuelano e os governos tidos como progressistas na América Latina no início do século XXI se articula como uma mudança na própria geopolítica regional e na alteração da posição

³⁸⁹ [...] Mas a confiança na crescente e cada vez mais ineficiente economia do governo foi um dos principais motivos pelos quais o recente boom econômico da Venezuela foi insustentável. Essas medidas não têm o objetivo de abordar o múltiplo desestímulo ao investimento privado na Venezuela, nem as incríveis distorções causadas por um câmbio sobrevalorizado e controles de preços.”

³⁹⁰ Doc. Confidential. nº5966. *Chavez announces "anticrisis" economic measures: stop-gap policies, not fundamental change.* 23/03/2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS368_a.html.

do continente na dinâmica de produção e reprodução de capitais. Assim, a América Latina assistiu nos últimos anos, após um período em que o continente vivenciou o avanço de forças políticas e sociais tidas como progressistas, a uma virada ideológica nos governos de diversos países, que passaram a ser controlados politicamente por forças de direita. Tal alteração é mediada pelas condições objetivas de cada país e adota diferentes ritmos e formas, sendo que pode se materializar de forma legal e institucionalizada, como no caso da Argentina com a eleição de Macri em 2015 ou com um golpe parlamentar como ocorreu no Brasil em 2016 e no Paraguai em 2012.

Neste sentido, estes tipos de governo já alcançaram o poder ou estão em processo de alcançá-lo nos países da região. Um efeito dominó forçado. E também existe uma diversidade na forma como alcançaram o poder: pode ser de forma legítima e legal, como no caso da Argentina; ou de forma ilegítima e ilegal como no golpe de estado no Brasil. Nesta trajetória existe uma diversidade importante nas formas de ascensão destes governos. Chile, Argentina, Paraguai, Brasil, Peru, Equador, Colômbia são governos de direita que alcançaram recentemente o poder, cada um à sua própria forma, com as características locais (DEL RÍO, 2018).

No caso venezuelano, como vimos, as mudanças propostas por Chávez quando assumiu o poder político foram suficientes para que os EUA buscassem inviabilizar seu governo. Tal fato diz respeito ao projeto de hegemonia dos EUA, que “[...] começou quando os Estados Unidos estabeleceram sua hegemonia econômica com o sistema de Bretton Woods – e sua supremacia militar com as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki”, com o objetivo de manter um “amplo espectro de dominação”, constituindo um imperialismo “cuja principal característica é operar o máximo possível por meio de imperativos econômicos, e não pelo domínio colonial direto (WOODS, Ellen, 2014, p. 10).

O modo capitalista de imperialismo econômico é o primeiro imperialismo da história que não depende apenas da captura deste ou daquele território, ou da dominação de determinado povo. Cabe a ele supervisionar todo o sistema global de Estados e assegurar o que o capital imperial possa navegar com segurança e lucratividade por todo esse sistema. Procura-se assim não somente resolver o problema dos Estados “bandidos” ou Estados “fracassados”, mas também manter os Estados subalternos vulneráveis à exploração (WOOD, Ellen, 2014, p.11).

Seguindo os paradigmas colocados por Ellen Wood acerca do imperialismo, ou seja, a necessidade de subordinar os Estados não necessariamente pela força, mas pela pressão econômica, atuaram principalmente através de pressões do mercado, buscando produzir um descompasso que vitima as economias de países considerados “perigosos”, além de promover a desestabilização política e o esgarçamento do tecido social. Assim, o imperialismo capitalista “exerce seu domínio por meios econômicos, pela manipulação das forças do mercado, inclusive através da arma da dívida” (WOOD, Ellen, 2014, p. 23), como forma de tornar economias subordinadas suscetíveis aos ditames do capital e “forçadas a abrir seus mercados ao capital imperial por meio de certas transformações sociais” (WOOD, Ellen, 2014, p.28).

Portanto, o objetivo principal dos EUA na América Latina foi o de conseguir construir um ambiente favorável para que seus capitais pudessem se mover livremente, sendo que qualquer alteração nessa dinâmica, por mínima que fosse, não seria tolerada pela potência imperialista hegemônica. No entanto, o campo de atuação dos EUA frente as dinâmicas sociais nacionais que fogem de seu controle apresentam alguns limites, em especial ao fato de que a livre circulação de seus capitais, e em última instância, o próprio processo de acumulação capitalista, necessitam de previsibilidade, ou seja, necessitam de um corpo jurídico e político que justifique o processo de apropriação do trabalho. Assim, os EUA não podem abrir mão da existência de Estados Nacionais organizados, mas com uma natureza subalterna e dependente, não tolerando qualquer iniciativa de desenvolvimento autônomo.

Para legitimar suas ações na América Latina os EUA construíram um corpo doutrinário que teve como principal alicerce a defesa da democracia liberal, entendida (como visto anteriormente) como a defesa das eleições, partidos políticos, do Estado de Direito, liberdade de impressa e liberdade política. No entanto, a própria democracia liberal esbarra na constituição do neoliberalismo que os EUA buscam impor, já que “se sustentarmos que a democracia repousa sobre a soberania de um povo, o que aparece então é que, enquanto doutrina, o neoliberalismo é não acidentalmente, mas essencialmente, um *antidemocratismo*” (DARDTO; LAVAL, 2016, p.384).

O próprio presidente Chávez chamava a atenção para o caráter antidemocrático das políticas defendidas pelos EUA na América Latina. Em

documento confidencial datado do dia 16 de julho de 2009, a embaixada dos EUA atenta para o discurso de Chávez acerca da democracia defendida pelos EUA:

Chávez noted, however, that “the hour of the gorillas” is over and that now is the “hour of the people”. He described the “gorillas” as demonstrating what a true dictatorship is – kidnappings, killings, no freedom of press.” He added that “that kind of democracy they want to impose here in Bolivia, in Venezuela, never will they succeed in imposing those disguised dictatorship of democracy³⁹¹.³⁹²

São essas contradições, entre as abstrações elaboradas pelo discurso dos EUA e a forma como tal discurso se efetiva na realidade venezuelana que a análise da documentação em questão permite verificar, tornando possível perceber os reais interesses dos EUA na Venezuela, já que, ao mesmo tempo que defende um discurso democrático, se torna sócio dos setores mais antidemocráticos da sociedade venezuelana, defendendo, inclusive, uma ação estatal que visa impor o neoliberalismo, que se constitui e se efetiva enquanto um conjunto de ideias e práticas políticas e sociais essencialmente antidemocráticas.

Para tal, o neoliberalismo defendido pelos EUA na América Latina se ancora em um prática discursiva que visa, não apenas nortear a construção de políticas públicas, na defesa do esvaziamento de programas de transferência de renda e sociais, mas também procuram deslocar tais aspectos políticos para o campo da moral, como se a ação do Estado estivesse desviando as virtudes da livre iniciativa e do mercado, ajudando na construção de uma sociedade desestimulada em relação ao trabalho, dependente de um Estado ineficiente e corrupto e alheia aos benefícios do livre mercado. Dessa forma, muda-se o centro da problemática, que deixa de ser política e econômica e passa a ser moral. Em outras palavras, o problema deixa de ser da política neoliberal e passa a ser do Estado e do indivíduo.

³⁹¹ “Chávez observou, no entanto, que “a hora dos gorilas” acabou e que agora é a “hora do povo”. Ele descreveu os “gorilas” como demonstrando o que é uma verdadeira ditadura - sequestros, assassinatos, fim da liberdade de imprensa”. Ele acrescentou que “esse tipo de democracia que eles querem impor aqui na Bolívia, na Venezuela, nunca conseguirão impor ditadura disfarçada da democracia”.”

³⁹² Doc. Confidencial. nº3378. *From Bolivia, Chavez repeats accusations of USG involvement in Honduras coup.* 16/07/2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09caracas904_a.html

Frente a tal quadro de esgarçamento do tecido social em virtude das práticas neoliberais que marcaram a Venezuela durante os anos de 1980 e 1990, quando Chávez venceu as eleições em 1998 abriu-se o que Josué Medeiros (2008) chama de ciclo progressista na América Latina, quando se buscou alterar a ação do Estado-nação em relação ao ciclo neoliberal. Para o autor, tal período progressista foi marcado pelo crescimento econômico, mas com a classe dominante fora do domínio político. Tal classe dominante, após a crise capitalista de 2008, busca retomar seu poder de classe, gerando uma “contrarrevolução neoliberal”, quando as elites tentaram, através de diferentes estratégias, destituir os governos tidos como progressistas na América Latina:

Isso significa que a soberania popular perde o seu valor, pois – independente da vontade das urnas – o arranjo de poder toma as decisões para seguir fortalecendo o poder das classes dominantes (MEDEIROS, 2018, p.127).

Assim, o fato dos governos tidos como progressistas não terem rompido totalmente com o neoliberalismo, sendo que o nível desse afastamento depende das especificidades de cada país, abriu espaço para a avanço de forças contrarrevolucionárias neoliberais, que buscaram derrubar o arcabouço social produzido até então e colocar em marcha uma agenda antidemocrática e antinacional, abrindo os mercados nacionais para capitais externos e desestruturando os programas sociais posto em prática durante os governos progressistas. No âmbito teórico, as restrições dos governos progressistas em relação ao rompimento completo com o neoliberalismo também criaram discussões, como tentamos demonstrar durante o trabalho (segundo capítulo do trabalho)

Afinal, é um fato reconhecido por todos que os governos progressistas não romperam em definitivo com os preceitos do ciclo político neoliberal e, ao mesmo tempo, não o seguiram ao pé da letra, em uma dinâmica pendular de continuidades e descontinuidades que estimula a polêmica e a polissemia sobre tais processos (MEDEIROS, 2018, p.113).

No entanto, mesmo que não tenha rompido com o neoliberalismo, muito menos a exploração do trabalho capitalista, os governos tidos como progressistas, tendo o venezuelano como um de seus principais expoentes, modificaram de alguma forma

os pressupostos que estruturam e mantêm o capitalismo dependente latino-americano, onde

[...] a articulação entre o atraso e moderno propicia mecanismos de transferência de renda, que compensam a instabilidade e a imprevisibilidade do cálculo capitalista, inerentes ao capitalismo dependente. Nesta realidade, os limites competitivos do capital dependente são contrabalançados pela superexploração do trabalho e das riquezas naturais, o que, por sua vez, exige uma dominação das variáveis políticas que garantem esta situação (SANTOS, 2016, p.129).

Nessa dinâmica, que remonta a heranças coloniais, o capitalismo se efetiva na América Latina através da superexploração da mão de obra e dos recursos naturais, sem, no entanto, impor “os aspectos integradores associados ao capitalismo central, como a elevação do padrão de consumo e a universalização da cidadania. Em outras palavras, o capitalismo periférico leva ao paroxismo a dissociação entre capitalismo e democracia” (SANTOS, 2016, p.129).

Longe de se restringir a uma questão econômica, a superação da dependência petroleira implica em modificar as relações sociais cristalizadas pelo subdesenvolvimento, cuja origem remete à colonização (SANTOS, 2014, p. 353).

Assim, a natureza específica do capitalismo periférico latino-americano pode ser encontrada na falta de capacidade das burguesias locais em concorrer no campo econômico com as burguesias centrais, incompetência essa que é compensada pelo controle irrestrito do poder político que possibilita a diminuição das despesas através da superexploração do trabalho e dos recursos naturais. Ou seja, em países de desenvolvimento capitalista dependente, é o domínio da política que estrutura e mantém a reprodução capitalista.

É o monopólio da política que assegura a reprodução social de burguesias economicamente débeis: por isso a democracia é mais frágil na América Latina. A participação de indivíduos provenientes dos setores populares é tolerada, desde que não se traduza em uma política de autonomia de classe. Neste caso, o padrão das classes dominantes é cooptar, difamar ou liquidar (SANTOS, 2016, p.130).

Dessa forma, as burguesias latino-americanas dependem de uma sociedade estruturada através da manutenção de privilégios segregacionistas para sua reprodução como classe, já que qualquer alteração pode prejudicar todo o conjunto, sendo que o “horizonte das classes dominantes da América Latina está identificado com a perpetuação do subdesenvolvimento” (SANTOS, 2016, p.130). A Revolução Burguesa na América Latina se efetiva de forma paradoxal, em virtude de sua própria constituição enquanto classe, uma vez que a burguesia não se articula com forças nacionalistas e populares, que tem como objetivo a superação do capitalismo dependente, pelo contrário, busca perpetuar tal dinâmica, atuando, então, como uma contrarrevolução permanente, compactuando com o imperialismo e com um projeto modernizador “anti-nacional, antipopular e antidemocrático” (SANTOS, 2016, p.131).

Assim, é possível compreender a posição das elites venezuelanas em relação ao governo Bolivariano, uma vez que se colocaram frontalmente contra os avanços sociais no país, se alinhando a interesses imperialistas e se distanciando de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo. Já no campo das correlações de forças internacionais, as tentativas do governo chavista de conseguir construir uma lógica internacional na América Latina voltada para a integração, fortalecendo uma série de instituições como a Unasul, a Alba e o Mercosul, além da oposição dos EUA, também encontrou resistência nas burguesias nacionais, que:

Por trás da resistência das burguesias locais ao projeto integracionista, se encontra uma opção estratégica pela associação com o capital externo, a renúncia a qualquer projeto autônomo de desenvolvimento nacional e regional, a adaptação a uma divisão internacional do trabalho que relega aos países da América do Sul o papel de fornecedores de matérias-primas agrícolas e minerais e de serviços energéticos para as economias do centro do sistema capitalista, com a integração subalterna das remanescentes indústrias da região às cadeias produtivas globais. Do ponto de vista dessas burguesias, já não há um projeto nacional a implementar ou defender – menos ainda, projeto regional (FUSER, 2018, p.115).

Como já foi colocado por Ellen Wood, nas relações internacionais o padrão de exploração capitalista se reproduz, buscando impor através de imperativos econômicos e de mercado a dominação imperialista. No caso latino-americano, e venezuelano em particular, tal dominação se dá através da própria historicidade do desenvolvimento capitalista e da constituição da burguesia, que, atrelada aos interesses do capital internacional, busca inviabilizar projetos de desenvolvimento e

modernizadores que busquem reorientar a relação entre o Estado e a sociedade, ao mesmo tempo que não apoiam a adoção de uma política externa que vise integrar as diferentes econômicas latino-americanas, se alinhando a projetos propostos por potências imperialistas.

Em cada um dos países latino-americanos onde se fez presente esse tipo de expectativa, a “burguesia nacional” se recusou a cumprir o papel a ela destinado no roteiro stalinista, preferindo aconchegar-se aos setores mais conservadores das classes dominantes (latifúndio, a elite financeira e a burguesia “compradora”) e apoiar as preferências do imperialismo estadunidense, em prejuízo da classe trabalhadora, do povo em geral e de qualquer expectativa de desenvolvimento autônomo dos nossos países” (FUSER, 2018, p.122).

Pela própria dinâmica estrutural do capitalismo dependente latino-americano e as limitações encontradas nos processos políticos, os projetos de integração regional tidos como progressistas no continente, encontraram forte oposição em parcelas específicas da sociedade. Para a pesquisa em questão, tal fato é relevante pois demonstra as condições que nortearam a articulação entre o imperialismo estadunidense – através de sua ingerência na Venezuela - e a contrapartida social que receberam de parcelas da sociedade venezuelana, que mesmo atuando em um sentido contrário ao desenvolvimento nacional, compartilha uma agenda voltada para a perpetuação do atraso e da dependência.

Na Venezuela, as tensões geradas pela própria condição da luta de classes que se articula com a dinâmica social e política que se estrutura após a vitória de Chávez e a radicalização do discurso e da ação política da oposição, que não se acanha em adotar medidas antidemocráticas e violentas a cada derrota para o campo popular, coloca a sociedade venezuelana em uma encruzilhada. Ao mesmo tempo em que busca construir, mesmo após a morte de Chávez em 2013, uma alternativa ao capitalismo dependente através da construção de um Estado comunal e da adoção de uma democracia direta e participativa, o governo bolivariano se defronta com uma série de empecilhos. De um lado, as próprias contradições internas do movimento, que chegou ao poder político e se apoderou do “Estado Mágico” venezuelano, se burocratizou e não rompeu com os entraves da economia hiperdependente do petróleo. De outro, a oposição de uma potência imperialista e de uma burguesia violenta que não se intimida em defender abertamente a quebra do rito constitucional,

organizar manifestações violentas e apoiar um bloqueio econômico que joga o país em uma crise institucional, política e social sem precedentes.

Entre fevereiro e março de 2004, o *Plan Guarimba* cuja chamada à desobediência civil tinha como tática o fechamento violento e drástico de ruas e avenidas em bairros de alta renda de Caracas, como também o uso de coquetéis molotov, bazucas e bombas caseiras, cujo saldo foi de 9 mortos e 193 feridos. Desde a declaração do “Socialismo do Século XXI” em 2005, repentinamente, alguns produtos básicos *não perecíveis* começaram a escassear lastreando um tímido mercado negro de papel higiênico, creme dental, café e farinha de milho. São todas manifestações desesperadas de uma oposição incapaz de vencer pela via eleitoral e de construir um consenso ao redor de seu “programa político” (SEABRA, 2018)

Nesse sentido, a crise atual enfrentada pela Venezuela deve ser entendida através não apenas da ação dos EUA no país, mas também levando em consideração aspectos estruturais que compõem o capitalismo venezuelano, assim como o próprio padrão de luta das lutas de classe no país. Nessa conjuntura, a posição da burguesia venezuelana se mostra contrário a construção de um projeto de nação, entendendo a crise como uma oportunidade mercantil. A burguesia venezuelana aproveita do bloqueio econômico posto em prática pelos EUA e por uma série de ações no campo da política econômica adotadas pelo governo Maduro para especular e maximizar seus lucros, ao mesmo tempo que busca enfraquecer o governo venezuelano.

A oposição se torna ainda mais radical com o objetivo de construir a Revolução Bolivariana com a adoção da Constituição do Estado Comunal, que visa construir o Socialismo do século XXI. A Constituição foi “projetada a partir da consolidação e articulação de diversas instâncias de poder popular, entre os Conselhos Comunais, as Comunas, as Cidades comunais e por fim, o Estado Comunal” (SANTOS, 2014, p.356). Tal iniciativa buscou revigorar as relações de produção e participação política no país, visando a superação da dependência do petróleo e da construção da democracia participativa e protagônica.

Nesse sentido, apesar das tentativas, o caminho proposto pelo governo venezuelano de construir o Socialismo do século XXI, não estão imunes às contradições, em especial em virtude de sua natureza política. Assim, desde o início do governo bolivariano, é possível perceber que a economia venezuelana se tornou mais capitalista, “no sentido de que aumentou a participação do setor privado,

passando de 64,8% a 70% entre 1999 e 2008-9", uma vez que a política econômica venezuelana buscou reativar e não transformar o aparato produtivo existente (SANTOS, 2014, p.357).³⁹³

Tal fato revela as dificuldades de se compreender o processo político e social em curso na Venezuela, sendo que, se entendermos que a Revolução Bolivariana busca construir uma hegemonia no país, ou seja, como um longo processo histórico, este necessita resolver a contradição entre o Estado burguês e o Estado comunal que pretende instituir. Tal contradição reside no fato de que o próprio Estado Comunal, ao limite, visa substituir, esvaziar e destruir o Estado burguês, o que encontra resistência dentro dos próprios quadros do chavismo, uma vez que este chegou ao poder político através de eleições e utilizando as instituições da democracia burguesa (SANTOS, 2014).

Tais contradições internas, juntamente com a ação de uma oposição violenta e apoiada pelos EUA, além de problemas do governo na elaboração de uma política econômica que consiga superar os entraves da economia venezuelana dentro das condições objetivas existentes no capitalismo dependente nacional, acabou por acirrar as lutas de classes, que consequentemente acabam por radicalizar as ações opositoras com o objetivo de derrubar o governo, resultando em uma profunda crise no país.

Não são novos os anúncios tão evidenciados e disseminados sobre a existência de uma longa "crise" na República Bolivariana da Venezuela. Ao indivíduo mais dotado de historicidade, o início da "crise" pareceria coincidir com a vitória eleitoral de Hugo Chávez em 1998, mas que teria na oposição às Leis Habilitantes de 2001 seu marco fundamental. Todavia, num exemplo de total "amnésia", apagadas todas as referências pretéritas, a conjuntura pela qual atravessa a Venezuela seria simples resultado da inabilidade do atual presidente e dos chavistas em conduzir a vida política, social e econômica do país. Deste modo, encontramos explicações que atribuem ser a crise relativa à elevada inflação e à falta de certos produtos e alimentos básicos devido à ineficiência do governo de Nicolás Maduro. Também, nos deparamos com considerações de que a crise é referente à repressão e às mortes de manifestantes da oposição durante democráticos protestos contra um governo ditatorial. As indicações sobre a crise combinadas sugerem a algo extremamente preocupante e irresponsavelmente divulgado: o país

³⁹³ Fábio Luís aponta para outras contradições em relação ao governo venezuelano, como a inexistência de impostos sobre ganhos financeiros e o subsídio para o preço da gasolina. (2014, P.358)

atravessa uma crise humanitária. Mas afinal que “crise” atravessa de fato a Venezuela? (SEABRA, 2018).

A crise venezuelana é apresentada por grande parte da mídia brasileira e internacional como fruto apenas da falta de habilidade do governo chavista em construir consensos, em resolver os problemas econômicos e respeitar os ritos democráticos. No entanto, como procuramos demonstrar na presente tese, as práticas da oposição venezuelanas se mostraram extremamente violentas, optando em alguns momentos, como em 2002, por uma via de confronto direto com o governo democraticamente eleito. Frente as consecutivas derrotas, a oposição buscou reorientar sua ação, passando a adotar uma política conjunta, que buscava articular uma “guerra econômica” (com apoio dos EUA) e de desobediência civil, com o objetivo de construir um caos social que levaria ao fim do governo chavista na Venezuela. Tal estratégia ganhou força após a morte de Hugo Chávez em 2013, tendo se radicalizado desde então.

A desaparição física de Chávez levou a oposição à convicção sobre o fim inevitável da Revolução Bolivariana. Desde então foram postas em funcionamento duas táticas complementares: a primeira colocada em curso desde meados de 2012, a *guerra econômica* tinha como armas o açambarcamento programado de produtos essenciais, a indução da inflação pelo ataque à moeda e o boicote no fornecimento de produtos e insumos industriais. Tal tática visava minar o poder de compra dos salários, reduzir a produtividade interna e reduzir a confiança na eficiência da intervenção estatal na economia. A segunda tática, a *guardimba* com a formação de barricadas em avenidas e ruas, queima de pneus e lixo, cabos de aço atravessando as ruas à altura do pescoço, ações violentas de grupos portando armas de fogo e caseiras. São formas de fustigar a ação mais repressiva pelo governo, gerar o medo entre a população, exigir a renúncia do presidente, sendo acompanhadas por campanhas em defesa da liberdade de imprensa e das violações dos direitos humanos. Combinadas, estas táticas têm efeitos psicológicos e desestabilizadores, criando um clima de *ingovernabilidade* (SEABRA, 2018).

Tal radicalização do processo político e da luta de classes no país resultou em uma crise de consequência dramática para a população venezuelana, gerando desabastecimento, violência social, pobreza e miséria. Diferentemente do que afirma a grande mídia brasileira e internacional, para se entender tal situação é necessário levar em consideração as particularidades do processo político iniciado por Chávez, a constituição do capitalismo dependente venezuelano, o papel dos EUA e as próprias

condições materiais existentes no país, entendendo-se por condições materiais não apenas as econômicas, mas a rede de socialidade que se intentou alterar.

Portanto, a própria diferenciação que aparece na documentação acerca da sociedade civil, sendo possível verificar duas definições contrárias, sendo a do chavismo entendida como o incentivo à participação da população na política de forma mais ampla, a desconcentração da renda e o aumento dos poderes decisórios para as comunidade e a norte americana entendida como a oposição ao governo Chávez, demonstra a complexidade das contradições sociais existentes no país. Assim, foi possível verificar que a embaixada dos EUA na Venezuela atuou como um agente desestabilizador de um governo democraticamente eleito, ajudando membros oposicionistas com financiamento e treinamento político e jurídico para construção de um discurso que visava justificar a interrupção do governo eleito, configurando assim, uma intervenção branca na Venezuela.

Dessa forma, a situação é muito mais complexa do que a apresentada pela grande mídia, que em grande parte, repercute e transmite o discurso dos EUA acerca da Venezuela, como é possível perceber pelo documento despachado no dia 22 de janeiro de 2009, que culpe exclusivamente o governo pela falta de alimentos no país:

The problems inherent in the GBRV's economic model became manifest beginning in mid to late 2007. The most obvious sign of these problems were severe shortages of many staples goods, which peaked in early 2008. These shortages were the predictable result of rigid price controls in an inflationary environment³⁹⁴.³⁹⁵

A Guerra econômica travada pela oposição venezuelana guarda relação com a extrema dependência da economia do país, que exporta petróleo e importa boa parte dos produtos de primeira necessidade, o que torna o país vulnerável a qualquer alteração na correlação de forças internacionais. Dessa forma, a tentativa do governo de conceder subsídio a burguesia nacional, em especial através do controle da taxa do dólar se mostrou improdutiva, já que estes passaram a especular com a moeda estrangeira, criando um mercado negro em que o dólar e produtos de primeira

³⁹⁴ "Os problemas inerentes ao modelo econômico do GBRV se manifestaram a partir de meados até o final de 2007. O sinal mais óbvio desses problemas foi a escassez severa de muitos bens básicos, que atingiu o pico no início de 2008. Essas carências eram o resultado previsível de rígidos controles de preços. em um ambiente inflacionário"

³⁹⁵ Doc. Confidential. Nº16351. VENEZUELA'S 2009 ECONOMIC OUTLOOK: GRIM TO DIRE. 22/01/2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS87_a.html

necessidades são vendidos a preços exorbitantes tanto na Venezuela como na Colômbia, enquanto que os mesmos são retirados das prateleiras, gerando uma inflação que corói o salário e o poder de compra do trabalhador venezuelano.

Sobre a guerra econômica é importante levantar alguns dados. A Venezuela é altamente dependente da importação de alguns alimentos e insumos industriais-farmacêuticos. De acordo com Pasqualina Curcio (2017, pp. 61-62), por volta de 98% das divisas do país são provenientes de empresas estatais, sobretudo, da PDVSA. Deste montante, aproximadamente 65% foram destinadas à importação de bens, dos quais 94% foram alocados para o setor privado a preços preferenciais (entre 2003 e 2013 totalizaram US\$304,7 bilhões). Ainda assim, recaem todas as acusações de inficiência sobre o governo e a insuficiência de divisas para o setor privado. O mais curioso é que os produtos mais escassos no mercado são *não perecíveis* como farinha de milho, óleo de cozinha, creme dental, café, leite em pó, macarrão, açúcar e papel higiênico, ou seja, produtos de fácil armazenamento. Nesse sentido, a escassez planejada resulta tanto do açambarcamento, como também de sua destinação ao *contrabando*, tanto no mercado negro interno, como também sua destinação à Colômbia num negócio mais seguro e rentável que o narcotráfico. Estima-se que apenas em 2014, quase 40% dos produtos importados e subsidiados pelo governo tenham parado no país vizinho (Gutiérrez, 2014). A manipulação da taxa de câmbio no mercado paralelo ilegal é a arma mais eficaz da guerra econômica. Isso porque seus efeitos são variados e amplos o suficiente para empurrar a inflação para cima, afetar qualquer ganho dos salários e incentivar o contrabando de mercadorias escassas e divisas. Ainda que a existência de um mercado paralelo ilegal de dólares seja consequência da regulação da taxa de câmbio pelo governo, a média dos valores do bolívar/dólar no câmbio negro entre 23 de junho de 2010 (9,92 bolívares) e 23 junho de 2012 (9,42 bolívares) não são muito significativas, mantendo-se na casa dos 8,70 bolívares e com variação percentual negativa de -5,30%. A situação é totalmente diversa se tomarmos desde a primeira data com maior variação 20 de agosto de 2012 (10,70 bolívares) até 15 de junho de 2017 (8104,71 bolívares), não só a média passa a 856,35 bolívares, como também a variação percentual no valor entre as duas datas alcança 75.644,953% (Dolar Today, 2017). Apenas esses dados são suficientes para indicar a significativa da hiperinflação venezuelana acumulada em 2015 em 180% (Curcio, 2017), e estimada para 2017 entre 388% e 361% (El Universal, 2017, apud SEABRA, 2018).

O objetivo da oposição venezuelana ao conjugar a ação violenta das *guarimbas* e a guerra econômica é despolitizar o processo de mudança política e social colocado em marcha pela Revolução Bolivariana, buscando, com apoio dos EUA, desestabilizar o governo venezuelano com o intuito de interromper o mandato democrático de Maduro. Em artigo publicado no dia 8 de setembro de 2018 o jornal

The New York Times³⁹⁶ publicou textos relatando o encontro de representantes do governo dos EUA com membros da oposição venezuelana, inclusive militares, para se discutir um golpe de Estado contra Maduro. Tal evidencia, que vai ao encontro do que a documentação analisada no trabalho demonstra, retrata a complexidade da situação no país venezuelana e a necessidade de se buscar compreender que os EUA buscam influenciar a situação social, política e econômica na Venezuela, buscando defender seus interesses na região.

Nesse sentido, percebe-se que os EUA não deixaram de lado os pressupostos da Doutrina Monroe, que remonta ao século XIX, no momento de formação dos Estados-nacionais latino-americanos e que tem como mote principal o entendimento por parte dos EUA de que a América Latina é uma fonte segura de matéria-prima, mercado consumidor e mão de obra barata disponível para o desenvolvimento capitalista estadunidense. Como vimos, as políticas de distribuição de renda e de maior autonomia do Estado frente a extração de petróleo adotadas por Chávez foram suficientes para que os EUA fizessem forte oposição ao governo venezuelano, se articulando com setores conservadores da sociedade venezuelana.

No entanto, tal movimento pode ser percebido em outros países da América Latina, que tiveram uma troca no poder político, que foi novamente ocupado por forças de direita. Tal movimento, que pode ser observado em países como Brasil e Argentina, por exemplo, se inserem em uma mudança na correlação de forças no continente a qual os EUA participam ativamente, em especial como o objetivo de garantir sua hegemonia na região, enfraquecendo iniciativas de integração regionais, como a Alba e o Mercosul, além de impedir a fixação de potências estrangeiras, em especial a China, como parceira econômica dos países latino-americanos. O cientista político Andrés Del Río (2018) traça aspectos comuns do avanço da direita nos países da América Latina, sendo eles:

Comecemos pelo início. De que estamos falando? Bem, estamos falando da geopolítica dos Estados Unidos na região, de uma série de elementos, características e comportamentos que estão presentes na grande maioria dos países desta parte do mundo, em diferentes graus, implementando-se em diferentes velocidades, dentro dos limites de cada país. Quatro são as características que podemos individualizar neste processo de expansão do capital e invasão sofisticada: 1)

³⁹⁶ Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/09/08/world/americas/donald-trump-venezuela-military-coup.html>

governos de direita; 2) novas políticas de segurança; 3) presença das Forças Armadas dos Estados Unidos, sob mando do Comando Sul; 4) Recursos Naturais Estratégicos.

O objetivo é, além de garantir a hegemonia estadunidense na região, contando com o apoio das burguesias nacionais, impor o neoliberalismo no continente. Para tal, as políticas de austeridade fiscal e de renúncia do papel do Estado enquanto agente econômico, típicas do discurso neoliberal, são vocalizadas pela grande imprensa, que constrói uma narrativa caótica em que se prevalece a violência e deslegitimação de atores políticos e líderes sociais, as práticas de corrupção, a violência e a necessidade urgente de reformas neoliberais como a única forma de se resolver os problemas nacionais. Esse “terror psicológico” busca construir consenso na sociedade, que acaba por apoiar forças políticas que defendem claramente projetos políticos antidemocráticos e antinacionais.

Por outro lado, a mídia hegemônica local e internacional faz o trabalho da guerra psicológica, simultaneamente. Prepara o terreno para as reformas, criando necessidades, deslegitimando adversários, condenando massiva e maciçamente aqueles que contestam o processo. Fomenta o norte do que o país necessita, bombardeando constantemente com informações falsas, desonestas e/ou parciais. Simultaneamente, o sentimento de caos e corrupção é instalado, e elas são essenciais para o processo da retomada da dependência colonial. O discurso da corrupção (e do desperdício do Estado) é a bandeira do processo na maioria dos países da região (DEL RÍO, 2018).

No entanto, mesmo frente a tamanha dificuldade econômica, inflação, violência, entre outras mazelas que estão presentes na América Latina, o chavismo continua vencendo eleições até 2018, em especial as majoritárias. Ou seja, mesmo sem Chávez e com todas as contradições presentes na Venezuela, a maioria dos venezuelanos continua acreditando nas mudanças promovidas pela Revolução Bolivariana e defendendo a herança construída durante o governo Chávez, e, em particular, dando vazão a rede de cooperação social e de construção ideológica e política que se construiu desde os anos de 1960, quando os grupos de esquerda foram reprimidos pelos governos do *puntofujistas* e, posteriormente, com as organizações de representação e discussões locais que surgiram nos *barrios* e que ganharam importância com o *Caracazo*, não apoiando as tentativas das elites de retomarem o poder político no país.

As lembranças das políticas neoliberais, da pobreza, da miséria, da repressão que marcaram a história recente venezuelana ainda estão presentes nas organizações comunais, nos conselhos de bairros, nas universidades bolivarianas, fato que confere uma base social para a Revolução Bolivariana, que, apesar das dificuldades, ainda se apresenta como um projeto de desenvolvimento que se afasta, mesmo que parcialmente, das políticas neoliberais. Nesse sentido, em um momento de avanço de forças políticas conservadoras e ávidas por implementar a agenda neoliberal na Venezuela e na América Latina, que contam com apoio dos EUA, os avanços construídos durante o período tido como progressista está sob forte ataque, sendo que:

Dentro da dinâmica da disputa global, uma guerra sofisticada, de dominação, com o objetivo de uma retomada à dependência colonial está em pleno processo na nossa região. Uma consequência é que essas ações interdependentes dos centros hegemônicos inviabilizam qualquer avanço ou consolidação da democracia na região. Estados fracos não regem seu território e são propensos à corrupção e à dependência (DEL RÍO, 2018).

Nesse novo momento enfrentado pela América Latina é importante colocar o caráter popular do processo político venezuelano, uma vez que o centro dinâmico da Revolução Bolivariana não foi Chávez, apesar de sua imensa importância, mas sim o povo venezuelano, que encontrou forças para superar e apoiar políticas públicas que buscavam reorientar o papel do Estado e sua relação com a sociedade, buscando se apropriar das riquezas naturais através de programas de transferência de renda e de melhorias nas condições de vida. É por essa centralidade popular que, apesar das tentativas de golpe, das *guarimbas*, da guerra econômica e da pressão internacional, a Revolução Bolivariana persiste, na tentativa de encontrar dentro de suas próprias contradições e limitações, as soluções para a encruzilhada venezuelana no início do século XXI.

Referências

- ALI, Tariq. *Piratas do Caribe. O eixo da esperança*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: RECORD, 2008.
- ALLARD, Jean-Guy; GOLLINGER, Eva. *La agresión permanente*. Caracas: Ministerio del Poder Poder Popular para la Comunicación y la Información (2009).
- Almeida, José Rubens Mascarenhas de. *Globalização: a retórica do velho imperialismo - (uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI)*. 2009. 433 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ALVAREZ, I., and M. Rosangel. *¿ La Fuerza Armada Nacional de Venezuela: de actor social a actor político?*. XXV International Congress of the Latin American Studies Association, CD ROM. 2004.
- ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1996.
- ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. Boitempo, 2015, São Paulo.
- ANDERSON, Perry. *Las antinomias de Antonio Gramsci*. 1981.
- ANTUNES, Ricardo (Luis Coltro). *O Continente do Labor*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. (Mundo do Trabalho)
- ASSANGE, Julian. *The Wikileaks Files: The World according to US Empire*. Verso Books, Londres, 2015
- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *Pandemônio de Intrigas: Classes Sociais, Estado e Política nos Estudos de Marx sobre o Bonapartismo*. 2005. 354f. Tese (Doutoramento em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.
- ASSUNÇÃO, Vânia. *A teoria das abstrações de Marx: o método científico exato para o estudo do ser social*. Revista Verinotio. 2004. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.8857190030494.pdf>.
- AYERBE, Fernando. *O Estados Unidos e América Latina: Construção da Hegemonia*. Editora Unesp. São Paulo, 2002.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção de uma hegemonia*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. Editora José Olympio, 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto. *A desordem mundial*. Civilização Brasileira, 2016.

BARBOZA FILHO, Rubem. *Sentiment of democracy*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 59, p. 05-49, 2003.

BEETON, Dan; JOHNSON, Jake; MAIN, Alexander. *Venezuela*. IN:ASSANGE, Julian. *The WikiLeaks Files: The World according to US Empire*. Verso Books, Londres, 2015.

BETHEL, Leslie. *História da América Latina. A América Latina após 1930*. v. 8. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. *A América Latina entre a segunda guerra mundial e a guerra fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BRITTO GARCÍA, Luis. *Dictadura mediática en Venezuela: investigación de unos medios por encima de toda sospecha*. Caracas/Venezuela: Imprensa Nacional y Gaceta Oficial, 2012.

BUXTON, Julia. *Venezuela after Chávez*. 2016. Disponível em: <https://newleftreview.org/II/99/julia-buxton-venezuela-after-chavez>

BUZETTO, Marcelo. *As lutas sociais e políticas na Venezuela bolivariana*. DOSSIÊ – América Latina: nova fase de múltiplos embates. *LUTAS Sociais*. n. 19/20. São Paulo: NEILS, 2007. Disponível: http://www.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/14.pdf Acesso: 03/07/2012.

CABALLERO AGÜERO, Manuel Antonio. *Las crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992)*. 5. ed. Caracas/Venezuela: Alfadil Ediciones, 2007.

CANACHE, Damarys. *Chavismo and Democracy in Venezuela*. SYMPOSIUM on “Prospects for Democracy in Latin America”. University of North-Texas. Apr. 5-6, 2007. University of Illinois at Champaign-Urbana, USA. Disponível: Acesso: 03/07/2012.

CASANOVA, Pablo González. *O Imperialismo hoje*. Tempo, v. 9, n. 18, p. 65-75, 2005.

CECEÑA, Ana Esther (org.). *Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI*. 1. ed. Buenos Aires/Argentina: CLACSO, 2004.

CECEÑA, Ana Esther. *Desafios das emancipações em um contexto militarizado*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CECENÃ, Ana Esther; BARRIOS, David. *Venezuela ¿invadida o cercada?*. 2017. Disponível em: <http://geopolitica.iiec.unam.mx/node/178>

CHASIN, José. *Democracia Direta versus Democracia representativa*. REVISTA de Filosofia, Política e Ciéncia da História. Ensaios Ad Hominem. n. 1. Tomo 3 – Política. São Paulo: Estudos e Edição Ad Hominem, 2000.

CHASIN, José. MARX. *Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CICCARIELLO-MAHER, George. *Building the commune: Radical democracy in Venezuela*. Verso Books, 2016.

CICCARIELLO-MAHER, George. *We created Chávez: A people's history of the Venezuelan revolution*. duke university press, 2013.

CLEMENTE BATALLA, Isabel; FERRO, Lilia. *El golpe de estado en Venezuela de abril de 2002 y su proyección internacional*. Documento de Trabajo/FCS-UM; 63, 2004.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto. *Teoria crítica e sociedade do espetáculo*. Ed. In House, 2014.

COLMENAREZ, Elio. *La insurrección de febrero*. Ediciones la chispa, Caracas, 1989.

COMBELLAS, Ricardo. *El proceso constituyente y la Constitución de 1999*. Venezuela en retrospectiva. Los pasos hacia el régimen chavista, p. 47-76, 2007.

CORONIL, Fernando. *Estado y Nación durante el golpe contra Hugo Chávez*. ANUARIO de Estudios Americanos. n. 62. Sevilla/España: s.n., 2005. Disponível: <http://estudiosamericanos.revistas.csic.es/index.php/estudiosamericanos/article/view/69/71> Acesso: 03/07/2012.

CORONIL, Fernando. *El Estado mágico: naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Editorial Alfa, 2017.

COSTA, Ricardo (da Gama Rosa). *Gramsci e o Conceito de Hegemonia*. 1. ed. Salvador/BA: Quarteto, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci. Ensaios de Teoria Política*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. [1999]

COUTINHO, Joana Aparecida. As ONGs: origens e (des) caminhos. **Lutas Sociais**, n. 13/14, p. 57-64, 2005.

DA SILVA, Marcos Antonio; ARCE, Anatólio Medeiros. *Política Externa e Integração Regional: a Diplomacia Venezuelana entre a ALBA e a UNASUL*. Revista Sul-Americana de Ciéncia Política, v. 1, n. 3, p. 98-109, 2013.

DAMASCENO, Fernando Sérgio. *A Face oculta da Venezuela*. ILAESE, São Paulo, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Boitempo Editorial, 2016.

DE ARAÚJO, Vinicius Barbosa. *ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: A DINÂMICA ENTRE VALIDADE, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS SOB AS CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO DA SOCIALIZAÇÃO BURGUESA*. O Direito Alternativo, v. 2, n. 1, 2013.

DE GUERÓN, Eva Josko. *La política exterior: continuidad y cambio, contradicción y coherencia. El caso Venezuela: una ilusión de armonía*, Caracas, IESA, 1986.

DEL RÍO, Andrés. *O Norte no Sul: a nova geopolítica do Tio Sam*. IN: *Le Monde Diplomatique*, 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-norte-no-sul-a-nova-geopolitica-do-tio-sam/>

DEMIER, Felipe Abrantes. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. 2012. Tese de Doutorado. Tese (doutorado) em História. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História.

DOS SANTOS SANTANA, Elissandro; OJEDA, Jesús Ibáñez; JÚNIOR, Wanderley Dos Reis Nascimento. *Modelos divergentes de integración regional: el caso ALBA-TCP y Alianza del Pacífico*. Rebela, v. 7, n. 1, 2017.

DUMÉNIL, Gérard; LÖWY, Michael; RENAULT, Emmanuel. *Ler Marx*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

DUPAS, Gilberto; OLIVERIA, Marcelo Fernandes. *A União Sul-Americana de Nações: Oportunidades econômicas e entraves políticos*. IN: AYERBE, Luis Fernando (org). *Novas Lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. Editora Unesp, São Paulo, 2008.

EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma Introdução*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial /Editora UNESP, 1997.

EL TROUDI, Haiman; MONEDERO FERNÁNDEZ-GALA, Juan Carlos. *Empresa de Producción Social: instrumento para el socialismo del siglo XXI*. 2. ed. Caracas/Venezuela: Centro Internacional Miranda, 2007.

FERREIRA, Jorge. *O Nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. In FERREIRA, Jorge. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. [2001]

FORTES, Alexandre (org.). *História e Perspectivas da Esquerda*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FUSER, Igor. *Reflexões sobre as burguesias sul-americanas e a integração regional*. Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas, v. 5, n. 3, p. 112-125, 2017.

GIORDANI CORDERO, Jorge (Antonio). *Gramsci, Italia y Venezuela: apuntes e impresiones*. Caracas/Venezuela: Vadel Hermanos Editores, 2009.

GOLINGER, Eva. El código Chávez: descifrando la intervencion de los Estados Unidos en Venezuela. Editorial de Ciencias Sociales. Havana, 2005.

GOMES, Angela Maria de Castro. *O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOMES, Angela Maria de Castro. *O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. IN: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

GOMES, Ilse; COUTINHO, Joana A. *Estado, movimentos sociais e ONGs na era do neoliberalismo*. Espaço Acadêmico, v. 8, n. 89, 2008.

GRAZIOTTIN, Gabriel. *A evolução e os desdobramentos da cooperação colombo-estadunidense para a governança securitária regional sul-americana*. REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 8, n. 1, 2018.

HERZ, Monica. *Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria*. *Estudos Avançados*, 16 (46), pp. 85-104, 2002.

HOEVER, Ingo Niebel. *Venezuela 2002. El golpe de Estado como instrumento político a principios del siglo XXI*. América Latina en la turbulencia global: Oportunidades, amenazas y desafíos (2013).

HOEVER, Ingo Niebel. *Venezuela 2002. El golpe de Estado como instrumento político a principios del siglo XXI*. América Latina en la turbulencia global: Oportunidades, amenazas y desafíos, p. 315, 2013.

IANNI, Octavio. *Estado e Capitalismo*. 2. ed. rev. amp. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

IANNI, Octavio. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989. (Fundamentos)

Jácome, Francine. *Fuerza Armada, Estado y sociedad civil en Venezuela*. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, Caracas, octubre de (2011).

JUSTINIANO, María Fernanda. *América: de colonia a reino y de periferia a centro*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds, 2016.

KALECKI, Michal. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. Hucitec, São Paulo, 1977.

KLEIN, José Alfonso. *Poder político e luta de classes na Venezuela: 1989-2009*. 2010. 385f. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais: Política e Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

KRAUZE, Enrique. *O poder e o delírio*. Tradução: Luis Reyes Gil. São Paulo: Benvirá, 2013.

LANDER, Edgardo. *Venezuela. La búsqueda de un proyecto contrahegemónico*. In CECEÑA, Ana Esther. *Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI*. 1. ed. Buenos Aires/Argentina: CLACSO, 2004.

LÓPEZ MAYA, Margarita. *La protesta popular venezolana entre 1989 y 1993*. Caracas/Venezuela: Coordinación de Extensión, 2000.

LÓPEZ MAYA, Margarita. *Venezuela 2001-2004: actores y estrategias*. Cuadernos del CENDES, v. 21, n. 56, p. 109-132, 2004.

LÖWY, Michael (org.). *O Marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. [1999]

MAGALLANES, Rodolfo José. *Socialismo y Populismo: proyecto político para Venezuela en el siglo XXI*; en MAGDALENO, John (comp.). *Ideologías: ¿máscaras del poder? Debatiendo el “socialismo del siglo XXI”*. Caracas/Venezuela: Edit. Melvin, C.A., pp. 251-63.

MAIHOLD, Günther (ed.). *Venezuela en retrospectiva. Los pasos hacia el régimen chavista*. 1. ed. Madrid/España: Iberoamericana, 2007/2008.

MARINGONI (DE OLIVEIRA), Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. (Revolução do Século 20)

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa. Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARINGONI, Gilberto. *Hugo Chávez desperta ira dos mercados, dos Estados Unidos e da direita*. In *Carta Maior* (10/01/2007). Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2007/janeiro-2007/hugo-chavez-desperta-ira-dos-mercados-dos-estados-unidos-e-da-direita>

MARINGONI, Gilberto. *Que tipo de liderança é Chávez?*. IN: BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas*. Boitempo, São Paulo, 2010.

MARX, Karl (Heinrich _). *A Ideologia Alemã*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. [1845-1846] (Marx e Engels)

MARX, Karl (Heinrich). *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. [1843, 2005]

MARX, Karl (Heinrich. *Lutas de Classes na Alemanha*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. (Marx e Engels, v. 9) [1848-1850]

MARX, Karl (Heinrich. *Manifesto Comunista*. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. [1848, 1998]

MARX, Karl (Heinrich. *O Dezoto Brumário de Luis Bonaparte*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. [1851-1852] (Marx e Engels, v. 10)

MARX, Karl (Heinrich. *Sobre a Questão Judaica*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. [1844]

MARX, Karl (Heinrich; ENGELS, Friedrich. *O Dezoto Brumário de Louis Bonaparte*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2003. [1851-1852]

MARX, Karl . *A Guerra Civil na França*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. [1871]

MATTEI, Lauro Francisco. *Impasses políticos atuais e principais tendências do processo de integração da América do Sul*. REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 8, n. 1, 2018.

MAYA, Margarita López. *El ocaso del chavismo: Venezuela 2005-2015*. Editorial Alfa, 2016.

MAYA, Margarita Lopez. *La protesta Popular venezolana entre 1989 y 1993*. Coordinacion acadêmica faces, Caracas, 1999.

MEDEIROS, Josué. *Regressão Democrática na América Latina: do ciclo político progressista e ao ciclo político neoliberal e autoritário*. Revista de Ciências Sociais: RCS, v. 49, n. 1, p. 98-133, 2018.

MENDES, Ricardo Antonio. *América Latina – Interpretações da origem do Imperialismo norte-americano*. IN: *Revista Projeto História- revista do programa do pós-graduação em Historia da PUC-SP*, nº31, 2005, São Paulo, p.167-188.

MERENDI, Izaura Peghim. Justificando intervenções : a política externa norte americana e a América Latina.. 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

MORAES, Wallace. *Brasil e Venezuela: Histórico das relações trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez*. Achiamé, Rio de Janeiro, 2011.

NAÍM, Moisés; PIÑANGO, Ramón (Ed.). *El caso Venezuela: una ilusión de armonía*. Ediciones IEZA, 1986.

OLIVEIRA, Fabiana. *A desaceleração da integração latino-americana: dilemas e desafios em tempos de Mercosul, Unasul e Aliança para o Pacífico*. IN: IGLESIAS, Enrique (org). Os desafios da América Latina no século XXI. Edusp, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Mariana Lopes Vieira. *O debate teórico sobre o governo Chávez: paradoxos do chavismo na Venezuela*. Campinas, 2016- Doutoramento em Ciências Políticas - UNICAMP.

OSORIO, Leonardo. *EL PRESIDENCIALISMO EN LA HISTORIOGRAFÍA POLÍTICA DE VENEZUELA: UN ANÁLISIS DE TEXTOS ESCOLARES*. Publicación Semestral de Historia y Ciencias Sociales, v. 22, n. 43, p. 113, 2014.

PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. Boitempo Editorial, 2008.

PEELER, John. *Elementos Estructurales de la desestabilización de una democracia consolidada. La desconsolidación en Venezuela*. In MAIHOLD, Günther (ed.), *Venezuela en retrospectiva. Los pasos hacia el régimen chavista*. 1. ed. Madrid/España: Iberoamericana, 2007.

PETKOFF, Teodoro Maleç. *Hugo Chávez Tal Cual*. 1. ed. Espanha: Catarata, 2002.

Petras, James. *Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas*. Lutas Sociais. ISSN 1415-854X 1 (2004): 1-28.

PETRAS, James; VELTMAYER, Henry. *Espejismos de la izquierda en América Latina*. Ciudad de México/México: Editorial Lumen S.A., 2009.

PINHEIRO, Jair. *Revolução Bolivariana: uma revolução política dos de baixo? LUTAS Sociais*. n. 24. São Paulo: NEILS, 1. Sem. 2010. pp. 101-114. Disponível: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/09-Jair%20Pinheiro.pdf> Acesso: 03/07/2012.

POULANTZAS, Nicos; SILVA, Francisco. *Poder político e classes sociais do estado capitalista*. 1971.

PUGA, Eduardo Álvarez. *Maldito mercado: manifiesto contra el fundamentalismo neoliberal*. Ediciones B, 1996.

ROMERO JIMÉNEZ, Juan Eduardo. *Hugo Chavéz y la representación de la historia de Venezuela*. Reflexión política, v. 6, n. 11, 2004.

ROMERO, Carlos Antonio; CURIEL, Claudia. *Venezuela: política exterior y rentismo*. Cadernos Prolam/USP, v. 8, n. 14, p. 39-61, 2009.

ROMERO, Carlos. *Venezuela y Estados Unidos: ¿una relación esquizofrénica*. Nueva Sociedad, v. 206, p. 78-93, 2006.

ROMERO, Juan Eduardo. *Usos e interpretaciones de la historia de Venezuela en el pensamiento de Hugo Chávez*. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, v. 11, n. 2, p. 211-235, 2005.

ROSA, Flavia Bischain. *O movimento operário na Venezuela do século XXI*. Sundermann, São Paulo, 2014.

SADER, Emir (Simão). *A nova toupeira. Os caminhos da esquerda latino-americana*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SAES, Decio (Azevedo Marques) de. *Democracia*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1987. (Princípios, v. 112) [2. ed. 1993]

SALAS, Yolanda. *Las desarticulaciones de una modernización en crisis: revueltas populares y la emergencia del caudillismo en Venezuela*. La Torre: Revista de la Universidad de Puerto Rico, v. 4, n. 12, 1999.

SALGADO, Tiago Santos. *A Folha de S. Paulo e o Governo Hugo Chávez (2002 – 2005)*. Jundiaí, Paco Editorial: 2015

SALGADO, Tiago. *Cultura Política na Venezuela de Hugo Chávez*. 2011, Ariadna Tucma. Disponível em: <http://www.ariadnatucma.com.ar/?p=1914>

SÁNCHEZ, Roberto López; RODRÍGUEZ, Carmen Alicia Hernández. *Trayectoria histórica del movimiento de trabajadores en un siglo de historia de Venezuela*. Revista de la Red Intercátedras de Historia de América Latina Contemporánea: Segunda Época, n. 4, p. 23-44, 2016.

SANTOS, Fábio Luis B. *Entre a IV República e o Estado Comunal: dilemas da Revolução Bolivariana*. REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 4, n. 2, 2014.

SANTOS, Fabio Luís Barbosa; BARBOSA, L. Além do PT. *A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana*. São Paulo: Elefante, 2016.

SANTOS, Marcelo. *O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria*. Annablume, São Paulo, 2007.

SCHEIDT, Eduardo. *Caracterizações do governo de Hugo Chávez na ótica dos estudos acadêmicos*. Cadernos do tempo presente, n. 16, 2014.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Edusc, 2000.

SEABRA, Raphael Lana. *A Primeira Revolução do Século XXI?Bolivarianismo e Socialismo na Venezuela*. 2012. 234f. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais – ICS, Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF.

SEABRA, Raphael. *A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo*. Sociedade e Cultura 13.2 (2010): 211-220

SEABRA, Raphael. *Algumas considerações sobre a “crise” na Venezuela*. IN: Revista Mundorama, 2017. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=23793>

SEVERO, Luciano Wexell. *DESCOBRAMENTOS DA ENTRADA DA VENEZUELA NO MERCOSUL*. Orbis Latina, v. 2, n. 1, 2016.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. *O pensamento neoconservador em política externa dos Estados Unidos*. Editora Unesp, São Paulo, 2010.

TORRES, Diana Lucía. *Política exterior de Estados Unidos dirigida al fortalecimiento de la democracia en Venezuela*. Universidade Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario. Facultad de Relaciones Internacionales, Bogotá, 2011.

VITULLO, Gabriel E. *As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes*. Opinião pública, v. 12, n. 2, p. 348-377, 2006.

VON BEYME, Klaus. *El conservadurismo*. Revista de estudos políticos, n. 43, p. 7-44, 1985.

WOOD, Ellen. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003.

WOOD, Ellen. *O império do capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

Documentos

Secret Congressional Research Service:

EPSTEIN, Susan; SERAFINO, Nina; MIKO, Francis. *Democracy promotion: Cornstone of U.S. foreign policy?*. 2008, Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Democracy_Promotion:_Cornerstone_of_U.S._Foreign_Policy%3F, January 29, 2008

HORNBECKM J.F. *Mercosur: Evolution and Implication for U.S Trade Policy*. 26/03/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Mercosur:_Evolution_and_Implications_for_U.S._Trade_Policy,_March_26,_2008

PIROG, Robert L. *World oil demand and the effect on oil prices* – Congressional Research Service, 2005. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_World_Oil_Demand_and_the_Effect_on_Oil_Prices,_June_9,_2005

SULIVAN, Marl. Venezuela: *Political Conditions and U.S. Policy*. 10/10/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Venezuela:_Political_Conditions_and_U.S._Policy,_October_10,_2008

SULLIVAN, Mark P; COOK, Colleen, HORNBECK, RIBANDO, Clare, TAFT-MORALES, Maureen, VIELLETTE, Viellette; VILLARREAL, Angeles. *Latin America and the Caribbean: Issues for the 109th Congress*. 20/12/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America_and_the_Caribbean:_Issues_for_the_109th_Congress,_December_20,_2006

SULLIVAN, Mark P; HORNBECH, J.F.; RIBANDO, Clare; STORRS, K. Larry, TAFT-MORALES, Maureen; VEILLETTE, Connie. *Latin America and the Caribbean: Issues for the 108th Congress* – Congressional Research Service – 2004. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America_and_the_Caribbean:_Issues_for_the_108th_Congress,_December_20,_2004

SULLIVAN, Mark P; RIBANDO, Clare M.; RUSH, Rebecca G.. *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S Policy Approaches* – Congressional Research Service. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Energy_Supply,_Political_Developments,_and_U.S._Policy_Approaches,_April_23,_2008

SULLIVAN, Mark. *Latin America: Terrorism Issues*. 27/08/2008. Disponível em: https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Terrorism_Issues,_August_27,_2008

SULLIVAN, Mark; RIBANDO, Clare, RUSH, Rebecca. *Latin America: Energy Supply, Political Developments, and U.S Policy Approaches* – Congressional Research

Service, 2009. Disponível em:
https://wikileaks.org/wiki/CRS:_Latin_America:_Energy_Supply,_Political_Developments,_and_U.S._Policy_Approaches,_April_23,_2008

U.S Cables:

Doc. Confidential. nº9521. *Das Deshazo's meeting with g-5 apposition leaders* 21/01/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS295_a.html

Doc. Unclassified – nº9443. *Human Rights Strategy for Venezuela*. 09/02/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS425_a.html

Doc. Unclassified. nº31401. *Update on the USAID/OTI Venezuela program.* 11/02/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501_a.html

Doc. Confidential – nº10035. *The "Tropical Unity" of the opposition.* 12/02/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS533_a.html

Doc. Confidential. nº 7204. *Carter Center/OAS raise concerns with Das Deshazo.* 18/02/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS577_a.html

Doc. Confidential – nº5131. *Chavez takes aim at human rights organizations.* 20/02/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS612_a.html

Doc. Confidential, nº4563. *Chavez accuses usg of funding "coupmongers".* 26/02/2004. Disponível: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS634_a.html

Doc. Confidential. nº 6722. *Weekend of conflict in Caracas; no CNE decision yet.* 01/03/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS700_a.html

Doc. Confidential – nº 6133. *Fear of reprisals and underreported human rights abuses.* 31/03/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1115_a.html

Doc. Unclassified. nº 5469. *Capriles, CNE and CEV: Venezuela Political update.* 02/04/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1159_a.html

Doc. Confidential. nº 5798. *Is anyone keeping score? Human rights violations tally February 27- March 4.* 08/04/2004. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS752_a.html

Doc Confidential nº9027. *Venezuela: Potential fraud in the appeals process*
05/05/2004. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1507_a.html

Doc. Confidential. nº7588. *Chavez: Coup attempt averted with arrest of “paramilitaries.*
11/05/2004. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1543_a.html

Doc. Confidential nº 4987 – *Ambassador meets with sumate leaders.* 16/06/2004.
Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1993_a.html

Doc. Confidential nº10682. *No Progress on poverty under Chávez.* 17/06/2004.
Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2003_a.html

Doc. Confidential nº13179. *Chavez v Chavez: What’s his plan?* 25/06/2004.
Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2081_a.html

Doc. Confidential. nº 10445. *Opposition launches “National consensus plan.*
15/07/2004. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2248_a.html

Doc. Confidential. nº4576. *Citizens assemblies: civil society gets organized.*
28/07/2004. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2389_a.html

Doc. Confidential. Nº 4868. *Venezuelan Mayor Capriles (still) held for trial.*
24/08/2004. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2702_a.html

Doc. Confidential – nº8722 – *Venezuela: opposition fights back on fraud.* 09/09/2004.
Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2840_a.html

Doc. Confidential. Nº6513 – *Chavez looking inside an out.* 21/11/2004. Disponível
em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3622_a.html

Doc. Confidential nº6514. *CHAVEZ LOOKING INSIDE AND OUT.* 23/11/2004.
Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3622_a.html

Doc. Confidential. Nº6352. *Visit to mass market and Bolivarian school.* 10/12/2004.
Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3817_a.html

Doc. confidential. nº12763. *Chavez gives marching orders for the Revolution.*
23/12/2004. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3928_a.html

Doc. Unclassified. nº11471. *Venezuela content for “supporting human rights and
democracy” report.* 25/01/2005. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS220_a.html

Doc. Confidential. nº9786. *Ambassador visits Bolivar state*. 03/03/2005. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS651_a.html

Doc. Confidential nº 12175. *Chavez goes international again*. 21/03/2005. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS847_a.html

Doc. Secret nº11059. *Paraguay and Venezuela: More on Chavez activities in the region*. 27/09/2005. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/05ASUNCION1222_a.html

Doc. Secret nº16967. *CUBA/VENEZUELA AXIS OF MISCHIEF: THE VIEW FROM CARACAS*. 30/01/2006. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS219_a.html

Doc. Confidential nº12363. *Freedom House – Catalyst for an emerging human rights movement in Venezuela*. 24/02/2006. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS520_a.html.

Doc. Confidential. nº12363. *Freedom House – Catalyst for an emerging human rights movement in Venezuela*. 24/02/2006. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS520_a.html

Doc. Confidential nº 10874. *DEJA VU-IS MORALES FOLLOWING THE CHAVEZ MODEL?*. 26/05/2006. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/06LAPAZ1414_a.html

Doc. Confidential nº10722. *BRV takes aim at independent civil society*. 05/06/2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS1634_a.html

Doc. Confidential. Nº9179. *What our foreign assistance is really doing in Venezuela*. 10/08/2006. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2374_a.html

Doc. Confidential nº12997. *Inside Barrio Adentro: The BRV's primary Health Care program*. 21/08/2006. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2489_a.html

Doc. UNCLASSIFIED FOR OFFICIAL USE ONLY nº6295. *Embassador's Brasil-Bolívia-Venezuela gas discussions in Rio*. 06/09/2006. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/06RIODEJANEIRO446_a.html

Doc. Confidential nº7374. *Time to redouble our pro-democracy efforts in Venezuela*. 5/12/2006. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3547_a.html

Doc. Confidential nº10442. *VIEWS ON BARRIO ADENTRO FROM CUBAN DOCTORS*. 05/12/2006. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3548_a.html

Doc. Confidential. Nº18814. *Chavez's way ahead: words to deeds.* 12/01/2007.
Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS71_a.html

Doc. Confidential. nº9345. *USAID/OTI WATCHDOGS START TO SHED LIGHT.*
26/01/2007. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS175_a.html

Doc. confidential nº9773. *Venezuela: Justice Cowed.* 5/02/2007. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS243_a.html

Doc. Confidential nº10478. *Supreme Court Justice: "There is no justice in Venezuela.*
21/02/2007. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS363_a.html

Doc. Secret nº8317. *Paraguay: Venezuelan foreign aid activities.* 19/06/2007.
Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07ASUNCION511_a.html

Doc. Confidential. nº 8999. *NGOS CITE WORRISOME HUMAN RIGHTS PATTERNS.*
04/10/2007. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS1969_a.html

Doc. Secret nº7011. *Emerging student leaders outline future strategies.* 21/02/2008.
Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/08CARACAS223_a.html

Doc. Confidential nº5215. *The Battle for Central University of Caracas.* 07/05/2008.
Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/08CARACAS626_a.html

Doc. confidential nº4443. *Opposition confidente in Zulia.* 21/10/2008. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/08CARACAS1476_a.html

Doc. Confidential. Nº16351. *VENEZUELA'S 2009 ECONOMIC OUTLOOK: GRIM TO DIRE.*
22/01/2009. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS87_a.html

Doc. Confidential. nº5966. *Chavez announces "anticrisis" economic measures: stop-gap policies, not fundamental change.* 23/03/2009. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS368_a.html.

Doc. Confidential nº 5972. *Request for additional funds to help strengthen local governments and civil society groups.* 27/03/2009. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS404_a.html

Doc. Unclassified. nº3905. *Parallel market disrupted by freezing of U.S. "umbrella account.* 27/03/2009. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS406_a.html

Doc. Confidential nº3584. *240 radio stations threatened with closure* 06/07/2009.
Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS847_a.html

Doc. Confidential nº7944. *New measures proposed to eliminate independent media.*
13/07/2009. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS887_a.html

Doc. Confidencial. nº3378. *From Bolivia, Chavez repeats accusations of USG involvement in honduras coup.* 16/07/2009. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/09caracas904_a.html